

COMUNICAÇÃO

e

# (DE) COLO NIALI DADES

em

PERSPECTIVA

(Org.)

Carlos Alberto de Carvalho  
Deivid Carlos de Oliveira  
Gaia Bê Limah  
Maria Gislene Carvalho Fonseca  
Juliana Soares Gonçalves  
Marina Carrano Lelis



EDUFMA

**COMUNICAÇÃO E (DE)COLONIALIDADES  
EM PERSPECTIVA**



## Universidade Federal do Maranhão

**Reitor**  
**Vice Reitor**

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva  
Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

**Diretor**

Prof. Dr. César Augusto Castro



## Editora da UFMA

**Coordenadora**

Irenilma Cadête Lima

**Conselho Editorial**

Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa  
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa  
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa  
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva  
Profa. Dra. Jussara Danielle Martins Aires  
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa  
Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos  
Profa. Dra. Luma Castro de Souza  
Prof. Dr. Márcio José Celeri  
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa  
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho  
Profa. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista  
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

# COMUNICAÇÃO E (DE)COLONIALIDADES EM PERSPECTIVA

## Organização

Carlos Alberto de Carvalho  
Deivid Carlos de Oliveira  
Gaia Bê Limah  
Maria Gislene Carvalho Fonseca  
Juliana Soares Gonçalves  
Marina Carrano Lelis

SÃO LUÍS



EDUFMA

2026

© 2026 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Projeto gráfico, diagramação e capa	<i>Deivid Carlos de Oliveira</i>
Foto da capa	<i>Deivid Carlos de Oliveira</i>
Revisão	<i>Feita pelas pessoas organizadoras</i>

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Comunicação e (de)colonialidades em perspectiva (3.: 2026: São Luís, MA)

Comunicação e (de)colonialidades em perspectiva / Organização:  
Carlos Alberto de Carvalho... [et al.]. — São Luís: EDUFMA, 2026.

248 p.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5363-540-1

1. Comunicação e (de)colonialidades. I. Carvalho, Carlos Alberto de. II. Oliveira, Deivid Carlos. III. Limah, Gaia Bê. IV. Fonseca, Maria Gislene Carvalho. V. Gonçalves, Juliana Soares. VI. Lelis, Marina Carrano. VIII. Título

CDD 070  
CDU 007:3

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Neli Pereira Lima CRB 13 / 600

### **Editado no Brasil [2026]**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão das pessoas autoras

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

### COLONIALIDADE, JORNALISMO E MODERNIDADE

15

**EXIGÊNCIA DE MODERNIDADE:** reflexões sobre relações temporais coloniais em discursos autorreferentes do jornalismo brasileiro

Phellipy Jácome

35

**Jornalismo e democracia formal em período eleitoral a partir de reflexões de quatro jornalistas**

Aleone Rodrigues Higidio  
Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior  
Carlos Alberto de Carvalho  
Philippe Oliveira Abouid

55

**MONITORAMENTO GLOBAL SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA MÍDIA:** metodologia e (trans)formação do Jornalismo

Cynthia Mara Miranda  
Elizângela Carvalho Noronha  
Patrícia Cardoso D'Abreu

69

**Discursos autorreferenciais, impossibilidades e possibilidades de antirracismo e decolonialidade nos coletivos Alma Preta e Nós Mulheres da Periferia**

Bárbara Maria Lima Matias  
Juliana Soares Gonçalves  
Nayara Luiza de Souza  
Carlos Alberto de Carvalho

91

**ESTÁDIO MINAS GERAIS EM BINÔMIO:** jornalismo, eleições e futebol em Belo Horizonte

Ives Teixeira Souza

## **GÊNERO, SEXUALIDADE E MICROFASCISMOS COMUNICACIONAIS**

**109** **LEILA PEREIRA: colonialidades na representação midiática da única presidente de clube no Brasil**  
Isabela Mendes

**119** **Colonialidade e microfascismo de gênero na agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+**  
Philippe Oliveira Abouid  
Joana Ziller de Araújo Josephson

**131** **A QUEM IMPORTA UM FAZER JORNALÍSTICO TRANSFÓBICO? Um breve estudo de reportagens sobre o PL 1904/2024**  
Gaia Bê Limah

**143** **NO FRONT DO GOOGLE IMAGENS: masculinidades edificadas por algoritmos em fotografias da Segunda Guerra Mundial**  
Deivid Carlos de Oliveira

**157** **MOVIMENTO CORDEL SEM MACHISMO: as transformações do cordel durante a pandemia da Covid-19**  
Gisa Carvalho

## MEMÓRIAS INSURGENTES EM CORPOS E TERRITÓRIOS

173

**CORPOS COM DEFICIÊNCIA E A LAJE:**  
enfrentamentos em discursos,  
experiências e mobilidades

Sônia Caldas Pessoa

187

**MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS  
DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA:**  
relatos enterrados na história

Marina Carrano Lelis

203

**CONFLUÊNCIAS COMUNICATIVAS E  
MEMÓRIAS EM DEFESA DO TERRITÓRIO:**  
entre histórias da Boa Esperança  
e Praia de Macapá-PI

Sarah Fontenelle Santos

Antônio Vinícius Oliveira Gonçalves

219

**BOILESEN, TORTURADOR:**  
um justicamento narrado nas  
memórias da guerrilha brasileira

Lucas Guimarães Resende

235

**TRADIÇÕES DO CORDEL DE MULHER NO  
MARANHÃO: uma trajetória de pesquisa  
sobre a poesia de Raimunda Frazão**

Lucília Torres de Vasconcelos

Maria Gislene Carvalho Fonseca

# APRESENTAÇÃO

Este livro reúne artigos produzidos a partir de apresentações no *III Seminário de Pesquisa Comunicação, Jornalismo e Colonialidades do Saber e do Poder*, realizado em 2024, em formato híbrido, em Belo Horizonte. O evento integrou atividades do projeto *Comunicação, Jornalismo e Colonialidades do Saber e do Poder: Dimensões teóricas, metodológicas e analíticas*, financiado pelo CNPq (Processo: 406167/2021-4, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados). Resultado de parceria interinstitucional e interregional, o projeto envolveu pessoas pesquisadoras de uma universidade pública e uma universidade privada do Sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), uma universidade federal do Norte (Universidade Federal do Tocantins) e uma universidade Federal do Nordeste (Universidade Federal do Maranhão).

A parceria envolveu os grupos de pesquisa *Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber* (UFMG), *Temporona - Coletivo de ações em temporalidades e narrativas* (UFMG), *Grupo de Estudos em Tradição e Memória - EsTreMa* (UFMA), *Comunicação, Direitos e Igualdade - CODiG* (UFT) e *Grupo Bertha de Pesquisa* (PUC-Minas). O *III Seminário* contou também com a colaboração do grupo de pesquisa *Afetos: Comunicação, Discursos e Experiências* (UFMG). As apresentações no evento, nem todas presentes neste livro, pois algumas pessoas não responderam à chamada para publicação, extrapolaram o âmbito das universidades e grupos de pesquisa, contando, inclusive, com colaboração vinda de Portugal, além de outras universidades brasileiras.

As colonialidades do poder e do saber, em suas conexões com processos comunicacionais e jornalísticos, promovem visadas reducionistas de acontecimentos, pessoas e realidades abordadas, sendo necessário identificar os modos como isso ocorre e como superá-las, o que constitui o objetivo/desafio principal do projeto *Comunicação, Jornalismo e Colonialidades do Saber e do Poder: Dimensões teóricas, metodológicas e analíticas*. As colonialidades se manifestam nas diversas estratégias narrativas e demais dimensões textuais que conformam produtos e processos comunicacionais e jornalísticos (inclusive as teorias que os investigam), com abordagens que reforçam hierarquias e exclusões centradas em relações de gênero, racismo, capacitismo, xenofobia, LGBTQIAPN+fobia, divulgação pública das ciências, direito ao tempo e outras dinâmicas nas quais estão presentes estratégias de hierarquização excludente. Consequentemente, as colonialidades promovem desumanização e representam um desafio importante na promoção universal de direitos humanos e cidadania.

Já há um bom tempo que estudos nas searas das colonialidades

incorporaram temas e dinâmicas de poder/saber para além das conquistas territoriais, a exemplo de reflexões epistemológicas, colonialidades e ciências, colonialidades e relações de gênero, colonialidades e racismo, colonialidades e xenofobia, colonialidades e religiões, colonialidades e genocídio de povos indígenas e, mais recentemente, esforços inaugurais na direção das relações entre colonialidades, práticas e processos de comunicação (Moraes, 2018; Carvalho, 2023).

Seguindo as pistas de Aníbal Quijano (2009), as colonialidades são formas impregnadas e impregnantes de relações de saber/poder herdadas das lógicas colonizadoras, extremamente elásticas em suas estratégias para se imiscuirem nas mais diversas esferas da vida social, política, econômica, ideológica, intelectual e tantas outras. No entanto, como heranças, elas não são cópias idênticas, posto que as lógicas das colonialidades adquiriram plasticidade suficiente para tornar ainda mais violentas as práticas colonialistas, a elas acrescentando novos elementos centrados em hierarquias excludentes. Pensadas em termos caros a alguns estudos sobre epistemologias, seriam espécies de paradigmas largamente espalhados, inclusive sob modalidades sub-reptícias que dificultam seu desvendamento.

Como é possível depreender de proposições de Silvia Rivera Cusicanqui (2018), as colonialidades devem ser investigadas tanto em suas dinâmicas de exterioridade, quanto de interioridade. Pelas primeiras, identificamos as estratégias e modalidades de colonialidades que são impostas de fora para dentro, sendo o exemplo primeiro todas as ações dos europeus que invadiram as terras das Américas, a começar pela usurpação territorial. Aí podemos incluir teorias e metodologias, por exemplo antropológicas, que a partir das epistemologias eurocentradas, “explicam” a vida dos “nativos selvagens”, dos “povos exóticos”, dos “não civilizados”, em que o negar-se a reconhecer alteridades é uma constante. No entanto, o poder das colonialidades é potencializado por dinâmicas de sua reprodução interna a realidades colonizadas, como no exemplo de Silvia Rivera Cusicanqui das “elites criolas” bolivianas que reproduzem relações de poder/saber relativamente a populações que seriam inferiores a elas, notadamente as indígenas. Teórica e metodologicamente, as hierarquias entre ciências supostamente superiores a outras ilustram as colonialidades em dinâmicas de interioridade epistemológica.

As perspectivas epistemológicas das colonialidades do saber, do ser e do poder vêm demonstrando que o colonialismo não é realidade do passado, mas que trata-se de um problema do presente e tendendo a se estender ao futuro. Nesse sentido, para evitar confusões conceituais que possam cair na armadilha de pensar o colonialismo como fenômeno mais estritamente referente às invasões europeias das terras americanas a partir dos finais dos anos 1400, inaugurando as estratégias imperialistas modernas, tem sido dada preferência às lógicas coloniais, particularmente traduzidas em termos de colonialidades (Quijano, 2009).

O exercício do poder e do saber, andando a par e passo desde as conquistas territoriais, assume estratégias mais sofisticadas com o progressivo processo de independência dos países colonizados, praticamente encerrado com o fim da segunda grande guerra imperialista promovida pelas potências decadentes europeias, que viram seu poder migrar para os Estados Unidos, país promotor, doravante, de guerras de intervenção, e não mais de anexação. Com poderosos aparatos comunicacionais, do jornalismo ao cinema, da fotografia à publicidade, das estratégias de marketing às técnicas de

relações públicas, das artimanhas diplomáticas às pouco transparentes práticas de lobby com o contributo das potencialidades das redes digitais planetárias a partir dos anos 1990 -, o controle e a difusão do poder e do saber não se dão mais exclusivamente por meio dos estados, mas sobretudo atendendo a poderosas empresas e outras modalidades de organizações multinacionais, contando com alianças de estados colonizadores e daqueles colonizados, estes com suas elites internas auferindo dividendos políticos e econômicos com a manutenção e aprofundamento dos fossos sociais (Rivera Cusicanqui, 2018).

Como a leitura dos textos reunidos neste livro demonstrará, as perspectivas (de) coloniais abrigam diversas abordagens teóricas e metodológicas. O que as coloca em contato é a preocupação com dinâmicas de poder e saber que promovem hierarquias excludentes e, por consequência, produzem desumanização, vulnerabilizações e precarizações de diversas ordens. Dividido em três seções, a primeira reúne artigos que abordam Colonialidade, Jornalismo e Modernidade, a segunda, Gênero, Sexualidade e Microfascismos Comunicacionais, com a última contendo reflexões sobre Memórias Insurgentes em Corpos e Territórios.

Que a leitura seja proveitosa.

*Carlos Alberto de Carvalho*

*Deivid Carlos de Oliveira*

*Gaia Bê Limah*

*Juliana Soares Gonçalves*

*Maria Gislene Carvalho Fonseca*

*Marina Carrano Lelis*

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O Jornalismo, Ator Social Colonizado e Colonizador**. Curitiba: CRV, 2023.

MORAES, Fabiana. “Jornalismo foi o que os homens fizeram comigo”: o Projeto Folha e o Projeto Otávio nos textos de Marilene Felinto. **Anais do 33º Encontro Anual da Compós**. Compós: Brasília, 2024.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247>. Acesso em: 15 nov. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch’xi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.



# **COLONIALIDADE, JORNALISMO E MODERNIDADE**



# EXIGÊNCIA DE MODERNIDADE

Reflexões sobre relações temporais  
coloniais em discursos autorreferentes  
do jornalismo brasileiro<sup>1</sup>

**Phellipy Jácome<sup>2</sup>**

1. Uma versão anterior deste texto foi apresentada no 32º Encontro Anual da COMPÓS. O artigo é resultado de pesquisas financiadas pela Fapemig, Capes e CNPq.

2. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) na linha de Textualidades Midiáticas. Doutor em Comunicação Social pela UFMG (com estágio doutoral na University of Illinois at Urbana-Champaign, como bolsista Capes-PDSE). Mestre e bacharel em Comunicação pela mesma instituição. Seus interesses de pesquisa e trajetória acadêmica compreendem estudos sobre as narrativas midiáticas, a historicidade dos processos comunicacionais, a temporalidade, a referencialidade e a ficção (tendo o jornalismo - em suas diversas textualidades - como principal objeto). Foi bolsista dos programas Escala Estudantil e Escala Docente da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas e co-coordenador do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES-Fafich-UFMG), da Rádio Terceiro Andar e do GT História do Jornalismo, da Rede Alcar.

E-mail:  
phellipyjacome@gmail.com

Em geral, quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem como qualificadores de uma determinada prática, surge também, como contraste, um conjunto de processos idealizados como estáveis e caracterizados como “arcaicos”, “obsoletos” e “superados”. Esse parece ser o caso, por exemplo, da narrativa historiográfica bastante disseminada (Lage, Faria, Rodrigues, 2004; Abreu, 2002; Melo, 2009; Costa, 2011; Avanza, 2007) que identifica e sustenta que o jornalismo brasileiro teria se modernizado na década de 1950 a partir de uma suposta importação do “modelo ‘americano’ de jornalismo”.

De um paradigma jornalístico europeu (sobretudo francês), que teria caracterizado a imprensa brasileira até então por seu viés literário, panfletário e político, teríamos passado a outro, industrial, impessoal, imparcial e *moderno* (Jobim, 1954; Ribeiro, 2003, 2007; Marques de Melo, 2009). Os contornos dessa drástica mudança são, quase sempre, identificados na substituição do nariz-de-cera pelo lide, na criação da figura do copidesque e na adoção de manuais de redação para padronização e despersonalização da escrita, além, sobretudo, da incorporação da noção de objetividade como valor fundamental dos *homens* de imprensa. Ademais, teríamos passado de empresas pouco solventes e devedoras a grandes empreendimentos industriais financeiramente sólidos. Por fim, sustenta-se que um conjunto específico de jornalistas teria sido capaz de transformar, abruptamente, toda a imprensa nacional: “O Diário [Carioca] foi a pequena alavanca que impulsionou a reforma do texto na imprensa diária brasileira, antecipando de uma década e meia a modernização de O Globo, dos jornais paulistas e, a partir desses, da imprensa das outras regiões” (Lage, Faria, Rodrigues, 2004, p. 138). A partir da década de 1950, então, as práticas jornalísticas brasileiras, emancipadas da política e da literatura, teriam sofrido uma série de transformações rumo a uma suposta modernidade. Não por acaso, frente àquela que seria o marco “zero” da modernização implementada pelo *Diário Carioca*, surgem outras colocadas como *tábula rasa* como as do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S.Paulo* (Jácome, 2020; Albuquerque, 2022).

A nosso ver, essa concepção historiográfica pode ser lida como problemática e redutora, na medida em que não privilegia a historicidade das textualidades e seus aspectos culturais mais amplos, seus vínculos com a vida social e, em suma, camadas de sedimentação e inovação inerentes a quaisquer processos de produção de sentidos. Assim sendo, quando há um consenso historiográfico no Brasil acerca da modernização do jornalismo nacional na década de 1950, há também uma história que privilegia um único fluxo temporal possível, uma estabilização do passado, bem como um combate explícito que cria vencedores (os modernos) e os vencidos (aqueles antiquados que, uma

vez superados, já não deveriam existir). Por isso, esse tipo de idealização moderna é bastante precário do ponto de vista temporal.

Afinal, um exame detalhado sobre os jornalismo produzidos em diferentes partes do Brasil pré e pós década de 1950 e ao longo de todo o século XIX e XXI dá conta de uma pluralidade de formas, de concepções e modos de apropriação jornalística que escapam à ideia unificadora de um único paradigma (Matheus, 2011; Barbosa, 2007, 2010; Manna, 2016). Ademais, o argumento não questionado de um “modelo ‘americano’ ou francês de jornalismo” congela relações e desconsidera disputas, resistências e diálogos, num intento de cortar as arestas que compõem a história tanto do jornalismo produzido no norte global quanto daquele que, até então, supostamente vinha sendo produzido aqui.

Cabe negritar que, sobretudo a partir dos anos 2000, é possível identificar um crescente interesse histórico no campo da Comunicação que tem produzido fissuras nesse discurso da modernização. Flavia Biroli (2007) e Afonso de Albuquerque (2022), por exemplo, vêm reafirmando as bases autoritárias desses processos, enquanto Liriam Sponholz (2008) reforça a necessidade de pensarmos os hibridismos culturais de noções e conceitos importados. Por outro lado, autoras como Márcia Veiga da Silva (2011, 2014), Fabiana Moraes (2022) e Carlos Alberto de Carvalho (2023) têm discutido, de forma bastante densa e perene, como pensar estratégias decoloniais na reflexão sobre práticas e conceitos jornalísticos. Por fim, é possível perceber a partir das obras de Rita Segato, Aníbal Quijano, Silvia Rivera Cusicanqui, entre outras, uma importante crítica em relação aos próprios preceitos da Modernidade, encarnando-a como elemento fundamental de processos de colonialidades de saber e de poder.

Tendo isso em vista, neste capítulo gostaríamos de propor uma leitura dos diagnósticos de modernização como formas coloniais de proposição historiográfica do jornalismo brasileiro. Nosso argumento é o de que é preciso reposicionar a ruptura da década de 1950 como uma entre várias, ao lado de intentos coloniais-modernos que surgem até mesmo antes da circulação de impressos no Brasil e persistem ainda hoje em discursos autorreferentes, tanto aqueles produzidos pelas mídias, quanto formas de localizações temporais e teórico-conceituais. Como abordaremos, a nosso ver, esse saber-colonial em relação às temporalidades persiste em, ao menos, duas idealizações: 1) a de um *jornalismo atemporal*, sem lugar e sem corpo, passível de ser transportado incólume por diferentes sistemas culturais; 2) a de um *jornalismo atrasado*, sobretudo aquele realizado em países considerados como não desenvolvidos, e que justificaria a necessidade de *aceleração*; e que gera a justificativa de um jornalismo *utópico*, em que há a

prevalência de singulares-coletivos (Koselleck, 2013; Jácome, 2020) como “democracia” e “liberdade” associados de maneira universalizante a diferentes formas de produção noticiosa tidas como “ocidentais”, “profissionais” e “modernas”.

## QUAL LUGAR, TEMPO E CORPO do ismo do jornalismo?

A *Folha de S.Paulo* celebrava, em 19 de fevereiro de 2021, o centenário de sua fundação. Ao longo de semanas anteriores e posteriores a essa data, o periódico esteve incumbido de realizar uma série de reflexões sobre as transformações ocorridas no mundo e em suas páginas desde então. Ao analisar a sua primeira edição, o jornal reconhece que se modificou significativamente e, ao mesmo tempo, aponta a modernização ocorrida na década de 1980, “o Projeto Folha”, como fundamental na delimitação das diretrizes que seguiria até hoje. Não por acaso, esse mesmo discurso é repetido na introdução da nova edição de seu *Manual de Redação*, afirmando que manteria, desde 1984, a preocupação em definir uma concepção de *jornalismo* e tornar pública “uma pauta extensa de princípios e compromissos” (Folha, 2021, s/p).

Essa definição é sedimentada na ideia de “jornalismo profissional”, aquele capaz de “seguir regras técnicas e padrões de conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes” (Folha, 2021, s/p). Embora reconheça que a objetividade seja inalcançável, o jornal aponta para a necessidade de persegui-la ainda assim, com o intuito de ampliar o que chama de “distanciamento crítico”. A alegação é a necessidade de se afastar da chamada “cacofonia do mundo digital”, em que entretenimento e informação, realidade e rumor tenderiam a se confundir, e também de formas artesanais de produção noticiosa, definidas pelo manual como de “espírito militante” e pela “parcialidade do ponto de vista”.

Uma década antes, em 2011, o *Grupo Globo* também se dedicou a refletir sobre o papel do “jornalismo profissional”. Na carta aos acionistas, afirma que a “era digital” tornou possível que indivíduos isolados tivessem audiência potencialmente ampla, o que acabou por gerar “certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista”. Como na *Folha*, postula-se uma clara divisão entre informação e convencimento, conhecimento e luta político-ideológica. Além disso, numa estratégia de autolegitimação, o documento defende que o conhecimento gerado pelo jornalismo seria, “no limite das possibilidades” (Grupo Globo, 2011, online), isento de ideologia. A realidade, tomada como algo neutro a ser apurado, portanto, deveria ser publicada sem prismas, o que gera

contradições, por exemplo, entre a possibilidade de opinar acerca de um fato sem, contudo, possuir um viés. Ademais, reconhece-se a possibilidade de jornais de partidos políticos e/ou militantes serem considerados jornais, mas não *jornalismo*, isto é, não como pertencentes a uma modalidade geradora de conhecimento específico.

Se nas primeiras décadas do século XXI, a preocupação dos conglomerados jornalísticos é o de se legitimar frente às ameaças digitais, em meados do século passado, discursos autorreferentes com argumentos semelhantes foram mobilizados para tentar impor barreiras à literatura e à política. Em 1945, por exemplo, o *Diário Carioca* lançou uma coluna intitulada “Cartas a um Foca”, em que tratava de explicar as “verdadeiras regras” de apuração e escritas jornalísticas. A seção funcionava com uma espécie de tutorial bastante hierárquico entre o enunciador dotado de conhecimento e o destinatário, que pode ser identificado como um jornalista em formação (tal como a alcunha “foca” sugere). Publicada em seis dias, (04, 07, 08, 09, 10 e 11 de agosto), a coluna trazia uma mesma advertência destacada “*Numa terra em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos do jornalismo*” (Diário, 1945).

Um dos objetivos centrais era aumentar o nível da atividade exercida pelos jornalistas através de conhecimentos técnicos e procedimentos textuais ensináveis e reproduzíveis. Assim sendo, as colunas tratavam de explicar, a partir da adaptação de *stylebooks* estadunidenses, da leitura de diários estrangeiros e exemplos próprios, quais seriam as normas de escrita jornalística adequadas à imprensa *moderna* e que se diferenciariam da “tradição de jornal de partido”, bem como da “literatura desconversadeira” (Diário, 1945) que caracterizariam jornais brasileiros até então.

A afirmação autorreferente na história da imprensa nacional é algo bastante recorrente desde seus primórdios. A grande maioria dos jornais do século XIX e princípios do XX trazia em seus primeiros números o chamado “Programa”, em que apresentava aquela que deveria ser sua postura frente ao mundo que narrava e no qual circulava. *A Abelha, Semanario Científico, Industrial e Litterario* (RJ), por exemplo, em 12 de janeiro de 1856, dizia “almejar um cantinho em que se possa averbar no grande livro do progresso da última metade do século XIX”, reconhecendo a importância do jornalismo e sua responsabilidade na aplicação da ciência e “desenvolvimento da indústria, agricultura e comércio”.

Já *O Astro de Minas* (MG), em 20 de novembro de 1827, convocava, por meio de um discurso ultranacionalista, oferecer “a liberdade de imprensa aos nossos concidadãos seguros meios de acelerar os progressos da razão e de multiplicar as vantagens das luzes”. Por sua vez, *O Conciliador do Maranhão* (MA) postulava,

em 15 de abril de 1821, que os grandes acontecimentos políticos deveriam ser catalogados por testemunhas contemporâneas para que a posteridade possa avaliar com maior detenimento: “eis a função dos jornais”. Para esse periódico, sua responsabilidade seria a de atuar como “mediador entre governos e os povos”, permitindo uma correta fiscalização.

Cinco décadas mais tarde e, de maneira aparentemente contrária a esse princípio conciliador, *A Voz da Verdade* (SC) afirmava que num momento em que muitos que se diziam políticos e utilizavam-se da máxima “a mentira repetida muitas vezes torna-se verdade”, seria preciso um jornal decidido a combater a impostura e os “embustes desses entes interesseiros”, “inimigos do bem real da família brasileira”. Ao longo do período oitocentista, os jornais caracterizavam seus modos de atuação e pertencimento de formas muito diversas: “noticioso”, “literário”, “científico”, “poético”, “diletante”, “crítico”, “recreativo”, “industrial”, “jocosos”, “jocosos”, além de atuarem em prol de correntes políticas bem específicas como órgão “liberal”, “republicano”, “constitucional”, “conservador”, “da lavoura”, “aboliconista”, entre outros, dotando o vocábulo “jornalismo” de uma grande polissemia potencial.

No entanto, quando nos aproximamos de discursos autorreferentes próximos a 1950, é possível perceber que o substantivo “jornalismo” vai perdendo outras formas de complemento e adjetivação para, ele mesmo, adquirir um sentido pré-determinado. Os jornais e suas identidades continuariam diversos, mas passariam a advogar por uma mesma definição de jornalismo, permitida por uma conotação *moderna* de seu significado. Essa perspectiva está vinculada a um forte discurso normativo, isto é, a um modo de apreender e caracterizar fenômenos jornalísticos que, para além das experiências históricas e das realidades efetivas, estabelece um conjunto de parâmetros a serem adotados para um jornalismo de qualidade. Dito paradigma, construído sob o signo da repetição (como podemos perceber nos exemplos da *Folha de S.Paulo*, do *Grupo Globo* e do *Diário Carioca* como índices de muitos outros), estão vinculados a valores e lógicas que seriam, a princípio, imutáveis.

Nesse sentido, a chamada modernização da década de 1950, a nosso ver, deve ser lida menos no sentido de que os jornais eram estáveis e passaram a se transformar e mais pela adesão a um modelo normativo de jornalismo. Desse modo, a crença e a busca pela fidelidade ao fato são alicerces fundadores de uma retórica que passou a elencar barreiras entre um jornalismo sério e empenhado e outros que passam a ser caracterizados como arcaicos, desviantes e fora do “ismo”. Por isso, podemos perceber a reafirmação exaustiva de que, utilizando-se de determinadas técnicas e procedimentos, o jornalismo deveria ser capaz de

separar os fatos das opiniões, a objetividade da subjetividade, a natureza da sociedade.

Dita normatividade define a essência do jornalismo como uma disciplina da verificação (Kovach, Rosenstiel, 2014), propondo a segregação permanente entre essas zonas ontológicas. A modernização da década de 1950, oriunda dessa delimitação, define também uma história da imprensa nacional, que passa a ser contada a partir de critérios universalistas, frutos de colonialidades de saber e de poder. O que se propunha é um corte entre a atividade “arcaica”, em que não se reconhece, para a assunção de um outro tipo de prática noticiosa, essa sim, verdadeiramente jornalística.

No entanto, jornais posteriores à década de 1950 continuaram a ter forte influência sobre governos e sociedade brasileira, bastando citar os exemplos da *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*, durante o governo democrático de Vargas e os subsequentes, além da própria *Folha de S.Paulo* que, apoiando o golpe militar de 1964, se auto intitulava na década de 1980 como “o jornal das diretas”, ou as relações de jornais com o *lawfare* na última década.

Ainda assim, é possível perceber que mesmo frente a diferentes modos de atuação e posturas políticas, esses jornais passam a reivindicar uma aura de neutralidade e de separação entre o mundo dos “fatos” e o das “ideologias” e/ou “opiniões”, advogando que sua qualidade estava atrelada a como jornais *modernos* (com ênfase na produção estadunidense) supostamente atuavam. Dessa maneira, este discurso normativo importado promove uma concepção que sustenta as bases desse *ismo*, definindo-o, por exemplo, pelo seu apego ao fato e à ideia de um mundo bipartido irreconciliável, com oposições bem delimitadas entre natureza x linguagem, ficção x realidade, objetividade x subjetividade.

Ao tratar das raízes históricas desse modelo normativo de jornalismo nos EUA, Nerone (2012) postula que o que faz do jornalismo um *ismo* é também um sistema de crenças que tenta definir práticas e valores apropriados para qualificar profissionais, mídias e sistemas noticiosos. Na era “moderna”, aponta, esse “ismo” vem designando os seus “outros” de várias maneiras como “fofoca”, “tablóides”, “sensacionalismo”, “partidarismo” etc. Aqui podemos adicionar termos como “literário”, “artesanal” e “panfletário” na designação de jornais pré-década de 1950 pelo discurso da modernização.

Tal discurso “não nega que se trate de práticas noticiosas, mas sim questionam se seriam mesmo jornalismo” (Nerone, 2013, p.2, no original em inglês). Essa concepção de jornalismo tornou-se hegemônica em muitos lugares do mundo, não sem uma grande pressão dos EUA em exportar esse seu discurso como política de Estado (Blanchard, 1986), que encontrou lugares de espraiamento em jornais, associações de classe e em meios acadêmicos

variados, num reconhecimento (muitas vezes acrítico) de que modelo “liberal” de imprensa funcionaria como enfrentamento ao autoritarismo (Siebert, Schramm e Peterson, 1956). A nosso ver, trata-se também de formas coloniais de entendimento das práticas jornalísticas e uma simplificação histórica de seus modos de atuação, na medida em que, a partir dos EUA, propõe-se um *jornalismo atemporal*, sem lugar e sem corpo, passível de ser transportado de maneira mais ou menos intacta por diferentes formações culturais.

É nesse sentido que a ideia simplificadora da possibilidade da importação de um modelo externo acaba por não reconhecer outras formas de produção, outros contextos culturais e disputas políticas que fazem parte de sociedades construídas em bases tão diversas. A “importação”, portanto, trata-se de um elemento encobridor de outras identidades jornalísticas possíveis, uma fantasia universal que encontra pouco lastro em práticas efetivamente realizadas. Esse tipo de discurso pode ser encontrado em formulações acadêmicas que propõem a composição dessa normatividade como manutenção do “ismo” colonial-moderno. Em uma das obras mais traduzidas e citadas em programas de cursos de graduação, Kovach e Rosenstiel, por exemplo, buscam definir a atividade noticiosa:

quando os antropólogos começaram a comparar suas anotações sobre as poucas *culturas primitivas* do mundo ainda existentes, descobriram um aspecto inesperado. Desde as mais isoladas sociedades tribais na África até as mais remotas ilhas do Pacífico, seus habitantes tinham *uma mesma definição básica do que é notícia*. Eles se divertiam com o mesmo tipo de fofoca. Queriam gente que pudesse se mexer rápido, apurar os dados com exatidão, e contá-los de forma envolvente. Os historiadores chegaram à conclusão de que os mesmos valores básicos da notícia atravessaram firmes e constantes, tempos e épocas. (Kovach, Rosenstiel, 2014, p.5, grifos nossos)

O trecho acima sedimenta a ideia de que existiriam culturas elevadas e outras “ainda primitivas” (carentes de modernização, portanto), pressupondo uma única linha temporal de desenvolvimento. Além disso, há uma generalização vaga de que “antropólogos” (cujos estudos não são citados) defenderiam o argumento de que o planeta estivesse unido por um mesmo conceito compartilhado de “notícias”. Basta tomarmos como exemplo as contribuições de Viveiros de Castro e de seus estudos sobre o perspectivismo ameríndio (1996, 2002) para questionar a ideia de que se distintas formas de organização humana não compartilham sequer o mesmo mundo – tendo em vista as diferentes e impossíveis ontologias em que estão imersas,

seria ainda mais problemático defender o partilhamento de um conceito tão específico.

Porém, defendendo a universalidade do conceito de notícias, Kovach e Rosenstiel sustentam que esta poderia ser explicada a partir da conclusão de “historiadores e sociólogos” (cujos nomes e estudos, novamente obliterados, desconhecemos) de que ela corresponde a um impulso humano básico (Kovach, Rosenstiel, 2004, p.17), gerando um sistema concebido “naturalmente” por todos e quaisquer agrupamentos humanos.

A proposição de uma história “natural” está também contida em estudos pioneiros do jornalismo como aqueles implementados por Robert Park e Walter Lippman e que influenciaram a sedimentação do caráter disciplinar dessas reflexões em outras partes do globo. O primeiro, defendia a existência de uma seleção natural de “espécies jornalísticas” que, em seu estudo, passa por uma série de eventos e grandes categorias como os jornais de fofoca, seguidos pelos partidários, para chegar a uma nova e *moderna* modalidade de imprensa independente. Esse jornal era caracterizado por ser um empreendimento comercial, cujo produto vendido era a notícia. Já Lippmann argumentava que a imprensa de qualquer país passaria sempre por escalas de desenvolvimento similares, começando como um monopólio estatal e terminando, necessariamente, como jornalismo profissional. O caráter desterritorializado dessas reflexões pode ser encontrado também em obras lusófonas com grande circulação no Brasil.

De maneira similar a Kovach e Rosenstiel, Nelson Traquina (2005a, 2005b), por exemplo, se pergunta o porquê de a “essência das notícias” ter se transformado tão pouco ao longo dos últimos três séculos. Nesse sentido, ele cunha a expressão “Novaslândia”, que caracterizaria uma suposta cultura jornalística transnacional ou, em seus termos, uma “tribo jornalística”. Do ponto de vista de um método histórico, o autor sugere que adentremos a uma “máquina do tempo” para comprovar a pouca variabilidade de valores-notícia desde o século XVI. Para isso, ele retoma as folhas volantes europeias, demonstrando a preocupação em noticiar o insólito. Na sequência, propõe um salto temporal e espacial para Alemanha, Portugal e França, retratando a aparição dos primeiros periódicos no século XVII e, em seguida, viaja aos EUA do século XIX, constatando, em 1970, qualidades duradouras das notícias.

Importante destacar que o argumento de uma invariabilidade do sentido das notícias só pode ser concebido por uma franca simplificação das temporalidades, que apaga textualidades, saberes e corpos contraditórios a essa norma. Essa característica também está presente em outras formulações teóricas sobre o jornalismo brasileiro (Beltrão, 1969; Melo, 2004, 1994; Erbolato, 1982, 2008; Amaral, 1996), ancoradas numa racionalidade moderna que

reforça uma universalidade do jornalismo, como se ele sempre tivesse existido assim. A inviabilidade da noticiabilidade é, no entanto, bastante contestável quando pensamos em dimensões, por exemplo, de raça e de gênero. Afinal de contas, como ressaltam Veiga e Moraes (2019, p. 2)

As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo. Mas como os fios condutores da objetividade, esta baseada na neutralidade, na clareza, na não contaminação, realizaram essa operação cujas consequências sociais são avassaladoras?

O discurso colonial-moderno sobre a história do jornalismo, nos parece, surge como uma das respostas possíveis à indagação das autoras, ao promover um forte apagamento de suas contradições, de outros modos de saber o mundo jornalisticamente, além de impor uma escala de desenvolvimento, que cria jornais *modernos* frente a outros *arcaicos* ou, na melhor das hipóteses, em modernização. Essa escala só é viabilizada pela proposição de uma perspectiva linear do tempo, o que acaba por colonizar futuros e passados. Afinal, o futuro de jornais *em modernização* só pode ser o atual presente daqueles já modernos, o que impõe a necessidade de uma recuperação temporal, um forte desejo de aceleração que contribui para argumentos de revoluções ou de grandes rupturas. Uma das consequências na historiografia moderna dos jornais brasileiros é, entre outras, a constante sensação de que estamos sempre “atrasados”.

## **“TARDE, DESGRAÇADAMENTE TARDE”**

A ideia de um certo atraso e o imperativo de modernização é algo que ganha enorme relevo nos discursos autorreferentes de jornais brasileiros e na reflexão sobre eles a partir da década de 1950, mas é importante destacar sua perenidade desde a aparição das folhas impressas no Brasil. Como resalta Bruno Martins (2013), já em textos inaugurais do nosso jornalismo é possível perceber a constatação do que seria o nosso retardo temporal. Assim, de Londres, escrevia Hipólito da Costa em seu *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, considerado por muitos como o primeiro jornal nacional, impresso em Londres e distribuído no Brasil de forma ilegal: “Tarde; de[s]graçadamente tarde: mas em fim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração

dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses.” (Costa, 1808, p.394). O jornalista lamentava pela demora na aparição da imprensa em terras brasileiras, inaugurada pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Tempos depois, o tom lamurioso também seria utilizado por Alfredo do Vale Cabral em seus *Anais da Imprensa Nacional* (1881): “Três séculos, três séculos permaneceu o Brasil sem a arte de Gutenberg. Só Gregório de Matos, pelos fins do século XVII, fez uma espécie de revolução no ânimo destes povos” (Cabral, 1881, s/p).

Esse tipo de diagnóstico em relação à imprensa brasileira é frequente também entre pesquisas do nosso país (Romancini; Lago, 2007; Bahia, 1972; Sodré, 1966; Melo, 1973; 2003; Molina, 2015). Afinal, sua aparição já nasce caracterizada sob o signo do atraso e, como aponta Molina (2015, p.35), “incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história”. Isso porque pese algumas tentativas isoladas em montar oficinas tipográficas, foi somente em 1808, com a elevação da condição do Brasil para sede administrativa do reino, que seria instalada uma imprensa permanente (ainda que com restrições da administração central).

Quando comparada à situação de outros países, a história das letras impressas no Brasil poderia ser apresentada como um fenômeno duplamente tardio (Martins, 2013), na medida em que seria atrasada tanto em relação às principais metrópoles do mundo, mas também às próprias colônias, na América, na Ásia e na África. Isso porque nas Américas sob dominação inglesa e hispânica, por exemplo, a tipografia já havia sido instalada ainda no século XVI, pouco depois da invasão europeia no continente. A primeira delas foi trazida à Cidade do México em 1533 e, no século XVIII, quase todas as cidades importantes sob domínio espanhol já contavam com oficinas tipográficas (Ferreira, 2006; Álvarez, Martinez, 1992; De Marco, 2006). Já na América do Norte, a primeira imprensa data de 1638, trazida da Inglaterra com vistas a servir a Universidade de Harvard.

Nesse sentido, Juarez Bahia ([1967]1972) e Nelson Werneck Sodré (1966), creditam, a partir de distintos argumentos, o atraso da instalação de prelos e circulação de jornais no Brasil ao movimento colonizador de Portugal e ao que chamam de pouco desenvolvimento dos habitantes locais. Entretanto, como destaca Molina (2015), apesar de terem recriminado as tentativas de instalação de imprensa em distintos episódios em nosso país, não havia nenhuma lei que proibisse a existência das máquinas tipográficas nas colônias portuguesas. E, embora a atividade impressa estivesse sujeita à censura, a implantação de uma oficina

tipográfica não requeria licença prévia em Portugal, motivo pelo qual teria se expandido em suas colônias na Ásia e África (Molina, 2015, p. 35), o que tornaria ainda mais peculiar dito atraso brasileiro.

Numa obra específica sobre essa questão, José Marques de Melo (1973), em *Sociologia da Imprensa Brasileira*, buscava identificar quais teriam sido os fatores socioculturais responsáveis pela demora na implantação da imprensa em nosso país. Para o autor, o atraso poderia ser explicado na confluência de sete fatores principais: 1) a natureza feitorial da colonização, 2) o atraso das populações indígenas (sic), 3) a predominância do analfabetismo, 4) a ausência de urbanização; 5) a precariedade da burocracia estatal, 6) a incipiência de atividades comerciais e culturais, 7) a censura e o obscurantismo metropolitano. Esse panorama, caracterizado pela pobreza intelectual, cultural e econômica, por um lado, segundo Marques de Melo (1973), ajudaria a esclarecer o atraso da imprensa. Por outro lado, a mesma natureza tardia da imprensa poderia explicar o motivo dessa condição subalterna.

É possível identificar na historiografia brasileira clássica, portanto, um paradigma que se constrói por essa perspectiva do atraso (Jácome, 2020). Nas narrativas que sustentam esse discurso, a história do jornalismo nacional é marcada por uma rede autoexplicativa: há um atraso “original” (a demora na instalação dos prelos), permeado por outros atrasos (quer seja em relação à própria característica da colonização portuguesa, pelo suposto atraso das pessoas que aqui já estavam ou pelo próprio atraso cultural, econômico e intelectual da colônia).

Há, nesse sentido, uma permanência desse tipo de alegação, o que a nosso ver também representa um elemento de colonização interna, já que até mesmo em obras mais recentes, essa condição brasileira justificaria um suposto e permanente papel de retardatários frente a outras nações. Em *O adiantado da hora: a influência americana no jornalismo brasileiro*, por exemplo, Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) lamenta essa condição e justifica por que devemos copiar outros modelos, afirmando que vivemos num país

...que por razões históricas sempre teve de ser um seguidor retardatário das tendências da metrópole da época. Isso é verdade para o jornalismo. Mas, é claro, se aplica também a todas as outras formas de expressão cultural: o cinema, o teatro, a literatura, a televisão, a publicidade, o rádio, as artes plásticas, a música, a dança, a fotografia. (Silva, 1991, p.29)

Como podemos perceber na citação acima, há uma alegação colonial e circular, na medida em que supostas razões históricas

explicariam a nossa razão histórica do atraso. Esse argumento se repete também em discursos encontrados nos próprios jornais, ao avaliarem as práticas brasileiras com uma ótica estrangeira. Em 1926, por exemplo, o governo dos Estados Unidos financiou o I Congresso Pan-Americano de Jornalistas, com o claro objetivo de expandir sua normatividade a outros países e sistemas midiáticos do continente. A revista *Editor & Publisher* defendia essa perspectiva enfaticamente ao dizer que “não há vaidade ao afirmar o ideal estadunidense de imprensa é o mais elevado e benéfico para a humanidade que a presente civilização possui”, motivo pelo qual a “extensão deles a lugares onde ainda não são conhecidos podem resultar somente em benefícios aos jornalismo e às pessoas aos que terão o privilégio de servir.” (E&P, 1927, p.30).

Diferentes jornais brasileiros destacaram o evento realizado nos Estados Unidos. A *Folha da Manhã*, por exemplo, a partir da edição de 18 de abril de 1925, começou a noticiar que seu editor fora convidado a participar, o qual julgava que seria “um certâmen cuja importância não há como encarecer e que servirá para congregar os jornalistas da América” (Folha da Manhã, 1925). Outros periódicos como o *Diário de Pernambuco* e *O Paiz* fizeram a divulgação da programação, bem como transcreveram alguns discursos ali proferidos.

Vários diários brasileiros utilizaram o encontro para analisarem a “atual” situação da imprensa no país. No *Correio da Manhã*, por exemplo, foi publicado (na edição de 1º de dezembro de 1925) um artigo prévio ao evento com o título “A propósito de um Congresso de Jornalistas”. Nele, José Clemente afirmava não saber se haveria representantes da imprensa nacional em Washington e nem se, em caso positivo, eles seriam capazes de levar ao plenário algum problema digno. Isso porque, argumentava, a “imprensa é, no Brasil, em qualquer dos seus ramos a indústria mais desfavorecida, e mais villipendiada. Os pequenos favores aduaneiros de que ella goza não compensam a miséria em que a lançaram os interessados directos ou indirectos em sua ruína” (Clemente, 1925). Em seu texto, o jornalista ponderava que o congresso o teria feito refletir sobre a obra *Historia del periodismo, desde sus comienzos hasta nuestra época*, do espanhol Edmundo Gonzales Blanco. Nessa perspectiva, afirma, “o que talvez muitos colegas ignorem é que a nossa ascendência remonta aos tempos imemoriais da velha China, e que em Roma dos Cezares já era o jornalismo uma classe organizada e respeitada” (Clemente, 1925). Na avaliação do cenário brasileiro, entretanto, o diagnóstico de José Clemente é bem diferente, sendo desolador em vários sentidos:

O abastardamento da classe, que não cuidou, sobretudo de organizar uma consciência profissional, deixando que invadissem

dilletanti de toda a espécie; a sua inferioridade intelectual (o jornalista brasileiro é o homem que menos estuda e menos ideias tem, no mundo, salvo honrosas exceções, honrosas e brilhantes graças a Deus); a sua falta de bravura, transigindo ora com os governos, ora com a opinião, quando o jornalista é por excelência um leader, um mentor, e a sua falta absoluta de solidariedade, tudo isso junto contribue para o seu enfraquecimento e ao seu descrédito. (Clemente, 1925)

Como podemos perceber, para Clemente a nossa imprensa sofria de um enorme atraso, até mesmo, em relação à “Roma dos Cezares”, já que aqui ainda não havia florescido uma consciência de classe profissional. Por isso, ele encarava a possibilidade do Congresso Pan-Americano como uma oportunidade de elevar a qualidade do jornalismo nacional.

Diagnóstico parecido, mas como uma recomendação radicalmente oposta, possuía *A Manhã*, que na edição de 06 de abril de 1926, advertia que nenhum jornalista brasileiro deveria ir ao evento, sob o risco de passar vergonha. O jornal afirmava que muita gente naquele então censurava o Brasil por não participar de congressos internacionais, mas enfatizava que, “[b]em pensado, procede o paiz com muito acerto nesse alheamento. Mais vale não comparecer a certos lugares, do que lá ir, e ser objeto de motejo e de ridículo”. Em relação ao congresso de jornalistas especificamente, defendia que “uma reunião desse gênero que não devíamos ir nem arrastados, era exatamente essa do Congresso de Jornalismo pan-americano” (Manhã, 1926a), justificando que no Brasil não havia jornalismo com a independência necessária e nem jornalistas com dinheiro para ir ao estrangeiro. Dessa maneira, criticava a participação de alguns brasileiros, tachando-os de incompetentes e carentes de autoridade e prestígio.

No entanto, ainda que criticasse vigorosamente a participação de compatriotas no evento, a imprensa brasileira de uma maneira geral, divulgou as ideias que lá foram debatidas e elogiava o jornalismo praticado nos EUA, sobretudo aquele verificado em diários como o *New York Times*. Uma comparação entre os jornais dos dois países pode ser vislumbrada, por exemplo, no artigo “O Jornalismo na América”, escrito por Assis Chateaubriand em seu *O Jornal* em 10 de abril de 1926. Nele, o jornalista lamentava “como estamos distantes dos padrões de moralidade e cultura, a que já atingiu a imprensa dos Estados Unidos” (Chateaubriand, 1926). Comparando-o, então, à situação brasileira, *O Jornal* afirmou que “nosso jornalismo está longe, muito longe, daqueles padrões de beleza moral, que animam uma grande parte da imprensa dos Estados Unidos”. E destacava ainda que “[n]ão há jornalista que não reconheça o desenvolvimento e o largo coeficiente de progresso material e moral da imprensa dos Estados Unidos. Não há paiz

na terra onde o jornalismo esteja tão adiantado” (Chateaubriand, 1926).

Dessa maneira, fatores como a divisão colonial-moderna de poder, bem como aspectos de colonialidades internas devem ser considerados na avaliação dos diagnósticos sobre a imprensa brasileira tão perenes ao longo de sua história. A nosso ver, o paradigma do atraso pode ser caracterizado por uma linearidade e por uma repetição circular, construída a partir de uma valoração sumamente positiva da imprensa e da cultura do norte global (e, de um modo geral, da própria função civilizatória da imprensa), o que nos coloca sempre atrás numa suposta linha evolutiva. Assim, o que parece sustentar esse paradigma é uma petição de princípio, na medida em que os argumentos que atestam a tese do atraso já assumem a sua veracidade como premissa.

Como consequência, esse discurso parece ser incapaz de explicar circuitos comunicacionais que se deram no Brasil antes da chegada da imprensa e menos ainda a conformação, no século XVIII – mesmo com a ausência de prelos –, de episódios como a Revolta de Filipe dos Santos, a Guerra dos Mascates, a Conjuração Baiana ou a Inconfidência Mineira. É relevante enfatizar que aqui não negamos o atraso na chegada da imprensa no Brasil. Mas, sim, o questionamos enquanto um argumento definidor que, desde então, passa a valorizar e a caracterizar o jornalismo brasileiro quase sempre sob o viés da falta e da incompletude, em detrimento de estratos temporais mais complexos que compõem a nossa história. Ademais, há um esquecimento estratégico de práticas racistas /coloniais presentes nos “modelos jornalísticos” a serem incorporados.

Em 17 de julho de 1809, o jornal estadunidense *Guardian, or, New Brunswick Advertiser*, por exemplo, anunciava que “Um menino negro de 9 anos, inteligente, ativo e promissor para uma criança de sua idade, é colocado à venda, por toda a vida ou por um período de anos, com condições contratuais moderadas e negociáveis. Consulte a Tipografia”.

Sessenta anos mais tarde, os EUA estavam em plena guerra civil, momento em que a abolição da escravidão era um tema bastante discutido em jornais, inclusive naqueles considerados como precursores da imprensa moderna, como o *New York Herald*. James Gordon Bennett, seu *publisher*, tratou do tema em diversas ocasiões, como demonstrado por Perkins (1943). Em outubro de 1860, defendia a escravidão como uma instituição de controle social de uma “raça inferior”. Assim, afirmava que “O Sul [dos EUA] sustenta, e sustenta com razão, que a instituição da servidão doméstica para a raça africana entre eles não é nem um mal nem um crime.” Em seguida, apontava que “o grande problema é como quatro milhões de homens de uma raça inferior permanecerão

na sociedade, para sua felicidade, para o bem da comunidade da qual fazem parte, e para os interesses da civilização em geral?”. Em começos de 1861, ao questionar os benefícios da suspensão do tráfico de pessoas escravizadas, Bennett afirmava que a única coisa que esse impedimento teria conseguido era “simplesmente manter os escravos no pior tipo de escravidão na África e deixá-los selvagens, canibais e idólatras, em vez de civilizá-los e cristianizá-los pela servidão moderada de senhores cristãos na América.”

É certo que vários jornais estadunidenses se posicionaram contra a escravização de pessoas negras (como *The Liberator* e *The Friend of Man*), além de termos uma produção bastante pulsante de periódicos produzidos por afroamericanos no século XIX (como *Colored American*, *Ohio Tribune* e *The Elevator*). Mas também é fato que em uma sociedade fundada e marcada por critérios racistas, o dispositivo escravocrata encontrou eco e participação decisiva em várias das folhas estadunidenses, inclusive naquelas que expunham de maneira efetiva, um programa de eugenia (como *The Good Citizen*, da Ku Klux Klan). Nesse sentido, nos parece extremamente importante contextualizar esses jornais, bem como adicioná-los ao fluxo histórico que gerou o “modelo ‘americano’ de jornalismo”.

Não raramente encontramos em bibliografias normativas, a ideia de que o jornalismo seria essencial para a democracia, ou que seria sua função primeira a reprodução de uma realidade factual, objetiva. Se é pouco provável ir de encontro a esses argumentos, é necessário, no entanto, localizá-los, temporalizá-los e corporificá-los: democracia para quem? a partir de quais bases históricas? para avançar na conquista de quais direitos? Se a sociedade se transforma, não é razoável pensar que os saberes jornalísticos também devem ser tomados como instáveis? A não indagação a esses princípios normativos acarreta no risco de tomar esses elementos utópicos como um cisma destemporalizante.

Nesse sentido, a defesa acrítica e “essencial” do jornalismo tem levado, nos estudos historiográficos sobre a imprensa, pelo menos em sua faceta mais hegemônica, à legitimação de histórias edificantes e ao franco silenciamento de outras que, mesmo em potência, sequer podem ser concebidas (Manna, 2016, p.43). Jorge Pedro Sousa, por exemplo, termina o percurso de seu livro *Uma breve história do jornalismo no Ocidente* afirmando que:

O jornalismo é, todo ele, um hino à liberdade e à capacidade de iniciativa, privada mas também pública. A história do jornalismo no Ocidente é, portanto, uma história de afirmação da liberdade individual e da liberdade de expressão, uma história de afirmação da legitimidade do confronto de ideias e de formas de fazer as coisas, uma história que relembra constantemente de que a melhor

forma de nos protegermos da tirania e da ditadura reside na capacidade de vigiar e controlar os poderes, com actos e também com palavras, ou seja, com informação. (Sousa, 2008, p. 270)

Essa concepção sustentada por Sousa (2008) – toda ela uma profissão de fé sobre o jornalismo ocidental – propõe uma comunicação sem entraves a partir de uma história monumental que massacra suas próprias condições de existência. Como ressalta Manna (2016, p.74), essa visada negligencia um aspecto básico de todo processo narrativo: a tentativa de estabilização do mundo, o apagamento – consciente e não consciente – daquilo que não cabe nos parâmetros de normalidade aos quais o jornalismo serve. Além disso, ao enfatizar uma história que lembraria constantemente de sua capacidade de vigiar e controlar os poderes, Sousa (2008) – como um exemplo entre outros – acaba obliterando que o próprio jornalismo é, ele mesmo, uma instância de poder que permite, restringe, denuncia, apaga e constitui.

Por isso, somente uma ideia utopicamente desencarnada de jornalismo, sem marcas temporais evidentes, faz com que ela possa ser replicada e idealizada em diferentes épocas. Fruto de uma temporalização alargada e móvel que permite a permanência de sua constatação, é como se o jornalismo moderno, ocidental, sempre tivesse sido assim, ou pelo menos, sempre devesse ter sido assim. O fechamento sistemático e deliberado de outras temporalidades em seus passados e presentes (visto, por exemplo, na proposição de substituição de práticas “arcaicas” e “estáveis” ou na ideia de “modelo”), faz com que suas promessas utópicas estejam ancoradas senão no próprio cisma que defendem, projetando um futuro jamais concretizado.

Recusar as premissas totalizadoras do projeto colonial-moderno traz uma implicação ética e política das temporalidades. Assim, é necessário, por exemplo, questionar a proposição vaga de que ele seria necessariamente ‘fundamental para a democracia’, sem que essa proposição esteja ancorada na experiência. Afinal, ainda que desejemos que as práticas jornalísticas aperfeiçoem os debates democráticos, é necessário reconhecer que, muitas vezes, o jornalismo também pode ser, na verdade, fundamental para os golpes e danos à democracia (especialmente se pensarmos em seu papel na história recente da América Latina). Por isso, é relevante objetar – por mais nobres que pareçam ser – aspirações incapazes de considerar as historicidades, já que elas não podem alterar nada para além de reformular, como promessa de um futuro distante e fugidio, uma ação jamais praticada e um passado artificialmente estabilizado.

É possível perceber que, nesse tipo de discurso, não há marcas temporais evidentes, o que faz com que ele possa ser replicado

e idealizado em diferentes épocas. Fruto de uma temporalização alargada e móvel que permite a permanência de sua constatação, é como se o jornalismo moderno, ocidental, sempre tivesse sido assim, ou pelo menos, sempre devesse ter sido assim.

O que buscamos argumentar nesse artigo é a premência de reivindicar o imperativo das temporalidades e das localidades nas reflexões jornalísticas. Encarnar as práticas jornalísticas nos diagnósticos históricos sobre elas corresponde também a uma tentativa de enfrentarmos as colonialidades de poder e de saber, evitando dualismos simplificadores como primitivo-civilizado, tradicional-moderno, bem como um evolucionismo linear a unidirecional do jornalismo. Ao tentarmos caracterizar essas três idealizações sobre a história do jornalismo brasileiro: a de um jornalismo atemporal; a de um jornalismo atrasado; a de um jornalismo utópico desejamos instigar um debate sobre outras temporalizações possíveis, mais enredadas e atentas a diferentes formas de articulação.

Desse modo, abrir outras temporalidades possíveis para jornalisismos praticados em regiões de nosso subcontinente corresponde também a uma tentativa de enfrentarmos as colonialidades do poder, subvertendo, como propõe Quijano: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno etc.) e um evolucionismo unidirecional; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a idéia de raça; e c) a distorcida realocização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

ALBUQUERQUE, A. **A modernização autoritária do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2022

ÁLVAREZ, J. y MARTÍNEZ. **Historia de la prensa hispanoamericana**. Madrid, Mapfre, 1992

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 1996.

APPADURAI, A.. **Modernity at large**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011

AVANZA, MF. **Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo**. Tese apresentada na ECA-USP. 2007

BIROLI, F.. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. **História** (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007

- COSTA, C. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.
- BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.
- JOBIM, D.. French and U.S. Influences Upon the Latin American Press. **Journalism Quarterly** 31 (1), 1954, p. 61-66.
- KOVACH, B; ROSENSTIEL. **Os elementos do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LAGE, N.; FARIA, T.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Brasil, v. 1, n. 1, 2004.
- MANNA, N.. **Jornalismo e o espírito intempestivo: fantasmas da mediação jornalística da história, na história**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2016
- MARTINS, B. G.. A positividade do atraso: o papel da voz na história da imprensa brasileira. In: **Anais do 9o Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.
- MATHEUS, Leticia. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- MELO, José Marques de. **História social da imprensa**. Fatores socioculturais que retardaram implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil: Da Era Colonial à Regência (1500-1840)**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2015.
- NERONE, J. The Historical Roots of the Normative Model of Journalism. **Journalism** 14:4. 2013
- PERKINS, C. The Defense of Slavery in the Northern Press on the Eve of the Civil War. **The Journal of Southern History**, Vol. 9, No. 4 (Nov., 1943)
- QUIJANO, A - **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, A. P. G. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens da imprensa dos anos 50. In: **XI Encontro Anual da Compós (COMPÓS)**, 2002
- RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: Epapers, 2006.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- SEGATO, R. **La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad**. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.
- SILVA, M. V; MORAES, F. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2019, Porto Alegre. Campinas, Galoá, 2019.
- SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SPONHOLZ, L. Quando objetividade não é objectivity. Os princípios do jornalismo brasileiro e suas conseqüências. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume I: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.



# JORNALISMO E DEMOCRACIA FORMAL

em período eleitoral a partir de  
reflexões de quatro jornalistas

**Aleone Rodrigues Higido<sup>1</sup>**

**Antonio Carlos Fausto da Silva Júnior<sup>2</sup>**

**Carlos Alberto de Carvalho<sup>3</sup>**

**Philippe Oliveira Abouid<sup>4</sup>**

1. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Comunicação e bacharel em jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber.

E-mail:  
aleonerodrigues@gmail.com

2. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde também cursou a graduação em Jornalismo. Integrante do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber.

E-mail:  
antoniofaustojr@gmail.com

3. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde é docente na graduação e na pós-graduação em Comunicação Social. Coordenador do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

E-mail:  
carloscarvalho0209@gmail.com

4. Doutor em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); membro do grupo de pesquisa Insurgente.

E-mail:  
pholaboutid@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Diversos estudos teóricos e históricos sobre o jornalismo, situados em diferentes correntes conceituais, assumem como dado incontestável que democracia formal e jornalismo mantêm relação de reciprocidade e mútua dependência. Assim, uma sociedade somente poderá se definir como democrática se nela prevalecerem princípios legais e condições reais para o livre exercício jornalístico, podendo ser tratado também como para liberdade de imprensa, liberdade de comunicação e ausência de limites para a suposta livre expressão de opiniões e divulgação de informações. A contraparte consiste em constatar que sem imprensa livre a democracia formal correria riscos ou não existiria. Detalhes históricos podem variar de indicações de maior antiguidade de práticas jornalísticas ou democráticas, mas há razoável consenso em propor que modernamente democracia e jornalismo teriam surgido em um mesmo período histórico, coincidindo com as revoluções francesa e industrial, que teriam estabelecido os pilares políticos e econômicos que possibilitaram romper com os regimes autoritários ocidentais, assim como na adoção da Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos (Ferreira, 2011).

De acordo com Muniz Sodré (2006), a imprensa foi primordial na consolidação do espaço público moderno, onde se dá a mediação dos interesses da sociedade civil frente ao poder do Estado, particularmente a imprensa de opinião, em torno da qual organizaram-se os espaços públicos das democracias inaugurais na modernidade ocidental: “A cumplicidade política entre os jornais e seus leitores estimulou a prática da argumentação pública na sociedade burguesa e, sem dúvida, contribuiu para a popularização da ideia da representação do povo junto ao poder” (Sodré, 2006, p. 158). É um erro, porém, pensar neste espaço público como algo linear, homogêneo, desprovido de rugas e tensões:

[...] é preciso deixar claro que, a despeito de sua grande importância, a imprensa não define o espaço público. Em outras palavras, este não é um puro espaço de comunicação, e sim uma potência de conversão ou de transformação do individual em comum, o que não deixa de comportar zonas de sombras ou opacidades não necessariamente comunicativas. Assim, a ampliação técnica da tradicional esfera pública pelo advento da mídia ou de todas as tecnologias de informação não implica necessariamente o alargamento da ação política. (Sodré, 2006, p. 158)

Sobre textos que expressam as opiniões de jornalistas debruçamo-nos neste artigo, a fim de questionar a suposta

relação de reciprocidade entre jornalismo e democracia formal, particularmente em colunas publicadas entre os dias 1º de agosto e 15 de novembro de 2022 pela jornalista Flávia Oliveira (*O Globo*) e pelos jornalistas Fernando Brito (*Tijolaço*), Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) e Luis Nassif (*Jornal GGN*), a versar sobre a relação entre jornalismo/jornalistas e democracia. Não nos guiamos, portanto, por perspectivas que lidam com as relações entre comunicação e política a partir de pressupostos como processos deliberativos, mídia e esfera pública etc. (Maia, 2009). Interessamos-nos, por outro lado, em verificar as fraturas da democracia formal e as relações ambíguas do jornalismo com os princípios democráticos formais, compreendendo que as chamadas democracias modernas nunca se comprometeram efetivamente em eliminar desigualdades sociais, culturais, econômicas, educacionais e outras que dificultam a vida de pessoas marginalizadas pela misoginia, pela LGBTQIAPN+fobia, pela xenofobia, pelo racismo, pelo capacitismo etc. (Mbembe, 2014, 2017; Mombaça, 2021; Sharpe, 2023). Não temos, conseqüentemente, democracias amplas, nas quais a diversidade humana seja efetivamente respeitada e promovida, sem hierarquias que desumanizam.

## METODOLOGIA

A coleta dos textos que expressam opiniões de jornalistas que compõem nossa empiria faz-se no contexto de pesquisas preocupadas em perceber, no período eleitoral para a presidência da República de 2022, como as candidaturas postas e as coberturas jornalísticas sobre estas assumiam (ou negligenciavam) propostas relativas a problemas afeitos aos direitos humanos. Assim, nos interessavam dimensões programáticas como o combate ao racismo, à misoginia, à LGBTQIAPN+fobia, à xenofobia, ao capacitismo e a outras estratégias de desumanização, bem como a defesa de princípios democráticos que fossem além das perspectivas da democracia formal, ou seja, comprometidos precisamente com a superação dos processos desumanizadores que limitam a ideia de igualdade e liberdade.

A escolha da jornalista e dos jornalistas considerou, tanto quanto possível, diversidade de gênero, raça e tipo de mídias de atuação. Flávia Oliveira, a única mulher e pessoa negra da amostra, e Janio de Freitas escreveram para jornais da mídia tradicional, enquanto Fernando Brito mantém sozinho um *blog* jornalístico e Luis Nassif é o responsável por um jornal *online* que conta com colaborações, além dos textos próprios.

Constituem a empiria 27 textos, selecionados no período que abrange o primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2022 (01/08 a 15/11), quando se enfatizou a discussão acerca da ruptura democrática que a reeleição de Jair Bolsonaro (PL) representaria para o Brasil. Do total de textos, um é de autoria de Flávia Oliveira (*O Globo*), 15 de autoria de Fernando Brito (*Tijoloço*), cinco de autoria de Janio de Freitas (*Folha de S.Paulo*) e seis escritos por Luis Nassif (*Jornal GGN*). A seleção dos textos se deu pelo critério de adequação do conteúdo destes ao desenho temático, ou seja, abordar a relação entre jornalismo e democracia formal. Foram, assim, separados de outros textos jornalísticos de opinião, inclusive da e dos jornalistas, que tratavam da disputa eleitoral para a presidência da República, mas que abordavam outros temas, como economia, cultura, pesquisas de intenção de votos etc.

## DEMOCRACIA

### um conceito fraturado

As discussões públicas da Grécia antiga promovidas pelos cidadãos livres costumam aparecer em inventários históricos sobre as origens da democracia e suas potenciais influências sobre modelos democráticos posteriores (Sodré, 2006; Soares, 2009). A depender de visadas mais críticas ou mais romantizadas, será dado ou não relevo ao fato de que na Grécia antiga o debate público era privilégio de poucos, somente outorgado a homens que cumprissem critérios que os tornassem livres, excluindo escravos, estrangeiros e mulheres. Essa ampla exclusão nas “origens” da democracia, em tese, estaria superada nos atuais modelos democráticos, nos quais a universalidade do voto seria garantida, independentemente de gênero, raça, poder econômico ou outras variáveis. Não nos ocuparemos dos diversos conceitos de democracia, interessando-nos aqui pensar que há limites no que genericamente pode ser denominada como “democracia formal”, qual seja, aquela sustentada por modelos de escolha livre pelo voto popular que elege governantes nos diversos níveis dos poderes legislativos e executivos (a quem se interessar pela diversidade de conceitos, remetemos à bibliografia utilizada neste artigo).

A existência da democracia está intimamente associada à atividade política, entendida para além da vida partidária, das dinâmicas sindicais e de outras organizações associativas. Tal como propõe Hannah Arendt (2002), a política deve ser atividade que garanta e respeite a diversidade humana, diversidade que

na atualidade pressupõe muito mais do que aquela que estava originalmente nas proposições da pensadora. Em última instância, a política constitui, ou deveria constituir, a base dos modos como vivemos em sociedade, instituindo o respeito irrestrito a todas as pluralidades humanas, evitando a violência em suas mais variadas formas, que é, para Hannah Arendt, a ameaça maior enfrentada pela política, inclusive dela podendo derivar, por exemplo, na promoção de guerras.

A política como força motriz para a vida em sociedade encontra paralelo na visão do filósofo pragmatista John Dewey, que refletindo a partir do contexto dos Estados Unidos do início do século XX, propõe que democracia, mais do que um conceito ou uma prática específica, deve consistir em uma ideia permanentemente perseguida e preservada.

Segundo Thamy Pogrebinschi,

Para entender o conceito de democracia em Dewey, é preciso partir de uma distinção que ele mesmo efetua. Trata-se de distinguir a democracia, por um lado, como uma *ideia* e, por outro, como um *sistema de governo*. À democracia como um sistema de governo, Dewey chama de *democracia política*. Mas é com a ‘ideia de democracia’ que Dewey está mais preocupado, ainda que os dois conceitos estejam conectados. (...) A democracia como um ideia (social ou moral, como Dewey acrescenta indistintamente) consiste no modo de encarar o conceito de democracia que foi mais desenvolvido por Dewey e também aquele sobre o qual parecia preferir escrever e pensar a respeito. Trata-se, esta ideia, de acreditar que a democracia é um *modo de vida*. (Pogrebinschi, 2005, p. 151-152, com destaques no original)

Ao defender a democracia como uma ideia, como um modo de vida, Dewey está buscando resguardá-la das ameaças que podem advir da sensação de que estando formalmente instituída, sua permanência e existência estariam garantidas. Em certo sentido o autor, aqui sempre referido a partir de Thamy Pogrebinschi (2005), vislumbra a democracia como uma eterna utopia, como um valor a ser conquistado, a despeito da sua instituição formal na condução de países. Nessa condição de infinito vir a ser, a democracia jamais poderia desprezar as potencialidades humanas, sem distinção de raça, cor, sexo, nascimento e família, riqueza material ou cultural, nas palavras de Dewey, lembrando que o autor está refletindo no seio de um país que se autoproclamava, já no início do século XX, como modelo de democracia ao mesmo tempo em que mantinha leis racistas que promoviam segregações, dentre outras condições de desrespeito à pluralidade humana. Não por acaso, Christina Sharpe (2023), intelectual negra norte-americana, afirma que o

genocídio e a perseguição às pessoas negras é um dos pilares da prática da democracia nos Estados Unidos.

A aparente contradição entre democracia como modelo que orientaria nações em suas relações políticas, econômicas, culturais, ideológicas etc. e processos de exclusão não constitui ponto fora da curva, mas reflete precisamente as reais condições nas quais as democracias foram implantadas e se consolidaram. Na verdade, a democracia em suas atuais condições de existência é o pano de fundo perfeito para mascarar as mais cruéis estratégias de hierarquização e de exclusão, manifestas sob formas tão múltiplas quanto a promoção da pobreza, do racismo, da xenofobia, da misoginia, do capacitismo, da LGBTQIAPN+fobia e de outras desumanizações. Em suma, a democracia beneficia-se plenamente uma ínfima parcela de homens brancos, cisheteronormativos, cristãos e capacitistas.

Interessa-nos, a partir do reconhecimento dos limites da democracia, recorrer ao pensamento de Achille Mbembe (2017), particularmente às lógicas das “políticas da inimizade”, que ressalta, nos marcos da reflexão sobre o racismo, as fraturas do pensamento e da ação democráticos. As “políticas da inimizade”, em síntese, são um conjunto de ações e de circunstâncias nas quais impera o espírito de construção de inimigos a combater, escolhidos com base no racismo e em outras modalidades de ódio, como as de motivação sexista, xenófoba, capacitista, cultural, religiosa, econômica e tantas outras. Para Mbembe, a democracia, em suas vertentes derivadas do Iluminismo e do Liberalismo, foi forjada em contradições, já que o humanismo que lhe foi subjacente é eurocêntrico e não reconhecia a humanidade dos povos subjugados nos processos de invasões territoriais e suas devastações diversas, a par dos processos de escravizações.

A progressiva relação entre democracia e capitalismo, ao invés de romper com as contradições das democracias, tornou-as ainda mais acentuadas. Se o trabalho escravo foi formalmente eliminado em sistemas legais, a exploração do trabalho continuou, com o agravante do recrudescimento do racismo, ao qual, como já indicamos, somaram-se ou também se acentuaram outras formas de violências físicas e simbólicas.

Como consequência, segundo Mbembe,

A ideia segundo a qual a vida em democracia é, no seu fundamento, pacífica, policiada e desprovida de violência (nomeadamente sob a forma da guerra e da devastação) não nos convence. É verdade que a emergência e a consolidação da democracia vêm a par de imensas tentativas de controlar a violência individual, de a regulamentar e reduzir, suprimindo nomeadamente as manifestações mais espetaculares e mais abjectas por reprovação moral ou por

sanções jurídicas. Mas a brutalidade das democracias nunca foi senão abafada. Desde as suas origens, as democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política, inclusivamente. (Mbembe, 2017, p. 33)

Tomamos as proposições de Achille Mbembe como referência para indicar que em sua configuração formal a democracia tem tido o seu sucesso medido tão somente pela capacidade de promover e manter sistemas de governo nos quais o voto popular é o princípio básico de outorga e sustentação de governantes. Na esteira desse sucesso, no entanto, são mascarados os fracassos da democracia na efetiva promoção da igualdade humana, ou melhor dito, na eficiência do ocultamento das condições estruturais de produção de desigualdades, sobretudo sob a égide neoliberal que impera desde o final do século XX, com todas as formas de violências físicas e simbólicas subjacentes (Fuchs, 2022). As modernas democracias, em variados graus, convivem com, e promovem, o racismo, a xenofobia, as desigualdades econômicas, a pobreza, a misoginia, o capacitismo, a LGBTQIAPN+fobia e outras estratégias de não reconhecimento da pluralidade humana e sem que tais condições sejam superadas não teremos sequer a democracia como ideia, segundo a proposição de John Dewey.

Há de se destacar, porém, que não é ressaltado na história oficial brasileira - e isso pode ser compreendido através do racismo - a criação do primeiro Estado Livre de todo o continente americano: a República Negra de Palmares. Segundo Lélia Gonzalez (2020), sob a liderança da figura de Zumbi, a República Negra de Palmares foi uma experiência que denunciava não só o sistema de dominação/exploração implantado pelos europeus, mas um lugar em que foi possível construir uma “efetiva harmonia racial, já que sua população constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção” (Gonzalez, 2020, p. 51). Para a autora, Palmares, além de ter sido o berço da nacionalidade brasileira, com seu idioma oficial “pretuguês”, é também a primeira tentativa brasileira, tanto em termos políticos quanto socioeconômicos, de se criar uma sociedade democrática e igualitária.

## **JORNALISMO E DEMOCRACIA FORMAL**

### relações tensas

A modernidade alçou o jornalismo a sinônimo de democracia: assim como comunicação seria a maneira dialógica de se referir à sociedade, o jornalismo representaria a encarnação comunicacional da democracia, responsável pela instituição e

manutenção de um espaço público que, ao fim e ao cabo, equivaleria à ágora da Antiguidade, lugar por excelência de exercício da cidadania (Ferreira, 2011; Sodré, 2006, 2014). Ferreira (2011, p. 81), porém, lembra que “muitos dos textos-chave da funda o da teoria democrática, ou das próprias práticas democráticas, não fazem quaisquer referências ao jornalismo”:

Não havia imprensa na Grécia Antiga e, mais tarde, para os inspiradores das revolu es americana e francesa, muito embora fizessem uso de panfletos impressos e até de jornais, era secundário o papel que este meio desempenhava. Foi numa fase mais recente, com maior incidência no último quartel do século passado, que os próprios jornalistas passaram a reivindicar a importância crucial do seu trabalho para o bem comum - a importância da liberdade de expressão em sociedades que se reivindicavam como sociedades liberais mostrava como óbvio a importância do jornalismo para a democracia. (Ferreira, 2011, p. 81)

Há uma espécie de romantiza o da ideia de democracia formal por parte da modernidade (Ferreira, 2011), expressa no artigo primeiro da Constitui o da República Federativa do Brasil de 1988, quando esta afirma que “todo poder emana do povo”.   nesse contexto de romantiza o (Ferreira, 2011) e “idealiza o” (Sodré, 2006) da democracia greco-romana pela modernidade que entra o jornalismo. Em busca de um lugar superior para a categoria na hierarquia social, jornalistas passaram a se arrogar o papel de representantes por excelência do povo em um espaço público cada vez mais regido pela média, o *bios* virtual, da mesma forma como passaram a reivindicar para a categoria o *status* de historiadores do instante (Ferreira, 2011; Sodré, 2002, 2006, 2014; Barbosa, 2012).

Para no moderno senso comum a ideia de que uma democracia formal fortalecida implicaria, igualmente, o fortalecimento institucional dos mais diversos grupos sociais, com semelhantes visibilidades, direito   fala e   escuta, o que não se verifica na contemporaneidade, particularmente no contexto brasileiro. Podemos afirmar, assim, que a concep o formal de democracia está estruturada pelo racismo, mas não só: também pela misoginia, pela LGBTQIAPN+fobia, pela xenofobia, pelo capacitismo, dentre outras estratégias encarregadas de classificar quais as vidas *matáveis* e quais as vidas dignas de serem vividas (Mombaça, 2021). Na Antiguidade, o ideal democrático estava assentado no exercício de uma cidadania restrita a poucas pessoas, apenas homens. Tendo isso em vista, permitimo-nos lançar um

questionamento, ao adaptarmos o mote do manifesto lançado em 2020, pela Coalizão Negra por Direitos, “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”<sup>5</sup>: é possível pensar o fim do racismo, da misoginia, da LGBTQIAPN+fobia, da xenofobia, do capacitismo no âmbito *deste* ideal de democracia?

Outra pergunta, agora retomando as relações entre jornalismo e democracia formal, consiste em perceber os limites da interdependência entre ambos. Robert G. Picard (2009), refletindo sobre os impactos das novas tecnologias sobre a mídia impressa, coloca em xeque a suposta sustentação que a imprensa historicamente teria dado à democracia formal. Segundo o autor,

Em última análise, voltamos à questão de saber se a democracia pode existir sem a imprensa. Acredito que a resposta seja sim. A imprensa escrita está se tornando cada vez mais desnecessária para a democracia, mas algumas de suas funções permanecem essenciais. À medida que a tecnologia continua a progredir no século XXI, precisamos garantir que os meios para as funções tradicionais da imprensa sejam promovidos e protegidos. (Picard, 2009, p. 75)

A proteção das funções tradicionais da imprensa não exclui reconhecer, como lembra Robert G. Picard (2009), que as relações entre imprensa e democracia formal nunca foram tão evidentes como se costuma apregoar, além de afirmar que a democracia prosperou antes da imprensa como conhecemos na atualidade. Como exemplos das fraturas nessas relações o autor refere que a derrubada dos resíduos dos colonialismos ocorreu sem atuação de uma imprensa democraticamente “inclinada ou simpatizante”, assim como na

África e Ásia surgiram democracias quando as condições e poderes coloniais, como o apartheid, foram rejeitados pela população, apesar da falta de apoio na imprensa. A luta pela democracia na Europa Central e Oriental avançou sem a imprensa realizando as funções democráticas que acreditamos que elas servem. (Picard, 2009, p. 70)

Olhar criticamente para as relações históricas entre imprensa-jornalismo e democracia formal objetiva, antes de mais, prestar atenção aos necessários aperfeiçoamentos democráticos pelos quais as duas instituições precisam passar, saindo das concepções formais para efetivamente superar as desigualdades criadas pelas lógicas das “políticas da inimizade”, retomando Achille Mbembe (2017).

5. Conferir <https://comracismonaohademocrazia.org.br/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

## JORNALISMO E DEMOCRACIA

### na visão de jornalistas

Os textos selecionados para análise sobre o jornalismo na intersecção com a democracia formal indicam que a imprensa brasileira tem se empenhado pouco ou nada em se comprometer com a democracia como efetiva superação de todas as desigualdades e com a eliminação das lógicas das “políticas da inimizade”. Na sequência, destacamos como textos que compõem nossa amostra lidaram com questões que envolveram diretamente, a partir da disputa eleitoral para a presidência da República de 2022, relações entre jornais, jornalismo, jornalistas e os desafios impostos à democracia formal. Em diversos textos há referências a processos eleitorais anteriores, assim como a momentos políticos tensos, como aqueles que envolveram a denominada Operação Lava Jato (Carvalho; Fonseca, 2019).

Janio de Freitas (2022a; 2022b; 2022c; 2022d) recorda o trabalho duvidoso que a imprensa desempenhou no debate eleitoral de 1989; e mais recentemente em revelar o mínimo possível a respeito dos ataques de militares, especialmente no Ministério da Defesa, ao sistema eleitoral; além da desconfiança sobre as deliberações do ministro Alexandre de Moraes diante dos ataques às instituições democráticas. Essas questões tensionam a perspectiva de um jornalismo comprometido com a democracia formal, naquela relação de dependência e reciprocidade que habita o imaginário social.

Observamos a partir dos textos que o compromisso da imprensa brasileira com a democracia formal se faz no limite das relações econômicas e comerciais. Os grandes grupos midiáticos do país parecem estar mais comprometidos com a defesa das políticas econômicas neoliberais do que propriamente com a democracia. As relações comerciais se impõem ao suposto papel democrático da imprensa. Nesse sentido, o apoio velado de grande parte dos grupos midiáticos a Bolsonaro se justifica pela manutenção do *establishment* e das perspectivas econômicas neoliberais, ainda que se negligencie o seu impulso autoritário, a sua aversão às minorias representativas, às mulheres, à população negra, periférica e LGBTQIAPN+; os seus discursos de ódio e o *modus operandi* de sua campanha, pautada na violência política, na radicalização e nos ataques aos adversários.

Para Luis Nassif (2022a), esse conjunto articulado de ações da extrema-direita, apesar de ter se potencializado com a vitória de Jair Bolsonaro, começou a tomar forma a partir do fenômeno que ele caracteriza como “antipetismo”. Ou seja, essa ojeriza a um partido político, em específico, seria o começo de uma

escalada de violência política que sustentaria todos os retrocessos institucionais que se seguiram, tendo como um dos agentes principais a mídia corporativa.

Foi um curso recorrente e prolongado ensinando como odiar o PT e Lula. Hoje em dia, é um sentimento tão arraigado que, em nome do antipetismo, perdoam-se todos os erros, todos os crimes de Bolsonaro, as ligações com as milícias, com pessoas envolvidas com a morte de Marielle, as casas adquiridas com dinheiro vivo, as mansões compradas em Brasília. Tudo é aceito porque a mídia encravou na cabeça do brasileiro o ódio intemporal a Lula e ao PT. E, por tabela, aos partidos políticos e à democracia. (Nassif, 2022a)

Nassif (2022c) afirma que há uma desonestidade intelectual por parte de jornalistas, especialmente os críticos a estadistas que usam dos pactos políticos e alianças para ter governabilidade numa democracia formal. Devido a essa desonestidade intelectual - ou interesse corporativista? -, alguns jornalistas abandonam preceitos tais como presunção de inocência num sistema jurídico. “Ignora o princípio da presunção da inocência. Ignora também que mais de vinte processos de Lula foram transferidos para outros juízes - depois que o STF condenou a parcialidade do juiz Sérgio Moro -, com todas as provas levantadas pela Lava Jato” (Nassif, 2022c).

Luis Nassif (2022b) considera como prática disseminada a capacidade de jornalistas de se tornarem refém dos “monstros das ruas” fazendo, inclusive, com que embarquem em ondas que levariam o país a sucessivos golpes. Segundo ele (2022b), narrativas como a da “CPI de Precatórios” - capitaneada por políticos como Paulo Maluf -, *fake news* de cunho moral propagandeadas por José Serra em 2010, campanha pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff iniciada em 2013 e o endosso à Lava Jato desmoralizaram a mídia brasileira. A culpa seria da lógica mercantil que há por trás dos grupos de mídia, que dependem dos seus leitores, evitando complexificar e discutir assuntos polêmicos por receio de uma debandada de assinantes e embates que refletiriam perda de receitas.

Nesse sentido, Fernando Brito (2022g) questiona as leituras positivas (e fascistóides) que o editorial da *Folha* fazia sobre o panorama econômico do governo Bolsonaro ao afirmar que este não corresponde a um cenário de “terra arrasada”, ainda que os indicadores socioeconômicos noticiados pelo próprio jornal mostrassem o contrário. A defesa do jornal se volta para as políticas neoliberais, que estariam dando certo nos últimos anos. Observa-se que as ameaças reais que a própria imprensa noticiava a respeito dos ataques deliberados de Bolsonaro à democracia formal brasileira eram subestimadas em detrimento

de suas ideologias neoliberais compartilhadas por parte da mídia comercial.

Brito (2022a) também fala de uma suposta imparcialidade no jornalismo político brasileiro e nas questões que emergem em relação à sua dimensão ética. Parafraseando o roteirista Jorge Furtado em entrevista à jornalista Mônica Bergamo<sup>6</sup>, grifa-se que o jornalismo tem grande responsabilidade pela ascensão da extrema-direita no Brasil. Brito descreve alguns trechos dessa entrevista que lhe parecem provocadores, por exemplo, nessa ambivalência do jornalismo, ora contribuindo com a radicalização da política, ora se transformando em uma “ilha de salvação”, referindo-se ao contexto de omissão de informações por parte do governo federal durante a pandemia da Covid-19.

Não é novidade que Bolsonaro e seu núcleo político estejam na linha de frente da articulação e reação de setores conservadores a partir de ataques a adversários e fazendo uso da violência política. Em 2018 a jornalista da *Folha de S.Paulo*, Patrícia Campos Mello, esteve entre os alvos de uma violenta campanha de difamação e intimidação por milícias digitais e do chamado “gabinete do ódio”, em consequência de seu trabalho jornalístico. Ela entrou no alvo desses grupos depois de uma reportagem sobre o financiamento de notícias falsas em benefício da candidatura de Jair Bolsonaro por meio das mídias digitais. Assim como Mello, outras jornalistas também estiveram em rota de colisão com o gabinete do ódio, como Vera Magalhães, Míriam Leitão, Andréia Sadi, Eliane Cantanhêde, Elvira Lobato etc. Segundo Mello (2020), observa-se nesses casos uma predisposição no ataque às jornalistas mulheres, que não é aleatória, mas se inscreve exatamente no lugar da violência de gênero.

É convivendo com essa hostilidade, violência e intolerância a profissionais de imprensa que a jornalista Flávia Oliveira relata um contexto “distópico” de ataques, ameaças, agressões e até mesmo homicídios por motivações políticas nas eleições presidenciais de 2022. Em seu texto, Oliveira (2022) pontua que 2.865 milhões de conteúdos com ofensas e agressões a 120 profissionais da imprensa foram levantados no período de um mês.

Por outro lado, o jornalismo também tem a sua parcela de contribuição com esse caos. Janio de Freitas nos lembra que jornalistas e veículos de imprensa alimentaram durante muito tempo um certo clima de hostilidade e ataques a personalidades políticas, na esteira da radicalização dos discursos antipolítica. Freitas (2022a) recorda a participação de jornalistas como Vera Magalhães, que embora atacada por Bolsonaro nas eleições de 2022, também teria mobilizado as suas redes para destilar o ódio e a intolerância, por exemplo, quando pediu a cabeça de Guilherme Boulos ou debochou da morte de D. Marisa Letícia, ex-esposa do presidente Lula.

6. Nesta entrevista, Jorge Furtado e Guel Arraes falam a respeito do filme “O debate”, roteirizado por eles e dirigido por Caio Blat, que discute a ação da Globo em processos eleitorais.

A imparcialidade jornalística, que seria um dos pressupostos democráticos a orientar a atividade profissional, também pode ser mobilizada contra a democracia formal. É o que diz, por exemplo, o texto de Fernando Brito (2022j) quando sugere a produção de um certo tipo de “jornalismo de programa”, em que os profissionais da imprensa posam de “isentões” e negligenciam os métodos controversos usados por Bolsonaro.

Entre as indignações de Brito (2022e) em relação ao comportamento do jornalismo brasileiro está uma entrevista de Bolsonaro ao jornal *The New York Times*, em 2016. Nela, Bolsonaro alega ser capaz de praticar canibalismo ao comer carne indígena. “Comeria o índio sem problema nenhum”, disse o ex-presidente. No Brasil, apenas a revista *Veja* teria repercutido essa fala, tratando-a como parte de uma “guerra das redes”, ou seja, em meio aos golpes baixos e ataques a adversários, recorrentes no ambiente digital. Ocorre que em relação ao ímpeto canibalista de Bolsonaro, sendo mentira ou não, foi uma afirmação digna de fato noticioso, o que faz Fernando Brito concluir que a imprensa tem sonogado criminosamente a informação. O mesmo acontece com o caso das meninas venezuelanas, ocasião em que o ex-presidente teria dito ter “pintado um clima” com uma adolescente (Brito, 2022j).

Nessa mesma linha, Janio de Freitas (2022a) reflete sobre a atividade jornalística e seus deveres éticos e profissionais. Ele cita, por exemplo, a omissão de jornalistas diante de alguns dos resultados do governo Bolsonaro, como o genocídio de populações e de chefes indígenas, invasão de terras protegidas, a ação criminosa do garimpo para exploração de riquezas, o crescimento do desmatamento, entre outras ilegalidades em curso na Amazônia. Para Freitas, esses abusos ocorrem com a conivência não apenas do então governo, mas também da imprensa pelo seu trabalho “historicamente muito mal cumprido”.

Fernando Brito (2022c) eleva a crítica à rede Globo e ao linchamento que o *Jornal Nacional* realizou contra o presidente Lula durante anos. Também na Globo, o jornalista recorda que Merval Pereira chegou a alegar que Bolsonaro não representava riscos à democracia (Brito, 2022h). O *Estadão* tratou de colocar no mesmo plano o assassinato contra petista motivado pela violência política, ao discurso de Lula sobre certa composição elitista nas manifestações pró-Bolsonaro (Brito, 2022d). Fernando Brito (2022g) nos recorda o adjetivo usado pela *Folha* para se referir à ditadura brasileira, a “ditabranda”, período esse marcado por perseguições, exílios e assassinatos. E o que dizer do modo como o jornal noticiou a farsa de André Valadão sobre uma inverídica retratação exigida pelo ministro Alexandre de Moraes em razão de mentiras publicadas pelo pastor em suas mídias sociais? Ao invés

de desmenti-lo, o jornal optou por dizer que o pastor se antecipou ao TSE e fez uma retratação sobre as acusações contra o presidente Lula de fechar igrejas e proteger bandidos (Brito, 2022l). Além disso, aproveitou o espaço da reportagem para reproduzir outros vídeos em que Valadão realiza as mesmas acusações.

Noutro momento, Janio de Freitas (2022a) aborda como setores da imprensa insistiam em nivelar o ex-presidente Bolsonaro ao presidente Lula. Ele afirma que nenhuma pessoa intelectualmente honesta se prestaria a tal acinte. Por mais críticas que se faça ao presidente Lula, não há como enxergar nele o mínimo de perversidade que transborda em Bolsonaro, segundo o jornalista.

Luis Nassif questiona - ironicamente ou não - se houve uma manifestação de um bom jornalismo por parte do *Jornal Nacional* ao veicular uma série de reportagens sobre a Constituição durante o período eleitoral, em que se salientava a relevância da consolidação dos direitos. Para Nassif (2022d), parecia haver “uma mudança central no enferrujadíssimo pensamento ultraliberal que ainda domina o jornalismo brasileiro. O economicismo vazio que controlou as políticas públicas desde o Real, finalmente começa a esmaecer” (Nassif, 2022d). Crítico a esse pensamento ultraliberal - que, de alguma maneira, é vetor para a consolidação de um projeto de ultradireita - o jornalista também historiciza que, a partir de 2008, a democracia liberal entrou em xeque, “especialmente quando ficou claro que a ultrafinanceirização destruiu estruturas sociais, promoveu a concentração de renda, ampliou a miséria pelo mundo” (Nassif, 2022d).

## **JORNALISMO E DEMOCRACIA**

### na visão de jornalistas

Ao discorrer sobre jornalismo e democracia formal em período eleitoral, a jornalista e os jornalistas fazem duras críticas ao jornalismo, à mídia corporativista e suas preocupações econômicas/neoliberais, à ascensão da extrema-direita, à radicalização e à violência política. Evidencia-se a contribuição que o jornalismo brasileiro tem feito no sentido de ocultar as imbricações entre a defesa de um *establishment* conservador e neoliberal com os processos de colonização, exploração e controle pelo capital.

Nos textos analisados há uma forte reação da jornalista e dos jornalistas ao cenário caracterizado pela violência política, especialmente na relação entre o governo Bolsonaro e o ataque sofrido por jornalistas mulheres no exercício da atividade profissional. Violência que no contexto eleitoral de 2022 se

estendeu aos ódios de gênero, capacitistas, xenófobos, racistas e LGBTQIAPN+fóbicos. No entanto, não identificamos nos textos análises que abordassem violências para além da misoginia, fossem contra jornalistas ou às mulheres em geral, e dos ataques a povos indígenas. Consequentemente, o racismo, o capacitismo, a xenofobia e a LGBTQIAPN+fobia, dentre outras estratégias de desumanização, não mereceram atenção da jornalista e dos jornalistas. Assim, fica limitada a possibilidade de ir além da ideia de democracia formal, com conseqüente discussão sobre os entraves à consecução da democracia que efetivamente respeite a diversidade humana e rompa com as hierarquizações que desumanizam, pondo fim às “políticas da inimizade”.

A partir das discussões teóricas sobre democracia para além do seu aspecto formal, perguntamo-nos o porquê dessas ausências, desses apagamentos numa percepção de democracia abrangente a ser defendida e cumprida pelo jornalismo (e por jornalistas). Seria possível a jornalista Flávia Oliveira, negra, tecer críticas no jornal *O Globo* sobre a relação entre jornalismo e democracia na dimensão dos processos de racialização e na intersecção com a violência de gênero, por exemplo?

E em relação às dinâmicas racializadas de exploração por meio do capital e das políticas neoliberais, que historicamente marginalizam pessoas pretas e periféricas, inclusive nas redações jornalísticas e na cobertura política? Avançando um pouco mais, quantas mulheres e homens trans, indígenas, pessoas com deficiência jornalistas estão falando de política nas redações dos jornais, para que seja possível falarmos em termos do papel democrático da imprensa em sua efetividade? Ainda nesse sentido, com exceção de Oliveira, os jornalistas selecionados para a análise são homens brancos cisgênero sem nenhuma proximidade com as pautas de defesa dos direitos humanos identificadas, muitas vezes pejorativamente, como “identitárias” por trás de muitas dessas violências políticas orquestradas pela extrema-direita no Brasil.

Ao sobrepor o interesse do público ao interesse público, as grandes corporações midiáticas passaram por cima de princípios democráticos, não sem a participação de jornalistas. Fernando Brito, Janio de Freitas e Luis Nassif denunciam que nos últimos anos jornalistas do Brasil estiveram na linha de frente dos deliberados ataques à imprensa protagonizados por Bolsonaro e seu governo, porém muitas e muitos profissionais também estiveram na linha de frente dos ataques políticos (e misóginos) direcionados à Dilma; ao Lula e ao PT. Nesses termos, entendemos que as recentes ameaças à democracia formal brasileira ocorreram com a contribuição da mídia corporativa e de jornalistas, especialmente em alianças com setores conservadores/neoliberais.

Na aproximação com as críticas mbembianas às democracias

ocidentais e sua lógica pautada na política da inimizade, entendemos que o contexto de violência política brasileiro tem relação direta com a ascensão da extrema-direita no país e o consequente processo de radicalização política, discursos de ódio e ataques a adversários políticos.

Se na perspectiva mbembiana a própria democracia tem se forjado a despeito das populações originárias, periféricas e marginalizadas, também percebemos o jornalismo implicado nessas relações de poder que negligenciam os “resíduos do colonialismo”, para usar o termo de Picard (2009). Consequentemente, o jornalismo reproduz as lógicas de invisibilidades e apagamentos, além das relações raciais, étnicas, culturais, econômicas, de gênero e sexualidade desumanizadoras que estruturam os Estados democráticos na modernidade, fundamentalmente capitalistas e neoliberais.

## AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

# REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **O que é a política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BELMONT, Mariana. A culpa não é da chuva: é do racismo ambiental. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2023, Colunas e blogs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2023/02/a-culpa-nao-e-da-chuva-e-do-racismo-ambiental.shtml>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRITO, Fernando. A arte imita a vida: filme discute ação da Globo no processo eleitoral. **Tijolaço**, 21 ago. 2022a. Disponível em: <https://tijolaco.net/a-arte-imita-a-vida-filme-discute-acao-da-globo-no-processo-eleitoral/>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Lula só não ‘fez o L’, mas ‘correu pro abraço’.... **Tijolaço**, 25 ago. 2022b. Disponível em: <https://tijolaco.net/lula-so-nao-fez-o-l-mas-correu-pro-abraco/>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Lula no JN: A galinha na panela vale uma missa. **Tijolaço**, 25 ago. 2022c. Disponível em: <https://tijolaco.net/lula-no-jn-a-galinha-na-panela-vale-uma-missa/>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. O muro da vergonha. **Tijolaço**, 10 set. 2022d. Disponível em: <<https://tijolaco.net/o-muro-da-vergonha-2/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. A mídia vai ‘passar pano’ para o ‘Bolsonaro canibal’?. **Tijolaço**, 05 out. 2022e. Disponível em: <<https://tijolaco.net/a-midia-vai-passar-pano-para-o-bolsonaro-canibal/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Delírio antropofágico de Bolsonaro é informação, tem de ser público. **Tijolaço**, 07 out. 2022f. Disponível em: <<https://tijolaco.net/delirio-antropofagico-de-bolsonaro-e-informacao-tem-de-ser-publico/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. A Folha e o ‘Bolsobrando’, vergonha que a tarja não esconde. **Tijolaço**, 09 out. 2022g. Disponível em: <<https://tijolaco.net/a-folha-e-o-bolsobrando-vergonha-que-a-tarja-nao-esconde/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. A Folha vai virar “tchutchuca do Jair”?. **Tijolaço**, 11 out. 2022h. Disponível em: <<https://tijolaco.net/a-folha-vai- virar-tchutchuca-do-jair/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Veja a ‘autocrítica’ de Merval sobre Moro, seu ex-herói. **Tijolaço**, 17 out. 2022i. Disponível em: <<https://tijolaco.net/veja-a-autocritica-de-merval-sobre-moro-seu-ex-heroi/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Chamberlain e o ‘jornalismo de programa’. **Tijolaço**, 18 out. 2022j. Disponível em: <<https://tijolaco.net/chamberlain-e-o-jornalismo-de-programa/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. Folha ‘passa pano’ a mentira de Valadão. **Tijolaço**, 20 out. 2022l. Disponível em: <<https://tijolaco.net/folha-passa-pano-a-mentira-de-valadao/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

BRITO, Fernando. A covardia da Folha fede a cumplicidade. **Tijolaço**, 23 out. 2022m. Disponível em: <<https://tijolaco.net/a-covardia-da-folha-fede-a-cumplicidade/>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

CARVALHO, Carlos Alberto; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e lawfare no caso Lula. **Galaxia** (São Paulo, online), Especial 1 - Comunicação e Historicidades, 2019, p. 100-112. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019441720>.

FERREIRA, Gil Baptista. Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? Jornalismo público e deliberação política. **Exedra: Revista Científica**, Nº. Extra 1, 2011, p. 79-92. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3684525.pdf>.

FREITAS, Janio de. Na má hora de Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 set. 2022a. Colunas e Blogs. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2022/09/na-ma-hora-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

FREITAS, Janio de. Ausência em debate leva a acusações públicas de fuga. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 set. 2022b. Colunas e Blogs. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2022/09/ausencia-em-debate-leva-a-acusacoes-publicas-de-fuga.shtml>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

FREITAS, Janio de. Bolsonarismo militar perdeu as condições de dar um golpe. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 set. 2022c. Colunas e Blogs. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2022/09/bolsonarismo-militar-perdeu-as-condicoes-de-dar-um-golpe.shtml>>. Acesso em: 01. mar. 2023.

FREITAS, Janio de. Ministério da Defesa deve aos eleitores conclusão sobre o sistema eleitoral. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 out. 2022d. Colunas e Blogs. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>

colunas/janiodefreitas/2022/10/ministerio-da-defesa-deve-aos-eleitores-conclusao-sobre-o-sistema-eleitoral.shtml>. Acesso em: 01. mar. 2023.

FUCHS, Christian. **Digital Fascism: Media, Communication and Society**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia, LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MAIA, Rousiley Celi Moreira (org.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELLO, Patrícia Campos. **A Máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOMBAÇA, Jota. **Não Vão nos Matar Agora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASSIF, Luis. As 7 pragas que acompanham o Brasil de Bolsonaro. **GGN**, 22 out. 2022a. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/politica/as-7-pragas-que-acompanham-o-brasil-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 08. mar. 2023.

NASSIF, Luis. A necessidade inadiável de regulação de todas as mídias. **GGN**, 19 ago. 2022b. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/destaque-cap/a-necessidade-inadiavel-de-regulacao-de-todas-as-midias-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 08. mar. 2023.

NASSIF, Luis. As lacunas intelectuais na cobertura das eleições. **GGN**, 13 set. 2022c. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/midia/as-lacunas-intelectuais-na-cobertura-das-eleicoes-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 09. mar. 2023.

NASSIF, Luis. O que pode trazer de volta a ultradireita. **GGN**, 21 set. 2022d. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/coluna-economica/o-que-pode-trazer-de-voltar-a-ultra-direita-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 09. mar. 2023.

NASSIF, Luis. O terraplanismo não é exclusividade do bolsonarismo. **GGN**, 21 out. 2022e. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/politica/o-terraplanismo-nao-e-exclusividade-do-bolsonarismo-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 11. mar. 2023.

NASSIF, Luis. Os jornalões deserdam a Lava Jato. **GGN**, 21 out. 2022f. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/politica/os-jornaloes-deserdam-a-lava-jato-por-luis-nassif/>>. Acesso em: 11. mar. 2023.

OLIVEIRA, Flávia. Violência é palavra-chave em eleição no Brasil da fome. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 set. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/flavia-oliveira/coluna/2022/09/violencia-e-palavra-chave-em-eleicao-no-brasil-da-fome.ghtml>> Acesso em: 01. mar. 2023.

PICARD, Robert G. Contemplating Democracy without the Press. **Annual Report 2009 STIFTELSEN TINIUS**. Disponível em: [https://www.academia.edu/31045811/Contemplating\\_Democracy\\_without\\_the\\_Press](https://www.academia.edu/31045811/Contemplating_Democracy_without_the_Press)Acesso em: 2 jan. 2018.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negridade e existência. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.



# MONITORAMENTO GLOBAL SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA MÍDIA

Metodologia e  
(trans)formação  
do Jornalismo

Cynthia Mara Miranda<sup>1</sup>

Elizângela Carvalho Noronha<sup>2</sup>

Patrícia Cardoso D'Abreu<sup>3</sup>

1. Professora Associada do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília e Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Produtividade CNPq (PQ2).

E-mail:  
cynthiamara@mail.uft.edu.br.

2. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra e investigadora do Programa de Pós-Doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral da Universidade Católica Portuguesa. Co-coordena o GMMP no Brasil desde 2020 e seus interesses de investigação estão centrados nas relações entre comunicação, audiências midiáticas, gênero e envelhecimento.

E-mail:  
elizc.noronha@gmail.com

3. Jornalista e doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, é professora efetiva do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Autora do livro *Mulher, cultura e mídia – Investigações sobre o feminino* (Multifoco, 2018), é coordenadora do Grupo de Estudos e Observação sobre as Mulheres na Mídia (GRÊMIO-UFES) e coordenadora Sudeste do GMMP Brasil 2025.

E-mail:  
patriciadabreu@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A persistente desigualdade entre mulheres e homens tem sido analisada ao longo das últimas décadas nas mais diversas dimensões da vida social. A representação midiática de gênero vem sendo uma das áreas em que teóricas e ativistas feministas têm se debruçado para analisar e denunciar a histórica sujeição feminina nos discursos midiáticos e a partir deles (ver, por exemplo, Banet-Weiser, 2018; Byerly, 2020; Lazar, 2007; Ross *et al.*, 2018; Silveirinha, 2021) e como essa desigualdade repercute nas identidades propostas às meninas e às mulheres.

Dentre as investigações mais relevantes, o *Global Media Monitoring Project* (GMMP) (<https://whomakesthenews.org/the-gmmp/>) destaca-se como o maior e mais longo estudo longitudinal sobre gênero na mídia mundial. A partir de um trabalho transnacional e voluntário, o GMMP reúne organizações comunitárias de base, estudantes universitários, docentes, pesquisadores/as e profissionais da mídia para avaliar as representações de gênero nas notícias.

Concebido durante a conferência internacional ‘*Women Empowering Communication*’ em Bangkok, em 1994, o GMMP teve sua metodologia apresentada no ano seguinte pela ONG canadense *MediaWatch*, com o apoio da organização não governamental com foco no direito à comunicação para a promoção da justiça social, a *WACC-UK*, e do Ministério da Condição da Mulher do Canadá, durante a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim.

Desde 1995, o monitoramento é realizado a cada cinco anos para acompanhar a presença das mulheres nas notícias como jornalistas e fontes de informação, denunciando o preconceito de gênero e os estereótipos na mídia jornalística para atender ao objetivo estratégico J.2 da Plataforma de Ação de Pequim que é promover a representação equilibrada e não estereotipada das mulheres na mídia. A cada edição, observa-se a reiterada invisibilidade das mulheres nas notícias, indicando que a igualdade de gênero tem avançado pouco e lentamente no cuidado com a estereotipização nas notícias. Entre os dados mais conhecidos, o estudo mostra que as mulheres ainda representam cerca de 25% das fontes de informação, numa clara assimetria diante dos homens (GMMP, 2020).

Na sexta rodada do GMMP, em 29 de setembro de 2020, voluntários(as) de 116 países monitoraram mais de 30 mil notícias em jornais, emissoras de TV e rádio, portais jornalísticos e perfis noticiosos no Twitter. O Brasil participou através do trabalho de 88

voluntários(as) distribuídos(as) entre doze grupos sediados nas cinco regiões do país e em Portugal, apesar da pandemia de COVID-19 e dos desafios impostos pela crise decorrente dela. O trabalho coletivo dos grupos codificou aproximadamente 400 notícias e levou à realização de atividades posteriores no campo de ensino, pesquisa e extensão em Jornalismo e que motivaram a escrita deste texto.

A continuidade da reflexão sobre os dados e a experiência do GMMP se reflete na produção científica e na fundamentação de atividades pedagógicas e de extensão realizadas nos cursos de Comunicação Social e Jornalismo que participaram ativamente do GMMP 2020. Além de ter fornecido um importante instrumento de análise das notícias, o monitoramento reforçou a necessidade de repensar a produção jornalística como processo de construção da realidade social e de conscientização entre os(as) futuros(as) jornalistas sobre a representação midiática justa e equilibrada de gênero como um direito humano.

A metodologia do GMMP tem sido apreendida, replicada e adaptada em diferentes espaços e níveis de formação. Por condensar um conjunto de variáveis ligadas a diferentes manifestações do sexismo no/a partir do Jornalismo, a análise das notícias pelo GMMP se traduz em reflexividade crítica e feminista sobre as notícias e a engrenagem industrial das redações. Dentre as questões analisadas, o GMMP atenta para assimetrias há décadas discutidas pela crítica feminista: a baixa presença das mulheres como fontes de informação; a ausência de mulheres especialistas nos textos; a invisibilidade feminina em notícias com temas pressupostos à vivência masculina, como política e/ou economia; a vitimização feminina; e na crescente presença de mulheres jornalistas nas redações que não reflete mudanças no olhar androcêntrico do Jornalismo.

Neste ensaio, realizamos uma discussão teórica sobre a metodologia do GMMP a partir da literatura feminista sobre a comunicação e a interseccionalidade. Além disso, como forma de demonstrar o potencial (trans)formador desta metodologia no necessário repensar dos valores e dos cânones jornalísticos ensinados nos Cursos de Jornalismo e sedimentados na socialização dos(as) jornalistas, reunimos relatos de experiências sobre algumas atividades, trabalhos e iniciativas decorrentes do GMMP 2020. Nosso ponto de partida é a epistemologia feminista do *Standpoint*, que prevê experiência e subjetividade como elementos afirmativos à particularidade e à diversidade na produção do conhecimento, em contraste com relatos universalizantes baseados na ilusão de um sujeito universal (Steiner, 2018).

## JORNALISMO

### na perspectiva de gênero

O Jornalismo evidencia que a vida social não pode prescindir da produção de sentido. Ao mesmo tempo em que demanda coerência nas representações que coloca a circular, essa produção também precisa acolher diferenças para permitir mediações entre indivíduos e grupos. Essa dinâmica elucida, frente às indeterminações do sentido, que é preciso que diferentes instâncias discursivas unifiquem as lógicas econômica, social, territorial, tecnológica e identitária. Nessa unificação, o Jornalismo, como forma cultural, toma para si a representação cotidiana da realidade e investe em uma mitologia da neutralidade que o legitima como produtor de relatos confiáveis (Sodré, 2012; Sodré, 1996).

Ao organizar a sucessão de experiências humanas no cotidiano, o Jornalismo não se reduz a reportar fatos para imitar a realidade. Sua relação com o real histórico se dá por meio de um processo de produção caracterizado pelo ajuste dos fatos a quadros de referência úteis ao poder dominante, em particular no que se refere à mídia comercial. Nessa dinâmica, o papel educativo do noticiário é notável na manutenção de invariâncias sociais. Isso, porém, não anula pontuais investidas no acolhimento de resistências que, disseminando novos comportamentos e ideias, rompem com opressões produzidas por determinados valores estruturais - o que equivale a afirmar a potência do enquadramento jornalístico no (re)agendamento de um problema social pendente como problema público urgente.

No processo de transformação do mundo a significar, em mundo significado (Charaudeau, 2006), o Jornalismo parte de fatos para construir acontecimentos que, ao organizarem e hierarquizarem informações, produzem relatos a serem postos em circulação. Assim, nas notícias, experiências de identificação do mundo (fatos) sofrem ajustes (enquadramento) para que sua representação social (acontecimento) se dê pela hierarquização de dados (informação) cuja origem (fonte) sustenta a consonância entre proposição e realidade (verdade). Nesse processo de construção de um “mundo comum” pela atividade mediadora do Jornalismo, temporalidade e normatização são determinantes.

Isso porque a organização do cotidiano não pode ser reduzida à mera gestão de imprevisibilidades, uma vez que critérios de noticiabilidade, como parâmetros reconhecidamente válidos da prática profissional, situam a notícia como marcação de acontecimentos – os perpétuos retornos do que Sodré (1996, p. 139) aponta como “singular estatisticamente esperado”.

Ao escamotear seu caráter mediador na representação do

cotidiano, operacionalizando a objetividade pelo privilégio dado a acontecimentos que reafirmem sintomas socialmente reconhecíveis e evocando a neutralidade através de testemunhos e documentos que o isentam de responsabilidades, o “jornalismo de mãos limpas” se afasta do ideal de esclarecimento (Moretzsohn, 2013). Discutindo os limites, ao mesmo tempo em que aposta nos limiares do Jornalismo, a autora, mesmo questionando a autonomia dos jornalistas como comunidade interpretativa frente aos interesses empresariais dos conglomerados de comunicação, investe na análise propositiva, apostando na possibilidade de lidar criticamente com a vida cotidiana. Nesse sentido, o pensar automatizado que desvaloriza a capacidade reflexiva dos(as) profissionais frente às intensas demandas de circulação de conteúdos e informações torna urgente o questionamento sobre a interdição da articulação entre reflexão e ação no trabalho jornalístico.

A perspectiva de Sylvia Moretzsohn nos atenta para uma questão: se a estratégia de comunicabilidade do senso comum reforça a articulação entre os poderes hegemônicos (sendo o Jornalismo *mainstream* o exercício de um deles), é imprescindível resgatar a certeza de que determinadas situações históricas e estruturais podem e devem ser mudadas pela ação de grupos organizados conscientes dos condicionamentos sociais que os oprimem. Para tanto, a perspectiva de gênero do Jornalismo é essencial.

Evidentemente, a complexidade dos atravessamentos históricos, culturais, econômicos e políticos sofridos pelo Jornalismo não facilita a tarefa de impactar, pelo viés do gênero, o processo de produção da notícia e a concepção do fato enquanto processo. Mesmo sem cair em universalismos vazios, não basta normatizar a noticiabilidade e estabelecer parâmetros numéricos para a presença de mulheres na narrativa jornalística. Para além disso, é fundamental investir na conscientização sobre as potencialidades e possibilidades da interferência do e da repórter em sua atividade de mediação entre o fato e o relato (aplicação do critério de noticiabilidade, concepção da pauta, angulação do tema, polifonia de fontes, escolhas linguísticas e estilísticas), bem como insistir na proposta de exercitar a discursividade crítica na efetivação de um novo senso comum.

Afirmando a atenção a ser dada para a rotina de práticas e para a formação acadêmica dos e das profissionais de Jornalismo, Woitowics e Rocha (2018) apontam que a continuidade das desigualdades, a reafirmação de estereótipos de gênero e a obliteração da diversidade social reforçaram a necessidade de consolidação de redes de comunicação entre mulheres que, na luta pela igualdade, fomentem estratégias de agendamento jornalístico e de apropriação noticiosa, privilegiando as demandas de gênero.

## A INTERSECIONALIDADE e a metodologia do GMMP

Como as práticas jornalísticas da chamada “grande mídia” legitimam os poderes institucionais, a midiaticização do cotidiano explicita o Jornalismo como “tecnologia de gênero” (De Lauretis, 1994; Bento, 2010 *apud* Lago; Kazan; Thamani, 2018). Isso mostra a necessidade de a intersecção de raça, classe e gênero se consolidar na formação profissional e nas rotinas produtivas, para que possa nortear a prática consciente de construção de acontecimentos jornalísticos (pautas) sensíveis às invisibilidades (angulação) produzidas pelas opressões sofridas pelas distintas identidades de gênero localizadas em diversos lugares sociais e culturais (fontes). Assim, a leitura e a interpretação da realidade pelo(a) jornalista e as narrativas acadêmicas que fundamentam e atravessam as disciplinas durante sua formação e aperfeiçoamento não podem prescindir do entendimento de que “a perspectiva interseccional aponta para a necessidade de se perceber, em cada momento ou aspecto analisado, o cruzamento de várias discriminações e opressões que incidem sobre os sujeitos” (Lago; Kazan; Thamani, 2018, p.129).

As indagações das autoras evocam a perspectiva da pensadora feminista brasileira Lélia Gonzalez, que aponta os problemas epistêmicos gerados pelo conhecimento científico produzido a partir de privilégios sociais e raciais: “para ter uma mirada interseccional, é preciso antes tornar-se interseccional? Isto é, há um processo para a construção dessa identidade que refletirá nas atitudes de pesquisa? E o que seria esse processo?” (Lago; Kazan; Thamani, 2018, 135-6).

A provocação procede porque, se a experiência cotidiana envolve simultaneamente categorias identitárias e diferentes marcadores sociais de desigualdade e se a lida crítica com a vida cotidiana reside na desnaturalização do senso comum, a interseccionalidade pode ser ferramenta analítica para análises críticas no campo de saber do Jornalismo e estratégia de ação para o dia a dia de indivíduos e grupos que respondem pelas notícias – uma variação da sinergia entre a pesquisa crítica (*critical inquiry*) e a práxis crítica (*critical praxis*) apontada por Collins e Bilge (2020). Ademais, ao explicitar que diferentes contextos históricos produzem distintas formas estruturais de racismo e que a abordagem de categorias unificadas de mulheres é uma unificação lógica reducionista, a interseccionalidade evidencia a indissociabilidade de classe, raça, gênero e sexualidade – ou a dinâmica das opressões. Assim, a investida na contrainformação hegemônica não se restringe ao Jornalismo alternativo identitário de resistência: paralelamente ao posicionamento dos feminismos sobre determinados assuntos na tematização da imprensa engajada, a resistência que, por dentro do Jornalismo *mainstream*, não mais

oblitera o gênero como forma primária de dar significação às relações de poder. O Jornalismo assume a simultaneidade da ação e da reflexão crítica corporificadas por sujeitos que se posicionam coletivamente.

A possibilidade de o Jornalismo resgatar seu ideal iluminista de esclarecimento dos cidadãos (Moretzsohn, 2013) tem a interseccionalidade também como exercício crítico e cotidiano de atentar para as relações entre sexismo e outras formas de dominação. Nesse sentido, vale ressaltar os três aspectos que Claudia Andréa Mayorga Borges (2015) elenca para o uso político da interseccionalidade: fazer a distinção entre diferença e desigualdade; compreender as singularidades dos sistemas de poder; e identificar os dispositivos comuns entre esses sistemas.

Não é suficiente, portanto, quando falamos de interseccionalidade, anunciar que vamos fazer uma leitura de determinadas realidades com base na discussão de diversas categorias sociais – é necessário compreender que se trata de efeitos de sistemas sociais complexos, que possuem especificidades, mas que também têm pontos de interseção (Borges, 2015, p.186).

Vem daí a riqueza de possibilidades da proposta de análise do GMMP, uma vez que os múltiplos modos de categorização para a classificação dos objetos de pesquisa explicitam o rigor da interseccionalidade como método. Sem comprometer a isonomia de aplicação de sua minuciosa grade de análise por parte de pesquisadoras(es) envolvidas(os), a metodologia do monitoramento também permite o estabelecimento de questões específicas sobre o material investigado. Além de dados quantitativos, a heterogeneidade dos papéis das mulheres e a qualificação deles levam à reflexão sobre os sentidos postos a circular sobre as articulações entre raça, classe e gênero, o que fortalece a proposta de diagnosticar como a epistemologia feminista pode atravessar a reflexão sobre o processo de produção das notícias e sobre a concepção das pautas como processo histórico. Nessa visada, estereótipos de gênero dão a ver a dinâmica de protagonismos e apagamentos presente nas notícias, as angulações que obliteram as interseccionalidades, o silenciamento na escolha das fontes e as estratégias de sentido das vozes passivas e ativas, entre outras práticas.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

a partir do GMMP

O feminismo fez com que várias áreas do conhecimento se voltassem definitivamente para os impactos da desigualdade entre

os gêneros na ciência, na cultura e na sociedade em um diálogo eminentemente interdisciplinar.

É tempo de voltar-se [...] para instrumentos de análise pelos quais a pesquisa científica possa ser desenvolvida, bem como criticada em linhas feministas. Eu não proponho esses instrumentos para criar alguma ciência “feminista” especial, esotérica, mas sim para incorporar uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência (Schiebinger, 2001, p. 31).

No Jornalismo, a perspectiva feminista é aqui compreendida a partir da aplicação da ferramenta oferecida pelo GMMP para pensar a prática e o texto jornalístico no ensino, na pesquisa e na extensão. O presente tópico, nessa direção, apresenta um breve relato de experiências da aplicação da ferramenta por pesquisadoras e pesquisadores que estiveram diretamente envolvidas(os) na 6ª rodada GMMP (2020) e que a partir dessa experiência levaram a ferramenta para o ambiente acadêmico de universidades públicas como a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A primeira atividade realizada após o monitoramento foi a Pré-Conferência do Fazendo e Desfazendo Gênero na ECA-USP, marcada pelo lançamento e discussão do Relatório do GMMP do Brasil. Além de apresentar os principais dados relacionados ao Brasil, o evento foi marcado pela ampla discussão sobre as representações de gênero no Jornalismo brasileiro e suas repercussões para as identidades propostas às mulheres. Participaram da iniciativa os grupos envolvidos no GMMP, estudantes de comunicação, ativistas, profissionais e representantes de instituições como a Fenaj (Federação Nacional de Jornalistas) e o Instituto Patrícia Galvão. Desde então, o GMMP vem sendo experienciado a partir de diferentes atividades, pesquisas e trabalhos.

Na Universidade Federal do Tocantins dois grupos de pesquisa com integrantes da graduação em Jornalismo e do mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT) estiveram envolvidos no monitoramento foram eles: Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG) e o Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (Nepjor). Após a finalização da rodada do monitoramento a coordenadora do monitoramento no Estado do Tocantins orientou a dissertação “*Notícias na perspectiva de gênero: monitoramento do Jornal Correio Braziliense*”<sup>4</sup> que fez uso da grade do GMMP para análise das notícias do referido jornal. Além disso, a experiência resultou na escrita de dois capítulos de livro sobre a reflexão dos resultados do GMMP no país “*Entre presenças e ausências: o silêncio das mulheres no Correio Braziliense*” e “*A presença e a representação de mulheres no*

4. Dissertação de autoria de Luana Fernanda Rosa Martins defendida em maio de 2023 no Programa de PósGraduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins.

*webjornalismo brasileiro: análise do Portal R7*” na coletânea *Gênero na Mídia: O GMMP Brasil* (2023).

Na Universidade Federal de Mato Grosso, conduziram o monitoramento o grupo de pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (CICLO) e o Observatório de Comunicação e Desigualdades de Gênero (projeto de extensão Pauta Gênero). Durante a coleta e análise das notícias estiveram presentes estudantes de graduação em Jornalismo e publicidade, do mestrado em Comunicação e do doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea. A coordenadora da pesquisa em Mato Grosso após a finalização da rodada GMMP (2020) aplicou a ferramenta no ensino, pesquisa e extensão. No ensino destaca-se a incorporação das temáticas do GMMP no âmbito da oferta da disciplina de Metodologia no PPGCOM (UFMT) e no âmbito da extensão destacam-se as atividades conduzidas pelo projeto de extensão Pauta Gênero. Criado no ano do monitoramento (2020), o projeto atua como dispositivo de crítica de mídia a partir da adaptação da metodologia do GMMP produzindo conteúdos focados na conscientização sobre desigualdades de gênero e analisando o cenário cuiabano das notícias em meios digitais.

Na área da pesquisa destacam-se ainda trabalhos de iniciação científica que resultaram na produção de dois capítulos de livro “*Desigualdade de gênero na pandemia de Covid-19: fontes jornalísticas na cobertura do Fantástico em 2020 e 2021*” e “*Representações jornalísticas de mulheres no (neo)populismo brasileiro*”,<sup>5</sup> ambos capítulos dialogam com a grade de avaliação das notícias do GMMP. Além da iniciação científica cabe ainda destacar que a experiência na condução do monitoramento das notícias no Estado do Mato Grosso foi importante para aplicação da ferramenta em outras pesquisas no âmbito de orientações de trabalhos de conclusão de curso.

No âmbito da graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo, a participação do Grupo de Estudos e Observação das Mulheres na Mídia (GRÊMIO) - que integra o grupo de pesquisa do CNPq Observatório da Mídia - no monitoramento do GMMP fomentou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em um primeiro momento, a participação do Grupo em mesas e debates sobre a pesquisa (em eventos realizados dentro e fora da UFES) proporcionou, entre as(os) graduandas(os), uma visibilidade inédita sobre o aspecto global da articulação entre a produção de notícias e as questões de gênero e de interseccionalidade. Vale ressaltar que, em disciplinas obrigatórias do curso de Jornalismo (como Técnicas de Reportagem, Radiojornalismo e Telejornalismo), o relatório 2020 do GMMP tem sido exaustivamente utilizado.

No primeiro semestre letivo de 2021, a oferta da disciplina optativa Tópicos Especiais em Jornalismo VI – Jornalismo Feminista (60 horas) trabalhou o pensamento de Simone de Beauvoir, com o objetivo de sistematizar a reflexão sobre as imposições discursivas dos saberes

5. COELHO, Tamires Ferreira (Org). *Desigualdades de gênero e representações midiáticas*. Cuiabá: Paruna Editorial, 2022. Disponível em: [<https://paruna.com.br/wp-content/uploads/2022/12/desigualdade-de-genero-erepresentacoes-midiaticas-parunaeditorial.pdf>]. Acesso em: 26 jul 2023.

e a univocidade da normatividade masculina, cis, heterossexual e branca. Com cerca de 50 estudantes inscritas/os, as aulas, ministradas de forma remota devido à pandemia do coronavírus, estimularam o debate sobre essa univocidade na produção de sentido das notícias, para que as(os) estudantes se articulassem na escrita de textos científicos que tiveram o relatório do GMMP 2020 como referência obrigatória. Como a articulação entre a epistemologia feminista e os conteúdos teóricos e práticos das disciplinas não está explícita no Projeto Pedagógico do Curso, outra optativa foi ofertada no primeiro semestre de 2023: Tópicos Especiais em Jornalismo IV – Comunicação e Estado Democrático de Direito – Feminismos e Cidadania, também com 60 horas. Desta vez, as(os) cerca de 40 estudantes inscritos na disciplina (presencial e de viés extensionista) foram instados a refletir acerca da circulação de conteúdos informativos sobre questões de gênero, discutindo aspectos da comunicação como direito humano, a epistemologia feminista como balizadora da cidadania e o trabalho de base no Jornalismo.

Nesse sentido, os resultados e a grade de análise do GMMP 2020 foram a base para o questionamento crítico sobre a veiculação de notícias e para a interseccionalidade como ferramenta de desnaturalização dos novos formatos de circulação de informações. Como resultado, foram desenvolvidas quatro ações de extensão. Dentre elas, uma foi incorporada pela Companhia de Transporte Urbano da Grande Vitória: a ação Para Elas no Ônibus que, através de cartazes, QR Code e adesivos afixados nos coletivos, alertam e esclarecem sobre o crime de importunação sexual de mulheres no transporte público. Importante ressaltar que ambas optativas foram oferecidas no período noturno (curso é diurno), para que estudantes de várias periodizações pudessem cursá-la.

Esta ação de extensão expandiu as informações do Manual Elas no Ônibus:<sup>6</sup> resultado de pesquisa de iniciação científica que investigou o noticiário (g1) sobre o crime de importunação sexual nos coletivos da Grande Vitória. O manual, norteado pelos resultados do monitoramento, foi desenvolvido durante o trabalho de conclusão de curso da estudante, durante o primeiro semestre letivo de 2022. Da mesma forma, o trabalho de conclusão de curso Guia de Fontes de Mulheres do Espírito Santo<sup>7</sup>, cuja justificativa se deu a partir dos resultados do GMMP 2020, reuniu, no primeiro semestre de 2023, mais de 100 contatos de mulheres, identificadas em autodeclaração e segundo os critérios de interseccionalidade, a serem atualizados anualmente. Nesse escopo, é notável a escolha, por parte do corpo discente, de temas ligados à articulação entre Jornalismo e questões de gênero nos trabalhos de fim de curso, a despeito de haver apenas uma única professora (autodeclarada branca, cis e heterossexual)

6. Trabalho de conclusão de curso de autoria de Camila Pereira Borges, orientado por Patrícia Cardoso D'Abreu no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2022.

7. Trabalho de conclusão de curso de autoria de Mariana Lopes, orientado por Patrícia Cardoso D'Abreu no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2023.

efetiva em atividade de sala de aula entre os sete docentes do chamado “núcleo duro” do curso de Jornalismo da UFES. Em dois anos (de 2022.1, quando foram consolidados os dados no GMMP 2020, a 2023.1), dezenove TCCs monográficos e práticos foram desenvolvidos.

Além dessas atividades de ensino e extensão, as pesquisas do GRÊMIO também instrumentalizaram os dados e a metodologia do GMMP em artigos apresentados em congressos nacionais e internacionais (como as edições de 2021 e 2022 de Avança e de 2021 e 2023 da Rede Alcar de pesquisadores da História da Mídia,) e em revistas científicas como a *Reciis*, da FIOCRUZ (partes 1 e 2 do Dossiê Feminismos, editado pela coordenadora do grupo).

## NOTAS CONCLUSIVAS

(Re)pensar o Jornalismo e questionar a assimetria de gênero sedimentada a partir dele é lutar para que meninas e mulheres reconheçam a diversidade de suas vivências e potencialidades nas realidades construídas no/a partir do Jornalismo. Nessa trincheira, o GMMP mostra onde estamos e os desafios que temos, mas também reclama a necessária (trans)formação do Jornalismo em prol da igualdade, tanto no que se refere à formação, ao aperfeiçoamento e à prática profissional das e dos jornalistas.

Importante frisar que o interesse de docentes pesquisadoras(es), graduandos(as) e pós-graduandos(as) no tema (e o acolhimento de material prático acadêmico nas redações), a partir dos dados consolidados pelo monitoramento de 2020, tem crescido, em especial no que se refere a aspectos interseccionais. Nesse sentido, ousamos afirmar que a grade de metodologia do GMMP vai além do alerta social sobre direitos humanos, da mobilização científica para a resposta a problemas estruturais e da urgente conscientização sobre as práticas e rotinas do Jornalismo, uma vez que os critérios exaustivos, o detalhamento de tópicos e o engajamento das(os) pesquisadoras(es) relativos à grade de codificação do monitoramento materializam a interseccionalidade como método de investigação e de análise propositiva sobre os sentidos que o Jornalismo unifica e coloca a circular.

## AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

# REFERÊNCIAS

- BANET-WEISER, Sarah. **Empowered**: popular feminism and popular misogyny: Duke University Press, 2018.
- BORGES, Claudia Andréa Mayorga. Interseccionalidade. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário feminino da infâmia**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p.184-7.
- BYERLY, Carolyn M. Gender, Media, and Political Economy. In: ROSS, K.; BACHMANN, I.; CARDO, M. V., S.; SCARDELLI, C. M. (Eds.), **The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication**. [s.l]: John Wiley & Sons, 2020. p. 1-6
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica. **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018, p.124-40.
- LAGO, Cláudia; NORONHA, Elizângela; TERENCEZZO, Karin (Org.). **Gênero na Mídia: o GMMP do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2023. v. 1. 219 p.
- LAZAR, Michelle. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, v. 4, n. 2, p. 141-164. doi:10.1080/17405900701464816, 2007.
- MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- ROSS, Karen; BOYLE, Karen; CARTER, Cynthia; GING, Debbie. Women, Men and News: It's life, Jim, but not as we know it. **Journalism Studies**, v. 19, n. 6, p. 824–845. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1222884>, 2018.
- SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP, EDUSC, 2001 [original em inglês: *Has feminism changed science?* Cambridge, Harvard University Press, 1999].
- SILVEIRINHA, Maria João. **Comunicação, Representação e Identidade**. De que falamos quando dizemos “Jornalismo”. Covilhã (PT): Editora LabCom, 2021.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura – A comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SODRÉ, \_\_\_\_\_ . **A narração do fato – Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.

STEINER, Linda. Solving Journalism's Post-Truth Crisis With Feminist Standpoint Epistemology. *Journalism Studies*, v.19, n. 13, p. 1854–1865. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1498749>, 2018.

GMMP. **Global Media Monitoring Project**. National Report 2020 for Brasil. 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>



# DISCURSOS AUTORREFERENCIAIS, IMPOSSIBILIDADES E POSSIBILIDADES

de antirracismo e decolonialidade nos  
coletivos Alma Preta e Nós Mulheres da Periferia

**Bárbara Maria Lima Matias<sup>1</sup>**

**Juliana Soares Gonçalves<sup>2</sup>**

**Nayara Luiza de Souza<sup>3</sup>**

**Carlos Alberto de Carvalho<sup>4</sup>**

1. Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Integrante do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. Trabalha atualmente com narrativas de agências de jornalismo contemporâneas. E-mail: barbaralimam55@gmail.com

2. Doutora e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em turismo (UFMG, 2010) e em Jornalismo (Centro Universitário de Belo Horizonte, 2016). Atualmente, é Professora e vice-coordenadora do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ - Parintins). Integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Linguagens na Amazônia (PPGEL-Amazônia). E-mail: julianasoaresh.goncalves@gmail.com.

3. Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Integrante dos Grupos de Pesquisa Temporona e Insurgentes. Pesquisa narrativas de resistência, raça e racialidade. E-mail: souza.nayaralu@gmail.com

4. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde é docente na graduação e na pós-graduação em Comunicação Social. Coordenador do Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Bolsista Produtividade 2 do CNPq. E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é investigar práticas diversas que constituem o jornalismo a partir de manuais de redação, editoriais e discursos autorreferenciais de dois coletivos jornalísticos: a agência de notícias *Alma Preta*, criada em 2015 por um grupo de jornalistas majoritariamente negro e que se autodefine como “uma agência de notícias e comunicação especializada na temática étnico-racial no Brasil”, e o *Nós, mulheres da periferia*, em atividade como portal desde 2014, composto por mulheres periféricas que atuam como gestoras e redatoras da página. Partimos do pressuposto de que os dois portais representam possibilidades de atividades jornalísticas fora dos padrões que, na modernidade/colonialidade, têm resultado no jornalismo colonizado e colonizador (Carvalho, 2023).

Em relação aos discursos autorreferenciais, elencamos o *Manual de Redação* do coletivo *Alma Preta* lançado em 2023, o texto de apresentação deste coletivo, encontrado no espaço *Quem Somos*<sup>5</sup> no portal, o *Manifesto*<sup>6</sup> do *Nós, mulheres da periferia* sobre jornalismo, o espaço *Quem Somos*<sup>7</sup> deste segundo portal e também a carta editorial<sup>8</sup> do *Nós, mulheres da periferia*, divulgada no contexto das eleições presidenciais de 2022. Em nossa análise acessamos esses textos com o intuito de investigar quais jornalisismos e práticas jornalísticas eles assumem fazer e as possíveis contradições, vulnerabilidades e proposições de posicionamentos anticoloniais adotados. No limiar, propomos uma investigação sobre como estes projetos, que se autodenominam antirracistas, se distanciam e inovam ao mesmo tempo em que se aproximam e compartilham de uma concepção sobre o jornalismo com o modelo tradicional.

Quando acessamos discursos em manuais de redação de jornalismo, uma série de atributos, qualificações, técnicas e procedimentos estão postos. Entre os valores que definem o jornalismo, são recorrentes a “postura apartidária”, a diferenciação entre “opinião” e “notícia” e a “imparcialidade”, por exemplo. Além destes atributos típicos, na edição de 2018 do manual de redação *Folha de S.Paulo* encontra-se a diferenciação entre um tipo de jornalismo dito “artesanal”, de “espírito militante”, em contraposição ao que seria o jornalismo “profissional”.

O *status* de “profissional” resulta de valores que partem de um ideal de modernização do jornalismo brasileiro que prevalece a partir da década de 1950 (Jácome, 2020). Nesse discurso de um jornalismo moderno, a crença na busca da verdade e da aproximação com uma realidade dos fatos é preponderante, a partir de critérios e técnicas que supostamente poderiam separar a subjetividade da objetividade, a emoção do racional, a natureza e a ciência. Nessa concepção, esse jornalismo tende a se transformar em experiências individualistas

e excludentes que se pretendem universais, à medida que corpos e territórios que diferem de suas regras, são preteridos.

Porém, quando compreendemos o tempo e o território não somente por um único fluxo linear, percebemos a sedimentação e inovação de quaisquer processos culturais. Ou seja, neste consenso historiográfico sobre a modernização do jornalismo nacional, há um privilégio de uma única história e possibilidade de existência (Jácome, 2023), bem como uma hierarquização e limitação entre modernos e ultrapassados pelo progresso. Ao considerarmos os jornalisismos em suas diferentes manifestações, surgem algumas diferenciações que demarcam lugares e modos de produção de si mesmos em nomeações como “tradicionais” e “alternativos”, “hegemônico” e “contra-hegemônico” ou centrais e periféricos. Interessam-nos menos essas nomenclaturas e mais a investigação sobre como, até modelos que se propõem distintos do que se convencionou como jornalismo tradicional, podem adotar princípios de universalidade que tendem, no limite, a sabotar projetos cuja intencionalidade seria superar a colonialidade como estratégia de hierarquização excludente.

Em um cenário em que movimentos sociais se articulam e ganham força em ambiências digitais (e fora delas), que perspectivas de gênero, raça, classe e território tensionam narrativas que se pretendem universais, que atrizes e atores até então recorrentemente silenciadas, silenciados e silenciadas (não sem resistência) conquistam novas possibilidades de disputa por visibilidade e autodeterminação na cena pública, o jornalismo tradicional pautado em um projeto de racionalidade moderna não sai ileso.

Assim, consideramos que o ecossistema jornalístico contemporâneo é composto por diversas e complexas experiências, sendo a mídia tradicional apenas uma delas. Neste trabalho, nos debruçamos sobre iniciativas de jornalismo que se propõem outras do jornalismo tradicional moderno, constituindo seus projetos discursivos a partir de perspectivas delimitadas de raça, gênero e território, recusando um de seus principais efeitos retóricos, a pretensão de universalidade.

5. <https://almapreta.com.br/quem-somos/>

6. <https://osmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>

7. <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>

8. <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especial/eleicoes-2022-carta-editorial-do-nos-para-as-mulheres-das-periferias/>

## PERCURSO METODOLÓGICO

A escolha pelos manifestos, editoriais e manuais de redação como recorte empírico se justifica porque esses materiais se mostram oportunos para refletir sobre subjetividade e posicionamento nas práticas jornalísticas, à medida que constituem as principais formas de materialização dos discursos autorreferentes das mídias. Isso quer dizer que é por meio dessas textualidades que os jornais não só falam de si e sobre si, mas também prescrevem

os modos de fazer jornalismo que estabelecem como adequados. Para Caprino (2002), os manuais de redação têm como funções principais

compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas. (Caprino, 2002, p. 7)

Para além de orientações técnicas, os manuais de redação trazem a política editorial das mídias jornalísticas, posicionamentos de fundo ético, político e ideológico que as regem. Vistos a partir da perspectiva do jornalismo e das colonialidades do poder, do saber e do ser, os manuais são uma espécie de ficção narrativa, pois apregoam princípios que estão longe de autoaplicarem, como o suposto apartidarismo, quando confrontado com posturas de atuação como “partidos de oposição” (Carvalho, 2023). Nesse caminho, a política editorial resulta da equação de elementos como as convicções axiológicas do grupo que administra o jornal, interesses econômicos, perfil de anunciantes e do público da mídia em questão.

Na realidade brasileira, o *Manual de Redação da Folha de S.Paulo* foi o primeiro a trazer a linha editorial do jornal expressa por uma declaração de princípios no ano de 1984. Além disso, o documento foi composto pela prescrição dos procedimentos realizados na cobertura diária, bem como padronizações e estilo que orientavam a produção noticiosa. Logo, é possível perceber que os manuais consistem em apresentações mais complexas e explícitas que as mídias fazem de si. Ressalta-se também que no contexto de sua criação, o manual da *Folha de S.Paulo* se constituiu como um instrumento importante de reafirmação do jornal como uma prática jornalística reivindicada como moderna, a partir da publicação de princípios como a objetividade, a independência, o antipartidarismo e o pluralismo. Na linha crítica das perspectivas decoloniais, a reivindicação de modernidade explicita precisamente um modelo de jornalismo comprometido com a manutenção de estruturas hierarquizadoras e desumanizadoras, que promovem e/ou reforçam LGBTQIAPN+fobia, misoginia, racismo, capacitismo, xenofobia, etarismo, gordofobia e uma vergonhosa lista de práticas de ódio.

Já os manifestos e o *Quem Somos*, recorrentemente utilizados por mídias jornalísticas que se reivindicam independentes, como

o *Nós, mulheres da periferia* e o site *Alma Preta*, consistem em um gênero textual caracterizado pela manifestação do pensamento de jornalista isoladamente ou do coletivo (Pêgo, 2009) sobre temas de natureza diversa, geralmente sendo atravessados por aspectos social, político, cultural, racial, de gênero, de território, entre uma infinidade possível. Para além do contexto jornalístico, os manifestos são recorrentemente utilizados como ferramenta de denúncia ou alerta sobre dimensões que são constitutivas do posicionamento empreendido.

Por sua vez, Santos (2009) explica que o manifesto, na condição de um gênero argumentativo, se configura como uma “arma ideológica”, ou como um “gênero de combate”, à medida que materializa as relações de disputa e tensões ideológicas de um contexto social. Nesse sentido é que se faz possível associar a utilização de manifestos a iniciativas jornalísticas que se posicionam como outras do jornalismo tradicional moderno, já que assumem como ponto de partida de sua atuação um tipo de discurso posicionado, que se não rompe, negocia com parâmetros do modelo fundado na modernidade, que se assenta em pretensos valores como a objetividade, a neutralidade e a isenção, que seguem e atuam na sustentação de parâmetros eurocêntricos de humanidade e de relevância, excludentes.

Por último, é importante contextualizar também os editoriais. De acordo com Vieira (2009), o editorial pode ser compreendido como um texto jornalístico de caráter opinativo e argumentativo. Seu objetivo passa por definir e evidenciar o posicionamento da mídia jornalística, o que compreende a direção e equipe de redação responsáveis pela edição, sobre acontecimentos, problemas e circunstâncias que configuram o contexto de produção e publicação das notícias. Os assuntos abordados são diversos, ressaltando temas da atualidade que instigam o debate público.

Tendo em vista tal contextualização, estabelecemos como recorte empírico o manifesto *O que é Periferia*, do coletivo *Nós, mulheres da periferia*, a carta Editorial das eleições de 2022, o manual de redação da agência de notícias *Alma Preta* e o espaço *Quem Somos* nos sites de ambos. Junto destes, apenas como ferramenta comparativa, vamos recorrer na análise ao *Manual de Redação da Folha de S.Paulo* do ano de 2018, onde a provocação sobre jornalismo “artesanal” encontra-se presente. Para compreender quais jornalisismos eles assumem praticar, assim como quais são as práticas jornalísticas adotadas e as possíveis contradições, vulnerabilidades e proposições de posicionamentos anticoloniais possíveis, acionamos como lentes de análise as discussões sobre a relação que se estabelece entre colonialidade, modernidade e jornalismo, com o intuito de compreender como o *Nós, mulheres da periferia*, assim como a *Alma Preta*, se relacionam em movimentos de distanciamento e negociação com modelos tradicionais de jornalismo.

Como isso, pretendemos alcançar a complexidade das disputas estabelecidas por essas mídias sobre o que pode ser compreendido e legitimado como jornalismo na contemporaneidade. Nos pautamos em movimentos analíticos e interpretativos dos materiais apontados na tentativa de perceber indícios e encadeamentos de sentidos que deem a ver tais relações.

## **NOTAS SOBRE O JORNALISMO NO CONTEXTO** do regime de racionalidade colonial moderno

Para a filósofa argentina María Lugones (2020), o poder capitalista eurocêntrico e global se estabelece a partir de dois eixos centrais, a colonialidade do poder e a modernidade. Isso significa que tais dimensões ordenam as dinâmicas e disputas em todas as áreas da vida, imprimindo uma matriz que determina as possibilidades de existência das pessoas no contexto capitalista. Nessa direção, Villanueva (2018) define as colonialidades como formas de perpetuação de hierarquias e processos de subordinação/dominação que sobrevivem no imaginário e instituições das sociedades vítimas do controle e da violência colonial praticada por países europeus desde o final do século XV, e que tem seu fim como colonialismo na condição de regime político e histórico entre o início do século XIX e meados do século XX. Assim, a partir das contribuições de Quijano (1992), as colonialidades são compreendidas como um projeto colonial baseado no ser, no saber e no poder, apoiadas na racialização e no estabelecimento de diferenças como instrumentos de criação e manutenção de hierarquias sociais que promovem exclusão desumanizadora.

Neste caminho, o eurocentrismo se mostra um conceito importante para o entendimento da relação entre jornalismo, modernidade e colonialidade (Moraes, 2022). O termo pode ser compreendido como a organização não só das dinâmicas sociais geolocalizadas no continente europeu, mas toda engrenagem capitalista moderna resultante do colonialismo como regime político e histórico de poder, que nas atuais condições de neoliberalismo econômico, tem agudizado as assimetrias socioeconômicas. Para Lugones (2020), raça, gênero e classe são ficções coloniais que produzem as diferenças hierarquizadas a partir dos interesses e projetos de dominação do eurocentrismo. Assim, pensar nas dinâmicas coloniais demanda compreender a forma de conhecimento eurocêntrica, que pode ser entendida como uma perspectiva cognitiva não só das pessoas europeias a partir da propagação da crença de que elas próprias constituem a referência de universalidade, mas de todo o mundo eurocêntrico, conformado por constrangimentos que sustentam a Europa (e os Estados Unidos) como referência econômica, social

e civilizacional, de maneira a naturalizar a experiência das pessoas dentro dos padrões de poder (Quijano, 1992), ainda que em posições subjugadas.

O paradoxo dessa estrutura da objetividade que se afirma neutra e imparcial está na produção de desigualdades que delineiam o jornalismo e a própria cultura das sociedades. Ou seja, por mais que a objetividade seja associada à forma legítima do fazer jornalístico, ela também deixa as suas marcas subjetivas por seu arranjo binário e simplificador das experiências. Essa estrutura é fortemente balizada pelo projeto moderno-colonial que conforma as sociedades, com a sua racionalidade e temporalidade dominantes. Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019) apontam como o jornalismo moderno, no qual a objetividade é um de seus alicerces, está interligado à base cientificista da modernidade, ao ser elencada como a estrutura de conhecimento válida. Esses aspectos coloniais atuam diretamente no racismo e sexismo epistêmico, quando se ampara, por exemplo, na identidade universal, que de acordo com Rita Segato (2007, p. 123), é representada pelo homem, branco, *pater-família* e supostamente heterossexual.

Visto sob a perspectiva crítica das colonialidades - e das práticas decoloniais desejáveis como superação dos projetos de domínio da modernidade/colonialidade - o jornalismo assume, segundo Carlos Alberto de Carvalho (2023), o duplo papel de ator social colonizado e colonizador. Essa dupla função se articula em ao menos dois níveis: na adoção pouco criteriosa de matrizes teórico-metodológicas que nada informam sobre as realidades concretas nas quais são produzidas as ações jornalísticas em contextos específicos como os brasileiros, por exemplo; e na adoção de dinâmicas narrativas que, na esteira da adoção de critérios de universalização, são incapazes de dar conta das dinâmicas próprias de cada acontecimento particular, com suas características, pessoas e relações de poder envolvidos.

Tal movimento reflexivo demanda que o jornalismo não seja compreendido somente como uma prática profissional, mas que seja assumido como uma prática social a partir da multiplicidade de formas pelas quais se integra e se manifesta na realidade. Logo, não se pode descontextualizar a atividade jornalística das circunstâncias das relações de poder e de saber que regem a realidade social em termos econômicos, culturais e políticos, bem como é fundamental considerar como se organizam as racionalidades e a composição epistêmica que produzem suas formas de ler e narrar o mundo.

Para Moraes e Silva (2019), a legitimidade e os efeitos de verdade das narrativas jornalísticas estão conectados com as relações de proximidade que essas estabelecem com o conhecimento produzido pelo chamado cientificismo. Nessa direção, as autoras ressaltam as contribuições do método científico para o paradigma moderno, que consiste em um conjunto de padrões mentais, sejam conscientes ou

inconscientes, utilizados para organizar a compreensão do mundo e interagir com ele. Tal paradigma enquadra o que partilhamos até hoje como imaginário sobre o conhecimento concebido como verdadeiro, válido. Dessa maneira, é precisamente em um paradigma moderno/colonial/positivista,

de um sistema mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista (Grosfoguel, 2012) e de uma epistemologia colonialista que se estabeleceriam as balizas dos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade. Entre essas, destacam-se a objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico. As marcas da modernidade nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas maneiras como a realidade e os sujeitos podem ser percebidos e narrados como uma forma de conhecimento social. (Moraes; Silva, 2019, p. 5)

Ou seja, na manutenção das dinâmicas de colonialidade como engrenagem de poder, os modos de conhecer, narrar e definir o que compreendemos como verdade se mostram peças importantes em especial no contexto brasileiro onde, como identificado por Souza (2023), o racismo se entranhou nos jornalismo, como resultado direto dos processos coloniais que formaram o país. Essa manifestação, segundo a autora, ocorre por estratégias de negação do racismo apoiadas inclusive na defesa de valores como a objetividade jornalística que apaga gradualmente as pessoas negras das narrativas sem assumir que essa prática se associa à repetição do mito da democracia racial, inclusive pelos jornalismo. Em contestação a esse apagamento racial, Souza (2023) destaca como é necessário que primeiro, jornalistas e os jornalismo se compreendam como reprodutores de racismos coloniais e violências várias contra as pessoas racializadas. Concomitantemente, surgem em paralelo narrativas de resistência e de “travessia” (p. 179), quando as próprias pessoas negras passam a ser ouvidas e vistas nas redações, inclusive como profissionais do jornalismo, e produzindo contranarrativas que nomeiam os racismos vários exercidos pelos jornalismo moderno/coloniais.

Assim, é preciso lançar novos olhares sobre práticas outras possíveis para os jornalismo, ou denominações outras que possam superar o que hoje se convencionou como práticas e processos jornalísticos. Quando observados mais atentamente pela perspectiva histórica, os jornalismo brasileiros se individualizam e dão a ver diferentes formas, com experiências que coexistem em um mesmo território, como a imprensa feminista, os jornais satíricos, abolicionistas, literários, com recortes para a negritude, para o território, para as relações de gênero etc. Trata-se do desafio, em última instância,

de verificar nessas experiências o que há de efetivo propósito de algo como jornalismo decolonial, inclusive prestando atenção a eventuais contradições entre intenções e práticas efetivas de superação de projetos que desumanizam pelas práticas de ódio informadas pela LGBTQIAPN+fobia, pelo racismo, pelo capacitismo, pela xenofobia, pelo classismo, pela gordofobia, pela misoginia, pelo etarismo etc.

Tal como propõe Fabiana Moraes (2022), para compreendermos o jornalismo moderno-colonial, devemos corporificá-lo e racionalizá-lo. Isto é, por mais que tente tornar-se atemporal, sem história e território, na prática, há uma construção de poder na qual a colonialidade define a norma e o seu “Outro” a partir de marcadores sociais, como raça, nacionalidade, classe, gênero e sexualidade. Nos aproximamos de Moraes (2022) com o objetivo de apontar a produção de racismos e violências de gênero pela colonialidade, com uma tentativa de apontar um corpo privilegiado diante deste sistema simbólico de opressões que se mantém no contemporâneo.

Ao pensarmos na modernidade/colonialidade como uma noção combinada oriunda de um contexto histórico em que a escravização de pessoas negras descendentes de africanos foram nomeadas como irracionais e não-humanas é possível localizar, como define Frantz Fanon (2020), que o projeto colonial nomeou os negros como inferiores diante da ideia de suposta superioridade branca europeia. Essa diferenciação e subalternização dos negros no modo infraestrutural como se constituiu histórica e socialmente é definida como racismo, segundo defende Fanon (2020), constituindo o mais abjeto modelo de hierarquização e desumanização da história humana. O psicanalista martinicano contesta a noção de que o racismo colonial se distingue de outros racismos, apontando como os modos de exploração se repetem ao longo da história e, mesmo que guardem particularidades, ainda são orientados pelo mesmo intuito de desumanização das pessoas inferiorizadas instituído no período colonial.

Ao pensar o racismo como uma infraestrutura do exercício de poder, Fanon (2020) destaca como este atuou ao mesmo tempo como um processo de subalternização realizado pelas nações colonizadoras quanto como um produto dessa construção ideológica que se replicou pelas mais diversas sociedades. É neste mesmo contexto de racismo como infraestrutura que Grosfoguel (2018) o analisa no âmbito da colonialidade, definindo-o como “um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade” (Grosfoguel, 2018, p. 67). Desse modo, podemos pensar nos jornalismo como espaços em que o racismo opera e se constitui, de modo institucionalizado, nas premissas de objetividade e neutralidade devedoras da tradição iluminista de produção do conhecimento, como apontado por Fabiana Moraes (2022), que

nota a ausência de racialização dos jornalismo desde seu ensino nas universidades e redações até a materialização do racismo nas matérias publicadas. Moraes (2022) e Souza (2023) caracterizam o racismo presente na imprensa brasileira como uma herança escravocrata e colonial que se estabeleceu desde a industrialização dos jornais ainda nos primeiros anos da república, em que apoiados nesse lugar do falso distanciamento objetivo, pessoas negras e indígenas eram retratadas pelos jornais como criminosas ou loucas.

Nesse contexto, Sodré (2015) aponta para essa mesma dinâmica em rela o   m dia brasileira e o racismo, indicando que   através dos modos de produ o que ele vai denominar logot cnicos, que a imprensa nacional segue reproduzindo o racismo ao mesmo tempo em que ignora a sua existência, com exce o das pontuais notícias de crimes raciais, sempre noticiados como fatos isolados. Ao adotar essa produ o noticiosa orientada pelo que Sodré (2015, p. 276) chama de “discursos sociais - manuais escolares, diálogos socializantes (pais/filhos, professores/estudantes), programas de radiodifusão, textos jornalísticos, pronunciamentos parlamentares, etc.” os modelos cognitivos que negam a existência do racismo tratam o negro como incapaz de produ o de conhecimento válido e criam estigmas reproduzidos sem questionamento, que com o tempo se solidificam.   nesse contexto, em um espaço de contradi o e enfrentamento, que ele defende a importância de uma imprensa negra, a quem ele vai inclusive chamar de velha por existir no país desde os anos de 1800.

No próximo subtópico começaremos a traçar a nossa análise, a partir dos discursos autorreferentes dos fenômenos *Nós, Mulheres das Periferia e Alma Preta*. Em nosso juízo, com as suas singularidades na compreensão para as práticas jornalísticas, as mídias parecem propor uma outra rela o para as temporalidades, reivindicando um recorte político para gênero e raça, ou seja, apontando sempre a presença de um corpo, assim como de subjetividades.

## **A TRADI O-ROMPIMENTO** de um jornalismo feito fora do centro

A agência de notícias *Alma Preta* lançou em 2023 seu manual de jornalismo antirracista que assume como objetivo “a cria o de paradigmas para servir de norte para as práticas da média negra” (*Alma Preta*, 2023, p. 5) em resposta ao que os jornalistas e pesquisadores que construíram de modo coletivo a publica o nomearam como uma das demandas “compartilhadas por gera es de jornalistas e comunicadoras negras”. A segunda demanda, segundo as autoras e autores do manual de reda o, seria o de “reunir os aprendizados

da população negra ao longo da história da imprensa”, ação que a publicação realiza recuperando os jornais negros publicados no Brasil nos séculos XIX e XX.

A partir da afirmação de que “a imprensa negra é imprensa tradicional” (Alma Preta, 2023, p. 25), o manual reivindica para a *Alma Preta* a denominação de tradicional e defende que “não é apenas a imprensa corporativa, feita por pessoas brancas e com o desejo de manutenção do *status quo*, que pode carregar esse título” (Alma Preta, 2023, p. 25). Ao nomear-se e à imprensa negra como tradicional, o documento apresenta os jornais negros surgidos e mantidos no país desde 1833, quando *O homem de cor*, considerado o primeiro jornal publicado por e para pessoas negras no Brasil, foi criado.

O manual da *Alma Preta* elenca quatorze publicações de jornais, boletins ou revistas da imprensa negra consideradas destaques por sua longevidade, alcance e pioneirismo, como é o caso do jornal *O Homem de Cor / O Mulato* ou *O Homem de Cor* (Rio de Janeiro 1833) e da *Revista Raça* (São Paulo, 1996) consideradas as primeiras publicações em seus formatos para a população negra feita por jornalistas negras e negros. São destacados ainda os jornais *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892); *O Getulino* (Campinas, 1923); *Quilombo* (Rio de Janeiro, 1948); *O Homem* (Recife, 1976); *Jornal SINBA* (Rio de Janeiro, 1977), *Jornal Versus - Suplemento Afro-Latino-América* (São Paulo e capitais nacionais, 1977); *Jornegro* (São Paulo, 1978); *Negritude* (Recife, 1986); *Angola* (Recife, 1981); *Maioria Falante* (Bahia, 1987); *Negração* (Olinda, 1988); *Nêgo\_jornal do Movimento Negro Unificado* (Salvador, 1993); *Djumbay* (Recife, 1991) e *Ominira* (Recife, 1993). De acordo com o *Manual do Alma Preta*, essas publicações forneceram elementos que continuam a servir de condutores à imprensa negra em atuação no Brasil.

Ao propor a ideia de tradicional ligada a essa continuidade, o manual da *Alma Preta* se propõe a historicizar a imprensa negra registrando que a produção de espaços de veiculação de conteúdos negros e/ou antirracistas são anteriores ao século XXI e ao advento do digital. Embora demarque que o acesso às plataformas tenha facilitado a produção e mesmo o surgimento do próprio portal e de outros, o manual defende que “a geração de hoje mantém as características do passado, de ser feita por pessoas negras, dirigir-se a esse público e ter como norte a luta antirracista” (Alma Preta, 2023, p. 27).

Ainda que a luta antirracista não se limite às denúncias de discriminação, ao recuperar os oito primeiros jornais negros do país Ana Flávia Magalhães Pinto (2005) descreve que desde o surgimento muitos deles atuavam diretamente contra a abolição da escravidão, mas também contra o preconceito de cor e raça vigentes no país. Pinto (2005) observa que vários dos estudos sobre a imprensa

negra no Brasil durante muito tempo tiveram como foco os jornais abolicionistas, que nem sempre contavam com a presença de pessoas negras ou destinavam-se a elas, mas sim a uma construção de identidade moderna brasileira em que a escravidão não era mais aceita. Contudo, não raro, alguns desses jornais haviam anteriormente veiculado anúncios escravocratas de venda, compra e anúncios de fuga de pessoas negras escravizadas, tendo acumulado capital com isso.

Assim, ao pensar na imprensa negra brasileira, Ana Flávia Magalhães Pinto (2005) a define como “jornais feitos por afro-brasileiros que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil” (Pinto, 2005, p. 86), característica identificada nas páginas do pioneiro *O Homem de cor*, que demarcava estar sendo escrito por uma pessoa negra, embora assinasse apenas como “O Redator” e trazia em suas páginas denúncias de discriminação racial. Outro jornal observado pela pesquisadora, *O Homem*, do Recife, contava inclusive com seções fixas que eram utilizadas para denunciar a violência racial, como “Homens de Cor Vítimas da Política Conservadora dessa Província” e uma segunda a fim de exaltar homens negros (com destaque à restrição de gênero) que fossem proeminentes na sociedade, com a “Galeria de Homens de Cor Ilustres”.

Comportamento editorial semelhante foi observado por Clóvis Moura (2002), ao observar os jornais da imprensa negra produzidos em São Paulo nos anos de 1900. Moura (2002) defende que diante da vigência do mito da democracia racial que se estendia para o jornalismo tornava-se necessário a existência de uma “imprensa alternativa” (Moura, 2002, p. 6) que registrasse as reivindicações da população negra. Moura (2002) aponta esses jornais como o *Menelick* (1915), a *Voz da Raça* (1933) e o *Correio d’Ébano* (1963) como um espaço de registro da identidade negra e dos acontecimentos sobre uma comunidade que não era vista em outras publicações. “Lá estão as festas, aniversários, acontecimentos sociais; lá está o intelectual negro fazendo poesias; lá estão os protestos contra o preconceito de cor e a marginalização do negro” (Moura, 2002, p. 6).

Em relação a essas temáticas e à intenção de corrigir ausências e apagamentos, tanto o *Alma Preta* quanto o *Nós, mulheres da periferia*, guardam semelhanças com essa imprensa nomeada de alternativa por Moura (2002) e outros pesquisadores do jornalismo. Na página de *Quem somos* do site jornalístico, como se definem, o *Nós, mulheres da periferia* demarca exatamente esse lugar:

Somos mulheres que criaram um site para escrever textos e registrar histórias que não encontravam em lugar nenhum. Em um país em que as mulheres estão à margem da liderança dos meios de comunicação,

o Nós mulheres da periferia é uma empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas. (Nós, Mulheres da Periferia, *Online*.)

A *Alma Preta* parte também de um posicionamento semelhante e elucida logo na parte inicial do manual de redação ser “uma agência de notícias comprometida com o combate ao racismo estrutural e todas as desigualdades sociais do país” (Alma Preta, 2023, p. 8). Em relação às linhas editoriais, ambas as mídias guardam diferenças e semelhanças. Mas de modo geral elas seguem uma dinâmica de valorização das pessoas negras que se repete desde *O Menelick*, segundo Sodré (2015), e que se fortaleceu em 1930, sendo novamente silenciada durante o Estado Novo e a ditadura civil-militar de 1964.

Mas mesmo diante dessas interrupções Sodré (2015, p. 274) aponta para uma inovação semiótica provocada pelos discursos desses jornais. Para o autor, essa “velha imprensa negra”, que guarda pontos de semelhança com a atual imprensa negra, provocou uma inversão e o que era considerado “negativo pela consciência discriminadora, transvalora-se positivamente pela consciência discriminada. Por isso, em tom exaltativo, os negros referem-se a si próprios, ao que desejam valorizar, como ‘da raça’” (Sodré, 2015, p. 274). Marcação encontrada na nomeação dos veículos que utilizam a palavra raça, preto e negro ao se autorreferenciarem. A utilização do jornalismo como ferramenta de transformação social ao mesmo tempo em que propõe um rompimento com as tradições jornalísticas de impessoalidade/distanciamento nos parece ser também a premissa do projeto editorial de *Nós, mulheres da periferia*, ao evidenciar as muitas possibilidades de relações que a periferia impõe, a partir de gênero, raça e território. Elas definem esta experiência como “jornalismo de beirada”.

Para o coletivo, a “beirada” não se limita às definições do Estado moderno-colonial, que reduz as periferias somente à região pobre e distante dos “centros urbanos”. Em nosso entendimento, neste projeto editorial, para as jornalistas, a “beirada” é um corpo e ponto de referência, que envolve jogos constantes de poder (Matias, 2023). Em suas diferentes matrizes culturais e temporais, as autoras feministas bell hooks (2019) e Glória Anzaldúa (2005) se aproximam no que tange a uma “consciência política a partir da margem/fronteira”, que a nosso ver, se aproxima da proposta do coletivo. Desse modo, em nossa análise nos aproximamos de teorias que se alinham a marcadores de raça, gênero e compreensões políticas para o “ser periférico” na historiografia, e recentemente, das discussões que ganham espaço nos estudos de jornalismo (Moraes, 2022; Veiga, Moraes, 2019).

## UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E DISPUTAS com (e do) jornalismo tradicional moderno

Como coletivos jornalísticos, geridos e associados às mulheres e pessoas negras moradoras das periferias, *Alma Preta* e *Nós, mulheres da periferia*, apresentam em seus discursos nos manuais de redação e editoriais, marcações para raça, gênero, sexualidade e território. Alguns pontos estão na construção de um jornalismo a partir da vivência do povo negro, a defesa dos valores da cultura popular associados às heranças dos descendentes de pessoas africanas, o cotidiano e a relação social das mulheres negras das periferias e os direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Do ponto de vista das práticas jornalísticas propostas pelos dois sites, e aqui nos limitamos aos respectivos projetos editoriais, sem nos propormos análises das narrativas disponíveis nas páginas, há demarcações explícitas. A *Alma Preta* recorre com frequência aos modelos tradicionais de jornalismo, o que de resto é compatível com sua reivindicação de praticar “jornalismo tradicional”, como parte de uma consolidada experiência histórica de imprensa produzida por e para gente preta. Desse modo, no *Quem Somos*, lemos que

A agência não acredita na existência de um jornalismo neutro ou imparcial e aposta em um trabalho posicionado e transparente com o público. A objetividade, característica essencial para o saber científico, é um norte importante para as apurações da *Alma Preta*, que preza por apresentar ao público a complexidade do cotidiano e as contradições de um determinado acontecimento. (*Alma Preta, online*)

Há uma evidente contradição entre negar o jornalismo neutro e imparcial e propugnar pela objetividade, “característica essencial para o saber científico”, pois como identificamos nas discussões sobre o jornalismo e sobre o conhecimento científico a partir das perspectivas decoloniais, a objetividade é tão impossível e irrealizável quanto a neutralidade e a imparcialidade. Na verdade, essa tríade tem sido mesmo a responsável, na modernidade-colonialidade, pelo estabelecimento de falsos princípios de universalidade que, ao fim e ao cabo, instituem e reforçam práticas de ódio e hierarquizações desumanizadoras, inclusive nos jornalismos.

As pregnancies dos modelos tradicionais de jornalismo prosseguem na *Visão da Alma Preta*: “Existimos para informar a sociedade de maneira objetiva e apresentar a possibilidade de uma sociedade menos violenta e desigual” (*Alma Preta, online*). Reforçar a ideia de objetividade corresponde ao ideal do jornalismo que, na modernidade-colonialidade, tem promovido exatamente o oposto

da construção de uma “sociedade menos violenta e desigual”, que constitui o projeto do *site Alma Preta*. Ao destacar seus *Valores*, o *Alma Preta* recorre novamente aos clichês das mídias tradicionais colonizadas e colonizadoras: “Realizamos uma cobertura objetiva e técnica da realidade com cuidado especial para as desigualdades de raça, gênero, sexualidade, classe, território” (*Alma Preta, online*). Ora, qualquer abordagem que se proponha, em termos clássicos, como “objetiva” é “técnica”, já parte da falsa premissa de que a própria realidade seria portadora dessas características, o que seria negar que as sociedades ou as realidades, antes de portarem condições “objetivas e técnicas”, são construídas tendo por base desigualdades, injustiças etc. que se materializam em racismo, LGBTQIAPN+fobia, misoginia, xenofobia, capacitismo, etarismo, gordofobia, classismo e outras estratégias desumanizadoras típicas das colonialidades do saber, do ser e do poder.

O *Nós, mulheres da periferia*, embora também se reivindique como um *site* jornalístico, se distancia do modelo tradicional informativo, ao apresentar sua *Linha Editorial*:

O **Nós, mulheres da periferia** é um site jornalístico dedicado a repercutir a opinião e a história de mulheres negras e periféricas. Nosso compromisso é oferecer um outro jeito de ver os acontecimentos no Brasil e no mundo e contribuir para a construção de uma sociedade plural, antirracista e não patriarcal. (Nós..., *online*, com negrito no original)

De imediato se evidencia que o *Nós* não reivindica os falsos cânones do jornalismo tradicional, demarcando, sem ambiguidades, que se propõe o compromisso com olhares divergentes sobre os acontecimentos, compatível com a construção de uma “sociedade plural, antirracista e não patriarcal”. Há coerência nos propósitos de uma prática jornalística que parece se distanciar daquela típica dos jornalisismos colonizados e colonizadores na *Missão*: “Produzir jornalismo para ouvir e repercutir a história, memória e opinião de mulheres negras e periféricas” (Nós..., *online*), na *Visão*: “Ser referência nacional e internacional em jornalismo feito por e para mulheres” (Nós..., *online*) e nos *Valores*: “Qualidade, Ética, Confiabilidade, Inovação, Independência, Protagonismo” (Nós..., *online*).

Voltando a termos utilizados por nós anteriormente, o *Nós, mulheres da periferia* sugere estar menos sujeito a processos de vulnerabilização que poderiam advir dos princípios de atuação do jornalismo tradicional. Ao indicar seus princípios jornalísticos, por outro lado, fica a impressão de compromissos mais sólidos com os processos de superação das lógicas hierarquizantes e desumanizadoras típicas das

colonialidades.

O que significa, portanto, estes apoios estratégicos aos projetos jornalísticos partirem de posicionamentos políticos para raça, gênero e periferia, ao passo que também são projetos que se relacionam, ainda que de formas distintas, com jornais de conglomerados midiáticos?<sup>9</sup> Estas são contradições que parecem ser pacificadas por um discurso moderno-colonial, sem uma devida atenção às complexidades da realidade social, e da própria temporalidade, formada por heranças e rupturas. Quando retornamos ao discurso do manual de redação da *Folha de S.Paulo*, está posta uma fronteira e limitação à prática do jornalismo em suas diferenças. Desse modo, este discurso parece apontar uma certa vulnerabilização de outras experiências jornalísticas, ao se afirmar as impossibilidades de se praticar um jornalismo “profissional” e “moderno”, reproduzindo binarismos e desigualdades.

Um ponto de diferenciação entre as experiências propostas pela *Alma Preta* e o *Nós, mulheres da periferia* em relação ao orientado pela *Folha de S.Paulo* diz do posicionamento editorial dos coletivos ao defenderem o ativismo como uma das possibilidades de atuação jornalística. Tanto no *Manifesto*, que como apontamos possui como gênero esse posicionamento social, quanto na carta Editorial do *Nós, mulheres da periferia* analisados, o lugar de combate contínuo é evocado pelas jornalistas. No texto do manifesto elas vão pontuar que “se opor a toda injustiça e desrespeito aos direitos humanos essenciais é necessidade de sobrevivência” (*Nós, Mulheres da Periferia, online*).

A agência *Alma Preta* realiza a defesa dessa espécie de atuação jornalística ao incluir o verbete “ativismo” em seu manual “como expressão legítima de ideologias e se posiciona ao lado daqueles que adotam a postura antirracista, feminista e anticapitalista, ainda que não seja porta-voz de movimentos sociais” (*Alma Preta, 2023, p. 61*), ao mesmo tempo que inicia o posicionamento da sua linha editorial afirmando ser “uma agência de notícias comprometida com o combate ao racismo estrutural e todas as desigualdades sociais do país” (*Alma Preta, 2023, p. 8*). Embora os dois coletivos incentivem essa consciência ativista em seus integrantes, a *Alma Preta* o faz de maneira mais limitada formalmente nos textos, por procedimentos técnicos mais próximos do jornalismo tradicional, como destacamos.

No contexto do *Manual da Folha de S.Paulo*, esse ativismo é rechaçado por considerar que essa atuação “pode torná-lo (o jornalista, aqui grafado apenas no masculino) vulnerável a paixões e acusações justificadas de parcialidade” (*Manual da Folha de S. Paulo, 2018, p. 48*). Este último manual citado também escolhe falar dessa condição através de um verbete, como registrado no manual da *Alma Preta* escolhendo a palavra “militância” para demonstrar o posicionamento do jornal.

9. Projetos do coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* e da agência *Alma Preta* foram amplamente compartilhados pela *Folha de S.Paulo*. No caso, textos e reportagens do coletivo feito por mulheres das periferias, e o Manual da agência.

A militância de cunho político-partidário ou que comprometa a autonomia do profissional na área de cobertura à que se dedica é incompatível com o exercício do jornalismo na Folha. Incluem-se entre as práticas militantes ações como assinar petições, participar ativamente de atos públicos e fazer doações eleitorais. (Manual da Folha de S.Paulo, 2018, p. 48).

A participação em atos públicos de combate ao racismo foi não apenas incentivada, mas também organizada pelo coletivo *Alma Preta*, que integra a Coalizão Negra por Direitos no Brasil e foi uma das organizações responsáveis pelas passeatas por justiça racial de 2018.

Em relação às vozes presentes no *Nós, mulheres da periferia* e no *Alma Preta* é possível identificar um retorno à tradição da imprensa negra citada por Moura (2002) e Pinto (2006) ao destacarem serem jornalismo feitos por pessoas negras ou minorizadas para pessoas semelhantes. Ao propormos a utilização de vozes nesse contexto apontamos para quem são as/os/es jornalistas que escrevem nesses espaços e também quem são as pessoas que constituem o conhecimento veiculado por eles como especialistas. Esse deslocamento é importante no contexto da colonialidade, porque ambos reiteram que as noções tradicionais de personagem, fonte e especialista não são assumidas pelos dois coletivos.

No caso do *Nós, mulheres da periferia*, a “vivência” e o contexto da experiência são elencados como atribuição de autoridade sobre quem é especialista sobre um evento. Elas defendem partir de “olhares individuais sobre pautas relevantes no espectro nacional e internacional” (*Nós, Mulheres da Periferia, Manifesto*, online) para responder a perene questão do que é notícia. Ao mesmo modo, a *Alma Preta* define fonte como “o indivíduo que possui habilidades ou conhecimentos especiais em determinada atividade e não necessariamente deve ser uma pesquisadora da área” (*Alma Preta*, 2023, p. 67), podendo ser qualquer pessoa que vivenciou aquela realidade. A agência de notícias chega a pontuar em seu manual que evita a utilização da palavra “personagens” para se referir a pessoas e busca diversificar as fontes “a partir de critérios de gênero, sexualidade, regionalidade...” (*Alma Preta*, 2023, p. 65) sempre elencando pessoas negras como fontes principais, com o intuito de questionar a prevalência de pessoas brancas como detentoras do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os discursos autorreferentes das mídias *Alma Preta* e *Nós, mulheres da periferia* sob a perspectiva teórica do jornalismo

colonizado e colonizador (Carvalho, 2023), ficam evidentes movimentos de negociação/negação com o modelo tradicional moderno de jornalismo, em dinâmicas de afastamento e rechaço a partir do reconhecimento da perpetuação de apagamentos e silenciamentos promovidos por tais práticas, ao mesmo tempo em que aproximações e diálogos se mostram recorrentes. Nessa direção, é importante ressaltar que essas mídias recuperam e inauguram modos de fazer jornalismo que se afastam da concepção de universalidade eurocêntrica à medida que reconhecem e assumem como ponto de partida práticas localizadas em experiências e especificidades territoriais, de gênero e raça. Dessa maneira, os coletivos nos auxiliam na percepção do papel estratégico das mídias jornalísticas tradicionais na manutenção de hierarquias e formas de marginalização social típicas da modernidade-colonialidade.

Ao mesmo tempo, tais mídias parecem reconhecer em aspectos fundantes das práticas jornalísticas modernas elementos de legitimação de regimes de verdade. No caso da *Alma Preta*, isso se faz evidente na recuperação de valores como a objetividade e a transparência como agentes de validação e atribuição de credibilidade às suas práticas. Por sua vez, o *Nós, Mulheres da Periferia* promove um afastamento mais cuidadoso relativamente aos cânones dos jornalismo tradicionais. Em suas proposições editoriais não encontramos reivindicações formais dos típicos (falsos) compromissos de manuais como o da *Folha de S.Paulo*, ao propugnam isenção, neutralidade, apartidarismo etc. Em acréscimo, os coletivos não produzem “jornalismo artesanal”, fórmula preconceituosa e reducionista de qualificação de jornalismo outros, supostamente “não profissionais”, como encontramos no referido manual da *Folha*.

Em que pesem as diferenças que destacamos, parece estar estabelecido por esses coletivos certo tipo de consenso sobre o fato de que as práticas jornalísticas pautadas no modelo moderno não contemplam aquilo que escapa da projeção eurocêntrica de universalidade, ou seja, todas as experiências que sejam divergentes de uma projeção cishetéro masculina, branca e localizada em territórios socioeconomicamente privilegiados dos grandes centros urbanos. A urgência de práticas localizadas em termos territoriais, raciais e de gênero encontra ressonância social, mas também desafios específicos. As consequências práticas para estes coletivos estariam em formas de se manter economicamente e em atividade, nas dificuldades de pagar um salário às profissionais, e em serem lidas enquanto mídias confiáveis para a informação, além das relações de poder das disposições geográficas nos centros urbanos ou até mesmo nas regiões do país. Neste caso, os dois coletivos são sediados nas periferias de São Paulo, e no caso da

*Alma Preta* com equipes nos estados mais negros do Brasil fora do eixo Rio-São Paulo incluindo Pernambuco, Bahia, Distrito Federal e Amazonas. A periferia aponta então para uma forma relacional que não se esgota: nas periferias existem outras periferias.

Por não nos propormos a realização de análises das narrativas produzidas pelo *Alma Preta* e por *Nós, mulheres da periferia*, resta uma lacuna que deve ser preenchida por pesquisas que cotejem os princípios editoriais e a consecução ou não dos objetivos propostos, especialmente o combate ao racismo e às hierarquias de gênero. Somente uma análise das narrativas verboaudiovisuais pode nuançar as estratégias de construção textual que os coletivos adotam para tornar viável seus projetos de informação jornalística. No que diz respeito aos princípios editoriais não restam dúvidas de que estamos diante de jornalismo com evidentes compromissos decoloniais, mas que ainda encontram desafios, sejam formais quanto de modelos de subsistência, para efetivar esse modelo.

## REFERÊNCIAS

ALMA PRETA. **Manual de Redação: o jornalismo a partir da experiência da Alma Preta.** São Paulo, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>. Acesso em 16 de março, 2024.

ANZALDÚA, Glória. **Borderlands: the new mestiza - La frontera.** San Francisco : Aunt. Lute, c1987.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade.** São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, p. 105-123, 1o. sem. 2002.

CARVALHO, Carlos Alberto. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador.** Curitiba: Editora CRV, 2023.

DAS, Veena. **Vida e Palavras: a Violência e sua Descida ao Ordinário.** São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país.** 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda

ocidentalizada. In: **Decolonialidade e pensamento diaspórico**/ organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. - 1. Ed- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JÁCOME, Phellipy. **A constituição moderna do jornalismo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

JÁCOME, Phellipy. MODERNIZAÇÃO COMO MANDATO: relações temporais coloniais em discursos autorreferentes do jornalismo brasileiro. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/modernizacao-como-mandato-relacoes-temporais-coloniais-em-discursos-autorreferen?lang=pt-br>>.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MATIAS, Bárbara M. L. “**Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro**”: a proposta narrativa do “jornalismo de beirada” pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, PPGCOM, Belo Horizonte, 2023.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, F; SILVA, M.V; A objetividade jornalística tem raça e gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Campinas, Galoá, 2019.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra**: estudo crítico de Clóvis Moura. [Fac Simile] São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

PÊGO, Alison Leal. O manifesto como gênero textual. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.) **Nos domínios dos gêneros textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta – a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad, modernidad/racionalidad. In **Perú Indígena**, vol. 13, 1991.

SANTOS, Eli. Manifesto: um gênero para o exercício da cidadania. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Nos domínios dos gêneros textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES (Online)**, v. 18, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Nayara Luiza. **Amefricanas e imagens de controle**: a “Nega Ativa” em coberturas jornalísticas de violência de gênero envolvendo mulheres negras. [dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

VEIGA, Márcia, MORAES, Fabiana. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. **Anais do. XXIX Encontro Anual da Compós Brasília**: Compós, 2020.

VIEIRA, Rosaura Maria Marques. O editorial de jornal. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (org.) **Nos domínios dos gêneros textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 1. p. 15- 20.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. V. 15, n. 28, 2018



# ESTÁDIO MINAS GERAIS EM BINÔMIO

Jornalismo, eleições  
e futebol em Belo Horizonte

**Ives Teixeira Souza<sup>1</sup>**

— Seu padre — disse. — Posso ajudar?

O padre a encarou e ela o reconheceu: era o jornalista José Maria Rabelo, que não estava morto, como ele próprio divulgou.

— Zé Maria Rabelo, você, vestido de padre? Ele também a reconheceu.

— Hilda, é você? — disse enxugando as lágrimas. Estou disfarçado, fugindo dos militares.

— E não quer que eu te deixe em algum lugar, Zé Maria?

— Não, Hilda. Estou naquele carro ali — e apontou um Ford. — Espero poder vê-la breve, Hilda.

Vestido de padre, José Maria Rabelo chegou ao Rio de Janeiro e pediu asilo na embaixada do Panamá: ficou muitos anos no exílio; quando voltou, confirmou a este narrador a cena que Hilda Furacão já havia revelado.

(Drummond, 1991, p. 292-293)

Roberto Drummond (1933–2002), o jornalista e escritor de Ferros–MG, em suas últimas páginas do romance *Hilda Furacão*, publicado em 1991, não deixou de homenagear o amigo José Maria Rabêlo (1928–2021). Nascido em Campos Gerais (no sul das Minas - MG), sua “retirada” de cena na Belo Horizonte de abril de 1964 ganhou múltiplas versões: a de sair da cidade vestido de padre virou folclore político em Minas. Em seu livro de memórias sobre o exílio político do Brasil, Zé Maria conta que só saiu da cidade no dia dois de abril e que “durante mais de dois anos, o *Binômio* vinha denunciando as movimentações de setores da Direita em franca atitude sediciosa” (Rabêlo, 2001, p. 32). Ele acrescenta que seria impossível acreditar na hipótese do governo de João Goulart “reagir com tamanha imobilidade, paralisar-se diante do inimigo” (Rabêlo, 2001, p. 33).

No dia 30 de abril de 1964, por volta das 11h, um grupo de militares entrou no prédio da rua Curitiba, onde funcionava a sede do *Binômio*. O encontro com o jornalista não aconteceu pelos elevadores. Enquanto Zé descia, os militares subiam. Com o aviso do porteiro Geraldino sobre a presença dos militares, o jornalista “desapareceu”. Estava em vigor em Belo Horizonte, “já com a efetiva adesão de Magalhães Pinto ao golpe, começou a ser posta em prática em Minas o que se chamou ‘Operação Gaiola’, que previa a prisão de todas as pessoas com algum tipo de ligação com o Governo Federal (Rabêlo, 2001, p. 33).

Aquela segunda-feira foi a última em que foi publicado o jornal

1. Doutorando, mestre e bacharel em Comunicação Social (Jornalismo e Relações Públicas) pela UFMG. Integrante do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail:  
ivesteixeira@hotmail.com

*Binômio*, criado por ele e pelo jornalista Euro Luiz Arantes (1927–1993) em 17 de fevereiro de 1952, com o nome *Binômio: sombra e água fresca*. Nas palavras de Zé, o jornal “estava no auge de seu prestígio, sendo um dos órgãos de imprensa mais respeitados do Brasil” (Rabêlo, 2001, p. 32). A coleção com os arquivos das edições foi salva pela irmã de José Maria, Therezinha, e escondida por ela na residência de seus pais, em Campos Gerais, pelos 16 anos de exílio de seu irmão. “O esforço para salvar a coleção foi uma proeza à parte, que merece um dia ser contada” (Rabêlo, 2001, p. 32), conta Zé no livro “Diáspora: os longos caminhos do exílio”, de 2001.

Anos antes, em 1997, José Maria Rabêlo, a partir desse acervo, publicou o livro “Binômio: edição histórica”<sup>2</sup> para perpetuar, em seu registro e de diversos outros jornalistas que estiveram pela redação do jornal, as grandes reportagens e fases do periódico. Os exemplares “sobreviventes” foram doados em 2013, por Zé Maria, para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que em 2014, por meio da Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras, digitalizou as 801 edições cedidas<sup>3</sup>. Desde então, além da consulta presencial no acervo da Biblioteca Universitária (BU), no campus Pampulha, as edições em PDF (pouco mais de 300) podem ser consultadas no catálogo online da BU<sup>4</sup>. Em 2022, após o falecimento de Zé Maria, o acervo particular de livros do jornalista foi doado pelos familiares ao Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e para o jornal *Brasil de Fato* em Minas Gerais.<sup>5</sup>

O *Binômio* foi fenômeno a ser pesquisado por diversos estudiosos como André Matias Carneiro,<sup>6</sup> Alexandre Ferreira Nonato e Mauro César Silveira,<sup>7</sup> Nicolina Arantes Botelho — sobrinha do fundador Euro Arantes (Botelho, 2000) —, e Ângela Carrato. Pesquisas sobre aspectos gráficos e o humor ali impresso dão conta da multiplicidade de possibilidades que cabem ao periódico. Porém, não são esses os temas a serem tramados aqui. E sim as relações entre jornalismo, política e futebol em Belo Horizonte, ao encontro de pesquisas anteriores realizadas por mim (Souza, 2020; 2023).

Este capítulo, longe de ser um trabalho definitivo que dê conta da totalidade dessas relações a partir do *Binômio*, tem a intenção de apresentar dados que deem pistas sobre a atuação do jornal sobre essa temática. Para tanto, tenta construir isso por relações óbvias. No futebol de Belo Horizonte as discussões, para além dos times no gramado pelo Campeonato estadual, eram pautadas pela construção de mais um estádio para a cidade (Souza Neto, 2017), que foi construído na Pampulha, em área da então Universidade de Minas Gerais, pela lei 1947<sup>8</sup> de 12 de agosto de 1959, assinada pelo governador José Francisco Bias Fortes (1891–1971).

Na política, as eleições realizadas em 1958, 1960 e 1962. Afinal, o estádio só foi inaugurado em 5 de setembro de 1965 pelo então

2. Enquanto escrevo este capítulo, percebi que o exemplar adquirido por mim, da edição de 2004, está dedicado por Rabêlo a Francelino Pereira (1921–2017): “Obrigado, Francelino, pela presença. Ela faz maior a nossa festa”. O piauiense e imortal da Academia Mineira de Letras Francelino Pereira foi indicado pelo partido Aliança Renovadora Nacional (Arena) para ser governador de Minas Gerais de 1979–1983. Pelo Estado, também foi senador de 1995 a 2003 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e deputado federal de 1963 a 1979, quando assumiu o executivo estadual.

3. Disponível em: [https://www.bu.ufmg.br/bu\\_atual/noticias/jornal-binomio-famoso-nas-decadas-de-50-60-e-digitalizado-pela-divisao-de-colecoes-especiais-da-ufmg/](https://www.bu.ufmg.br/bu_atual/noticias/jornal-binomio-famoso-nas-decadas-de-50-60-e-digitalizado-pela-divisao-de-colecoes-especiais-da-ufmg/). Acesso em: 15 jul. 2025.

4. Disponível em: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/acervo/586240/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

5. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/02/brasil-de-fato-mg-e-mst-recebem-livros-da-biblioteca-particular-de-jose-maria-rabelo/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

6. Disponível em: [https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2022/Historias-II/Cap%C3%ADtulo\\_12.pdf](https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2022/Historias-II/Cap%C3%ADtulo_12.pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

7. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450764011.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

8. Lei nº 1947 de 13 de agosto de 1959. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/1947/1959/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

governador José de Magalhães Pinto (1909–1996), um dos principais articuladores civis do golpe de 1964. Em janeiro de 1966, o “Estádio Minas Gerais” — que, inclusive, havia sido chamado informalmente de “Estádio Governador Bias Fortes” —, por sanção de lei pela mesa diretora da Assembleia Legislativa foi renomeado para “Estádio Governador Magalhães Pinto”<sup>9</sup>, a partir de projeto de lei protocolado ainda em agosto de 1964, quando estava em construção. Posteriormente, o estádio passou a ser chamado de Mineirão, mas ainda permanece seu nome oficial.

Diante disso, são pelas edições impressas de *Binômio*, compreendidas como textualidade (Leal; Carvalho; Alzamora, 2018), que parte nosso gesto de textualizar, neste trabalho, aproximações que permitam responder sobre quais são as narrativas jornalísticas sobre a idealização do estádio. A intenção é saber se e como o então “Estádio Minas Gerais”, à época em idealização e construção, foi narrado em *Binômio* nas eleições políticas. Para tanto, será realizada análise verbo-visual (Leal, Carvalho, Jácome, 2019) de seis edições (edições 221, 222, 326, 327, 431 e 432) em busca das expressões-chave: estádio; campo; futebol; esporte. As escolhas das edições acontecem por serem uma antes e outra depois das eleições políticas realizadas. Nesse sentido, pela compreensão do jornalismo enquanto historicamente situado, a procura é pelo uso dessas palavras em seus elementos verbo-visuais, pelo entendimento do contexto enquanto elemento constituinte do texto, capaz de possibilitar, dessa maneira, a compreensão das dimensões temporais do jornalismo (Ribeiro, Martins, Antunes, 2017). Na sequência, a metodologia utilizada será exemplificada para evidenciar os aspectos da análise e os resultados obtidos a partir dos períodos eleitorais e suas articulações com o jornalismo praticado por *Binômio*.

## EURO NA ASSEMBLEIA

Em 29 de junho de 1958, a Seleção Brasileira de Futebol conquistava a Copa do Mundo Fifa pela primeira vez. Oito anos antes, o Brasil recebera o campeonato, sendo BH uma de suas sedes. Como conta Souza Neto (2017), a municipalidade terminara o estádio Independência, do clube Sete de Setembro, no final dos anos 1950, para a cidade receber os jogos. Nos anos 1950, apesar de recém-construído e ter capacidade maior que os outros da cidade, o estádio era muito criticado por não ter suas instalações adequadas para os cronistas esportivos e para a torcida, como ter poucos banheiros e bebedouros (Souza Neto, 2017).

Foi neste ano que as discussões sobre um novo estádio de futebol em BH ganharam predominância, segundo Souza Neto (2017). Pelos arquivos do *Folha de Minas*, disponíveis na Hemeroteca

9. Lei nº 4072, de 11 de janeiro de 1966. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/4072/1966>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Pública de Minas Gerais, e do *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, nos arquivos dos Associados, Souza Neto (2017) mostrou as disputas no segundo semestre de 1958 e primeiro de 1959, para a construção do Estádio Universitário e do Estádio Municipal (na região da Lagoa Seca, sob realização da Federação Mineira de Futebol, com financiamento de empresários do Rio de Janeiro). Este, com forte apoio da imprensa pertencente aos Diários Associados, que incluía em BH, para além dos impressos, a *TV Itacolomi* e as rádios *Mineira* e *Guarani*.

Naquele 1958, as eleições aconteceram em 3 de outubro (sexta-feira). Os eleitores votaram para os cargos nas esferas municipal, estadual e federal: vereador, vice-prefeito, prefeito, deputado estadual, federal, senador e suplente. O *Binômio* teve edição extra publicada na véspera, com amplo destaque para a candidatura do diretor-fundador do jornal, Euro Arantes, para o cargo de deputado estadual. A nota assinada pelos jornalistas da publicação afirma: “Prezado leitor. Aqui estamos, sem nenhum disfarce, para pedir seu voto a Euro Luiz Arantes”. E assim explicam o porquê de Euro ser a melhor escolha para deputado estadual.

Euro nasceu em Visconde do Rio Branco, bacharelou-se em Direito pela Universidade de Minas Gerais. Começou a fazer jornalismo em 1948, e depois foi repórter da *Folha de Minas* e do *Informador Comercial*, precursor do *Diário do Comércio*. Antes de fundar *Binômio*, foi redator em 1952 do *Tribuna da Imprensa*.<sup>10</sup> Os outros candidatos apoiados pelo jornal foram Renato Falci (prefeito), Oswaldo Gusmão (vice-prefeito) e Milton Campos (senador). Em destaque na edição, o passo a passo aos eleitores de como seria o processo eleitoral. O que unia esses diversos candidatos era a ausência de apoio do jornal aos candidatos do Partido Social Democrático (PSD). Ainda mais que o jornal foi criado para fazer oposição ao PSD, como não esconde Zé Maria em livro sobre o jornal que pretendia escandalizar o leitor pelo humor que “atropelasse o conservadorismo mineiro” (Rabêlo, 2004, p. 20):

Havia na Assembleia Legislativa um deputado muito combativo, Milton Sales (pai do também ex-deputado Miltinho Sales), conhecido como o *Ferrinho de Dentista*, pela sua obstinação nas críticas que fazia ao governo. Ele conseguiu convencer os colegas da bancada de seu partido, a UDN, a contribuir para o lançamento de um jornal oposicionista, e nos procurou perguntando se topávamos. Não perguntou duas vezes e em poucos dias o *Binômio* estava nas ruas.

Um dos principais alvos políticos do jornal era o governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek (1902–1976), que comandou o

10. Nas décadas seguintes, Euro atuou no *Correio do Dia*, *Diário de Minas* e *Jornal de Minas*. Esteve apenas na legislatura 1959-1963 na ALMG (Martins Filho, 2013).

Estado pelo PSD de janeiro de 1951 a março de 1955, ano em que foi eleito, pelo mesmo partido, o citado anteriormente Bias Fortes. Porém, as denúncias envolvendo a família governamental (Horta, 1955) dos Bias Fortes, de Barbacena—MG, respondia às críticas e denúncias de *Binômio* com agressões físicas e processos judiciais. A situação chegou ao limite quando, após pressão da Praça da Liberdade



IMAGEM 1. Capa da edição nº 221 do Binômio (1958)

FONTE.  
*Binômio* nº 221, 2 de outubro de 1958 (Acervo Biblioteca Universitária/UFGM)

(leia-se governo Bias Fortes), as gráficas locais deixaram de imprimir o periódico. Por isso, esse serviço passou a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, a capital federal, o que permitiu, segundo Rabêlo (2004), a impressão em duas cores, o que era uma novidade. A nota negativa de Rabêlo era que os resultados dos jogos do fim de semana não eram mais publicados, já que o *Binômio* era o primeiro a circular pelas segundas-feiras de manhã em BH.

Euro, o candidato do jornal que faz a “defesa de todas as causas do povo”, pela UDN, com todo o prestígio adquirido como diretor de *Binômio*, foi o sétimo mais votado para o cargo de deputado estadual, com 16.672 votos. Apesar de não contar com apoio de outros órgãos de imprensa para a campanha, o *Binômio* tinha seu público leitor. Rabêlo conta que em agosto de 1958, em pesquisa realizada por empresa inglesa, o jornal foi o mais vendido em bancas de Belo Horizonte, superando o *Estado de Minas* e com quase o dobro de vendas do *Diário da Tarde* (Rabêlo, 2004, p. 36), ambos dos Associados, grupo comandado por Assis Chateaubriand (1892–1968), que apoiou, nos anos seguintes, os preparativos e o golpe de Estado consolidado no Brasil em 1964, como contou seu biógrafo Fernando Morais. (Morais, 2011). O ex-governador, advogado e professor Milton Campos foi eleito senador pelo mesmo partido. O PSD venceu a Prefeitura com Amintas de Barros, o Amintinhas.

Na busca realizada para essa pesquisa, nada foi encontrado pelos termos estabelecidos na edição 221. Na seguinte, do dia 6, a única referência aos termos foi encontrada na página 6, em uma publicidade sobre um clube/hotel a ser construído na região da Pampulha em 200 mil metros quadrados: a “Colônia de férias Pampulha”, idealizada pela Casa dos funcionários de Minas, que contaria com “Praça de Esportes”, “duas piscinas”, “hotel de luxo, com 200 apartamentos”, “equitação”, “assistência médica” e “playgrounds”. O investimento para ser sócio-proprietário era realizado pela “Campos Paulino S. A.: distribuidora de investimentos”, localizada no vigésimo segundo andar do Edifício Acaiaca.

Nesta edição 222, a reportagem principal foi sobre a prática de agiotagem por mais de 5 mil pessoas em Belo Horizonte. Na lateral da capa, reprodução da capa da edição anterior, em agradecimento pela vitória de Euro. O editorial contou sobre a vitória na Justiça de dois processos contra dois dos maiores inimigos do jornal: o governador Bias Fortes e o banqueiro e empresário Antonio Luciano (1913–1990), que seria candidato a deputado na eleição seguinte. Antonio, outro representante das principais personalidades da cidade, foi amplamente representado na obra *Hilda Furacão*, que abre este capítulo. O dono do Hotel Financial e de centenas de metros quadrados do território da capital mineira esteve presente em *Binômio* desde a primeira edição, conforme contou Zé Maria, mas

não por meio de anúncios publicitários de seus empreendimentos:

Quase todos os 32 cinemas de Belo Horizonte, inclusive o Cine Brasil, ainda hoje o maior da cidade, pertenciam ao banqueiro tarado e haviam sido depredados pelos estudantes por causa de um aumento no preço dos ingressos. Dono de uma das maiores fortunas do Estado, Luciano se tornaria personagem assíduo nas páginas do Binômio, que era o único a falar de suas atividades marginais, abafadas a peso de ouro, e a tratá-lo como caso de polícia. (Rabêlo, 2004, p. 17)

O jornal da rua Curitiba, que era cantado nas ruas em marchinha de carnaval composta por Jadir Ambrósio (1922–2014) e Jair Silva, e sofria ameaças dos “capangas” de Luciano, apoiaria nas eleições de 1960 o banqueiro Magalhães Pinto contra o ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Tancredo Neves (1910–1985).

### **MAGALHÃES PINTO,** “que ajudamos a eleger”

No livro de memórias sobre o jornal, Rabêlo parece querer justificar o apoio concedido em 1960 à eleição do candidato da UDN: “Em Minas, embora em proporção menor [se comparada à eleição de Jânio Quadros (1917–1992) para a Presidência da República], a vitória de Magalhães Pinto tinha um forte sentido renovador” (Rabêlo, 2004, p. 41). A renovação parece ser apenas a troca de um dos lados das famílias governamentais que controlavam a política mineira, ou melhor, saía o PSD e voltava a UDN, que havia comandado Minas Gerais com Milton Campos (1900–1972), na primeira legislatura após o Estado Novo. Magalhães, inclusive, havia sido Secretário de Finanças deste governo, ele que já havia fundado o Banco Nacional e assinado o Manifesto dos Mineiros em 1943.

As eleições para os cargos de governador, vice-governador, senador e suplente de senador aconteceram em 3 de outubro. Neste dia, com a edição de número 326, Tancredo era intitulado na capa como “Candidato de Bias”, enquanto o periódico pediu votos para Jânio, Magalhães Pinto e Milton Campos (para vice-presidente). Este recebeu 38,80% dos votos, contra 41,63% de João Goulart ao nível nacional, mas venceu em Minas.

A partir das buscas pelas palavras-chave, “futebol” apareceu na edição como um trocadilho da coluna de humor assinada pelo jornalista Célius Aulicus (1918–1994), o General da Banda, para identificar um candidato como se estivesse irradiando uma partida de futebol. “Esporte” está presente em matéria assinada

por Roberto Drummond — que também foi um dos jornalistas que passaram pela redação da rua Curitiba — sobre o governo Jânio Quadros em São Paulo, oferecendo “assistência às artes, ao esporte”. O esporte também é utilizado para os eleitores deixarem de votar no candidato pessedista de São João del Rei, Tancredo Neves. Na matéria “Jipes, funcionários e dinheiro postos a serviço de Tancredo” é narrado que foram pagas subvenções para associações esportivas na cidade natal do candidato, em Uberaba, e “onde houvesse um voto a ser comprado”. Não há nenhuma menção a “estádio”, “campo” ou a algo que pudesse estar relacionado ao Estádio Minas Gerais, prestes a ser construído em Belo Horizonte.

Na edição seguinte, de 10 de outubro de 1960, o único termo presente foi “esporte”, em texto de Roberto Drummond e fotografia de Antonio Cocenza. “Urnas decretam morte política de Bias” utiliza praça de esportes, junto a hotel de turismo e sede de batalhão de polícia, enquanto exemplos de inaugurações feitas pelo governador pouco antes das eleições. O editorial enfocou a posição de “Binômio diante do novo governo, que ajudamos a eleger”. A resposta: “[...] se o governo que vem aí trouxer apenas novos nomes, e conservar os mesmos e antigos processos, não haja dúvidas: os leitores irão encontrar-nos na mesma atitude da luta”. O recado de *Binômio* estava dado e José Maria Rabêlo se aventuraria para a candidatura à prefeitura de BH em 1962.

## JOSÉ MARIA PARA PREFEITO

Em 17 de junho de 1962 a Seleção Brasileira de Futebol se tornou bicampeã da Copa do Mundo Fifa. Quatro anos antes, quando conquistou o primeiro título, também aconteceram eleições para os cargos de vereador, prefeito, vice-prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e suplente de senador, realizadas em 7 de outubro. Como conta o historiador Raphael Rajão Ribeiro, os principais candidatos para o comando da prefeitura foram o empresário Nylton Velloso, da União Democrática Nacional (UDN), Jorge Carone Filho (1919–2010), pelo Partido Republicano (PR) e José Maria Rabêlo, pelo Partido Socialista Brasileiro. Se Zé Maria se associava como o representante do “tostão contra milhão”, a exemplo de Jânio, Jorge Carone — que também era candidato a deputado estadual — reforçava seu passado como esportista e idealizador da lei que criou o “Estádio Minas Gerais”, articulando em panfletos sua imagem com a da maquete do estádio (Ribeiro, 2019).

Na edição 431 de *Binômio*, do dia da eleição, o destaque foi,

pelo jornal, da consagração em praça pública da “candidatura popular” de José Maria. Na capa e contracapa fotografias do último comício, com os eleitores carregando o jornalista e líder político que colocava seu nome à disposição do eleitor, a exemplo do outro diretor do periódico, que havia sido eleito quatro anos antes. Outro candidato apoiado pelo *Binômio* foi Celius Aulicus, candidato ao cargo de vereador e jornalista atuante também na luta sindical do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.



IMAGEM 2. Capa da edição nº 431 do Binômio (1962)

FONTE.  
*Binômio* nº 431, 7 de outubro de 1962 (Acervo Biblioteca Universitária/UFGM)

Nesta edição, há quatro ocorrências do termo “futebol”, como a que destaca o título no Chile em: “A última ceia dos bicampeões”. O termo “estádio” aparece no texto sobre a candidatura de Zé Maria, mostrando que o tema esportivo, mais especificamente o futebol, era incontornável para um candidato a prefeito na Belo Horizonte dos anos 1960. No texto “Por que Belo Horizonte precisa de José Maria na Prefeitura em BH 62: uma cidade chamada problema à espera do prefeito” há o trecho “Ônibus, campos e mercados” que exemplifica as relações da cidade e do futebol de várzea.

O transporte coletivo de BH, deficitário, é o mais caro do país; os táxis aumentaram outra vez; e os times amadores não têm onde jogar por falta de estádios, já que os campos estão nas mãos dos latifundiários do asfalto, os mesmos que têm. espalhados pela cidade, milhares de lotes vagos. Os arranha-céus, que modificaram a paisagem do centro, agora estão criando outro problema! São favelas sem conforto que sobem para o alto, deixando seus moradores sem ventilação e sol. (Binômio, 1962, p. 4)

São os efeitos da metropolização os problemas que Rabêlo se propunha a resolver, mas que não foram suficientes para derrotar Jorge Carone (PR), que foi vitorioso e que anos depois, em 1965, teria seu mandato cassado por força da ditadura em vigor. Uma questão colocada por Zé Maria em seu livro de memórias foi que a ampla visibilidade de sua aparência física durante a eleição dificultou sua fuga de BH em abril de 1964: “Eu vinha de uma campanha eleitoral muito disputada, em fins de 1962, quando me candidatei a prefeito de Belo Horizonte pelos partidos de esquerda, na qual já se utilizara bastante a televisão. Era, portanto, uma cara muito conhecida” (Rabêlo, 2001, p. 35).

Na edição seguinte, n.º 432, de 15 de outubro, o termo “futebol” aparece nove vezes, como em matéria do jornalista Hélio Fraga (1937–2021) intitulada “A volta do Leão”, sobre o Villa Nova, da cidade de Nova Lima–MG; e “estádio” uma única vez. Com as derrotas do “General da banda” e de Rabêlo, *Binômio* apresentou fatores que contribuíram para a vitória de Carone, para além do apoio do prefeito Amintas de Barros e do ex-prefeito, governador e presidente da República Juscelino Kubitschek.

O candidato vitorioso apresentou, na Assembléia, projetos que sensibilizaram as mais variadas áreas, apesar de alguns pontos considerados duvidosos para o desenvolvimento da cidade: o de telefones, que resultou na criação da Telemig (com vários pontos julgados perigosos pelos setores nacionalistas); o da Metamig (que possibilita o aproveitamento do recurso básico da economia mineira, o ferro), o do Estádio Municipal (que resolverá de maneira prática, um problema que surge, nas ocasiões mais importantes,

para os adeptos do mais popular dos esportes brasileiros, o futebol), o do seguro contra fogo (uma taxa que possibilita recursos para melhor proteção contra incêndios, duramente combatido pelas companhias de seguro), aumento do funcionalismo e equiparação de vencimento dos inativos, etc. (Binômio, 1962, p. 4)

O “Estádio Municipal”, na verdade, era o “Estádio Minas Gerais”, proposto justamente por Carone, que teve sua lei de criação, como mostrado anteriormente, assinada por Bias Fortes, quando governador — justo Bias, um dos maiores inimigos declarados do *Binômio*. É difícil pensar que foi um simples erro do jornal ao nomear o estádio, assim como a não menção na edição da vitória de Benedito Valadares (1892–1973), o ex-governador/interventor, e uma das principais lideranças do PSD mineiro para o cargo de senador da República. Ainda mais que, conforme as pesquisas de Souza Neto (2017), o novo estádio de Belo Horizonte e as disputas para sua construção estiveram fortemente presentes em jornais como *Folha de Minas* e *Estado de Minas/Diário da Tarde* desde 1958.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há vários *Binômios* possíveis de serem narrados e pesquisados. Essas poucas páginas representam pistas, bem iniciais, sobre as dinâmicas político-partidárias tramadas pelo jornal e alguns de seus personagens com maior evidência política e midiática. Aqui não se nega, como nos lembra Carrato, que “Binômio começou como uma publicação de estudantes e conseguiu se transformar em uma empresa jornalística consolidada e lucrativa” (Carrato, 2022, p. 105). Porém, aprofundar nos questionamentos sobre o periódico a partir das colocações de Zé Maria em seus livros memorialísticos, em seus depoimentos armazenados no Museu da Imagem e do Som (MIS-BH) realizados pelo projeto “Memória do jornalismo mineiro” e outros, como o concedido ao programa Memória e Poder,<sup>11</sup> da TV Assembleia, é de fundamental necessidade.

Há compreensão de que *Binômio* “não só mostrou que era possível superar a tiragem dos principais jornais locais, como em várias oportunidades, obrigou as demais publicações a abordarem temas indigestos, sobre os quais os concorrentes preferiam sempre silenciar” (Carrato, 2022, p. 106). Entretanto, mostrar o que aparentemente são contradições é reivindicar a importância de *Binômio* para o jornalismo produzido em Belo Horizonte. Jornalismo entendido enquanto um ator colonizado e colonizador, como nos alerta Carlos Alberto de Carvalho (2023), e que, por isso, narra vulnerabilidades temporais (Jácome, 2020), mesmo

11. Memória e Poder: José Maria Rabello. <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/>

que não seja esse o compromisso assumido com os leitores e com aqueles que ali estavam para produzi-lo.

O trabalho de guarda e digitalização da coleção de *Binômio* favorece para que mais pesquisas sejam realizadas. Célius Aulicus e Euro Arantes, compreendidos como nomes marginais para o jornalismo praticado em *Binômio*, merecem ser revisitados, reinterpretados em suas atividades jornalísticas. Assim como a relação direta das relações de *Binômio* com os movimentos populares. Anti-pessedista e, mais que isso, udenista desde sua criação, o periódico necessita ser compreendido a partir do que suas páginas em arquivo permitem evidenciar, não somente pelas memórias (arquivadas ou não) daqueles que o fizeram.

Personagem de romance — está em Hilda Furacão — *Binômio* é incontestável enquanto escola informal de formação jornalística na BH dos anos 1950 e início de 1960, quando não existia a formação universitária em Jornalismo. Então, nada melhor do que *Binômio* ser afirmado em seu jornalismo moderno e atualizado (e, por isso, colonizado e colonizador) que desafiava os padrões do provincianismo mineiro. O desejo é pela realização de pesquisa que dê conta de explorar as relações de *Binômio* em seus meios relacionados ao futebol e partidos políticos. Inclusive, que possa precisar como a idealização e construção de um novo estádio para BH nos anos 1950 foi narrada pelo periódico, o que parece — pelo que mostramos neste capítulo — não ter sido.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Nicolina Maria Arantes. **Sociedade, linguagem e jornalismo: o humor do “Binômio” nos anos 50 e 60.** 2000. 124 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2000.

CARRATO, Ângela. Um outro olhar sobre Belo Horizonte: os jornais Binômio e De Fato. In: José Newton Coelho Meneses; Heloísa M. Starling; Junia Ferreira Furtado. (Org.). **A cidade capital e a vila colonial.** Belo Horizonte 120 anos. São José do Rio das Mortes/Tiradentes 300 anos. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda, v. 1, p. 93-108. 2022.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador.** Curitiba: Editora CRV, 2023.

DRUMMOND, Roberto. **Hilda Furacão.** São Paulo: Siciliano, 1991.

- HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: **Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, p. 43 -91, 1956.
- JÁCOME, Phellipy. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: MIRANDA, Cynthia Mara; SOUSA, Maíra Evangelista; CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro Rodrigues (org.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. 1ed, Belo Horizonte: Selo PPGCom/UFMG, 2020. p. 117-135.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. **Novo dicionário biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história**. Instituto Cultural Amilcar Martins, Belo Horizonte, 504p., 2013.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 4. ed., 2011.
- RABÊLO, José Maria. **Binômio: edição histórica: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias e Barlavento Grupo Editorial, 2004.
- RABÊLO, José Maria. As muitas faces do Exílio. In: RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. **Díaspóra: os longos caminhos do exílio**. São Paulo:Geração Editorial, 2001.
- RIBEIRO, Raphael Rajão. Sobre eleições, festivais e resolução de problemas: futebol de várzea e redes políticas locais em Belo Horizonte (1962-1965). **ESTUDOS HISTÓRICOS**, v. 32, p. 633-654, 2019.
- RIBEIRO, Ana Paula; MARTINS, Bruno; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **Revista Famecos**, v.24 n3, p.1 -17, 2017.
- SOUZA, Ives Teixeira. Campos invisíveis: a Paraopeba como a avenida do futebol na Belo Horizonte dos anos 1920. In: **Revista eletrônica do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte**, v. 7, p. 151-170, 2020.
- SOUZA, Ives Teixeira. **O dinheiro do Otacílio: futebol, política e jornalismo em Belo Horizonte**. 1.ed, Belo Horizonte. Fafich/Selo PPGCOM UFMG, 2023.
- SOUZA NETO, Georgino Jorge de. **Do Prado ao Mineirão: a história dos estádios na capital inventada**. Tese. (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.





**GÊNERO,  
SEXUALIDADE E  
MICROFASCISMOS  
COMUNICACIONAIS**



# LEILA PEREIRA

Colonialidades na representação  
midiática da única presidente  
de clube no Brasil

**Isabela Mendes<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar reportagens produzidas pelo portal *Globo Esporte* sobre Leila Pereira, presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras, entre janeiro e dezembro de 2022. A escolha desse veículo de comunicação se justifica pelo seu amplo alcance nacional. De acordo com dados da Comscore - Media Trend, entre janeiro e dezembro de 2024, o GE registrou mais de 33 milhões de usuários únicos mensais. Diante desse alcance, o portal desempenha um papel influente na formação de narrativas sobre o esporte.

Segundo Silveira (2009), os meios de comunicação exercem grande influência sobre a cultura esportiva, moldando a forma como as conquistas são celebradas e os protagonistas admirados. Por meio da mídia, os atletas são elevados à condição de ícones ou transformados em alvos de críticas, e o mesmo pode acontecer com lideranças de clubes. Leila Mejdalani Pereira, nascida em 11 de novembro de 1964, na cidade de Cambuci, no Rio de Janeiro, é empresária e possui formação superior em Jornalismo e Direito. Desde 2008, ocupa a presidência do conglomerado empresarial Crefisa/FAM, responsável por importantes investimentos no futebol brasileiro. Em 2015, foi a principal articuladora do contrato de patrocínio firmado entre a Crefisa e o Palmeiras, acordo que teve papel relevante no fortalecimento financeiro do clube. Em 20 de novembro de 2021, Leila Pereira foi eleita presidente do clube alviverde, com 1.897 votos de um total de 2.141 votantes, tornando-se a primeira mulher a assumir a presidência da instituição em seus 107 anos de existência.

O primeiro ano de gestão de Leila Pereira à frente do Palmeiras foi marcado por resultados esportivos positivos em diferentes categorias. No futebol masculino profissional, o clube conquistou títulos relevantes, como o Campeonato Brasileiro de 2022, a Recopa Sul-Americana e o Campeonato Paulista. No futebol feminino, a equipe alviverde alcançou êxito ao vencer a Copa Libertadores e o Campeonato Paulista da categoria. Ademais, as categorias de base também obtiveram destaque, com as conquistas da Copa São Paulo de Futebol Júnior, do Campeonato Brasileiro Sub-20 e do Campeonato Brasileiro Sub-17, evidenciando a solidez do trabalho desenvolvido nas diferentes frentes esportivas da instituição.

O estudo crítico sobre a cobertura midiática do GE acerca do primeiro ano da atuação de Leila Pereira à frente do Palmeiras será realizado a partir da relação entre colonialidade (Quijano, 2005), gênero (Segato, 2021; Lugones, 2008), práticas e processos de comunicação (Bourdieu, 1997). De acordo com Quijano (2005), a colonialidade do poder refere-se à formação de um sistema mundial de poder capitalista, moderno, eurocêntrico e colonial, sustentado pela construção da ideia de raça. Essa concepção, biologicamente

1. Estudante de Jornalismo na PUC Minas e participa do grupo Bertha Pesquisa. Tem interesse em pesquisas nas áreas de comunicação, esporte e estudos de gênero, com foco na representação e na presença das mulheres nesses espaços.

E-mail:  
isabelamendes1007@gmail.com

concebida, foi utilizada para legitimar a inferiorização dos colonizados em relação aos colonizadores. Desse modo, a colonialidade permanece ativa nas estruturas sociais pós-coloniais, pois ainda orienta práticas culturais, políticas e econômicas que reproduzem hierarquias de poder e naturalizam desigualdades.

Para Segato (2021), não existe apenas uma narrativa que estabelece a episteme da colonialidade do poder e a raça como seu principal marcador classificatório; há também uma história própria da construção da ideia de raça dentro dessa episteme e, de modo análogo, uma história das relações de gênero que se inscreve na matriz patriarcal imposta pelo projeto moderno-colonial. Dessa forma, as opressões de raça e gênero não são vistas como estruturas fixas, mas como produções históricas que se fortalecem mutuamente no interior da lógica colonial.

O ambiente do futebol, por sua vez, reflete e reproduz as desigualdades existentes na sociedade. Witter (1990) apontou que, quando o futebol passou a ser integrado ao cotidiano da população negra e das classes populares, a presença feminina foi excluída sob a justificativa de que “Filhas de boa família não devem se misturar com jogadores de futebol” (Witter, 1990, p.58). De acordo com Silvana Goellner (2005), o futebol no Brasil sempre foi marcado por uma lógica de exclusão, na qual as mulheres, durante muito tempo, enfrentaram dificuldades para se inserir, frequentemente associadas à ideia de que o esporte não se adequa à sua identidade feminina. Assim, a mulher foi progressivamente excluída dos espaços esportivos e de suas atividades.

Dessa maneira, a ascensão de Leila Pereira à presidência da Sociedade Esportiva Palmeiras representou um momento histórico no futebol brasileiro: uma mulher ocupa o cargo mais alto de um clube. Sua jornada não apenas desafia as barreiras impostas à mulher nesse espaço, como também revela as dinâmicas de poder, gênero e colonialidade que permeiam a cobertura midiática. A mídia, como formadora de opinião, exerce influência na construção e representação da imagem da mulher no futebol, especialmente quando ocupa um cargo de liderança, moldando a percepção do público sobre ela.

A fim de desenvolver uma reflexão sobre este tema, este trabalho está estruturado nas seguintes partes: a primeira aborda as relações entre as mulheres e o futebol, com ênfase na trajetória da presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras, Leila Pereira, bem como na forma como sua gestão tem sido representada pela mídia. A segunda parte dedica-se à exposição da metodologia adotada para a análise, apresentando e justificando a escolha do portal GE como objeto de estudo. A terceira parte apresenta e discute os resultados da pesquisa. Por fim, são tecidas as considerações finais, nas quais se retomam as principais conclusões do estudo.

## UM ESPAÇO DE PAIXÃO COLETIVA e exclusão sistêmica

A eleição de Leila Pereira como presidente do Palmeiras representa um avanço importante no campo das relações de gênero, especialmente em um ambiente historicamente masculinizado como o futebol. Sua ascensão ao cargo máximo de um dos principais clubes de futebol do país rompe, ainda que simbolicamente, com a lógica que associa liderança, gestão e poder exclusivamente aos homens.

Shaw e Hoeber (2003) examinam como as organizações esportivas são tradicionalmente dominadas por modelos de gestão masculinos, o que impõe dificuldades à ascensão das mulheres. Quando as mulheres conseguem ocupar essas posições, enfrentam expectativas de comportamento e desempenho que estão frequentemente em desacordo com as características atribuídas à feminilidade, o que gera uma constante tensão entre as normas de gênero e as demandas organizacionais. Nesse contexto, as mulheres enfrentam um ambiente profissional complexo, no qual precisam negociar sua presença e legitimidade em espaços historicamente dominados por homens.

Para as mulheres que buscam ocupar posições de destaque em espaços tradicionalmente excludentes, a eleição de Leila reforça a possibilidade concreta de inserção e reconhecimento em esferas de poder, não apenas no futebol, mas em outros campos da sociedade. Ademais, esse feito contribui para tensionar e reconfigurar imaginários sociais que naturalizam a ausência feminina em postos de comando. Contudo, mesmo diante desse avanço, a cobertura jornalística da gestão de Leila Pereira evidencia como tais conquistas ainda são tratadas de forma distinta, revelando as permanências do machismo estrutural na forma como as lideranças femininas são representadas.

Autores como Saffioti (2015), Davis (2016) e hooks (2018) destacam que as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam e reforçam estruturas de poder que historicamente mantêm as mulheres em posição de inferioridade. Nesse sentido, Saffioti (2015, p. 15) afirma que “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres”. Assim, as ideologias patriarcais e conservadoras, que perpetuam a inferiorização e a objetificação da mulher, sustentam formas de opressão sistemática e reproduzidas em diversas esferas sociais – incluindo a maneira como a imprensa ainda noticia as conquistas das mulheres no futebol.

O conceito de colonialidade de gênero, desenvolvido por Maria Lugones (2008), também ajuda a compreender os mecanismos pelos quais o patriarcado e o colonialismo se entrelaçam para excluir as

mulheres, principalmente mulheres não brancas e indígenas, no contexto do colonialismo europeu. Observa-se que os sistemas de exclusão operam de forma interseccional no futebol. No contexto da gestora Leila Pereira, enquanto mulher branca, ela não é atravessada por experiências de racismo, mas enfrenta as barreiras impostas pelo machismo estrutural, especialmente em um ambiente historicamente masculinizado, como o futebol. A interseccionalidade ajuda a compreender que sua experiência de exclusão e deslegitimação é marcada pela sua condição de gênero, e não de raça. Segundo Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002: 177).

Portanto, o conceito de interseccionalidade possibilita compreender a multiplicidade de experiências vividas por mulheres, sem recorrer a um reducionismo que busque um princípio unificador comum. Ademais, tal perspectiva articula-se às reflexões de Quijano (2005) e Segato (2021), na medida em que observa-se como as opressões de gênero operam de forma articulada às estruturas da colonialidade, perpetuando hierarquias e desigualdades mesmo em contextos de avanço e inserção feminina em espaços de poder.

## METODOLOGIA

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa para examinar as reportagens publicadas pelo portal Globo Esporte, com o objetivo de analisar como a mídia esportiva constrói a imagem da presidente Leila Pereira a partir da perspectiva de gênero. Para tanto, emprega-se a crítica do discurso como método analítico, que possibilita identificar como relações de poder e estruturas sociais — em especial a colonialidade e o patriarcado — influenciam essas representações.

O período escolhido para a coleta das matérias corresponde ao primeiro ano do primeiro mandato da presidente Leila Pereira à frente do Palmeiras, que vai de dezembro de 2021 até dezembro de 2022. A escolha desse recorte temporal se justifica pelo interesse em analisar como a nova gestão, especialmente por ser a primeira presidida por uma mulher, foi retratada pela mídia em seu primeiro ano. O objetivo é compreender se e de que forma o gênero da presidente influenciou a construção de sua imagem

pela imprensa esportiva. No período, foram identificadas quatro matérias, listadas no Quadro 1:

DATA	TÍTULO	AUTORIA	USO DE IMAGEM	IDENTIFICAÇÃO PARA ANÁLISE
19/01/2022	Leila Pereira começa gestão no Palmeiras entre intolerância de torcida e necessidade de revisar departamentos estratégicos	Paulo Vinícius Coelho	Não	T4
02/03/2022	Palmeiras busca primeiro título na gestão de Leila sob pressão da torcida e nos bastidores	Felipe Zito e Thiago Ferri	Sim	T1
03/03/2022	Leila ouve protesto em noite de primeiro título como presidente e tenta acalmar clima no Palmeiras	Thiago Ferri	Sim	T2
25/03/2022	100 dias de Leila na presidência do Palmeiras têm títulos, oferta para Abel e clima político conturbado	Felipe Zito e Thiago Ferri	Sim	T3

**QUADRO 1.** Síntese de matérias sobre Leila Pereira no G1

**FONTE.**  
Desenvolvido pela autora

A matéria do GE, intitulada “*Palmeiras busca primeiro título na gestão de Leila sob pressão da torcida e nos bastidores*” (Figura 1), exemplifica como a abordagem midiática é moldada pela colonialidade de gênero. O foco da manchete é enfatizar a pressão e os desafios enfrentados pela gestora, em detrimento de suas conquistas, como o vice-campeonato mundial da equipe alviverde no período em que a matéria foi veiculada. A ênfase em frases como “pressão nos bastidores” reproduz as normas de gênero que

+18. Apostar pode causar dependência e transtornos do jogo patológico. Jogue com responsabilidade. Saiba mais em [www.sportingbet.com](http://www.sportingbet.com)

## Palmeiras busca primeiro título na gestão de Leila sob pressão da torcida e nos bastidores

Presidente tem convivido com protestos em pouco mais de dois meses à frente do cargo e convocou para quinta-feira uma reunião com os membros de sua diretoria

Por Felipe Zito e Thiago Ferri — São Paulo  
02/03/2022 08h00 · Atualizado há 2 anos



**FIGURA 1.** Reportagem do site Globo Esporte sobre Leila Pereira

**FONTE.**  
Ge.globo

colocam a autoridade e a capacidade da mulher em posição de liderança sob constante questionamento e vigilância.

Apesar de sua posição de destaque, Leila enfrenta críticas que refletem estereótipos de gênero. Essas críticas, relacionadas à sua legitimidade, evidenciam como as estruturas masculinizadas do esporte dificultam a aceitação de mulheres na liderança. Além disso, sua posição isolada no cenário esportivo reforça como padrões organizacionais ainda limitam a inclusão feminina em cargos de poder.

## RESULTADOS DA ANÁLISE

A partir da análise das matérias publicadas pelo portal Globo Esporte durante o primeiro ano da gestão de Leila Pereira no Palmeiras, foi possível identificar padrões discursivos que revelam uma ênfase significativa em aspectos negativos relacionados à sua figura pública.

Os títulos das matérias analisadas evidenciam uma recorrência de termos como “intolerância da torcida”, “pressão nos bastidores”, “protesto” e “clima político conturbado”, elementos que contribuem para a construção de uma narrativa centrada em um ambiente de instabilidade e resistência à figura de Leila Pereira enquanto dirigente. Ainda que o Palmeiras tenha alcançado resultados esportivos expressivos no período em questão – como o vice-campeonato mundial e a conquista de títulos regionais –, a cobertura jornalística tende a privilegiar as dificuldades enfrentadas pela presidente, reforçando o imaginário de que sua liderança encontra-se sob constante questionamento.

Observa-se, ainda, que mesmo nas reportagens em que há menção a conquistas e resultados positivos, como no caso da matéria que aborda os cem primeiros dias de gestão, esses aspectos são frequentemente acompanhados por ressalvas relacionadas ao ambiente político e institucional, com ênfase em críticas internas e externas. Tal abordagem sugere uma estratégia discursiva que minimiza os feitos da presidente e reforça a representação de sua gestão como marcada por instabilidade e contestação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que haja igualdade de gênero na representação midiática, é essencial que o jornalismo se afaste dos padrões estabelecidos pela colonialidade de gênero. A prática jornalística precisa ser crítica e reflexiva sobre os estereótipos de gênero que perpetua, buscando uma representação plural. Isso implica não apenas retratar as mulheres em posições de poder, mas também questionar as estruturas que

favorecem a construção de narrativas que excluem mulheres do ambiente esportivo.

Ademais, é fundamental que o jornalismo esportivo se conscientize do impacto que suas escolhas de linguagem, enquadramento e enfoque podem ter na percepção pública de figuras femininas como Leila Pereira e, conseqüentemente, adote uma postura equitativa.

Por fim, a mudança na representação midiática requer transformações nas práticas jornalísticas e uma mudança cultural que valorize a contribuição das mulheres em todas as áreas, incluindo o esporte.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BURTON, Laura J. Underrepresentation of women in sport leadership: a review of research. **Sport Management Review**, v. 18, n. 2, p. 155-165, 2015.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2005.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008.
- SILVEIRA, Nathaly Ely. **Jornalismo Esportivo: conceito e práticas**. 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- SHAW, Sally; HOEBER, Larena. “A strong man is direct and a direct woman is a bitch”: gendered discourses and their influence on employment roles in sport organizations. **Journal of Sport Management**, Champaign, v. 17, n. 4, p. 347-375, 2003.
- WITTER, José Benjamim de Lima. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial

relativos ao gênero. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Cuidado, trabalho e família: desafios para políticas sociais no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 175-188.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.



# COLONIALIDADE E MICROFASCISMO DE GÊNERO

Na agenda antigênero e contra os  
direitos da população LGBTQIAPN+<sup>1</sup>

**Philippe Oliveira Abouid<sup>2</sup>**

**Joana Ziller de Araújo Josephson<sup>3</sup>**

## INTRODUÇÃO

No contexto da ofensiva antigênero e dos ataques aos direitos da população LGBTQIAPN+ no Brasil, este ensaio se volta a episódios que evidenciam como o gênero assume o papel de eixo articulador no encontro entre microfascismo e as relações de poder implicadas nas dinâmicas da colonialidade. As discussões partem das noções de colonialidade do poder (Quijano, 2005) e microfascismo (Guattari, 1981, 2016; Bratich, 2022) na intersecção com o gênero (Bratich, 2022; Butler, 2015, 2020, 2024; Tiburi, 2020). A discussão demonstra que as violências contra pessoas LGBTQIAPN+ se atualizam tanto em políticas institucionais quanto nas micropolíticas cotidianas, articulando-se com estruturas patriarcais e racistas (Lugones, 2014; Segato, 2021).

O trabalho observa a ofensiva antigênero à luz das imbricações entre as dinâmicas de poder da colonialidade e as manifestações do microfascismo na atualidade, em que o controle de gênero funciona como tecnologia de manutenção de hierarquias sociais e das estruturas de poder. A análise enfoca cinco expressões concretas deste fenômeno: as tentativas de proibição da participação de mulheres trans no esporte feminino, que revela como o binarismo de gênero opera como dispositivo colonial de exclusão (Lugones, 2014; Segato, 2021); as restrições ao uso de banheiros públicos por pessoas trans, que demonstram como a violência microfascista se manifesta no controle cotidiano de corpos dissidentes; os ataques às paradas LGBTQIAPN+ e ao movimento organizado, que evidenciam a resistência conservadora à visibilidade e ocupação política das dissidências de gênero; a criminalização da identidade de gênero de pessoas trans, particularmente nos ataques ao acompanhamento médico de adolescentes trans, mostrando a intersecção entre controle médico e normatividade de gênero (Preciado, 2018); a oposição à linguagem não binária, que revela como o regime linguístico compulsório sustenta a colonialidade de gênero (Lugones, 2014; hooks, 2020). Essas cinco expressões foram escolhidas porque, conforme demonstrado em estudo empírico realizado durante a pesquisa de doutorado, essas temáticas emergem como eixos centrais das disputas narrativas promovidas pela extrema-direita brasileira no Brasil (Abouid, 2024).

Os resultados indicam que esses ataques não são fenômenos isolados, mas expressões das relações de poder, controle e dominação encontradas nos microfascismos e nas dinâmicas da colonialidade de gênero. Conclui-se que o gênero opera como tecnologia central na articulação entre essas formas de controle, e exigem respostas que combinem enfrentamento institucional e transformação cultural. O estudo entende as atuais ofensivas conservadoras como manifestações contemporâneas de estruturas históricas de poder.

1. Agradecemos à Fapemig pelo financiamento da pesquisa APQ-01686-22.

2. Doutor em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG; membro do grupo de pesquisa Insurgente.

E-mail:  
pholaboutid@hotmail.com

3. Professora Associada do Departamento de Comunicação Social e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG; coordena o Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL); presidente da Comissão Coordenadora da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade: perspectivas Queer/LGBTI; membro da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão da UFMG; responsável pela Diretoria de Governança Informacional da UFMG.

E-mail:  
joana.ziller@gmail.com

## COLONIALIDADE DO PODER E DE GÊNERO

A colonialidade do poder, conceito cunhado por Quijano (2005), refere-se ao padrão de dominação que sobrevive ao colonialismo histórico, reorganizando as relações sociais a partir de hierarquias raciais e econômicas estruturadas durante a expansão imperialista europeia. Essa noção foi ampliada pelos estudos feministas decoloniais, que demonstraram como o gênero opera como eixo constitutivo dessa matriz de poder. Lugones (2014) e Segato (2021) articularam o conceito ao gênero, revelando como a imposição de um sistema binário e hierárquico serviu tanto à exploração econômica quanto ao epistemicídio de formas não-ocidentais de organização social. Nessa perspectiva, a racialização dos corpos tornou-se indissociável da regulação patriarcal, criando uma tecnologia de controle que subalterniza mulheres indígenas e negras de modo particular, além de pessoas transexuais e travestis, contra as quais se voltarão de modo mais veemente no contexto da ofensiva antigênero. Assim, a colonialidade do poder revela-se incompleta sem sua dimensão de gênero, a colonialidade do gênero.

A colonialidade de gênero constitui um elemento importante para compreender as estruturas de poder que organizam as relações sociais nas sociedades pós-coloniais. Como demonstra Segato (2021), a colonialidade de gênero opera através de uma gramática da violência que naturaliza não apenas a dominação cismasculina, mas também a exploração sistemática dos corpos feminizados e racializados. Essa gramática não se limita à esfera privada: ela estrutura uma verdadeira economia política do gênero, conforme analisado por Federici (2004), na qual a desvalorização do trabalho reprodutivo e a apropriação dos corpos das mulheres, especialmente negras e indígenas, são pilares do capitalismo colonial.

A imposição do patriarcado moderno, bem como o regime binário de gênero, revela-se, assim, intrinsecamente vinculados ao projeto colonial. Lugones (2014) argumenta que o que se denomina patriarcado não é um sistema universal, mas uma estrutura específica da modernidade colonial, que reorganizou radicalmente as relações de gênero nas Américas. A colonialidade impôs uma matriz heterossexual e hierárquica e racializou simultaneamente as normas de gênero. Nesse processo, mulheres indígenas e negras foram duplamente subalternizadas: como corpos a serem explorados no trabalho escravizado e doméstico, e como alvos de violência epistêmica (Federici, 2004; hooks, 2020; Segato, 2021), que as silenciou como sujeitos de conhecimento e poder. As práticas coloniais reforçaram o patriarcado, subjugando as mulheres e dissidências de gênero ao estabelecer normas rígidas de masculinidade e feminilidade. Desse modo, perpetuaram-se desigualdades e limitou-se a autonomia das

mulheres, bem como preconceitos relacionados à diversidade sexual e de gênero.

A colonialidade de gênero também redefiniu a soberania política. Ao impor modelos de governança patriarcais, o colonialismo marginalizou formas indígenas e africanas de liderança feminina, substituindo-as por estruturas que naturalizam a autoridade cismasculina branca. Assim também se vê em relação às pessoas transexuais e travestis e, como resultado, as hierarquias de gênero tornaram-se instrumentos de manutenção do poder colonial, visíveis hoje nos machismos, nas LGBTQIAPN+fobias, que se materializam nas altas taxas de feminicídio e transfeminicídio, nos altos índices de crimes relacionados às LGBTQIAPN+fobias e demais formas de controle de corpos dissidentes, feminilizados e/ou racializados.

## MICROFASCISMO DE GÊNERO

Passmore (2011) analisa a relação entre gênero e fascismo ao criticar os modelos teóricos tradicionais por ignorarem as contribuições da história das mulheres e de gênero. Para o autor, incorporar perspectivas de gênero pode não apenas tornar a teoria do fascismo mais completa, mas também mais precisa em seu entendimento histórico. Ao recuperar os fundamentos teóricos em autores como Le Bon, Durkheim, Freud e Parsons, Passmore (2011) mostra como suas representações das massas reproduzem traços associados ao feminino, como instabilidade, sugestibilidade, irracionalidade e, portanto, constroem a própria ideia de fascismo sobre pressupostos generificados. Assim, incluir as mulheres e a crítica de gênero não é apenas corrigir uma omissão, mas confrontar a estrutura teórica que sustenta esses modelos, abrindo espaço para uma análise mais crítica e historicamente fundamentada.

O conceito de microfascismo, discutido por Guattari (1981, 2016) refere-se às formas capilares e cotidianas através das quais o poder se inscreve nos corpos e subjetividades, operando para além dos aparatos estatais explícitos. Em diálogo com Foucault (1977, 2015), compreende-se que esses microfascismos atuam como dispositivos de normatização que produzem e regulam corpos a partir de padrões hegemônicos de gênero e sexualidade. O microfascismo atualiza essa lógica em mecanismos difusos de controle social. Como aponta Bratich (2022), trata-se de uma soberania autogenética que se manifesta na imposição de uma binariedade compulsória, na militarização da masculinidade e na eliminação gradual das existências dissidentes.

A misoginia e a violência doméstica são vistas por Bratich (2022) como manifestações de microfascismo. Bratich (2022) interpreta o microfascismo como um investimento social em formas de soberania

masculina. A partir da ideia de soberania autogenética (a capacidade de criar e/ou imaginar a si mesmo *ex nihilo*) o autor discute a eliminação das mulheres e da materialidade da vida, que são percebidas como uma ameaça à ordem masculina e à sua transcendência. Em sua relação com o fascismo, a soberania autogenética contribui para a formação do moderno por meio de seu sujeito principal, a figura do soberano. Ela é entendida por Bratich (2022) como uma forma de microfascismo, uma vez que representa uma extensão dos sistemas de poder e opressão que se manifestam por meio da violência mítica, ou seja, quando um Estado estabelece o monopólio da violência, justificando-a com a própria realidade. Como uma forma de violência de gênero, ela produz e reproduz estruturas de poder voltadas para a destruição da vida.

Essa tecnologia de poder não se restringe a regimes políticos autoritários, mas se infiltra nas instituições cotidianas, da família às mídias, naturalizando hierarquias e violências. O sujeito microfascista é aquele que internaliza e reproduz essas normas, tornando-se agente de sua própria dominação (Guattari, 2016). No contexto das dissidências de gênero e sexualidade, isso se traduz em práticas como a patologização de identidades trans, a repressão à linguagem não-binária ou a regulamentação excludente de espaços públicos (como banheiros e competições esportivas). Tais mecanismos, ainda que aparentemente desconexos, articulam-se em um projeto necropolítico (Mbembe, 2018) que visa manter a hegemonia da heteronormatividade branca.

Na medida em que o biopoder atua na gestão da vida (Foucault, 2015), o microfascismo opera na produção da morte social – seja através do apagamento simbólico, da marginalização econômica ou da violência física (Guattari, 2016; Bratich, 2022). Bratich (2022) demonstra como essa lógica eliminacionista não é abrupta, mas cumulativa: uma inclusão anuladora que reduz gradualmente a agência de mulheres e corpos dissidentes da cisheteronormatividade.

O sujeito microfascista é um simulacro do criador (Bratich, 2022). Ele imita a *mimesis* e a generatividade femininas, mas as transforma em realidades destrutivas de vida, baseadas na violência, na dominação e na eliminação. Bratich (2022) avalia que a guerra, como um ritual de passagem para os homens, visa imitar e substituir o processo de nascimento e morte. Assim, a guerra é uma forma de violência sacrificial que busca restaurar a ordem e a soberania através do extermínio do outro.

A masculinidade é definida pela fuga da *mimesis*, pelo desenvolvimento de abstrações, estruturas e ordens (Bratich, 2022). No entanto, essa fuga não é completa, pois, segundo Bratich (2022), é necessário retornar à esfera mimética para estabelecer o controle e reduzir as capacidades e representações das mulheres. É por meio da

*mimesis* que se alcança o domínio, exercendo violência nos termos do eliminacionismo, desde a debilitação social e política até o feminicídio. Essa estética é uma manifestação da soberania autogenética, na qual os sujeitos expressam uma hostilidade necrofílica à vida, incluindo a sua própria (Bratich, 2022).

A política de eliminacionismo é uma característica do fascismo e Bratich (2022) aborda como essa se manifesta no microfascismo de modo a reforçar a estrutura de poder existente e perpetuar as desigualdades de gênero na sociedade. Sua estrutura subjetiva emerge de pontos de colapso simbólico e afetivo alimentados pela guerra, pela eliminação e pelo suicídio. Esses também são a base do patriarcado, que se fundamenta em seus mitos de origem, ritos de passagem e outras dinâmicas que reforçam a lógica da soberania autogenética. A misoginia consiste no controle e punição das mulheres que se recusam a integrar esses sistemas de abstrações impostos pelo soberano autogenético. Desse modo, a soberania autogenética destaca seu potencial necropolítico, capaz de destruir a vida e a socialidade.

O gênero interfere na forma como o eliminacionismo concebe a temporalidade, pois esse processo de exclusão pode ser gradual, levando-o ao limite. O eliminacionismo nem sempre visa matar, mas incapacita, desmotiva, consome, levando ao esgotamento. No caso das mulheres, há uma inclusão anuladora, isto é, são incorporadas ao mesmo tempo que são reduzidas (Bratich, 2022).

Essa misoginia pode ser entendida como uma forma de microfascismo, uma vez que opera através da eliminação contínua das mulheres, que se expressa em formas de violência discursiva, simbólica ou mesmo física. Além disso, também é possível observar um projeto mais sutil de redução de suas capacidades sociais, econômicas e políticas, criando um processo de aniquilação gradual, lenta e cotidiana.

Essa tendência política e cultural de eliminacionismo possui relações coloniais e encontra sua expressão apenas parcialmente no Estado. O microfascismo de gênero, conforme discutido por Bratich (2022), refere-se às práticas cotidianas e ações micropolíticas que perpetuam a opressão de gênero e reforçam normas patriarcais. Essas práticas podem incluir desde comentários aparentemente inofensivos até comportamentos que, cumulativamente, mantêm estruturas de poder desiguais. O autor argumenta que esses microfascismos operam de maneira quase imperceptível, mas contribuem significativamente para a atualização das estruturas de poder e para a manutenção do *status quo*.

## COLONIALIDADE E MICROFASCISMO

### na agenda antigênero

As LGBTQIAPN+fobias, em especial a transfobia, podem ser vistas como manifestações microfascistas que visam à eliminação lenta (Bratich, 2022) de corpos que desafiam a normatividade de gênero. Essas relações de poder e violência são expressões e manifestações de uma micropolítica do fascismo que se direciona contra pessoas LGBTQIAPN+ e de maneira ainda mais forte às pessoas trans, negando-lhes o direito à identidade e até mesmo à vida. Ela se manifesta em atitudes discriminatórias, violência e exclusão social, em que se reforça a ideia eugênica de que existem formas *corretas* ou *naturais* de gênero e que os dissensos precisam ser eliminados para o estabelecimento da ordem.

A partir de Mombaça (2021), compreende-se que essa ofensiva não é meramente repressiva, mas produtiva: ela fabrica um inimigo interno (Bratich, 2022; Butler, 2024) necessário à manutenção da cisheteronormatividade. Os corpos trans e não binários, especialmente negros e periféricos, tornam-se zonas de exceção, onde se aplica com crueldade singular o mandato microfascista descrito por Deleuze e Guattari (1980), dispersos nas violências e nas manifestações micropolíticas do cotidiano.

As cinco expressões concretas citadas - a proibição de mulheres trans no esporte, as restrições a banheiros públicos, os ataques às paradas LGBTQIAPN+, a criminalização da identidade trans e a oposição à linguagem não binária, configuram um mecanismo integrado de controle microfascista que atualiza a colonialidade de gênero (Lugones, 2014) no Brasil contemporâneo. Como demonstra Bratich (2022), essas não são violências aleatórias, mas táticas coordenadas de eliminacionismo gradual, que operam simultaneamente em três níveis: a desumanização simbólica, percebida através do discurso antigênero; a exclusão material que ganha corpo em restrições legais e médicas; e a aniquilação física, expressa nos alarmantes índices de assassinato de pessoas trans e travestis.

Desse modo, apontam-se elementos da micropolítica do fascismo permeados na agenda antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+. A defesa dos valores cristãos, dos pactos patriarcais e, desse modo, da distribuição de papéis baseados na diferença sexual são elementos que indicam as manifestações do microfascismo de gênero. A construção de uma identidade nacional forjada a partir de uma ordem cisheteropatriarcal e da família monogâmica cristã é outro elemento que indica as nuances microfascistas na defesa desses

ideais. Essa dinâmica não apenas reforça o *status quo* patriarcal, mas também atualiza lógicas coloniais de subjugação, nas quais raça, gênero e sexualidade são eixos estruturantes das hierarquias de poder (Lugones, 2014; Segato, 2021).

O regime binário cisheteropatriarcal é uma estrutura social e política que impõe e legitima uma ordem específica baseada na diferenciação e hierarquização de gêneros e sexualidades. Preciado (2018) defende que separar rigidamente os gêneros em masculino e feminino é uma construção política e histórica, não uma realidade empírica ou ordem simbólica universal. Esse regime baseado em uma epistemologia binária de gênero está em crise e não consegue abarcar a existência de identidades trans, intersexo e não binárias, gerando práticas de normalização e exclusão. Discursos e metáforas retratam o gênero como um perigo iminente devido à oposição à rigidez da estrutura binária. Essas narrativas se fundamentam no medo do desconhecido e no desejo de manter uma ordem social que privilegia a cisheteronormatividade.

A proibição esportiva revela como o binarismo de gênero funciona como tecnologia colonial, que impõe diferenças biológicas em hierarquias políticas (Preciado, 2018), enquanto os banheiros públicos tornam-se laboratórios microfascistas onde se testam fronteiras de gênero. Os ataques às paradas de orgulho LGBTQIAPN+ evidenciam o pânico conservador diante da visibilidade dissidente, transformando corpos LGBTQIAPN+ em alvos de uma necropolítica (Mbembe, 2018). A criminalização da identidade trans, particularmente de adolescentes, expõe a aliança entre controle médico e soberania patriarcal, em que as clínicas se tornam extensões do Estado colonial (Segato, 2021). Por fim, a guerra à linguagem não binária revela o caráter linguístico da colonialidade, cujas gramáticas tornam-se armas de apagamento de outros saberes (hooks, 2020).

Essas dinâmicas de exclusão e *apartheid* são particularmente evidentes no Brasil, onde a combinação entre colonialidade de gênero e necropolítica resulta em taxas alarmantes de feminicídio e assassinatos de pessoas trans (Benevides, 2024), e no desdobramento de uma agenda antigênero e de regressão de direitos LGBTQIAPN+ recentemente conquistados. As LGBTQIAPN+fobias, em especial as transfobias, não devem ser vistas como fenômenos isolados, mas um mecanismo de controle social que reforça a soberania cis, masculina e branca, perpetuando a ideia de que apenas certos corpos são dignos de proteção e existência (Butler, 2020).

Jota Mombaça (2021) discute como a soberania moderna é um projeto necropolítico (Mbembe, 2018) que define quem pode viver e quem deve morrer, operando através de marcadores de gênero, raça e sexualidade. Além disso, a autora destaca a contradição de viver em um mundo que está constantemente em colapso, mas ainda assim encontra maneiras de sobreviver e prosperar. Ela destaca

como a violência sistêmica e a opressão de gênero se manifestam em eventos específicos e na vida cotidiana, bem como a necessidade de desenvolver táticas de resistência e sobrevivência. Além disso, explora-se a violência sistêmica contra pessoas trans, racializadas e empobrecidas, destacando a necessidade de reconhecer as raízes coloniais e patriarcais dessa violência.

Nesse contexto, considera-se a violência contra pessoas trans, travestis e não binárias, especialmente negras e indígenas, como uma expressão microfascista que busca restaurar uma ordem cisheteropatriarcal idealizada, eliminando dissidências através de práticas eugênicas (Bratich, 2022). O sistema sociocultural de matriz eurocêntrica tenta reprimir a sua sexualidade, expressões e identidade de gênero. Esses mecanismos impedem que pessoas transexuais e travestis se reconheçam e afirmem sua identidade, contestando as noções universalistas e bioessentialistas do sistema sexo-gênero (Nascimento, 2021).

Segundo Nascimento (2021), a vigilância binária dos gêneros resulta em um sentimento de não pertencimento e exclusão social. Desse modo, reivindica-se o direito à autodeterminação de gênero, enfatizando-a como um ato de resistência contra as normas cisgêneras e patriarcais.

A intersecção desses estudos demonstra como a soberania, vista como mecanismo de controle político, opera tanto no fascismo como na colonialidade por meio do patriarcado para disciplinar corpos dissidentes e legitimar violências estruturais (Foucault, 1977; Segato, 2014). As práticas de microfascismo se constituem por meio de mecanismos sistemáticos de apagamento e subjugação de corpos marcados como outros e/ou feminizados, com o propósito de reforçar a hegemonia cisgênera, masculina e branca, bem como os dispositivos de violência estrutural que a sustentam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre microfascismo e colonialidade de gênero (Lugones, 2014) permite desvelar como os sistemas patriarcais e coloniais se coadunam na produção e manutenção de desigualdades estruturais. Essa análise revela que a subordinação de mulheres e identidades dissidentes não constitui mero resquício histórico, mas um dispositivo ativo de poder que se atualiza nas micropolíticas cotidianas (Foucault, 1977, Guattari, 1981, 2016). O regime binário de gênero, enquanto tecnologia colonial (Lugones, 2014; Mombaça, 2017, 2021; Oyewumi, 2021; Segato, 2021), opera em simbiose com os mecanismos microfascistas para produzir e naturalizar hierarquias sociais.

A colonialidade de gênero (Oyewumi, 2021; Lugones, 2014; Segato, 2021) e o microfascismo (Guattari, 2016; Bratich, 2022) oferecem ferramentas analíticas para compreender como as estruturas de poder se reproduzem não apenas em regimes totalitários explícitos, mas também nas micropolíticas cotidianas. Enquanto Quijano (2005) discute a colonialidade como um padrão de poder que sobrevive ao colonialismo histórico, Foucault (1977) e Guattari (2016) destacam como o fascismo se manifesta em práticas difusas de controle social, que se configuram como microfascismos.

Considera-se urgente pensar em estratégias de resistência que desmontem as estruturas microfascistas e colonialistas de gênero. Lugones (2014) propõe a “descolonialidade do gênero” como um caminho para resgatar epistemologias subalternizadas, enquanto Mombaça (2017, 2021) defende uma política desobediente que recuse as categorias impostas pelo poder colonial.

A desestabilização do patriarcado cisheteronormativo exige não apenas a crítica, mas a reconstrução de novas formas de sociabilidade que transcendam as hierarquias de gênero e raça. Em diálogo com Lugones (2014), Segato (2021) e Mombaça (2021), pontua-se que a tarefa decolonial passa pelo reconhecimento de que outras gramáticas de gênero são possíveis e que sua existência é, em si, um ato de insurgência.

## REFERÊNCIAS

ABOUID, Philippe Oliveira. **Microfascismos digital e de gênero: a ofensiva antigênero e contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no Instagram** [manuscrito]. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag: ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRATICH, Jack Z. **On Microfascim: gender, war, and death**. Brooklyn, NY: Common Notions, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo : Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 8ª

ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos de importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1ª reimpressão. São Paulo : n-1 edições, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch**: Women, the Body and Primitive Accumulation. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. Prefácio. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Nova York: Viking Press,

1977. pp. XI-XIV.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 2015.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Felix. Micropolítica do fascismo. **Cadernos de Subjetividade**. Da afasia aos gritos, São Paulo, n. 19, p. 9-26, 2016. DOI: <https://doi.org/10.2354/cs.v0i19.38156>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38156>. Acesso em: 4 mar. 2025.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo : Elefante, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320-332, set./dez. 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo : n-1 edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. São Paulo: Fundação Bial; OIP , 2017. Disponível em: [https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo\\_a\\_uma\\_redistribuic\\_\\_a\\_\\_o\\_da\\_vi](https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi). Acesso em: 15 jun. 2025.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYEWUMI, Oyèrónké. **A Invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. 1 ed. Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2021.

PASSMORE, Kevin. **Theories of Fascism**: A Critique from the Perspective of Women's and Gender History. In: Pinto, A.C. (ed.) *Rethinking the Nature of Fascism*. London: Palgrave Macmillan, 2011. p. 119-140.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: hormônios, metanfetamina e transformação pornô-feminista. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1 ed. Rio de Janeiro : Bazar do tempo, 2021.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.



# A QUEM IMPORTA UM FAZER JORNALÍSTICO TRANSFÓBICO?

*Um breve estudo de reportagens  
sobre o PL 1904/2024*

**Gaia Bê Limah<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Cara pessoa leitora, é tempo de revolução! É tempo (e sempre o é) de reavaliarmos e reestruturarmos ações que socialmente estão postas como banais, comuns, cotidianas e/ou consideradas, geralmente por quem não faz parte de grupos socialmente minorizados, como *deixa-para-lá-que-o-mundo-é-assim-mesmo*. É mais do que tempo, cara pessoa leitora, de percebermos, apontarmos e revisarmos se tais atitudes são violências conscientes de uma cultura brasileira que promove transfobicamente assassinatos simbólicos tão mortais quanto os extermínios físicos. Por isso, indaguemo-nos se é “natural” que pessoas trans\* sejam silenciadas em debates de saúde pública. Por isso, questionemo-nos se é “natural” que em pleno século 21 algumas mídias jornalísticas brasileiras e, conseqüentemente, as redes textuais que elas tecem sigam ignorando existências como a minha e de outras pessoas também classificadas sob o termo guarda-chuva trans\*.

É sobre essas naturalidades artificiais que proponho algumas reflexões/provocações/indagações neste espaço e te convido a embarcares nessa viagem comigo. Este é um texto que, propositalmente, mais pergunta do que responde para que pensemos juntas sobre a barbárie narrativa ainda perpetuada em alguns sites noticiosos de longo alcance. Mas, para tanto, antes de iniciarmos os exercícios reflexivos que desejo propor, ressalto que sempre grafarei o termo *trans\** com asterisco baseada nos ensinamentos de Letícia Nascimento, professora travesti, transfeminista, negra e gorda, feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética, como a própria se autodefine. Segundo Letícia,

é importante demarcar que o termo ‘trans\*’, com asterisco, pois o uso do sinal gráfico sinaliza a ideia de abarcar uma série de identidades não cisgêneras. De modo particular, as seguintes identidades estão contempladas no termo ‘trans\*’: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias (Nascimento, 2023, p. 18-19).

Outros relevantes pontos que devem ser elucidados a ti antes de iniciarmos nossos exercícios analíticos é que sempre te chamarei aqui de leitora no feminino, porque discordo da forma machista em que termos masculinos são utilizados como referenciais genéricos para pessoas não masculinistas. Aqui, nesta experiência de troca que proponho a ti, te considero uma pessoa, sejas tu uma pessoa cis ou trans\*, sejas tu não binária, mulher, homem ou

1. Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais, membra do grupo de pesquisa mineiro Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber e de projetos sobre dramaturgia teatral e diversidade de gênero e sexualidade na UFPA e UFMA, respectivamente.

E-mail: [gaiabelimah@gmail.com](mailto:gaiabelimah@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0001-9173-8144>

quaisquer outra identidade de gênero que te represente... Aqui és uma pessoa. E para que eu não torne o termo *pessoa leitora* repetitivo, te chamarei no correr das páginas apenas de *leitora*. O segundo ponto que te informo é que, ao longo das reflexões, categorizarei as pessoas autoras citadas como cis ou trans\*, como percebeste que o fiz com Letícia, pois se nós pessoas transgêneras somos consideradas como uma categoria, por que a cisgeneridade também não seria? Como apontam a mestra em Psicologia Social Ana Paula Hining e a pesquisadora Maria Juracy, ambas pessoas cis,

O transfeminismo, herdeiro desses movimentos de contestação do sujeito do feminismo, mostra como a cisgeneridade é uma construção social presumida cujo efeito é o apagamento das pessoas trans e a naturalização do gênero das pessoas cisgêneras. (Hining; Toneli, 2023, p. 2)

O último acordo que te proponho baseia-se no direito humano inalienável ao estranhamento, ao incômodo que nos captura da inércia. Peço que te incomodes com alguns trechos que estarão em caixa alta. Não! Por tal formatação do texto, não estarei gritando contigo como se estivéssemos numa discussão via internet (risos). Apenas peço que nessas partes maximizadas tu pares, respires, releias, penses sobre o que está em destaque e tentes descobrir o porquê de tais recortes estarem assim evidenciados antes que eu te conte, *a posteriori*, por que fiz essa opção de formatação. Sim, estou te convidando a um pequeno jogo de adivinhação e treinamento do teu olhar para identificares transfobias sutis nas tramas noticiosas aqui analisadas. Depois desses acordos, chegou a hora de iniciarmos nosso exercício reflexivo. Portanto, seja muito bem-vinda, cara leitora.

## PL DO ESTUPRO

Nossa viagem iniciará sendo narrada pelo jornalista cis Ricardo Westin em matéria publicada no dia 5 de junho de 2024, no site *Agência Senado*. Conforme o repórter, o abortamento em 1940 somente era permitido, conforme o Código Penal, nos casos de gravidezes originadas por estupro e de gestações com RISCO DE VIDA PARA A GESTANTE. Em 1949, foi apresentado ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei que restringia o DIREITO DE AS MULHERES INTERROMPEREM A GRAVIDEZ, retirando as duas possibilidades de abortamento e estabelecendo a proibição total do aborto no país. A proposta foi redigida por

um deputado federal cis, o monsenhor Arruda Câmara, filiado ao Partido Democrata Cristão de Pernambuco (PDC-PE). Na visão do religioso católico, os dois tipos de aborto legal desrespeitavam “a moral católica do povo brasileiro” e abriam a porta para “todos os outros atentados à vida do nascituro”. Contudo, as pessoas deputadas sequer discutiram o tema e o projeto do sacerdote foi engavetado sem passar por nenhuma comissão da Câmara.

Após inúmeras lutas feministas sobre os DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES no correr das décadas seguintes, de acordo com matéria escrita pela jornalista cis Bárbara Blum e publicada na *Folha de S.Paulo* em 25 de junho de 2024, foram conquistados legalmente os seguintes direitos no país quanto ao aborto: “quando a gravidez põe A VIDA DA MÃE EM RISCO; quando o feto é anencéfalo, isto é, quando há ausência parcial do cérebro, que inviabiliza a sobrevivência dele; ou quando a gravidez ocorreu após um estupro”. Com exceção desses casos em que não há punição, o Código Penal brasileiro atualmente prevê, em seus artigos 124, 125, 126 e 127:

Aborto provocado PELA GESTANTE ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto EM SI MESMA ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento DA GESTANTE:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento DA GESTANTE:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se A GESTANTE não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, A GESTANTE sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida DA GESTANTE;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento DA GESTANTE ou, quando incapaz, de seu representante legal. (Brasil, 1940, art. 124-127, grifos meus em caixa alta).

Setenta e seis anos após o monsenhor Arruda Câmara (PDC-PE) querer legislar/domesticar os corpos que gestam e 85 anos após o Código Penal brasileiro legislar sobre punições a corpos que abortam, em 17 de maio de 2024, o pastor da igreja pentecostal Assembleia de Deus e deputado federal cis Sóstenes Cavalcanti, filiado ao Partido Liberal do Rio de Janeiro (PL-RJ) e um dos líderes da bancada evangélica do Congresso Nacional brasileiro, propôs o projeto de lei 1904 em Brasília. O popularmente intitulado *PL do Estupro*, como neste texto também já está e continuará sendo referido, propôs em sua redação, uma mudança QUANTO À CONDIÇÃO PENAL DE MULHERES QUE PRATIQUEM O ABORTAMENTO, equiparando a prática realizada após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive em casos de gravidez resultante de estupro. Em redação oficial do projeto de lei:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de acrescentar dois parágrafos ao artigo 124, um parágrafo único ao artigo 125, acrescentar um segundo parágrafo ao artigo 126, e acrescentar um parágrafo único ao artigo 128 do mesmo diploma legal.

Art.2º O art.124 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 124 - PROVOCAR ABORTO EM SI MESMA ou consentir que outrem lho provoque: .....

“§ 1 Quando houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, as penas serão aplicadas conforme o delito de homicídio simples previsto no art. 121 deste Código”.

“§ 2 O juiz poderá mitigar a pena, conforme o exigirem as circunstâncias individuais de cada caso, ou poderá até mesmo deixar de aplicá-la, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.”

Art. 3º O art.125 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 125 - Provocar aborto, SEM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE: .....

Parágrafo único. Quando houver viabilidade fetal, presumida gestações acima de 22 semanas, as penas serão aplicadas conforme o delito de homicídio simples previsto no art. 121 deste Código”.

Art. 4º Renumere-se o parágrafo único do art.126 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, como parágrafo primeiro e acrescente-se o seguinte parágrafo segundo:

“Art. 126 .....”.

“§ 1º .....”

“§ 2º Quando houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, as penas serão aplicadas conforme o delito de homicídio simples previsto no art. 121 deste Código”.

Art. 5º O art.128 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: .....”

“Parágrafo único. Se a gravidez resulta de estupro e houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, não se aplicará a excludente de punibilidade prevista neste artigo.” (Brasil, 2024, grifos meus em caixa alta).

Arthur Lira, homem cis e deputado federal eleito pelo partido Progressistas por Alagoas (PP-AL) e presidente da câmara das pessoas deputadas<sup>2</sup> quando o projeto de lei mencionado acima foi proposto, retrocedeu quanto ao *PL do Estupro* ser votado em caráter de urgência após diversas manifestações realizadas pela sociedade civil, conforme afirmam várias matérias que cobriram os atos pelas ruas de capitais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Trago aqui como exemplo três trechos extraídos de reportagens publicadas em sites jornalísticos que cobriram tais protestos, sendo o primeiro, publicizado pelo portal *Jovem Pan News* em 17 de junho de 2024, retirado da reportagem intitulada *Protestos contra o PL do Aborto ocupam ruas em várias partes do país*:

A manifestação reuniu um número expressivo de pessoas, com destaque para a presença feminina, todas unidas em uma voz contra as alterações propostas pelo PL. Armados de faixas, cartazes e panfletos, os manifestantes expressaram seu descontentamento. Uma das mensagens mais comuns na manifestação foi “CRIANÇA NÃO É MÃE” (*Jovem Pan News*, 2024, grifos meus em caixa alta).

O segundo exemplo é o trecho de uma reportagem do portal G1, publicada em 19 de junho de 2024 e redigida pelas repórteres cis Fernanda Bastos e Paloma Rodrigues, intitulada *Manifestantes protestam na entrada da Câmara dos Deputados contra projeto de lei que equipara aborto a homicídio*:

2. Opto por utilizar o termo *câmara das pessoas deputadas em vez de Câmara dos Deputados* por respeito à diversidade de gêneros que constitui o parlamento brasileiro, uma vez que o uso do masculino genérico como plural configura-se como uma forma de linguagem excludente.

Com gritos de “arquiva já”, “CRIANÇA NÃO É MÃE e esturador não é pai”, os manifestantes fizeram discursos contrários ao texto e pediram o arquivamento do projeto de lei. A servidora pública Marta Batista, de 32 anos, que está grávida, diz que o PL representa um RETROCESSO PARA AS MULHERES.

“ESTÃO ATACANDO OS NOSSOS DIREITOS REPRODUTIVOS ENQUANTO MULHERES. NENHUMA MULHER deveria ser obrigada a carregar uma gestação que ela não deseja e, principalmente, como é o caso desse PL, MULHERES QUE JÁ ESTÃO ENQUADRADAS NA LEI”, diz a servidora pública. (Bastos; Duarte, Portal G1, 2024, grifos meus em caixa alta).

Trago, como último trecho-exemplo de nossa viagem, o recorte de uma matéria publicada em 21 de junho de 2024 no site *Mídia Ninja*. A reportagem, intitulada de *As mulheres nas ruas e no parlamento freiam o avanço do conservadorismo*, foi assinada por Bella Gonçalves, mulher cis e deputada estadual de Minas Gerais eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-MG).

Nesta semana, vimos o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, retroceder em relação à urgência do PL 1904 e celebramos essa vitória parcial que, obviamente, não aconteceu por um lampejo da consciência do ilustre deputado, mas A PARTIR DA MOBILIZAÇÃO EM MASSA DAS MULHERES NAS RUAS E NAS REDES que não arredaram o pé e ecoaram em alto som: CRIANÇA NÃO É MÃE!

(...)

Além disso, um levantamento feito pelo jornal O Globo a partir de dados do DataSUS mostra que 247.280 MENINAS DE 10 A 14 ANOS FORAM MÃES ENTRE 2012 E 2022. NESTE CONTEXTO, É GRITANTE QUE A PREOCUPAÇÃO DE POLÍTICOS CONSERVADORES DEFINITIVAMENTE NÃO É COM A VIDA DE MENINAS E MULHERES.

Isso fica ainda mais evidente quando o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), autor da bárbara proposta, diz que estaria “disposto a retirar do Congresso o projeto de lei que equipara o aborto ao homicídio desde que o PSOL também recue na ação que move no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre assistolia fetal”. Ora, é uma evidente tentativa de manobrar a opinião pública e NEGOCIAR EM CIMA DAS VIDAS DAS MULHERES E CRIANÇAS. (Gonçalves, *Mídia Ninja*, 2024, grifos meus em caixa alta).

Agora retomemos o nosso jogo de adivinhação que te propus nos parágrafos iniciais desta reflexão. Meu objetivo com esse jogo era provocar teu olhar não para o que estava sendo dito, escrito, maximizado em caixa alta, mas o que tais sentenças invisibilizam. Percebeste que nos textos alheios que citei até aqui, todas as

menções realizadas às pessoas que gestam formatadas em caixa alta centram-se em mulheridades cis como corpos potenciais ao abortamento? Notaste que em nenhum dos textos aqui citados, outros gêneros, outras corporeidades, também vítimas da barbárie que representa esse *PL do Estupro* foram mencionadas no debate público como, por exemplo, homens trans\* e pessoas não binárias que também podem gestar?

## JORNALISMO(S) EM FOCO

Retornando à reflexão sobre os trechos em caixa alta, perceba que o uso da sentença, “criança não é mãe” invalida enfaticamente a existência de infâncias trans\*, construindo o imaginário simbólico que uma criança que se identifica como transmasculina não pode, por exemplo, ser vítima de estupro e engravidar. É a promoção da nulidade midiática de existências desde a mais tenra idade. Como afirmam as pesquisadoras cis Juliana Gonçalves, Gislene Carvalho, Verônica Soares, juntamente com o pesquisador cis Carlos Alberto de Carvalho (2021), parte das textualidades midiacentradas não tem se preocupado em construir espaços de diálogo efetivo para além de estereótipos que reforçam misoginia, racismo, xenofobia e LGBTQIAPN+fobia perpetuando, assim, a negação histórica do direito à voz de pessoas vítimas de violências físicas e simbólicas. Diante disso, indago-me: por que o fazer jornalístico brasileiro ainda é transfóbico apesar de, por exemplo, o Brasil ser hoje o país que mais consome pornografia trans\* no mundo? Conforme demonstra reportagem escrita pelas pessoas jornalistas e cis, Bárbara Souza e João Guilherme Tuasco, e publicada no site *Informe ENSP* (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pelo visto há um grande gosto pelas nossas existências quando elas são fetichizadas e por que também não há o mesmo gosto por nos incluirmos em pautas de políticas públicas?

Talvez seja porque grande parte do fazer jornalístico tradicional brasileiro está assentado em pautas não reflexivas e colonizadas, agindo como uma das ferramentas de silenciamento das nossas intersubjetividades e das reivindicações feitas por nós que falamos da margem de uma sociedade baseada sob os pilares de uma cisheteropatriarcalidade compulsória. O professor e pesquisador cis Phellipy Jácome, no prefácio do livro *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador* de Carvalho (2023), afirma que

O jornalismo, no singular, tende a ser visto em seus discursos

autorreferentes e em muitas teorias normativas como uma entidade estável, homogênea, como se suas funções e seus compromissos fossem pré-estabelecidos e imutáveis em quaisquer paisagens históricas. Assim, comumente, ao longo do último século, com raras exceções, as formas com as quais um determinado jornal sabe o mundo tendem a estar associadas a uma determinada obrigação com “a verdade”, a “uma lealdade com os cidadãos”, a “independência em relação ao poder” e a um sentido de “vigilância e compromisso público”. Desterritorializados e descorporificados, esses preceitos brotam como formas vazias de dimensões temporais, surgidas como um desejo utópico, mas absolutamente afastado das realidades históricas em que se insere (Jácome, in: Carvalho, 2023, p. 17).

Para a realização deste nosso exercício reflexivo, me propus a realizar uma investigação em sites de notícias identificando se em suas reportagens publicadas de 11 de junho a 20 de novembro de 2024 havia menção a outros corpos que gestam para além das mulheridades cis em matérias referentes ao *PL do Estupro*. Os resultados encontrados foram/são ínfimos em relação à quantidade total de matérias que alguns sites publicaram sobre o tema, demonstrando a desterritorialização midiática comentada por Phellipy em citação anterior. *Mídia Ninja*, por exemplo, apesar de citar termos progressistas na *bio* presente em seu site, como diversidade cultural, causas identitárias e outras que dialogam com os desafios do século 21, quanto às corporeidades de homens trans\* e pessoas não binárias que gestam, o site apresentou 3 reportagens apenas que levaram em consideração nossas existências em relação a um total de 17 matérias debatendo o *PL do Estupro* com foco apenas em mulheridades cis.

Com suas descrições aparentemente pautadas na máxima tradicionalista de um jornalismo alicerçado sob supostos princípios de objetividade, neutralidade e universalidade, os portais *G1* e *Jovem Pan News* não diferem muito do *Mídia Ninja* quando o assunto é a cobertura do *PL do Estupro*. De 28 matérias publicadas no *G1* sobre o tema, em apenas 1 citou-se corporeidades com potência gestacional para além de feminilidades cis. No caso da *Jovem Pan News*, todas as 23 matérias silenciaram nossos corpos trans\*.

A partir deste levantamento e análise, sigo me perguntando, cara leitora: por que apenas meninas e mulheres cis são alvo de preocupação social e visibilidade midiática de longo alcance, sendo que pessoas trans\* e algumas pessoas não binárias também gestam? E não só gestam como passam por violência obstétrica, estupro corretivo e várias outras agressões? Qual tipo de política os portais *Mídia Ninja*, portal *G1* e *Jovem Pan News* estão construindo/promovendo quando nos silenciam no debate público sobre o PL

1904/24? O que toda essa prática de construção de textualidades midiáticas excludentes, que exemplifiquei brevemente nas páginas anteriores, diz sobre nossa imprensa brasileira e a quem importa a perpetuação de jornalismo transfóbicos?

Desejo que tais provocações te tirem o sono, cara leitora, principalmente se tu fores uma pessoa cis. Obrigada pela companhia e até a próxima viagem.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Fernanda; RORIGUES, Paloma. **Manifestantes protestam na entrada da Câmara dos Deputados contra projeto de lei que equipara aborto a homicídio**. Portal G1, 2024. Disponível em: Manifestantes protestam na entrada da Câmara dos Deputados contra projeto de lei que equipara aborto a homicídio | Distrito Federal | G1. Acesso em 6 jul. 2025.

BLUM, Bárbara. **Projeto que endurece lei de aborto também pode punir adolescentes; entenda**. Folha de S. Paulo, 2024. Disponível em: PL 1904: Entenda o projeto Antiaborto por Estupro - 25/06/2024 - Folhateen - Folha. Acesso em 09 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: DEL2848compilado. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1904/2024, de 17 de maio de 2024**. Dispõe sobre acréscimo de dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em 11 jul. 2025.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador**. Curitiba: CRV, 2023, 156 p. Disponível em: Editora CRV Acesso em 12 jul. 2025.

GONÇALVES, Bella. **As mulheres nas ruas e no parlamento freiam o avanço do conservadorismo**. Mídia Ninja, 2024. Disponível em: As mulheres nas ruas e no parlamento freiam o avanço do conservadorismo - Mídia NINJA Acesso em 9 jul. 2025.

GONÇALVES, Juliana Soares; FONSECA, Maria Gislene Carvalho; COSTA, Verônica Soares; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais**. **Dossiê Feminismos Vitais**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 139-158, 2021. Disponível em: Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais | Revista Eco-Pós Acesso em 11 jul. 2024.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Cisgeneridade**: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 1, e83266, 2023

**Jovem Pan News**. Jovem Pan, 2024. Disponível em: Jovem Pan News | Jovem Pan Acesso em 8 jul. 2025.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2023, 192 p.

SOUZA, Barbara; TUASCO, João Guilherme. “**É preciso repensar lógica cis e heteronormativa do SUS**”; confira debate sobre saúde trans promovido pela ENSP. Informe ENSP, 2024. Disponível em: “É preciso repensar lógica cis e heteronormativa do SUS”; confira debate sobre saúde trans promovido pela ENSP. Acesso em 10 jul. 2024.

WESTIN, Ricardo. **Há 75 anos, padre redigiu o 1º projeto de lei do Brasil sobre o aborto**. SenadoFederal, 2024. Disponível em: Há 75 anos, padre redigiu 1º projeto de lei do Brasil sobre o aborto — Senado Notícias Acesso em 7 jul. 2025.



# NO FRONT DO GOOGLE IMAGENS

Masculinidades edificadas por  
algoritmos em fotografias da  
Segunda Guerra Mundial

**Deivid Carlos de Oliveira<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Aprofundando nas ecologias de redes, este estudo examina os processos que moldam as plataformas digitais. Tendo como base as lógicas de funcionamento das tecnologias de mídia, a discussão inaugural fomenta uma revisão de alguns dos atributos que regem esse ecossistema, como os conceitos de algoritmização (Finn, 2017), plataformização e personalização (Dijck, Poell, De Waal, 2018). Esse tripé conceitual, caro a tal discussão, permite construir um olhar mais abrangente acerca dos regimes internos que compõem essas plataformas computacionais.

Para observá-las empiricamente, o fenômeno estudado é o *Google Imagens*, serviço de pesquisa imagética instituído em 12 de julho de 2001, após demanda pública por fotografias de Jennifer Lopez trajando um vestido verde da marca italiana de moda de luxo Versace. Como o serviço é propriedade da empresa Google, cujo buscador “é considerado o mecanismo de pesquisa universal mais confiável, capaz de encontrar as informações mais significativas<sup>2</sup>” (Langlois, 2014, p. 11, tradução nossa), ele se destaca como um buscador de referência. Conforme dados do *Neo Feed* (2019), a cada minuto, cerca de 3,8 milhões de buscas são realizadas na plataforma, o que faz com que a companhia se consolide como uma das mais rentáveis em todo o globo.

Apesar do sucesso de arrecadação, e da percepção de confiabilidade que ronda a plataforma, sabe-se que interesses de várias naturezas estão embutidos em seus códigos de operação. Isso faz com que elas possuam um componente humano, que, por sua vez, desempenha um papel significativo na produção e reprodução de valores políticos, sociais e culturais. Levando isso em conta, para este trabalho, será feito um estudo dos fatores valorizados pelos algoritmos durante a elencagem de dados de resposta ofertados após a busca por imagens da Segunda Guerra Mundial.

Como o objetivo não é, propriamente, esmiuçar as imagens entregues pelo provedor, esta pesquisa se concentra apenas nas convergências entre tecnologia e sociedade, lançando mão de uma ótica gendrada, focada em compreender como as representações do topo de buscas Google podem corroborar com imaginários normativos, sexistas, cisgêneros, masculinistas etc.

## ELUCIDANDO OS CONCEITOS de plataformização e algoritmização

As plataformas vêm assumindo uma influência cada vez mais

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa CAPES. É mestre em Comunicação (PPGCOM/UFOP) e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail:  
deivid.comunica@gmail.com

2. No original: “the most reliable universal search engine capable of finding the most meaningful information”.

relevante no cotidiano das pessoas. O comércio on-line de produtos, o consumo de informações em rede, a otimização do tempo na contratação de um serviço são algumas de suas principais potencialidades. Na obra *The platform society* [A sociedade da plataforma] Martijn De Waal, Thomas Poell e José van Dijck (2018) as definem como “uma arquitetura digital programável projetada para organizar as interações entre os usuários, não apenas usuários finais mas também entidades corporativas e órgãos públicos”<sup>3</sup> (Dijck, Poell, De Waal, 2018, p. 4, tradução nossa). Isso significa que, além de promover espaços de comunicação em que se prevalecem trocas entre os atores envolvidos, as plataformas também envolvem questões financeiras, econômicas e sociais.

Ainda que analisem especificamente o caso do *Airbnb* e a gentrificação de lugares turísticos promovida pelo serviço digital de acomodações, Dijck, Poell e De Waal (2018) não deixam de considerar os valores políticos e ideológicos que acompanham essas plataformas, o que é útil para entender, de um modo geral, as suas lógicas de funcionamento. Posicionando-se a favor da promoção de um olhar atrelado às estruturas globais de poder que firmam essas tecnologias, os autores buscam entender criticamente os processos de plataformização, considerando suas conexões com pautas sociais e jurídicas. Nesse sentido, eles chamam a atenção para o esvaecimento das dinâmicas que ocorrem nos bastidores das plataformas e que, muitas vezes, sequer chegam até os usuários. Citando outro estudioso do campo, eles consentem que “as sociedades de plataforma, em certa medida, estão se tornando opacas porque processos sociais e econômicos estão escondidos dentro de algoritmos, bem como modelos de negócio e fluxo de dados que não estão abertos para controle democrático”<sup>4</sup> (Pasquale, 2015 apud in Dijck, Poell, De Waal, 2018, p. 28-29, tradução nossa).

Embora muitas plataformas estejam se promovendo a partir de discursos pautados na ideia de segurança, privacidade e eficiência, há camadas que estão sendo, cada vez mais, encobertas dos usuários. Como efeito desse mascaramento, quanto mais alongadas são essas indefinições, maior é a dificuldade em investigá-las, em razão da baixa quantidade de informações disponíveis. Da mesma forma, a opacidade em relação ao tipo de informação coletada e seus prováveis usos aumenta dia após dia. De todo modo, das informações que seguem disponíveis, sabe-se que para averiguar o interior das plataformas é preciso ter em mente que elas funcionam consoante a outros componentes. Um deles é o algoritmo, responsável por captar, organizar e filtrar os dados de acordo com o perfil de cada usuário. Para Ed Finn (2017),

3. No original: “an online ‘platform’ is a programmable digital architecture designed to organize interactions between users – not just end users but also corporate entities and public bodies”.

4. No original: “platform societies, to some extent, are becoming opaquer because social and economic processes are hidden inside algorithms, business models, and data flows which are not open to democratic control”.

a palavra algoritmo frequentemente engloba uma variedade de processos computacionais, incluindo estreita vigilância dos comportamentos do usuário, agregação de “big data” das informações resultantes, análises motoras que combinam várias formas de cálculo estatístico para analisar esses dados e, finalmente, um conjunto de ações humanas, recomendações e interfaces que geralmente refletem apenas uma pequena parte do processamento cultural que ocorre nos bastidores (Finn, 2017, p. 16, tradução nossa).<sup>5</sup>

5. No original: “the word algorithm frequently encompasses a range of computational processes including close surveillance of user behaviors, ‘big data’ aggregation of the resulting information, analytics engines that combine multiple forms of statistical calculation to parse that data, and finally a set of human-facing actions, recommendations, and interfaces that generally reflect only a small part of the cultural processing going on behind the scenes”.

6. No original: “it operates both within and beyond the reflexive barrier of effective computability, producing culture at a macro-social level at the same time as it produces cultural objects, processes, and experiences”.

7. No original: “the ability to predict future choices and trends on the basis of analyzing historical patterns of individual and aggregate data”.

8. No original: “as platform algorithms learn from the users’ choices, and users make those choices predominantly from the options promoted by the algorithms, a self-reinforcing feedback loop gradually curtails choice to an increasingly narrow and homogeneous set of options”.

Ou seja, os algoritmos, gradualmente mais sofisticados à medida em que são experimentados, exercem uma mediação iminente na tecnologia. Essa mediação não é desinteressada, muito menos neutra. Ao contrário, ela escancara os aspectos relacionais entre a tecnologia e a sociedade. A relação entre essa dicotomia, quase sempre vista como antagônica, reflete a profunda conexão entre a sociedade e os artefatos construídos por ela. Ademais, mostra que os algoritmos operam “dentro e além da barreira reflexiva da computabilidade efetiva, produzindo cultura em um nível macrossocial ao mesmo tempo em que produz objetos, processos e experiências culturais<sup>6</sup>” (Finn, 2017, p. 34, tradução nossa).

## PERSONALIZAÇÃO E ESTRUTURA HIERÁRQUICA dos algoritmos do Google

No que diz respeito à matemática dos algoritmos, o conceito de personalização torna suas regras e procedimentos metodológicos menos nebulosos. Segundo Van Dijck, Poell e De Waal (2018), a personalização “depende de ‘análises preditivas’, a capacidade de prever escolhas e tendências futuras com base na análise de padrões históricos de dados individuais e agregados<sup>7</sup>” (Dijck, Poell, De Waal, 2018, p. 40, tradução nossa). Como colocado pelos autores, cada usuário desfruta de uma plataforma singular, já que os algoritmos consideram que as ações executadas são respostas potentes para o direcionamento de interesses.

A afirmação seguinte, proposta por Axel Bruns (2010), vai de encontro com essa visada. Segundo o autor,

conforme os algoritmos da plataforma aprendem com as escolhas dos usuários, e os usuários fazem essas escolhas predominantemente a partir das opções promovidas pelos algoritmos, um ciclo de feedback de auto-reforço reduz gradualmente a escolha para um conjunto cada vez mais estreito e homogêneo de opções (Bruns, 2010, p. 2, tradução nossa).<sup>8</sup>

Tendo em conta que, a todo instante, os algoritmos colhem informações para refinar ainda mais seus bancos de dados e assim

sugerir conteúdos mais assertivos para cada pessoa, a ideia de personalização pode segregar os usuários, acoplando-os em uma parede fina composta por valores limitados<sup>9</sup>. Consequentemente, as perspectivas se fecham em óticas restritas, incapazes de traduzir a variedade de interpretações existentes. Nesse sentido, se por um lado os algoritmos seduzem os consumidores da informação ao apresentar um universo atrativo e meticulosamente trabalhado, por outro, contribuem para minar ângulos fugidios. Isso significa que “o algoritmo é sempre limitado na implementação porque o princípio da computabilidade efetiva é central para sua identidade formal<sup>10</sup>” (Finn, 2007, p. 48).

A característica dos algoritmos de customizar as interfaces dos usuários em conformidade com suas predileções pode ser notada nos resultados de pesquisa do *Google Imagens*. Ao mencionar as tensões que ocorrem na plataforma, Ed Finn (2017) pontua que

este sistema entrega resultados relevantes com base em uma ampla gama de fatores, completando sua execução em centésimos de segundo – um procedimento eficaz que anuncia com orgulho a rapidez de sua conclusão a cada consulta. E ainda, como um processo, a pesquisa opera perpetuamente, estendendo seu alcance e influência na Internet à medida em que o Google agrega novas fontes de informação em seus sistemas<sup>11</sup> (Finn, 2017, p. 42, tradução nossa).

Dos fatores citados, alguns considerados para apresentar os resultados são: a) a localização geográfica; b) o cachê e o histórico do navegador; c) o perfil do usuário; d) o *hyperlink* com outros sites de referência; e) o engajamento do conteúdo; e) os interesses comerciais com empresas parceiras; f) o horário de acesso; g) a temporalidade da postagem; h) a adesão ao *Google AdWords* etc. Ganaele Langlois (2014) aponta que “o mecanismo de pesquisa do Google, por exemplo, classifica os resultados [...] de acordo com uma lógica tecnocultural que traduz um protocolo da *web* – o *inlink* – em um valor cultural de relevância<sup>12</sup>” (Langlois, 2014, p. 23, tradução nossa).

Por se tratar de um sistema pautado em inúmeras condicionantes, ele não deixa de ser atravessado por uma disputa constante de interesses. Não importa o quanto os executivos do Google defendam que os programas se baseiam em critérios de objetividade e autonomia (Grind et. al., 2019), as subjetividades humanas sempre farão parte do processo; mesmo que de forma oculta e não-declarada. Sendo assim, é possível constatar que os algoritmos podem ser opressores ao reforçar certos fragmentos de uma realidade e desconsiderar outros. E a negação de que esse processo existe corrobora, no campo simbólico, com outro tipo de violência, além daquele causado pelos casos de opressão

9. Para se aprofundar nesta questão, a obra “It’s not the technology, stupid: how the ‘echo chamber’ and ‘filter bubble’ metaphors have failed us” [“Não é a tecnologia, estúpido: como as metáforas da ‘câmara de eco’ e da ‘bolha de filtro’ falharam conosco”] (Bruns, 2019) discute algumas consequências da implementação dos algoritmos. Mesmo buscando apresentar uma visão definitiva e questionadora da real efetividade do conceito de “filtros-bolha”, o material é válido para realçar as polarizações que ocorrem sob a influência dos algoritmos.

10. No original: “the algorithm is always bounded in implementation because the principle of effective computability is central to its formal identity”.

11. No original: “this system delivers relevant results based on a wide range of factors, completing its execution in hundredths of a second — an effective procedure that proudly announces the rapidity of its completion with every query. And yet, as a process, search operates perpetually, extending its reach and influence over the Internet as Google aggregates new sources of information into its systems”.

12. No original: “the Google search engine, for instance, classifies search results according to a technocultural logic that translates a web protocol — the *inlink* — into a cultural value of relevancy”.

algorítmica – que são aqueles em que os algoritmos compactuam com a exclusão, estigmatização e subjugação de certas minorias político-sociais.

Nesse processo de violência acarretado pelo algoritmo, convém sublinhar a noção de hierarquia. Ao utilizar palavras-chave para se fazer uma busca, os resultados são ranqueados verticalmente (*PageRank*). Então, além do conteúdo apresentado e das relações entre os indivíduos e seus meios (*affordances*), a forma como ele aparece disposto pode afetar o seu significado. Tarcízio Silva (2020) complementa essa reflexão trazendo alguns apontamentos sobre o comportamento *on-line* na plataforma do Google. Segundo o pesquisador, os “indicadores mostram que a maior parte das pessoas não navega por muitas páginas, focando somente nos primeiros resultados. Portanto, a ordem dos resultados – definida algorítmicamente – tem papel relevante na reprodução de representações e acesso a informações consoantes ou dissonantes de olhares hegemônicos ou contra-hegemônicos” (Silva, 2020, p. 13).

Dado que os resultados que conquistam o topo das pesquisas se privilegiam diante dos demais, o palanque gerado pelos algoritmos presume uma relação de poder. Essa autoridade – transpassada muitas vezes por decisões editoriais (Song, 2019) – legitima as primeiras opções como sendo suficientemente representativas e empurra outras manifestações para o fundo, para zonas menos acessadas. E logo, mais invisibilizadas.

Em estudo sobre saúde promovido por Gunther Eysenbach e Christian Köhler (2002), alguns entrevistados foram submetidos a perguntas sobre como selecionavam fontes confiáveis para suas respectivas pesquisas médicas. Como resposta, a maior parte se ancorou na autoria e tempo para atualização. “No entanto, eles se basearam quase exclusivamente nas classificações de cima-para-baixo dos resultados de pesquisas, sem nenhuma avaliação particular de credibilidade da fonte usando os critérios que eles próprios articularam momentos antes<sup>13</sup>” (Walther et al., 2011, p. 23, tradução nossa). Como mostra o resultado da pesquisa, as informações escaladas para as primeiras posições são percebidas como mais confiáveis do que as demais. Dessa maneira, dizer que os algoritmos nivelam os conteúdos é indicar, pelo exercício de observação dos entornos, que essa “curadoria” é inclusiva tanto quanto excludente. Ao mesmo tempo em que pode visibilizar, pode também ofuscar. Justamente por isso, “sistemas algorítmicos são objetos de estudo não apenas pelo que eles incluem, mas pelo que é omitido. [...] Se os algoritmos são máquinas de cultura, as abstrações são umas de suas principais saídas<sup>14</sup>” (Finn, 2017, p. 54, tradução nossa).

13. No original : “however, they relied almost exclusively on the top-to-bottom rankings of search engine results, with no particular evaluation of source credibility using the criteria they themselves had articulated moments before”.

14. No original: “algorithmic systems are objects of study not only for what they include, but for what is elided [...] If algorithms are culture machines, abstractions are one of their primary outputs”.

Ampliando essa discussão, no livro *Algorithms of oppression* [Algoritmos da opressão], Safiya Noble (2018) investiga ideias racistas e sexistas mantidas na primeira página do Google ao procurar termos como “*black girls*”, “*ugly*”, “*beautiful*”, “*why are black women so...*” [“meninas negras”, “feia/o”, “linda/o”, “por que mulheres negras são...”]. Valendo-se dos resultados sugeridos pela plataforma, ela constrói uma pesquisa focada nas explicações e ordenamentos descortinados pelas palavras-guia acionadas. Seus apontamentos assinalam, entre outras coisas, que “o que está faltando [...] é uma análise de poder interseccional que explique as maneiras como as pessoas marginalizadas são exponencialmente prejudicadas pelo Google<sup>15</sup>” (Noble, 2018, p. 23, tradução nossa), já que, conforme constatado por Noble, os conteúdos destacados pelos algoritmos tendem a oprimir certos sujeitos e/ou grupos de sujeitos.

É importante salientar que esses danos não são exclusivos das plataformas, porque opressões relacionadas ao gênero, raça e sexualidade são sistêmicas e constantes em vários âmbitos da sociedade. Entretanto, o motor de buscas Google destaca-se por ser mais um dos vários mecanismos a incorporar esses valores discriminatórios em suas bases de dados, em suas formas de operação e distribuição de conteúdos.

## A TRINCHEIRA DE GÊNERO sustentada pelos algoritmos do Google

Visando aproximar tematicamente das discussões que regem uma pesquisa maior, finalizada em 2022 e que também olhava para a construção imagética e performativa do masculino e do feminino<sup>16</sup>, optou-se por fazer um recorte das fotografias da Segunda Guerra Mundial elencadas pelo *Google Images*, de forma a historicizar a discussão, bem como fomentar o repertório visual do período. Como se trata de uma constelação de possibilidades, afinou-se para aquelas que retratam soldados nazistas, especificamente, em razão do desejo de verificar as representações hegemônicas desse grupo, de forma a entender quais memórias seriam (ou não) recuperadas e quais imaginários seriam (ou não) reforçados. A pretensão com tal enquadramento foi averiguar quais corpos e performances de gênero seriam priorizados com a busca pelas sentenças: “*Second World War Nazis Soldiers*” [Segunda Guerra Mundial Soldados Nazistas] e “*Nazis Soldiers*” [Soldados Nazistas].

A escolha pela língua inglesa se deu pela tentativa de buscar uma neutralidade maior, pois palavras como *soldier* (ou *doctor* [médica/o], *teacher* [professor/a] etc.) são, no inglês, de gênero neutro. Vale lembrar o quanto a língua portuguesa pode

15. No original: “what is missing [...] is an intersectional power analysis that accounts for the ways in which marginalized people are exponentially harmed by Google”.

16. A pesquisa em questão é a dissertação intitulada “Andarilhos Queer: peregrinações de gênero performadas por soldados nazistas em fotografias da Segunda Guerra Mundial” (Deivid Oliveira, 2022), cujo objetivo foi analisar o fotolivro *Soldier studies: crossdressing in der Wehrmacht*, de Martin Dammann (2018), visando entender até que ponto as performances transformistas articuladas pelos militares aliados ao partido nacional-socialista podiam desestabilizar a matriz heterossexual e até que ponto elas reafirmavam ainda mais certos estereótipos de feminilidade e de masculinidade.

reproduzir o espectro binário, por não ser frequente o uso de linguagem neutra em pronomes, adjetivos, substantivos etc. E mesmo quando a língua portuguesa consente o uso no feminino, palavras como “soldada” não são utilizadas corriqueiramente em postos militares. Por esse motivo, a opção linguística adotada não delimita, em tese, qual gênero deveria ser priorizado no momento da seleção.

Apesar desse cuidado, percebe-se, após a busca, que as 29 imagens da primeira figura e as 28 da segunda (figuras 1 e 2) recuperam uma iconografia bastante específica da Segunda Grande Guerra. Em geral, o que se vê são imagens históricas (quase todas em preto e branco, com exceção de quatro delas) com um acento documental/fotojornalístico de corpos masculinos uniformizados, em companhia de outros iguais. A ideia de um corpo coletivo normatizado ganha destaque, tornando quase impossível se atentar para as singularidades dos indivíduos presentes em cada cena. Considerando a gestualidade do bando, a posição e a distribuição dos corpos pelo espaço e a forma como cada um deles empunha as armas, é possível inferir que estavam prontos para combate, ou a ponto de executar alguma missão.

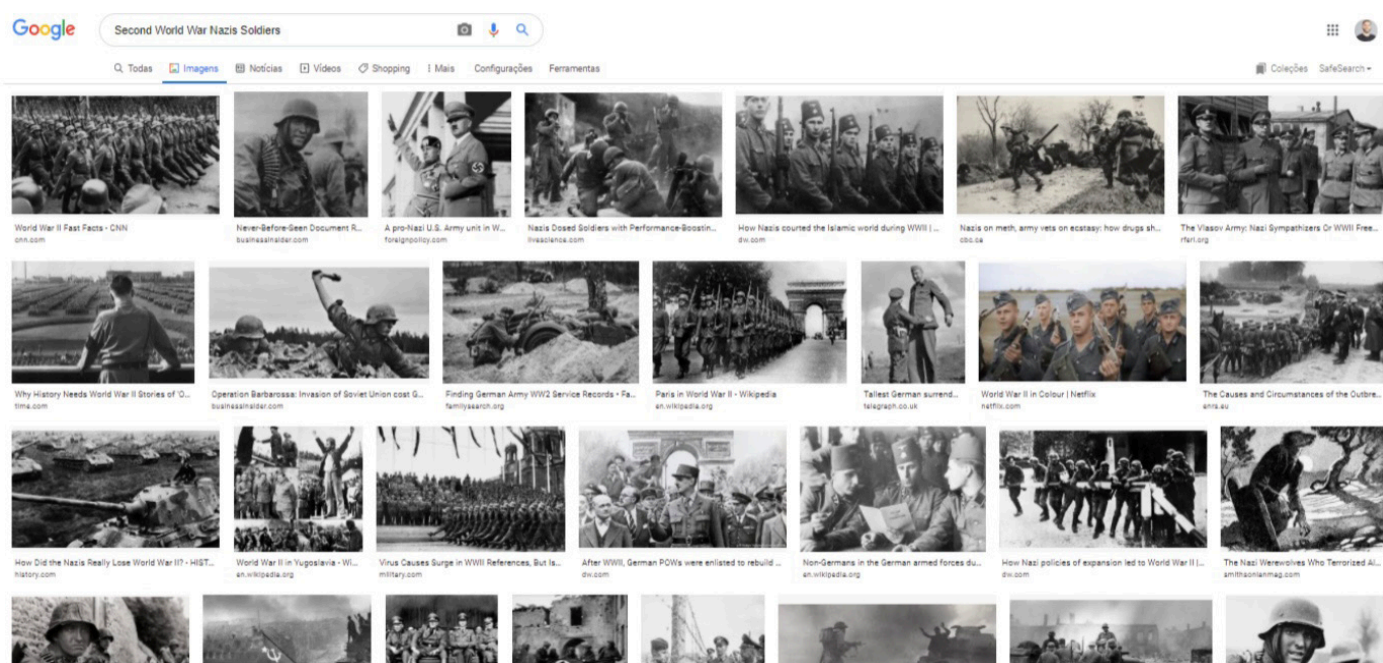


FIGURA 1. Primeira página dos resultados de pesquisa com as palavras “Second World War Nazis Soldiers”.

FONTE.  
Google Imagens.

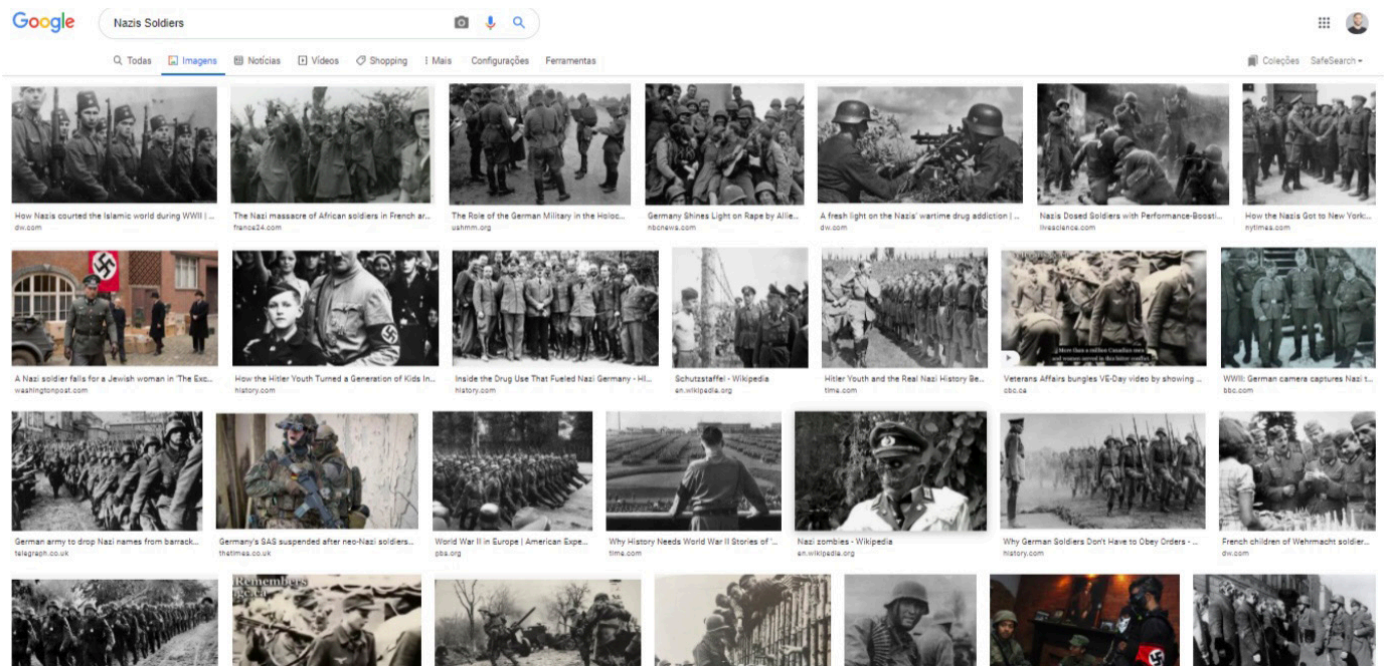


FIGURA 1. Primeira página dos resultados de pesquisa com as palavras “Nazis Soldiers”.

FONTE.  
Google Imagens.

Além dessas características, as imagens oferecidas pelo Google situam-se dentro de um acervo que pode ser compreendido como “oficial”, pois não se distanciam do corolário histórico e figurativo tradicional. Nesses arquivos, a exaltação do corpo masculino, branco, forte, viril, rígido, coberto com tecidos estruturados e sincronizado com a marcha ritualística da infantaria impõe uma matriz corporal, gestual, performativa e estética de qual masculinidade está apta a defender os interesses da nação: a masculinidade hegemônica.

Na definição do conceito, Michael Kimmel (1998) convoca Connell e Messerschmidt, que dizem que essa masculinidade “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 5). Por conta disso, ela não é unicamente um modelo de masculinidade, mas uma norma quimérica – variável conforme o tempo, o contexto, o território, a raça, a sexualidade, a idade etc.

Em razão das características recorrentes nas imagens obtidas com as duas buscas, é possível notar o conceito de masculinidade hegemônica comentado por Michael Kimmel (1998), Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013). O ideal de masculinidade apresentado deixa evidente os requisitos necessários para ser considerado um soldado da tropa de Adolf Hitler, o que implica, por consequência, na normatização deste tipo de masculinidade. Dessa forma, é possível perceber que os algoritmos alimentam,

implicitamente, um estatuto do que é ser soldado, que se nota pela presença masculina e viril em todas as fotos. A dominância dos homens na tela exime a participação feminina nas guerras, por mais que naquela época houvesse mulheres atuando nas corporações, inclusive na posição de combatentes, como mostra Svetlana Aleksievitch (2016) no livro *A Guerra não tem rosto de mulher*.

Além de mostrar quais atributos os soldados deveriam ter (ou melhor: incorporar, já que a questão dos gêneros é performativa e próstética), os resultados indicam também como eles deveriam se portar diante dos demais. Isso significa que a ação desses corpos também deve ser considerada, pois ela é sintomática das possibilidades oferecidas àqueles que mais se assemelham ao ideal normativo. Em outras palavras, se esses corpos aparecem portando espingardas, baionetas, pistolas, metralhadoras, enfim, instrumentos de guerra, e se o porte dessas armas de fogo, juntamente com outras parafernalias do exército, se configura como parte do jogo performativo desses militares, então a construção dessas masculinidades também passa pela assimilação da linguagem da violência, componente frequente nas imagens ranqueadas.

Um outro fator presente nos exemplares apresentados é a ausência de fotografias que retratam os períodos remansados da guerra, frequente nos intervalos entre uma batalha e outra. Por valer-se de um evento histórico, as fotografias sugeridas pelo *Google Imagens* remontam a história hegemônica presente em livros e materiais didáticos e desconsideram as versões contra-hegemônicas que surgem pelo exercício de historiadores, jornalistas, museólogos e outros agentes da memória preocupados com a revisitação de acontecimentos passados. A exemplo disso, o trabalho de Martin Dammann (2018), *Soldier studies: crossdressing in der wehrmacht* [Estudos dos soldados: *crossdressing* nas forças armadas], retrata fotografias que complexificam os saberes já balizados sobre o período. Além de reunir imagens das tropas em momentos de lazer (encenações de casamentos, show de variedades e bebedeiras), o livro apresenta soldados nazistas praticando o transformismo nos núcleos das unidades militares. Independentemente dos sentidos gerados por tais peregrinações de gênero, as imagens do livro corporificam uma outra corporalidade, iconograficamente distinta daquela reafirmada pelas fotografias em destaque; que, embora numerosas, visibilizam o mesmo ideário do que significa ter sido um soldado nazista. Como o meio digital possibilita a atualização contínua de arquivos, ao menos uma fotografia com uma representação diferente poderia aparecer na aperiçaminhada barra de rolagem do Google. Todavia, essas representações foram varridas para o fundo, onde poucos usuários costumam

acessar. Esse apagamento, por estar incluído nas hierarquias de distribuição de conteúdo da plataforma e não na inexistência dessas outras figurações, aponta para a escolha em tornar as buscas pouco plurais, confiscando outras expressões de masculinidade, e resignando certas narrativas às margens da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se que como artefatos digitais são produtos humanos, eles carregam em seus códigos aspectos sociais, culturais e políticos. Ainda que essa hibridização seja, muitas vezes, rejeitada ou ocultada, ela segue interferindo nos usos que se faz das tecnologias emergentes. A rigor, pensar na estrutura das plataformas e em suas condições de funcionamento impõe-nos avaliar também os desdobramentos causados por suas atuações. E isso implica analisar recorrentemente o terreno de significações gerado pelos *softwares* e programas computacionais.

Em relação ao caso analisado, a plataforma está ancorada em uma lógica que dita os regimes de visibilidade e invisibilidade dos conteúdos. Os critérios seguidos pelos algoritmos de pesquisa cumprem uma sequência de passos previamente estabelecidos que podem resultar em exclusões, distorções e silenciamentos. Por esse motivo, as batalhas travadas no *front* do *Google Imagens* são políticas; porque as representações que alcançam a trincheira gozam de um estatuto superior em relação às demais. Essa notoriedade pode ser problemática ao se instituir determinadas representações como totalizantes de uma realidade muito mais ampla. Como os resultados não promoveram nenhuma diversidade no ranqueamento das visualidades, pois entoaram sempre um mesmo timbre, conclui-se que a plataforma, ao menos nesse caso, favoreceu um imaginário masculino e cisheteronormativo do que significou ter sido um soldado alemão naquele período. O que sabemos, hoje, após a eclosão de outras narrativas, tratar-se de uma falácia representativa.

## AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

# REFERÊNCIAS

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BRUNS, Axel. **It's not the technology, stupid**: how the 'echo chamber' and 'filter bubble' metaphors have failed us. International Association for Media and Communication Research, Madrid, 2019, p. 7-11.
- CONNELL, R.; MESSERSCHIMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2013.
- DAMMANN, Martin. **Soldier studies**: crossdressing in der Wehrmacht. 2018.
- DIJCK, José van.; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**: values in a connective world. Oxford University Press, 2018, p. 1-48.
- FINN, Ed. **What algorithms want**: imagination in the age of computing. MIT Press, 2017, p. 15-56 e 87-112.
- GRIND, K.; SCHECHNER, S.; McMILLAN, R.; WEST, J.. How Google interferes with its search algorithms and changes your results. **The Wall Street Journal**, 15 nov. 2019, on-line. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/how-google-interferes-with-its-search-algorithms-and-changes-your-results-11573823753> Acesso em: 15 de jun. 2025.
- HUTCHBY, Ian. Technologies, texts and affordances. **Sociology**, vol. 35, nº 2, Cambridge University Press, 2001, p. 441-456.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998, p. 103-117.
- LANGLOIS, Ganaele. **Meaning in the age of social media**. Palgrave Macmillan: New York, 2014, p.16-38.
- LIEVROUW, Leah. Materiality and media in communication and technology studies: an unfinished project. In: **Media technologies**: essays on communication, materiality, and society. Cambridge, Massachusetts, 2014, p. 21-52.
- MANZONI, Ralphe. O mito do algoritmo "isentão" do Google cai por terra". **Neo Feed**, 19 nov. 2019, on-line. Disponível em: <https://neofeed.com.br/blog/home/o-mito-do-algoritmo-isentao-do-google-cai-por-terra/>. Acesso em: 20 de jun. 2025.
- NOBLE, Safiya. U. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. Nova Iorque (USA): NYU Press. 2018.
- SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: Silva, T. (org).. **Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraUA, 2020.

SONG, Victoria Song. Investigação mostra que o Google faz um monte de ajustes, muitos manuais, em sua busca. **Uol**, 16 nov. 2019, on-line. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/busca-google-ajustes-manuais/>. Acesso em: 27 de jun. 2025.

WALTHER, Joseph et. al. Interaction of interpersonal, peer, and media influence sources on-line: a research agenda for technology convergence. In: **A networked self: identity, community, and culture on social network sites**. 2011, p. 17-58.



# MOVIMENTO CORDEL SEM MACHISMO

As transformações do cordel  
durante a pandemia da Covid-19

**Maria Gislene Carvalho Fonseca<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Este artigo traz uma reflexão sobre o movimento #cordelsemmachismo, que conduziu transformações práticas, conceituais e mercadológicas no cordel, a partir da realização de ações políticas e da realização de eventos que geraram visibilidade para as mulheres poetas e para seus trabalhos na rede social Instagram. Esta reflexão parte de entrevistas semiestruturadas com as poetas Julie Oliveira e Izabel Nascimento, que impulsionam as ações do movimento.

No período de isolamento social, as redes sociais online foram tomadas por inúmeras apresentações artísticas, dentre elas, as *lives* de cordel. Entrevistas, rodas de conversa, declamações, podcasts, oficinas.... Foram formas de existência e resistência nesse cenário que exigiu criatividade para que uma transmissão sobressaísse dentre as tantas que tomavam os dias. Foi, também, nesse contexto, que as mulheres poetas, mais uma vez, se mobilizaram politicamente e conduziram a vanguarda das transformações que permitiram inserir as manifestações tradicionais nesse ambiente tecnológico e conectado.

## A PRODUÇÃO DO CORDEL por mulheres

Além de criarem espaços para a visibilidade de suas produções, as mulheres poetas têm se organizado politicamente para reagirem a um apagamento histórico de suas contribuições para a poesia de cordel. Elas se reúnem em grupos e associações, mas também informalmente, pensando produtos, eventos e ações políticas de mobilização. Essas estratégias têm encontrado nas redes sociais online um espaço para sua existência, divulgação e convocação de novas adesões à causa de um cordel menos excludente.

Historicamente, há um apagamento das vozes e das histórias das mulheres no universo da poesia de cordel. Seja pela necessidade de mulheres assumirem os nomes de seus maridos, como foi o caso de Maria Batista das Neves Pimentel (Altino Alagoano) nos anos 1930 para conseguirem publicar e, assim, serem apagadas da historiografia oficial<sup>2</sup>; seja pela invisibilização das lutas e das produções das mulheres que não são convidadas para eventos ou para suas organizações; seja com a construção de estereótipos de mulheres associadas ao pecado, à fragilidade ou à loucura como personagem dos folhetos.

No Nordeste do Brasil, território de grande recorrência à literatura de cordel, esta é sempre identificada com as vozes masculinas,

1. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa).

E-mail: maria.gcf@ufma.br

2. A antologia do cordel produzida em 1974 pela Fundação Casa de Rui Barbosa, até hoje tratada como uma referência na catalogação e estudos do cordel brasileiro, não menciona a produção de Maria das Neves.

isso porque ligada aos condicionamentos culturais, essa poética foi durante longo período espacializada pela voz masculina em decorrência de estruturas antropológicas profundas que perpassam por uma cultura marcada pelo patriarcalismo, transformando os homens como os guardiões dos códigos tradicionais de poder. Concomitantemente, as produções femininas nas poéticas populares alinham-se à história das mulheres do Brasil. O seu trajeto social testemunha o silenciamento e/ou o ensurdecimento “imposto” a todas as mulheres em determinado tempo histórico, independente de classe social, econômica e étnica. (Mello, 2021, p. 7)

Não é incomum encontrarmos trabalhos sobre o cordel que justificam a ausência de menção à produção das mulheres por serem elas inexistentes ou escassas – o que não é verdade. A professora e poeta cordelista Fanka Santos realizou um levantamento sobre mulheres autoras de cordéis que resultou no Livro Delas (2021). Ela catalogou mais de 300 mulheres cordelistas, a partir dos títulos encontrados. Fora as que não tiveram um registro documental que pudesse ser acessado mais adiante, como é o caso das poetisas cantadoras, e ainda assim 66 constam no trabalho.

Ao longo desses 20 anos de investigação sobre o tema, construí as bases para uma nova historiografia para o campo do cordel, pois, se a história convencional ensina que as mulheres não atuavam nesse campo, esse percurso da pesquisa mostra justamente o contrário: as mulheres sempre existiram como produtoras de uma poética da voz e quando emergiu o sistema editorial do folheto, elas também publicaram, mesmo com pseudônimo masculino. (Santos, 2021, p. 7)

Deste modo, Santos (2021) foi referência para muitas das ações do movimento Cordel sem Machismo, como a publicação de cerca de 100 poetisas de cordel declarando em suas redes sociais que #somosmuitas. “As mulheres sempre existiram como produtoras de uma poética da voz e quando emergiu o sistema editorial do folheto, elas também publicaram, mesmo com pseudônimo masculino.” (Santos, 2021, p. 11) Este movimento é muito importante porque não apenas contabiliza as poetisas, mas também lhes atribui imagem e visibilidade.

## O MOVIMENTO cordel sem machismo

Grupos de mulheres poetisas como a Rede Mnemosine, os coletivos Cordel de Mulher, Cordel de Peito, Cordel de Salto, Ser Tão Mulher, organizações como a Casa do Cordel Mulheres

Cordelistas, Teodoras do Cordel, a curadoria de acervos como Altino Alagoano e da cordelteca Maria das Neves Baptista Pimentel, estão engajados majoritariamente em ações independentes e que têm as redes sociais como espaço de circulação de suas reivindicações.

Como um movimento que integra camadas de reivindicação sociopolítica em torno das questões de gênero, o espaço das redes sociais online – mais especificamente no período de pandemia da Covid-19 – consiste em uma forma de articulação a partir dos diálogos poéticos. Neste contexto, é importante reconhecermos o #cordelsemmachismo como uma interface expressa a partir de lógicas culturais, criativas e simbólicas.

O movimento #cordelsemmachismo acionou mulheres poetas a manifestarem-se online contra situações de opressão no universo do cordel em diversas ações que incluíram: notas de repúdio, postagens coletivas de suas imagens colocando-se a favor do movimento, divulgação na imprensa e produção de material didático sobre a violência de gênero no cordel, rodas de conversa online para discutir essas questões e a criação de um grupo de estudos (Estante Feminista) para refletir sobre as mulheres no cordel.

Nesses termos, mais do que uma mudança epistemológica no entendimento do cordel como um fenômeno cultural fluido, que se modifica constantemente, o movimento #cordelsemmachismo evidenciou as brechas, os poros e as feridas abertas no cordel. O movimento deixou ver as contradições internas, nomeando-as e materializando-as, desestabilizando e desconstruindo para reconstruir.

Movimentos como este mobilizam reflexões em torno do consumo de bens simbólicos, a partir de transformações nos mercados culturais em suas dimensões sociais e políticas, além da econômica. Isso tem implicações não apenas nas relações pessoais entre poetas, mas também no tipo de conteúdo que é produzido e consumido a partir de sua circulação online e da atenção dada às questões de gênero mobilizadas no movimento.

Tratamos aqui de recursos identitários, um universo que convoca memórias e tradições e passa necessariamente pelos encontros comunicacionais situados das relações entre agentes que fazem o imaginário em torno do cordel. Não apenas produtores, autores, poetas. Mas também todas as pessoas que, em algum momento, fazem referência ao cordel em obras de arte, em propagandas, em objetos de consumo, em produtos midiáticos em geral. Em uma perspectiva bakhtiniana, o cordel é uma produção ideológica que articula os elementos simbólicos àquilo que é vivenciado na prática, em uma realidade sobre a qual se busca transformações.

E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (Bakhtin, 2011, p. 31)

A partir desta leitura, não pretendemos discutir aqui sobre as qualidades do cordel como signo em uma dimensão semiótica, mas é fundamental pontuarmos seus aspectos ideológicos que o caracterizam como elemento simbólico e, portanto, socialmente carregado de tensões, disputas e possibilidades de enunciação. Tomado desta forma, o cordel como signo – ideológico, com valor semiótico – apresenta-se como fragmento de uma realidade, conforme teoriza Bakhtin (2011). E isso acontece quando observamos as experiências do cordel na vida cotidiana, apontada por Bakhtin (2011, p. 37) como extraordinariamente rica e importante, e ligada às diversas ideologias especializadas e formalizadas.

É a experiência que carrega, portanto, os elementos opressores e violentos de machismo, racismo, homofobia, classismo etc. Sendo o cordel um elemento social que não se aparta de sua realidade, obviamente que em seus círculos haverá também manifestações desse tipo de situação. E como em toda violência simbólica, muitas vezes desprezam-se os argumentos em busca da manutenção dos espaços de dominação. Como estratégia, segundo Bakhtin, “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (Bakhtin, 2011, p. 48)” Mas é pela possibilidade de movência e de transformação que a linguagem carrega, da instabilidade dos sentidos, que se articulam a partir de convocações ideológicas que os impactos sociais são feitos, inclusive pela poesia. Ocorre que, a partir do #cordelsemmachismo, as disputas parecem emergir com mais intensidade, uma vez que as violências foram amplamente expostas e não há mais espaço para os silenciamentos.

Quando olhamos para o movimento com um certo afastamento temporal, cinco anos depois<sup>3</sup>, podemos considerar que houve mudanças visíveis no que se refere à forma como as mulheres poetas se articulam. Principalmente porque elas percebem que não estão sozinhas, mas que atuam em coletivo. Isso gera uma das formas de construção do que Hill Collins (2019) chama de espaço de segurança. Com essa segurança, mais mulheres se veem diante da possibilidade de trabalharem com o cordel.

Além disso, um acontecimento importante foi a nomeação da

3. No momento da escrita deste artigo, passaram-se três anos do estopim do movimento. O texto está sendo submetido para avaliação em junho de 2025.

poeta Paola Torres como presidenta da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) em abril de 2021<sup>4</sup>. Isso não significa necessariamente que o espaço do cordel tenha mudado, nem podemos fazer uma relação direta de causa-consequência entre o movimento e a nomeação. Inclusive porque o tempo da poeta no cargo foi curto (até 2022) e permeado de histórias de machismo e misoginia nos bastidores.

## PENSANDO O CORDEL

### a partir de uma perspectiva feminista decolonial

Olhar para os fenômenos no momento em que eles acontecem, com suas transformações constantes e contemporâneas à realização do estudo em questão é um grande desafio metodológico. Acompanhamos as produções de mulheres cordelistas nas redes sociais, mais especificamente daquilo que encontramos no Instagram<sup>5</sup>, buscando compreender como esses usos reverberam nas suas práticas poéticas, constituindo o que hoje se entende como cordel.

Para refletir sobre o contexto do cordel, Santos (2021) nos oferece:

este novo paradigma científico que desconstrói e subverte o paradigma vigente e me obrigou a fundar e legitimar cientificamente novas atitudes, práticas, métodos de pesquisa, teorias e pressupostos capazes de fornecer as bases sólidas para a existência daquelas que não existiam ainda nos estudos de Letras, reunidas neste *Livro Delas*. (Santos, 2021, p. 13, grifo da autora)

Deparamo-nos com a importante atividade da pesquisa que é a de questionar, de não nos conformarmos com estabilidades e respostas prontas. Histórias definidas e apaziguadas tendem a esconder as disputas que as constituem – como, por exemplo, quando tomamos os acervos e documentos como instrumentos de investigação que apresentam dados inquestionáveis, quando a própria organização desses acervos e arquivos dizem de recortes, de escolhas institucionalizadas, de uma perspectiva possível. Aquilo que não é registrado, escrito, guardado também comporta elementos de disputas historiográficas – ainda que isso não seja facilmente acessível às pesquisas.

Entendendo que é a partir das vozes das mulheres poetas que este conhecimento sobre o cordel se torna possível, acompanhamos as produções de duas poetas atuantes no movimento Cordel sem Machismo: Julie Oliveira e Izabel Nascimento, Em entrevista, pudemos olhar para seus mundos, suas relações com a poesia, com

4. Paola Torres esteve na presidência da ABLC até dezembro de 2022.

5. Considerando que o Instagram é uma plataforma possível para a disponibilização do conteúdo, mas que não necessariamente seja a única. Os conteúdos postados nessa rede têm a possibilidade de serem compartilhadas em outras, como o Facebook e o Twitter.

outras mulheres e com outros modos de ser e estar no mundo. Como sugere Glória Anzaldúa,

Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. [...] Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (Anzaldúa, 2000, p. 232)

É também a partir desse diálogo próximo, construindo e aprofundando relações de confiança mútuas, que vem sendo possível atuar diretamente nas ações desenvolvidas pelas organizações, seja apoiando a realização dos eventos, mas também prestando consultorias teóricas e comunicacionais às ações desenvolvidas pelas poetisas.

## AS MULHERES POETAS

### e a sua atuação nas redes sociais online

A poesia de cordel é tradicionalmente reconhecida a partir dos folhetos. Entretanto, como discorrem Carvalho, Muller e Barbosa (2020), outras materialidades também aparecem como possíveis para o universo do cordel. Além da oralidade, já reconhecida como fundamental para esta poesia, temos os folhetos impressos, mas também os *e-books*, *audiobooks*, poesias que circulam pelo Whatsapp ou são apresentadas em postagens e lives do Instagram.

Com vários focos de movimentos de mulheres poetisas emergindo, politicamente articuladas a partir da cultura e em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, pensar o cordel e suas transformações no momento de isolamento social da Covid-19 foi de extrema importância para o reconhecimento de narrativas que extrapolam a historiografia oficial. O cordel, neste momento, convocou a utilização de diferentes suportes para sua permanência e visibilidade, para sua circulação e consumo, gerando mudanças conceituais a partir de suas materialidades e sentidos possíveis.

Duas poetisas atuantes nas redes sociais, mesmo antes do período da pandemia da Covid-19 em 2020 são Izabel Nascimento e Julie Oliveira. Ambas já utilizavam as redes sociais para divulgarem seus trabalhos, para relacionarem-se com outras pessoas do universo do cordel e para apresentarem-se em eventos como o Cordel de Quinta, organizado por Izabel Nascimento desde 2016. Julie Oliveira começou a utilizá-las como meio de divulgação de seu trabalho a partir de 2017, ao observar as potencialidades de alcance disponíveis nas redes.

Entendendo as redes sociais online como aliadas de suas produções, inclusive devido ao alcance possibilitado por elas, Izabel<sup>6</sup> e Julie<sup>7</sup> mantém suas páginas pessoais no Instagram, onde também divulgam seus trabalhos, manifestam-se politicamente, divulgam eventos, postam conteúdos informativos sobre o cordel e outras formas de poesia, sobre outros trabalhos que elas realizam.

Nesse contexto, em meio ao isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, as *lives* no Instagram apareceram como alternativa para encontros, debates e apresentações que não podiam acontecer ao vivo. Com elas, algumas perdas referentes à presença e contatos dos corpos, mas também houve ganhos com relação ao alcance e visibilidade dos conteúdos disponibilizados em rede. E foi também nesse cenário, que tornou as redes sociais como um dos principais canais de troca, que Julie e Izabel intensificaram seus trabalhos online.

Mas também nesses meios estão alguns homens cordelistas vendo-se “ameaçados” por grupos de mulheres que saem do apagamento imposto a elas, capazes de apontar suas vulnerabilidades, e, ainda, dar a ver que suas produções não são tão absolutas e universais quanto eles pretendiam. Esses mesmos homens se mobilizam para tentar deslegitimar as produções e reivindicações das mulheres poetas, seja levantando *hashtags* agressivas ou entrando nas *lives* em que as mulheres são convidadas a falar para, novamente, agredi-las e silenciá-las.

No que se refere aos trabalhos e percepções das poetisas sobre os usos das redes sociais, Izabel Nascimento as compreende como grandes aliadas de suas produções. Segundo a poeta, as redes seriam ferramentas dos tempos atuais onde o cordel, para se manter vivo e vibrante, encontra outras formas de existir. Julie Oliveira destaca que as redes sociais têm ajudado a alcançar visibilidade para seus trabalhos. “É claro que, do ponto de vista técnico, há limitações dos algoritmos, impedindo em certos momentos que o alcance se expanda para além das “bolhas”, apesar disso, é incomparável a capacidade de propagação de uma mensagem-texto” (Oliveira, 2020, Entrevista).

Entretanto, Julie faz um paralelo com o tempo em que começou a escrever, por volta do ano de 2002. Segundo a poeta, nesse tempo, caso alguém quisesse publicar folhetos, precisaria ser aceito por uma editora ou ter dinheiro para imprimir suas próprias publicações. Ela destaca que essa era a única forma de alcançar os leitores, mas que, atualmente, a lógica do mercado editorial foi invertida e o primeiro passo antes de ser publicado é que se consiga público. Para isso, o lugar de construção de visibilidade são as redes sociais.

As redes teriam ampliado os modos de divulgação e as formas de publicação possíveis. Toda a divulgação do trabalho de Izabel,

6. @izabel.cordel

7. @julie.oliveras

por exemplo, é feita *online*: ela posta em seu perfil alguns de seus versos, realiza e participa de eventos e considera inesgotáveis as possibilidades dessas atividades *online*. E dessa divulgação ela alcança públicos diversos, de localidades das mais variadas para os seus produtos impressos.

Esse alcance tem como uma das principais consequências identificadas pelas poetas a afetação a um público que passa a conhecer melhor sobre a poesia de cordel, que se inspira a escrever. Izabel pontua um engajamento maior desde o início da pandemia, observando que seu público no Instagram chega a ter triplicado. Fundamentalmente, seu público é composto por estudantes, pessoas ligadas à literatura sendo, majoritariamente, mulheres.

Essa visibilidade tem rendido às duas poetas mais convites para eventos e parcerias para escritas. Comercialmente, ambas observam um aumento de vendas e encomendas de folhetos, o que é uma consequência dos processos pedagógicos e didáticos que elas também desenvolvem em suas páginas, buscando uma valorização do cordel e um reconhecimento do trabalho intelectual que é realizado para a produção poética.

E foi também a partir desses trabalhos de integração realizados nas redes sociais que o movimento #cordelsemmachismo tornou-se possível. Primeiro, porque ele foi desencadeado como uma reação à violência sofrida por Izabel Nascimento em uma *live* com outros poetas. Em seguida porque, como explica Julie:

O Movimento já nasceu digital. Pois, foi a partir de uma reunião online com mulheres de pelo menos 4 estados diferentes do país, que nos organizamos inicialmente, que definimos coletivamente uma série de diretrizes, como as *hashtags* a serem utilizadas, horários de postagem, e a confecção de uma Nota virtual de Repúdio. Posteriormente, dada a demanda de entrevistas, a procura das pessoas em geral, vimos a necessidade de criarmos uma conta específica no Instagram<sup>8</sup> como canal de centralização de nossas informações, referência visual, ideológica, e claro, para contatos. Portanto, vejo as redes como uma ferramenta importantíssima e aliada ao nosso movimento, assim como tem sido de diversos ativistas pelo mundo. São um modo de nos conectarmos com um número incontável de pessoas, de descobirmos outras tantas e chegarmos através dos recursos disponíveis ao público alvo de nossas ações. (Oliveira, 2020, Entrevista)

Assim, segundo Izabel, o movimento só foi possível devido às conexões das redes sociais. Isso porque elas possibilitaram uma ampla visibilidade, alcançando mulheres diversas em cerca de dois meses. Até essa data, a página @cordelsemmachismo no Instagram publicou as imagens de 86 mulheres poetas levantando as *hashtags*

8. @cordelsemmachismo

#SomosMuitas e #CordelSemMachismo. Que publicaram nos seus próprios perfis, Izabel contabiliza mais de 100. Além das poetas, outras mulheres como Maria da Penha, Adriana Negreiros e Monja Cohen aderiram ao movimento, postando imagens com os dizeres “Mulheres Cordelistas, continuem”.

Deste modo, o movimento evidencia que faltava uma organização política dessa dimensão entre as mulheres poetas, de modo que elas pudessem se fortalecer como grupo, solidificar e difundir suas ideias. O Cordel Sem Machismo vem cumprindo essa função de coesão, de construção de pautas e reivindicações por um cordel mais respeitoso às imagens e às presenças das mulheres em seus espaços.

O movimento aponta para uma situação que não é inaugurada com a violência sofrida por Izabel. Desde Maria das Neves Batista Pimentel, identificada como a primeira mulher cordelista, que assinava pelo pseudônimo de seu marido Altino Alagoano, são recorrentes as opressões, os apagamentos e as diminuições dos trabalhos e dos valores das mulheres no cordel. Inclusive repercutindo numa tentativa de silenciamento do movimento sob o argumento de que não existe machismo no cordel, ou que o movimento segrega o grupo de poetas.

Mas entendemos que ao não evidenciarmos as opressões e violências, estamos sendo coniventes com sua invisibilidade e impedindo trabalhos voltados para o entendimento dos conflitos. Quando apaziguamos as controvérsias, não podemos nos aprofundar no entendimento de suas causas e consequências. E isso, sim, seria prejudicial ao mundo mais plural que buscamos.

Nesse contexto, as redes sociais são entendidas aqui não apenas como o espaço que abriga a maior parte das ações do movimento (há também notas em jornais impressos e revistas), mas é também uma materialidade que conforma a sua existência. As ações são pensadas para esse meio, dialogando com os aspectos técnicos, das conexões, identificando e conhecendo bem os públicos e propondo engajamentos para a luta.

Deste modo, as mulheres poetas estão na vanguarda desse trajeto que nos encaminha para pensar um cordel que não precisa estar preso somente à materialidade dos folhetos impressos, mas que cresce em compreensão e em consumo quando aliado às estratégias comunicacionais possibilitadas pelos recursos *online*.

Algumas ações que decorrem do movimento são, por exemplo, o grupo de estudos Estante Feminista, em que poetas e pesquisadoras se reuniram durante um ano para lerem trabalhos de investigação sobre cordéis de autoria feminina; e o selo Cordel de Mulher, que apoia a edição e publicação de folhetos, assim como a participação das mulheres em editais de fomento à cultura.

Como mudança, a poeta Julie Oliveira em entrevista em 2022 faz

uma avaliação do momento posterior ao movimento, observando os efeitos gerados:

Me senti muito mais fortalecida, irmanada e motivada em muitos aspectos. Sei que tenho um porto seguro, e confirmei minha tese que #somosmuitas – contrapondo, mais uma vez, o pensamento dos pesquisadores homens, cis, brancos que diziam que nosso quantitativo era bem pequeno. (Oliveira, 2022, Entrevista)

Izabel Nascimento também faz uma avaliação no que se refere às consequências do movimento para seus trabalhos:

Sinto ainda mais a responsabilidade de atuar na literatura de cordel, seja no processo de escrita e pesquisa, seja na salvaguarda, na medida em que penso nas gerações futuras, e o que nós podemos e desejamos deixar como herança. (Nascimento, 2022, Entrevista)

Como forma de resistência, as mulheres se organizam em grupos e coletivos e dão visibilidade às suas lutas utilizando o espaço da Internet. Por isso, essas transformações tecno-midiáticas são fundamentais nesses momentos de transição, em dimensões conceituais e políticas, entendendo que o presente não abandona o passado e está sobre ele construído, e tampouco despreza um devir da cultura anunciado pelos fenômenos contemporâneos. É por isso que o movimento #CordelSemMachismo se configura como produção de memórias do presente com vistas às transformações desse universo que precisa ser aberto para reconhecer os trabalhos das mulheres poetas de forma justa e respeitosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas neste texto, observamos uma importante relação do cordel com as materialidades comunicacionais, mas que também as transcendem. Como um fenômeno poético cujos primeiros registros identificados estão baseados na oralidade, pensar na sua presença nas redes sociais *online* e a atividade de poetisas organizadas é fundamental para compreendermos suas transformações epistemológicas, conceituais e empíricas.

Tendo sido o cordel durante muito tempo um produto cultural fortemente vinculado a tradições que negavam suas mudanças e transformações, entendê-lo hoje a partir de suas dimensões materiais e políticas nos permite olhar para o fenômeno aberto, fluido, livre e considerarmos sua complexidade, muito mais do que aprisioná-lo em conceitos engessados e segregadores. Observá-

lo em sua contemporaneidade nos possibilita compreender de que forma sua produção afeta e é afetada pelos contextos social, econômico e político, contribuindo para uma historiografia múltipla e diversa.

Ainda que no entendimento de alguns poetas o cordel precise ser impresso, com xilogravura na capa e, por sua vez, diferente da poesia oral, há um grande movimento de poetas que reconhece a importância das redes sociais para a divulgação, para o entendimento e para a organização social e política em torno desta poesia. Seja convocando outras terminologias para definir essa presença, como a ideia do “cordel online”, que demarca uma especificidade material; seja compreendendo que o cordel diz respeito a uma forma poética, cuja definição não é atribuída pelo meio em que circula.

Com o movimento #cordelsemmachismo, observamos um protagonismo das mulheres poetas na auto-organização política, em busca de uma transformação no universo do cordel, que indica uma abertura para novos caminhos possíveis. É também esse trabalho amplo e plural das mulheres poetas que possibilita mantermos o cordel vivo e pulsante, como fenômeno de tradições vivas e memórias diversas. Ao produzirem seus cordéis e com o movimento que mobiliza suas transformações, as poetas agem politicamente e desenvolvem construções conceituais que rompem com estabilidades dos entendimentos e de uma história do cordel que só é possível a partir de sua movência.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa que resulta na escrita deste trabalho.

# REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Ciudadanos remplazados por algoritmos**. Guadalajara: CALAS – Centro Maria Sibylla Merian, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1997.

CARVALHO, Gislene; BARBOSA, Rafael; MULLER, Leandro. Crises como fraturas no tempo: o cordel e o mercado editorial. In: MAIA, Jussara et al. (orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2020.

CARVALHO, Gislene; OLIVEIRA, Letícia. Feminismo negro na poesia de cordel de Jarid Arraes. In: SOARES, Juliana; COSTA, Vanessa; VIERO, Felipe (orgs.). **Dar-se a ver: textualidades, gêneros e sexualidades em estudos da comunicação**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. SPE, p. 844–856, 2019.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. **Novelo de verso: fios de memória, tradição e performance tecendo a poesia de cordel**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MELLO, Beliza Áurea. Nova história do cordel: a hora e a vez das vozes femininas nos folhetos. In: SANTOS, Francisca (org.). **O livro delas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2020.

NASCIMENTO, Izabel. Entrevista concedida a Maria Gislene Carvalho Fonseca. [S.l.], 2020. Entrevista (online).

ORTIZ OCAÑA, Alexander; ARIAS LÓPEZ, María Isabel. Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. **Hallazgos**, v. 16, n. 31, p. 147–166, 2019. Bogotá: Universidad Santo Tomás.

OLIVEIRA, Julie. Entrevista concedida a Maria Gislene Carvalho Fonseca. [S.l.], 2020. Entrevista (online).

SANTOS, Francisca. Cantadoras e repentistas do século XIX: a construção de um território feminino. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 36, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323127099015>. Acesso em: 26 de maio de 2025.



**MEMÓRIAS  
INSURGENTES  
EM CORPOS E  
TERRITÓRIOS**



# CORPOS COM DEFICIÊNCIA E A LAJE

Enfrentamentos em discursos,  
experiências e mobilidades

**Sônia Caldas Pessoa<sup>1</sup>**

## CORPUS SENSÍVEL

vivências e pesquisas<sup>2</sup>

Maio de 2013, alguém me entrega, apressadamente, em uma rua de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde estava hospedada, um folheto de uma empresa de turismo que faz passeios nas favelas cariocas. Viro-me para fazer algumas perguntas, mas a pessoa já desapareceu em meio à multidão. Leio interessada porque folhetos distribuídos assim, na rua, quase jogados em minhas mãos, já me levaram a lugares inusitados e pouco conhecidos, como a Faixa de Gaza, na Palestina, em 1998. Já conhecia muitas favelas em Belo Horizonte, Minas Gerais, onde atuei como jornalista em emissoras de rádio e estava acostumada a fazer reportagens, na maioria das vezes, sobre assassinatos e tráfico de drogas.

Rapidamente me veio à memória a primeira vez em que estive em uma favela na capital mineira como profissional de rádio, aquela cena que já acompanhamos inúmeras vezes na mídia e que colabora para reforçar os estereótipos das favelas somente como territórios de violência. Tinha pouco mais de 20 anos, era noite, havia um corpo não identificado na laje. Estava acompanhada de um motorista da emissora, fiz rapidamente a reportagem, entrevistei testemunhas, e segui o conselho dos policiais e da dona da casa para sair logo dali. Poderia haver novo tiroteio.

Rapidamente também me lembrei das inúmeras vezes nas quais a pauta do jornalismo no rádio me levou a projetos sociais, mobilizações comunitárias, ações de instituições religiosas, apresentações culturais, entre outras atividades em favelas de Belo Horizonte. E a saída apressada se repetia não por recomendação policial nestes casos, mas pelo excesso de pautas que uma jornalista de rádio precisava cumprir – seis ou sete em um dia de trabalho. O tempo de permanência não dava conta da complexidade das vivências que gostaria de experimentar.

Em 2013, estava no doutorado, minha pesquisa estava centrada nos imaginários sociodiscursivos sobre pessoas com deficiência nas redes sociais digitais. De um modo ou outro, para onde eu olhava, me movia, ou o que experimentava, associava a possibilidades de pensamentos e reflexões sobre a deficiência, as experiências, os desafios cotidianos. A minha conexão com a deficiência tem laços familiares e afetivos: meu pai sofreu um acidente e ficou com uma perna bem menor do que a outra e meu filho nasceu com hidrocefalia. Infelizmente, nenhum dos dois está mais nesta dimensão enquanto escrevo este texto; estavam vivos em 2013. Se compartilho com vocês, é porque assumo as minhas vulnerabilidades e proximidades com a temática,

1. Professora de Comunicação Social e do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Produtividade CNPq. Professora visitante no Institut Mines-Télécom, França (Bolsa Capes-Print, 2023/2024). Líder do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências, coordenadora do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES) e da Rádio Terceiro Andar.

E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com

2. Artigo produzido com apoio do CNPQ, Capes e Fapemig.

assim como meus processos de afetação e as vulnerabilidades das metodologias e de escrita bem como deste lembrar uma experiência de autoetnografia (Pessoa, 2023).

Voltando a 2013, contratei o passeio. A visita à Vila Canoas e à Rocinha não entrou na tese. Também não refleti sobre esta experiência em texto para além de um álbum de fotos no *Facebook* com a legenda “Favela Tour, Rio de Janeiro, Excursão às favelas do Rio”. Provocada pela chamada de artigos para este livro, revisitei as fotos de mais de uma década em articulação com a leitura sobre a epistemologia da laje (Freire-Medeiros e Name, 2019, p. 162): “Pensar epistemologicamente sobre a laje, porém, convida a desconfiar da aceitação tácita de que autoconstruções são obras do acaso. E nos incita a refletir, por um lado, sobre a validade dos conhecimentos relacionados à arquitetura nas favelas, que, feita por “leigos”(…).

Minha afetação primeira é colocar em relação este texto de 2019, as experiências tensionadas pelas minhas pesquisas sobre deficiência e as imagens que fiz naquele 13 de maio (data da abolição da escravatura), de 2013. Acredito que esse conjunto material e experiencial reúne e retoma uma série de elementos que provocam uma tentativa de diálogo com a epistemologia da laje a partir de uma visada que concebe a existência de pessoas com deficiência. As reflexões aqui em cena me fazem retomar a noção de *corpus* sensível (Pessoa, 2015, 2018) que propusemos. Quero dizer de um sensível que tem inspiração filosófica e ética (Spinoza, 2007); que nos propõe refletir sobre as afetações do corpo, me distanciando do sentido que a doxa assume para os afetos como sentimentos, na maioria das vezes, bons e agradáveis; eles podem ser da ordem do nojo, do asco, do medo, da repulsa, entre outros. Afetos aqui estão situados na virada afetiva e em noções e abordagens metodológicas dela derivadas, que nos parecem interessantes.

Se a inspiração é filosófica, há um longo percurso para a sua operacionalização pragmática em pesquisa científica. Não proponho uma aplicação direta, imediata e linear que pode parecer apressada e pouco reflexiva. A ideia central é considerar uma perspectiva multidisciplinar de abordagens sobre temas e *corpora* que nos tocam, nos sensibilizam em sentidos diversos, que nos convocam a pensar e a repensar a nossa existência como pessoas pesquisadoras diante dos complexos fenômenos sociais. Neste sentido, as nossas experiências e as nossas características identitárias, respeitadas as interseccionalidades que nos atravessam, são componentes a serem considerados em nossas abordagens metodológicas, que permeiam todo o processo de pesquisa e culminam com a escrita dos textos – sempre abertos, em construção, em permanente revisão e aceitação dos riscos

nas relações com o tempo presente, tão próximos de nós e que pode nos confundir exatamente pelas afetações às quais estamos sujeitos. Por outro lado, lidar com o passado, com um certo distanciamento dos *corpora*, não nos protege do que chamamos de experiência contaminada, que aqui é valorizada e pensada do ponto de vista ético, ao assumirmos que a experiência não é pura, recortada e capaz de ser isenta (Demo, 2023).

Não vou tratar os materiais aqui apresentados como *corpus* a ser analisado. No entanto, o sensível, que me interpela, está presente, com o propósito de dividir com vocês parte das minhas vivências, tentar trilhar percursos rumo a experiências coletivas. Dizer do sensível não reivindica isolá-lo ou defender que não seja abordado. Pelo contrário, implica assumir que assumir a sensibilidade é também incursionar por territórios afeitos a muitas controvérsias e possibilidades de abordagens distintas a depender de quem as faça. Vou trazer esses materiais como indícios que podem colaborar para compreensão mais próxima do que aqui argumento.

Mas e a laje? A laje, aquela que está na página 1.150 do Dicionário Houaiss (2009), de origem controversa, é concebida como uma placa de matéria dura, como concreto, cerâmica ou terracota. Uma superfície plana que não deve ser muito grossa, mas com sustentação suficiente para revestir paredes, pisos ou cobrir tetos de edificações. Os sentidos da doxa dão conta de um universo muito mais amplo. Para além da arquitetura e da engenharia, a laje sustenta inúmeros imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2007; Pessoa, 2018) associados às formas de vida nas favelas brasileiras, ampliadas e ressignificadas em outras comunidades e territórios sociais, como bem mostra a epistemologia da laje. Freire-Medeiros e Name (2019) nos lembram que a laje é um local que abriga as caixas d'água, que recebe as crianças para brincarem, ou que sedia os churrascos entre vizinhos e amigos. É um local de depositar o que não vai ser usado rapidamente, mas que pode ter alguma serventia futura. É corrente o imaginário materializado em novelas brasileiras sobre a laje instalada com a ajuda dos conhecidos e regada a cerveja e tira-gosto. O esforço para instalar uma laje é resultado de uma complexa equação que envolve o grau de dificuldade para levar máquinas, equipamentos e materiais necessários ao local (Figura 1).

Para além das atribuições de sentido relacionado à construção, a laje, de acordo com a epistemologia aqui retomada, nos diz de sentidos outros conectados aos imaginários de confraternização, festa, comunidade, o lúdico infantil. Há os imaginários do local de vigília, de espreita, de ponto de espera ou de fuga em casos de violência. A laje também pode ser símbolo de *status* social em favelas brasileiras, como as casas que alugam a laje para festas de



**FIGURA 1.** Vista e construção de laje em favela no Rio de Janeiro, 2013.

**FONTE.**  
Acervo pessoal.

Natal e de Ano Novo frequentadas por turistas. O ingresso que costuma ser pouco acessível do ponto de vista financeiro para quem vive nas favelas teria como recompensa a bela vista do Rio de Janeiro (Figura 2).

Reconheço a consolidação desses e outros sentidos que permeiam as relações socioculturais brasileiras. Gostaria, no entanto, de perceber a laje, neste texto, como território instável e inacessível para pessoas com deficiência. Interessa-me pensar na imobilidade a ela vinculada se deslocamos alguns elementos arquitetônicos, socioculturais, econômicos e políticos centrados na perspectiva das pessoas sem deficiência que habitam as favelas brasileiras para nos concentrarmos em uma visada que traz à cena questionamentos sobre a presença, a permanência e o deslocamento de pessoas com deficiência nesses territórios.

A metáfora presente na epistemologia da laje (Freire-Medeiros e Name, 2019) suscita inúmeras questões sobre aspectos discursivos, experienciais e de mobilidades. Tento tangenciar alguns deles neste texto: Como se dá o deslocamento de pessoas residentes



**FIGURA 2.** Vista da laje de casa onde acontecem festas turísticas em favela do Rio de Janeiro, 2013

**FONTE.**  
Acervo pessoal.

em favelas e que utilizam cadeiras de rodas, muletas, bengalas ou andadores? Esses equipamentos são apoio corriqueiro e cotidiano para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida. Não precisamos ir longe para identificarmos possíveis dificuldades para os deslocamentos dessas pessoas por ruas estreitas e íngremes, além das escadarias. Reconhecer a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência não critica ou minimiza a importância da epistemologia da laje. Faço um movimento de aproximação com a laje para caracterizar o reconhecimento sobre a necessidade de pensar em outras epistemologias envolvendo interseccionalidades (Collins, 2019), o que complexifica a nossa discussão.

## **A EXCLUSÃO** discursiva estrutural

É no campo discursivo que se constituem os movimentos, ora hospitaleiros ora hostis, uma alusão à reflexão de Derrida (2003) sobre as tensões sociais existentes entre hospitalidade e hostilidade, em especial, quando nos referimos a sujeitos e grupos subalternizados (Spivak, 2007). Os discursos acolhedores e respeitosos, que acompanham as reivindicações de sujeitos em situação potencial de vulnerabilidade e, conseqüentemente, em exposição social em diversos aspectos, estariam no campo do que chamamos de linguagem hospitaleira (Pessoa; Marques;

Mendonça, 2019). Convidar a hospitalidade para o território do discurso implica considerar linguagem não violenta não apenas do ponto de vista de xingamentos. E não a concebo somente como oposição dicotômica ao discurso de ódio e violência verbal (Emediato, 2023), mas como construção social, permeada por instabilidades, e muitas vezes inacessível a grupos cujos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2007; Pessoa, 2018) estão cristalizados e dotados de sentidos pejorativos, preconceituosos e estigmatizantes.

A linguagem hospitaleira significa a incorporação, no discurso, das mudanças sociais provocadas por grupos subalternizados anteriormente considerados silenciados e que hoje se manifestam cotidianamente em movimentos ruidosos. O ruído aqui não tem sentido pejorativo, pelo contrário, mas é importante explicar. Se você correr os olhos no Dicionário Houaiss (2009) vai reparar que a maioria dos 13 sentidos está relacionada a sons desagradáveis, barulho, rumor, tumulto, desordem ou ausência de relações harmônicas. Na minha perspectiva, gostaria de promover uma transgressão discursiva (Pessoa, 2018) para defender a importância do ruído. Rompe-se, com determinados ruídos, o silenciamento comum às necessidades e direitos de cidadania de pessoas com deficiência, isto é, o capacitismo, que está para as pessoas com deficiência como o racismo para as pessoas negras, uma questão estrutural da sociedade brasileira.

Estou sugerindo que é preciso provocar a desarmonia, típica de interrupções e fissuras nas transmissões sonoras que acometem dispositivos tecnológicos, como o rádio, o *streaming* e as ligações telefônicas, por exemplo. Se o ruído nas transmissões é um problema técnico a ser resolvido cada vez mais com soluções tecnológicas, o ruído necessário à linguagem hospitaleira traz para a materialidade do discurso um confrontar de um estado de coisas que colaboram para a exclusão de pessoas com deficiência, presente em inúmeros setores sociais, em larga escala. Sobretudo, é questionar o primeiro dos aspectos que quero tangenciar, o discursivo, que está correlacionado às experiências e às mobilidades.

Vocês podem estar se perguntando por que recorrer aos dicionários para abordar a temática aqui proposta? Os dicionários constituem o repositório da cultura “letrada” de uma dada sociedade; definem, em linguagem controlada e editada, o processo de maturação linguística que se inicia na doxa, o falar e os saberes populares, e vai se concluir nos saberes ditos “eruditos” ou nas terminologias consagradas pelos círculos de produção da cultura. Charaudeau (2007) nos lembra que os dicionários registram um hábito cultural, muitas vezes imposto pelos próprios dicionaristas, privilegiando um dos usos mais frequentes e não porque haveria

um valor unitário ou absoluto das palavras ou sintagmas. Por isso a minha escolha de resgatar os dicionários neste texto, como fiz em minha tese de doutorado.

No caso da deficiência, por exemplo, se, por um lado, termos como retardado, idiota, imbecil e deficiente, que estão dicionarizados, poderiam revelar o medo, a estranheza e a incerteza de como lidar, incorporar estes termos indica rudeza, crueldade e exclusão em determinadas épocas; por outro lado, revela também a ignorância e o despreparo para encarar o outro e assumir, ele, ou ela, ou ele/ela, é diferente de mim, mas nem por isso é menos do que eu. Ainda hoje, o sintagma pessoa com deficiência, apesar de já ser bastante usado nas interações sociais e representar uma reivindicação das próprias pessoas com deficiência em substituição aos termos dicionarizados e explicados anteriormente, ainda circulam como elementos desagregadores e excludentes.

Esta constelação discursiva questionada em nossas pesquisas e textos dizem de uma percepção capacitista (Campbell, 2009), que desmerece e desvaloriza as pessoas com deficiência, julgando-as incapazes de realizar determinadas atividades e categorizando-as em função de suas habilidades (Pessoa, 2018) e funcionalidades (Diniz, 2007, 2012). Nunca parece ser demais repetir, tendo em vista o uso ainda frequente desses termos como xingamentos e apagamentos das pessoas com deficiência do ponto de vista social e lembrar que a Lei Brasileira de Inclusão tipifica o capacitismo como crime.

## **AS EXPERIÊNCIAS**

(in)acessíveis não partilhadas

Freire-Medeiros e Name (2019) descrevem o acesso à laje tensionando os aspectos internos e externos, o privado e o público. Apesar da diversidade possível a ser encontrada na construção da laje e em sua arquitetura, há características comuns no que diz respeito aos modos como é possível entrar e sair, poder frequentar. Percebemos a preocupação com as práticas socioculturais que regem tanto a propriedade quanto o controle e o respeito à laje alheia. As escadas, comuns em vias estreitas nas favelas, são o ponto de acesso que oscila entre os territórios cujas fronteiras se iniciam nas ruas, portanto, de direito público – e os territórios de propriedade privada, com acesso direto à laje, isto é, ao espaço-tempo de uma casa, ao ambiente íntimo de pessoas que ali residem.

Entrar sem ser convidado pode ser pouco polido, como regem as etiquetas sociais. Aqui nos perguntamos como se dariam as

experiências de acessibilidades de pessoas com deficiência nas favelas e, em especial, na laje? A etimologia de acessibilidade deriva do latim *accessibilitas*, que significa livre acesso, possibilidade de aproximação. Em associação rápida, a laje é inacessível a pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida. Um pensamento ligeiro como este nos remete a uma tomada de posição equivocada – não no sentido de negar que seja inacessível – mas no sentido de que pode levar a inferências de uma culpabilização de pessoas que constroem em favelas e almejam a laje ou em generalização de pessoas que habitam as favelas brasileiras. Não é este o nosso objetivo.

A legislação brasileira assegura o direito à acessibilidade. O artigo 3º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, afirma que acessibilidade é a condição de alcance de utilização de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, sistemas e tecnologias, e serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Tudo isso com garantia de segurança e autonomia. Sabemos que há um limbo imenso entre o que está previsto na lei brasileira e a vida cotidiana, em especial, se as existências das pessoas com deficiência estão vinculadas às experiências de vida nas favelas.

Uma breve parada aqui para registrar que tomamos as vivências e as experiências a partir de Benjamin (1994) e sua leitura por Jacques *et al.* (2022), bem como releituras em curso. As primeiras estão no campo do acontecimento individual, dotado de sensibilidade e de efemeridade. Já as segundas estariam na capacidade de maturar o vivido em partilha de modo coletivo. Não quero sugerir uma separação estanque entre as vivências e as experiências – elas estão atravessadas e entrelaçadas, sobretudo vinculadas umas às outras. O que desejo é cotejar a possibilidade de que a ausência de vivências limita ou impede a partilha de experiências. Ou ainda que as vivências precárias de pessoas com deficiência em seus possíveis territórios residenciais afetam, de modo intenso, a possibilidade de acesso a formas de vida experimentadas pelas demais pessoas. E se não há a partilha do individual e do coletivo, prejudica-se enormemente a inclusão dessas pessoas em diversos espaços sociais. Obviamente que inúmeras dimensões e camadas precisam ser consideradas em perspectivas interseccionais para que quadro tão complexo possa ser desenhado e compreendido.

Alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que compõem o Censo Demográfico de 2022, revelam que o Brasil tem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, nas quais vivem 16,6 milhões de pessoas, isto é, 8% da população

brasileira. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pessoas com Deficiência 2022, indica que a população com deficiência no Brasil foi estimada em 14,4 milhões de pessoas de dois anos ou mais. Esta situação poderia provocar impactos nas vivências e experiências das pessoas com deficiência que estão interseccionadas pelo gênero, região do país, cor, nível de escolarização e inserção no mercado de trabalho.

Conhecer o detalhamento dos dados possibilita associar reflexões interseccionais à presença das pessoas com deficiência na sociedade com as enormes desigualdades desses corpos e as barreiras diversas que impedem a acessibilidade em similaridade com as demais pessoas. Importa dizer que o IBGE está revendo aspectos discursivos nas nomenclaturas adotadas para se referir às favelas. Desde 1991, o IBGE usava o sintagma “Aglomerados Subnormais” em censos e pesquisas. “Favelas e Comunidades Urbanas” é a denominação adotada para o Censo Demográfico 2022. Favela, que já havia sido usada pelo IBGE a partir de 1950 e modificada anos depois, foi discutida pelo instituto com movimentos sociais, comunidades acadêmicas e órgãos governamentais. Parece-nos um indicativo institucional atento às relevantes reflexões apontadas pela epistemologia da laje.

## **MOBILIDADES**

(in)justas

Chama a minha atenção, de modo particular, que a epistemologia da laje esteja atenta a alguns tipos de mobilidade por ela propiciados, em especial, aqueles que indicam as relações entre o público e o privado, com foco no transporte de objetos. A ausência de menção a pessoas e, sobretudo, a pessoas com deficiência, nos indica a não presença desse grupo social em estudos que se voltam para a valorização de epistemologias dedicadas à contestação de abordagens centradas na Europa e nos Estados Unidos ou na ampliação do diálogo com o Sul Global.

Inevitável pensar em mobilidades justas (Sheller, 2018). Reside, nesta perspectiva, algo que nos interessa bem de perto: as assimetrias. Não se pode conceber acessibilidade de modo generalizado, pois tal como as deficiências são complexas, multidimensionais, dinâmicas e questionadas, como documentou a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), as mobilidades podem se interrelacionar a elas e fazerem sentido, do ponto de vista filosófico e pragmático, caso sejam refletidas em concepção e em operacionalização em todas as dimensões aqui relacionadas, e talvez em algumas outras que ainda não percebemos.

Assim como os processos de afetação, que são instáveis, imprevisíveis e difíceis de nomear, mas estão dados em nossas relações sociais, as mobilidades justas se constituem nos espaços-tempos sociais com todas as suas desigualdades, desarmonias, discrepâncias, desequilíbrios e disparidades. O que as une, me parece, são os ruídos provocados pelo modo histórico e estrutural como a sociedade mundial tratou e trata as pessoas com deficiência. Na linha discursiva que tracei acima, retomando a proposta da minha tese de doutorado (Pessoa, 2015), me ative aos dicionários exatamente para demonstrar que o universo discursivo dos imaginários sociais situou a existência de pessoas com deficiência a abordagens capacitistas.

Logo, mover o corpo não é necessariamente positivo e precisamos considerar até mesmo a ausência de possibilidade do movimento não pelas condições da deficiência mas pelas situações de negligência de acessibilidade. No caso de pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, a mobilidade pode depender da colaboração de um sem número de aportes arquitetônicos, mobiliários, de equipamentos e de atitudes, por exemplo. Mesmo na própria residência, o lugar que nossos imaginários materializam discursivamente, como o aconchego, a referência ou o porto seguro, mover-se pode se transformar em um grande desafio, questionando a ideia de mobilidade ou da garantia da acessibilidade. A casa pode ser, para pessoas com deficiência, o lugar de instabilidades e de assimetrias.

Remetendo às favelas e seus modelos singulares de relações casa&rua e suas dimensões “que fogem a qualquer especificação razoável”, como bem escreveram Freire-Medeiros e Name (2019), os movimentos em ambientes mais íntimos e mais próximos dos espaços-tempos de convivência se configuram de modo assimétrico. O direito a mover-se nos aponta indícios dos cerceamentos impostos pelos sistemas de poder a determinados corpos. Quem tem direito ao movimento? Em quais condições o movimento é assegurado como prevê a legislação? Qual a relevância social da inclusão de reflexões sobre o movimento de pessoas com deficiências nos estudos de mobilidade? Para além de perguntas retóricas, ou aquelas usadas pelas pessoas autoras para despertar a atenção das demais, tendo em vista que não desejam exatamente receber uma resposta, pois já a tem, esses questionamentos nos localizam em uma proposta de epistemologia da laje inclusiva em suas dimensões no campo dos afetos e da hospitalidade, em contraposição à hostilidade comum a determinadas existências.

Neste texto, trouxe para vocês algumas perguntas, pois, mais do que buscar respostas, estou em busca de provocar inquietações, trazer para a pauta das mobilidades do Sul a atenção para a acessibilidade de pessoas com deficiência de modo irrestrito na

sociedade, seja do ponto de vista discursivo ou das experiências.

Consciente e resiliente com os limites das nossas pesquisas, experiências, características identitárias e dos processos de afetação, que nos movem em pesquisa, termino com uma frase do sociólogo e professor de sociologia, Pedro Demo, que nos lembra que a ciência não deve temer se questionada, pois, é deste questionamento aberto que vem a credibilidade: “A ciência é, porém, não uma alma penada, mas o que os cientistas fazem. E o que eles fazem é sempre vulnerável” (2023, p. 11-12). Que possamos, nos questionando uns aos outros, construir em sentido material e abstrato mundos mais hospitaleiros a corpos diversos em espaços-tempos que coabitamos. Estes são alguns enfrentamentos, ainda inconclusivos.

## REFERÊNCIAS

Amaral, Ligia Assumpção. A. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe, 1995.

Benajmin, Walter. Experiência e pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 114-119. (Obras escolhidas, v. 1).

Campbell, Fiona Kumari. **Contours of ableism: the production of disability and abledness**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/18172536/Contours\\_of\\_Ableism\\_The\\_Production\\_of\\_Disability\\_and\\_Abledness\\_2009\\_](https://www.academia.edu/18172536/Contours_of_Ableism_The_Production_of_Disability_and_Abledness_2009_)>. Acesso em: 31 janeiro 2024.

Charaudeau, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In BOYER, H. **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Paris: L'Harmattan, 2007.

Diniz, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2007.

Collins, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.

Demo, Pedro. Verdade é invenção de um mentiroso. In: Saraiva, Luiz Alex Silva; Pessoa, Sônia Caldas; Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves (org.). **Metodologias Vulneráveis**. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023, p. 9-12. 320 p.

Derrida, Jacques. **Da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

Emediato, Wander. **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. São Paulo: Martins Pontes, 2023.

- Freire-Medeiros, Bianca; Name, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019.
- Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- Houaiss, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – Novo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- Jacques, Paola Berenstein et al. (org.). **Laboratório Urbano**: pequeno léxico teórico metodológico. Salvador: EDUFBA, 2022. 387 p.
- Mantovani, Camila Maciel Campolina Alves; Pessoa, Sônia Caldas. Vulnerabilities in Movement: Experiences from the Research Project. In: Nogueira, Maria Alice de Faria.; Moraes, Camila Maria dos Santos (Org.). **Brazilian Mobilities**. Abingdon (Inglaterra): Routledge, 2020, p. 1-15.
- Marcílio, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.
- Pessoa, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. Belo Horizonte (MG): PPGCOM, 2018. 120 p.
- Pessoa, Sônia Caldas. Travessias científicas: vulnerabilidades nossas em terra firme ou mar revolto. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (org.). **Metodologias Vulneráveis**. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023, p. 46-106. 320 p.
- Pessoa, Sônia Caldas; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MENDONCA, Carlos Magno Camargos (org.). **Afetos**: Pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc Moriceau. Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG, 2019. 141 p.
- Pessoa, Sônia Caldas. **Estética da diferença**: contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de mise en scène. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- Sheller, Mimi. **Mobile Justice**: The politics of movement in an age of extremes London: Verso Books, 2018.
- Spinoza, Baruch. de. **Ethica/Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- Stewart, Kathleen. **Ordinary Affects**. Carolina do Norte: Duke University Press, 2007.



# MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

Relatos enterrados na história

**Marina Carrano Lelis<sup>1</sup>**

## INTRODUÇÃO

Em 1987, a cidade de Brasília tornou-se o primeiro conjunto urbano construído no século XX a ser reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 2024, sessenta e quatro anos após a inauguração da cidade, foi legado aos resultados desse trabalho mais um título de destaque: o de segunda maior favela do Brasil à Sol Nascente, situada na Ceilândia (IBGE, 2024), a mais populosa cidade satélite de Brasília.

Inaugurada em 21 de abril de 1960, Brasília teve sua construção articulada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek no tempo recorde de 41 meses de obras. Isso se realizou, no entanto, às custas de uma série de violências contra os operários que ergueram a nova capital, apagados da história oficial do país (Sousa, 2014) de maneira a tornar possível o sucesso da proposta de fazer da cidade o símbolo da modernidade no Brasil.

O massacre de trabalhadores da construtora Pacheco Fernandes Dantas, também conhecido como massacre da Guarda Especial de Brasília (GEB) (1959), e a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) (1971), que deu origem à cidade satélite da Ceilândia, inserem-se em uma sequência de violências físicas e simbólicas que tiveram início no momento de construção de Brasília e que se estendem até hoje.

Ocorrido no domingo de Carnaval de 1959, o massacre explicita a relação de opressão e sujeição que se estabelecia entre os operários e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Provocado pela não aceitação pelos trabalhadores das condições de precariedade impostas a eles, e pela consequente repressão violenta por parte da Guarda Especial de Brasília, o episódio – cujo número de operários mortos e feridos permanece incerto – foi apagado da história oficial da cidade a partir de uma ação conjunta que envolveu, entre outros atores, grandes veículos de imprensa do país (Sousa, 2014). O veículo alternativo mineiro *Binômio* foi o único a cobrir localmente o acontecimento (Memorial da Democracia, 2024), tornando-se uma das principais fontes históricas sobre esse acontecimento e outras violações praticadas no período.

O surgimento da cidade satélite da Ceilândia, fruto da “Campanha de Erradicação de Invasões” (CEI) implementada na capital em 1971, também representa uma estratégia de desumanização e exclusão dos operários que ergueram a capital. A CEI deu continuidade a um “processo de desativação e remoção dos acampamentos de obras e a erradicação de favelas nas proximidades do Plano Piloto”, que visava remover das áreas

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), com bolsa Capes. Integra o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber, e o Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas.

E-mail:  
marina.carrano.lelis@gmail.com.

de grande interesse imobiliário as famílias de operários que trabalharam na construção da cidade (Oliveira, 2008, p. 64). A intenção de manter desocupados os arredores do Plano Piloto foi assegurada pela construção de um cinturão verde ao redor da região, previsto mesmo antes do início das obras, de maneira a constituir um anel sanitário (Oliveira, 2008, p. 57) que garantisse que as cidades satélites mantivessem distâncias quilométricas da região central. A possibilidade de solucionar esse distanciamento por meio da ocupação dos espaços vazios do cinturão tornou-se de todo inviável em 1987, quando a Unesco declarou a cidade inteira um monumento mundial (Moser, 2016, p. 51).

Se a Brasília contada e narrada por seus inventores e mentores políticos e culturais obteve sucesso tamanho a ponto de transformar a cidade inteira em monumento, outros atores se esforçaram e têm se esforçado para contestar as narrativas oficiais sobre a cidade. Neste trabalho, proponho me debruçar sobre os esforços do documentarista paraibano Vladimir Carvalho em evidenciar outras faces da cidade de Brasília e desenterrar as memórias de diversos trabalhadores vítimas das violências imperadas no processo de construção da cidade em nome da viabilização de um projeto de modernidade no país. Para isso, tomarei como referência o documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de 1997, que, junto dos filmes *Brasília segundo Feldman* (1979) e *Perseghini* (1984), compõe um conjunto de obras do realizador que contrapõem relatos de mentores intelectuais e autoridades políticas que lideraram a idealização e construção da cidade, com relatos de operários e familiares que dedicaram sua força de trabalho ao projeto modernista. A proposta faz parte de um esforço de investigação sobre os atores diversos envolvidos na disputa entre a memória concebida pela história oficial e a memória subterrânea (Pollak, 1989) dos trabalhadores, estruturando-se a partir de um trânsito livre entre relatos coletados da obra documental. É também uma homenagem a Vladimir Carvalho, que morreu em outubro de 2024.

## JORNALISMO E DEMOCRACIA

na visão de jornalistas

Partindo de uma definição de memória como a “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (Pollak, 1989, p. 9), o sociólogo austríaco Michael Pollak propõe uma análise das disputas por essa operação a partir de duas dimensões: a da memória oficial e a das memórias subterrâneas. Para ele, enquanto a memória oficial

estaria articulada a uma constituição de discursos, histórias, narrativas e artefatos que resumem a imagem que uma sociedade majoritária, ou o Estado, desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8), a memória subterrânea diria respeito àquilo que foi ativamente retirado da história e das narrativas oficiais justamente por entrar em disputa com essa imagem que se deseja constituir e reproduzir oficialmente. Enterradas e mantidas subterrâneas, essas memórias, parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, seriam guardadas e silenciadas em um desejo de esquecimento que, no entanto, encontra resistência na história oral, em estruturas de comunicação informais e na transmissão de lembranças nas redes familiares e de amizades (Pollak, 1989). Ainda que passem despercebidas pela sociedade englobante, mesmo que enterradas, são memórias que insistem em não se decompor totalmente.

A manipulação da memória e, por conseguinte, do esquecimento, por parte dos detentores do poder é nomeada por Paul Ricoeur como “memória instrumentalizada” (Ricoeur, 2007, p. 93) – a mesma que, de alguma forma, resultaria no que Pollak denomina como memória oficial. Trata-se, novamente, de um uso da memória direcionado para constituir imagens e ideias específicas acerca não só de momentos e acontecimentos, mas também da identidade de um Estado como um todo. Esse exercício de instrumentalização visaria e, ao mesmo tempo, produziria a distorção da realidade, a legitimação dos sistemas de poder e a integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos (Ricoeur, 2007, p. 95) através da função seletiva da narrativa, que lega parte da história à rememoração, e outra parte ao esquecimento.

Para Ricoeur, esse tipo de memória oficial – também nomeada de memória imposta – se promoveria a partir de sua articulação com uma história “autorizada”: “a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente” (2007, p. 40), que toma o esquecimento como ferramenta para colocar para baixo da terra acontecimentos e experiências que possam desestabilizar aquilo que se pretende demarcar como o que efetivamente importaria ou teria ocorrido sem outras dimensões, como fissuras que colocariam em xeque as narrativas oficiais. Em relação a esse processo de constituição e organização da memória oficial, Michael Pollak apontará para a existência de um trabalho de enquadramento da memória coletiva, que se daria em articulação, justamente, com a função seletiva da narrativa, de que trata Paul Ricoeur, e com a satisfação de certas “exigências de justificação” para determinadas condutas que não puderam ser mantidas ocultas, de modo que essas possam, ainda, manter certa coerência com o retrato histórico que se estabelece. Interessa, a este ensaio, reenquadrar, a partir dos registros de *Conterrâneos Velhos de Guerra*, aquilo que, até agora, coube na

história e na memória oficiais, em uma tentativa de desvendar a própria operação de enquadramento.

Ainda que Michael Pollak proponha que o exercício de enquadramento se daria, sobretudo, em momento posterior àquele em que se processa os acontecimentos constituidores da história, a partir de discursos organizados em retrospectiva a esses momentos com o intuito de significá-los em direção a determinados enquadres, proponho olhar para um tipo de enquadramento que se processa também junto ao momento de construção da cidade. Nesse sentido, enquanto o autor sugere que, dentro deste trabalho, o uso dado a certos objetos materiais concebidos anteriormente ao momento de enquadramento se manifestaria como rastro da constituição de um determinado quadro – no caso, por exemplo, de museus e bibliotecas, ou mesmo vestígios arqueológicos e grandes construções – parece que no caso de Brasília o enquadramento se daria de forma concomitante à própria produção desses objetos materiais, constituindo rastros enquadrados desde sua forma primeira, tornando-se monumentos eles mesmos enquadradores. Poderíamos dizer, então, antes de um enquadramento da memória, de um enquadramento da própria história.

A concepção do Plano Piloto como um projeto de eliminação de contradições e como símbolo do progresso cientificista é a primeira expressão de uma estratégia de enquadramento do então tempo presente que culminaria no enquadramento da memória oficial posteriormente. Esse enquadramento não se encerra, no entanto, a partir do projeto de Lucio Costa. Sua execução, somada à arquitetura de sujeitos como Oscar Niemeyer, é, na verdade, elemento fundamental para a organização de uma proposição estética que pudesse conceber e constituir o quadro modernista.

A construção de uma série de monumentos específicos dentro da cidade funcionaria não só para torná-la inteira um monumento, motivo de celebração, como também para integrar uma rede de elementos que, elencados, passariam a constituir uma espécie de identidade para este espaço urbano, de forma a possibilitar a realização dessa estratégia de enquadramento. Em entrevista a Vladimir Carvalho em *Conterrâneos Velhos de Guerra*, um servidor público descreve, em tom elogioso e celebratório, a instrumentalização da construção da Ponte Honestino Guimarães para a constituição de uma identidade para o espaço brasiliense:

Ela não é algo que a pessoa estima como simplesmente um elemento que permite atravessar de um lado para outro. Ela é uma decisão estética. E essa decisão é importante porque talvez seja o primeiro equipamento urbano puramente estético que temos na cidade. É algo que vem completar a nossa ideia de Brasília. Eu creio que, no

futuro, quando a pessoa vai lembrar de Brasília, vai lembrar da sua ponte. [...] Uma das coisas que vão caracterizar Brasília é uma série de monumentos que vão identificar a cidade (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 82'42”).

Na perspectiva individual deste servidor que trabalha no Itamaraty, é evidente o reconhecimento da ponte e de outros monumentos como elementos centrais na identificação da cidade não só em seu próprio imaginário, como no de uma certa coletividade. A possibilidade de ilustrar a lembrança da cidade a partir da imagem de uma ponte, ou qualquer outro componente monumental, implica, necessariamente, que estejam ocultas, dessa lembrança, as violências – sobretudo aquelas de caráter físico – por meio das quais esses artefatos foram construídos. Trata-se, então, de um enquadramento bem-sucedido da própria lembrança, em uma expressão do que Ricoeur nomeará como uma “lembrança encobridora” (2007, p. 457).

É necessário lembrar, no entanto, que o gesto de ocultamento de tais violências físicas se realizou antes do exercício de enquadramento de discursos e narrativas e da imposição de lembranças encobridoras, através de um empenho tão concreto quanto o da projeção de uma ponte: o do esforço de desaparecer com os corpos vitimados nas obras ou em conflitos com a guarda repressora em Brasília. Essa estratégia serviria duplamente, tanto para o sucesso da manipulação da história e da memória oficiais, quanto para forçar ao esquecimento a ocorrência desses eventos e impedir, assim, sua rememoração. Esse impedimento se daria, sobretudo, através da interdição do próprio trabalho de luto, impossibilitado, ou ao menos dificultado, pela ausência de qualquer materialidade que indicasse a perda dos corpos acidentados e executados e pelo total desconhecimento a respeito de onde eles se encontram enterrados (se é que assim se encontram). Para Ricoeur, esse trabalho de luto se situa diretamente articulado com o próprio trabalho de rememoração e de constituição da memória, sobretudo em seu plano coletivo (Ricoeur, 2007, p. 93). Nesse sentido, o desaparecimento atua como agenciador do impedimento da elaboração da perda e sua tradução em uma espécie de “luto inacabado”, que, ao inibir a rememoração, culmina em um direcionamento ao esquecimento.

Ao falar da ponte, o servidor a caracteriza como sendo tanto “gratuita”, quanto “necessária”. O “gratuito” se daria em razão do caráter “puramente estético” do monumento, enquanto o “necessário” diria respeito ao uso prático do equipamento:

Do ponto de vista do necessário, quero dizer o seguinte. Isso permitiu a incorporação de todo o Lago Sul da cidade. Eu me

benefício diretamente da ponte, porque eu estou a oito minutos do Itamaraty e a dez minutos do Buriti. De maneira que, para mim, corresponde àquela necessidade de estar mais próximo do meu trabalho e estar mais próximo da minha casa. Eu posso voltar com naturalidade, almoçar em casa, vir trocar de roupa e chegar no meu trabalho imediatamente depois de sair da minha residência. Isto abriu todo o lago, que é o elemento que Dr. Lucio sempre lembrou de fazer uma cidade aprazível e de lazer (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 83'50").

Neste novo trecho, alguns outros fatores se tornam evidentes: o primeiro deles diz respeito ao lugar, físico e simbólico, que este servidor ocupa dentro da cidade. Se em Brasília, como em qualquer outra cidade brasileira – mas talvez mais do que em qualquer outra –, o lugar de privilégio socioeconômico se transpõe sobre o espaço geográfico, o relato referente à facilidade de transitar entre o trabalho e a residência demarca que ele está dentro o seletivo grupo de sujeitos para os quais Brasília se constituiu como uma cidade “aprazível e de lazer”: uma demarcação que reforça para quem se construiu esse e outros monumentos, e a que(m) serve seu uso.

O relato se apresenta em imenso contraste, no entanto, com os dos trabalhadores e operários que fizeram parte de construções como essa, quando a respeito de sua situação de moradia na cidade – não só durante, como também depois da construção de Brasília. Neste caso, parece ser justamente o próprio contraste que possibilita que, para o servidor, a cidade represente este ideal estético e funcional, na medida em que ele só se faz possível quando outros grupos são ativamente retirados deste espaço.

Aquela mudança de lá pra cá [Ceilândia], que eles deram o nome de remoção, foi pra deixar a capital livre pra os turista quando chegar terem boa visão da capital. E aquele pessoal que trabalhou, que fez a Capital, esse pessoal foi removido de lá pra não servir de lixo. Foi removido aqui pra Ceilândia, jogados no mato igual joga lixo pro cão, pra animais bravo comer. [...] Porque foi um monte de gente pra construir a beleza da capital, mas pra ficar, gozar do bem da capital, não serve (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 41'33").

Esse trabalhador, morador da Ceilândia, parece fazer um bom diagnóstico do que tomo como mais uma estratégia de enquadramento da memória do tempo vigente. Já mencionada anteriormente, a criação da cidade-satélite representa tanto um instrumento direto de segregação e violência, quanto uma maneira de “limpar” e garantir a preservação da estética modernista. A cidade foi, talvez, a materialização máxima do gradual processo de desapropriação dos frutos do trabalho dos operários e sua segregação no espaço da capital que construíram.

Através da óptica da memória e da história enquadrada, evidencia-se que essas estratégias de segregação não só não impediram o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, como, na verdade, possibilitaram que tal reconhecimento acontecesse. A força dos monumentos que enquadraram e enquadram a memória sobre a cidade se uniu, então, a narrativas de autoridades diversas, cujo reconhecimento para dizer da cidade que “inventaram” sobressaiu às experiências e relatos daqueles que tornaram a invenção possível.

## **A “ESPUMA”** do projeto modernista

A frustração de operários, ao se verem expulsos do projeto modernista enquanto colegas morriam nos canteiros de obras e acampamentos, produziu sujeitos conscientes a respeito das disputas sócio-políticas nas quais estavam inseridos, mas também levou ao adoecimento físico e mental. Anos após o final da construção da cidade, Vladimir Carvalho se deparou com indivíduos em estado de total abandono nos arredores de Brasília. Um dos poucos trabalhadores identificados pelo nome completo no filme foi o pedreiro Sebastião Ferreira da Silva. Esse trabalhador adoeceu psiquicamente após atuar na construção da cidade e acreditava, no momento da entrevista, estar construindo sozinho um aeroporto no interior de Goiás.

— Isto foi a pedido do povo do local e alguns também do sul de Goiás, inclusive Brasília, vem pedindo que fizesse o aeroporto.

— E porque o povo escolheu o senhor?

— Não sei o motivo. Acho que já tinha meu nome, já tem um tempo que vinha caminhando com o doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando era presidente da república, depois de terminado, fui à Brasília no Ministério da Aeronáutica, na tesouraria dos ministérios, dando a metragem sobre o tamanho do aeroporto. (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 35’30”).

Na entrevista, Sebastião se encontra em um terreno cercado e completamente vazio onde acredita estar localizado seu aeroporto. O relato é uma dura expressão dos efeitos de um discurso que, durante a construção da cidade, fingia engrandecer trabalhadores e operários e atribuir a eles protagonismo na construção do futuro do país. Esse parece ter sido um dos principais subterfúgios utilizados de forma a justificar, inclusive para os próprios trabalhadores, as enormes cargas horárias de trabalho, em um recurso que se utilizava justamente da posição de subalternidade historicamente

ocupada por esses sujeitos para, então, instrumentalizar suas subjetividades através de um falso reconhecimento da importância de seu trabalho e seu deslocamento para um suposto lugar de relevância e protagonismo que jamais lhes havia sido atribuído.

Desde que começaram as obras em Brasília que houve uma atração muito grande dos nordestinos para o trabalho em Brasília. De modo que nós verificávamos e assistíamos a chegada de numerosas levas de nordestinos que vieram talvez em busca de um eldorado, de uma vida melhor. E realmente, pelo o que eu observo nesses últimos trinta anos, praticamente todas as pessoas que vieram pra Brasília melhoraram de vida [...] A questão da pressa era uma questão de entusiasmo. Todo mundo trabalhava com entusiasmo, todo mundo sentia que estava fazendo alguma coisa de útil pro país, sentia que estava fazendo alguma coisa de importante para o país. Os nordestinos, os operários de modo geral, eles trabalhavam 16 horas por dia, em dois expediente. Dois turnos e descansavam oito horas. [...] Não tinha muito acidente, absolutamente (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 13'37").

A fala, evidentemente, não é de um operário, mas de um sujeito que, esse sim, não deixaria de ser nomeado no filme: Ernesto Silva. Silva era médico e coronel do exército, foi parte integrante das primeiras comissões para o planejamento da cidade e presidente da Comissão de Planejamento e Mudança da Capital Federal. Ele é também autor do livro nomeado “História de Brasília” (1985), através do qual Vladimir Carvalho o identifica em seu documentário. Cabe destacar o contraste entre a posição que ele ocupa na história oficial da cidade e a que foi legada aos operários e trabalhadores braçais como os entrevistados no filme. Ernesto Silva foi reconhecido oficialmente como um dos pioneiros de Brasília e teve sua memória preservada e arquivada no Arquivo Público do DF (ARPDF), enquanto o nome e os corpos de muitos dos operários construtores encontram-se ainda desaparecidos. A esse mesmo sujeito coube o poder de contar uma história de Brasília em formato de livro e de negar os acidentes nos quais foram vitimados inúmeros trabalhadores.

O massacre da Guarda Especial de Brasília (GEB), ou massacre da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, cujo número de mortos permanece desconhecido, para além de representar um dos episódios mais violentos da história da construção de Brasília, foi também um importante objeto da disputa narrativa entre os mentores intelectuais e políticos do projeto modernista e os trabalhadores que concretizaram o Plano. O massacre aconteceu no domingo de carnaval de 1959, às vésperas da entrega da cidade, momento que acompanhava uma intensificação expressiva das jornadas de trabalho e dos riscos de acidentes nas obras (Sousa,

2014, p. 6). O relato a seguir, feito por um trabalhador, sintetiza aspectos importantes do ocorrido:

No domingo de carnaval de 1959, no acampamento da Pacheco Fernandes Dantas, a companhia que construiu o Palácio do Planalto, houve um massacre onde morreram diversos. Até hoje nós não sabemos exatamente quantos trabalhadores foram chacinados ali. Houve um protesto contra comida estragada, a falta d'água e a falta de pagamento, e, reprimindo esse protesto, a polícia, depois de ter ido uma vez, voltou, e metralhou, simplesmente metralhou os trabalhadores no acampamento. Nos alojamentos feitos de madeira ficaram com balas cravadas. E na mesma hora, logo em seguida ao massacre, os corpos das vítimas, dos mortos, foram levados em um caminhão basculante e enterrados em cova rasa, em local até hoje ainda não descoberto. Foi desse massacre que surgiu o primeiro sindicato organizado de trabalhadores da construção civil na nova capital (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 98'19").

Os relatos presentes no filme dão conta de uma sequência de acontecimentos que culminaram no massacre. Poder-se-ia dizer que o primeiro deles foi a manifestação de insatisfação dos trabalhadores com as condições precárias de vida e trabalho. Isso, no entanto, desloca e atenua novamente a responsabilidade dos verdadeiros atores da violência: o próprio Estado “modernizador” que reduzia a vida desses trabalhadores ao uso de sua força de trabalho, quase como uma ferramenta, cujas condições de manutenção eram mínimas. A disposição para o confronto, no entanto, de corpos ainda vivos e dotados de força própria, que jamais se conformaram passivamente diante de tais tratamentos, aparece, então, como estopim para o exercício de uma violência que permanecia latente e autorizada entre os membros da Guarda Especial de Brasília, associada à Novacap.

Os testemunhos indicam que, após a demonstração de insatisfação, alguns policiais tentaram prender trabalhadores que se manifestaram. Esses trabalhadores, no entanto, apresentaram resistência, ao que a GEB respondeu buscando o auxílio de mais agentes – dessa vez, não para prender os operários, mas para executá-los.

Foi o maior sufoco quando deu aquela tiraria, aí corremo pros quarto. [...] A polícia chegaram num caminhão, chegaram deitado. O caminhão chegou só o motorista e outro técnico. Na hora que eles chegaram é que eles pularam do caminhão. Vinham abaixados, no caminhão. Que se eles viessem em pé a turma corria né, que vinha um carro cheio da GEB. Foi segundo dia do carnaval. Quando eu saí do cinema eu vim pro quarto. Aí quando chegou no quarto o tiro continuou e a gente deitou no chão, com medo das bala vim atingir o acampamento, porque da Pacheco pra Rabello as balas dava pra voltar né. [...]. Dormi no chão, porque [...] podia atingir a cama né.

Aí o tiro comendo na Pacheco. [...] Ah, morreu muita gente. [...] Pro meu a ver morreu mais de 30 homens lá (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 100'38").

A estratégia de transportar os policiais escondidos para surpreender os moradores do alojamento dá o tom da crueldade e da intenção violenta por trás da operação da guarda repressora. Essa violência tomou novas formas após encerrado o massacre. O desaparecimento imediato dos corpos após um acontecimento de tamanha brutalidade travava uma operação que pretendia apagar o massacre por completo não só da história e da memória oficiais, mas também da história e da memória dos trabalhadores que sobreviveram e testemunharam a chacina.

Eles [os policiais] saia era só pegando um pessoal, jogando dentro de uma caçamba, e daí o pessoal sumiu, ninguém sabe pra onde foi colocaram esse pessoal. Quando foi no outro dia, já quinta a noite, já era mais ou menos umas quatro hora da manhã, eu e meus colega fomos o que tinha acontecido, ver se tinha alguma pessoa morta. Tava o finado Evaristo debaixo do alojamento morto com um tiro entre as pernas. Bom, nós voltamos, achando que no outro dia nós ia ao enterro. Quando foi às cinco horas da manhã, que nós íamos ver se via o cadáver não tava mais, tinha sumido. Sumiu, e nós não sabe pra onde. Isso morreu muita gente, então nós esperava ver o pessoal, e num vimo ninguém. Depois, passando dois dia, nós pra trabalhar. Tivemos que trabalhar com o exército todo com as metralhadora pra nós trabalhar porque a obra não podia parar (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 122'37").

Não há consenso, entre os relatos de trabalhadores, a respeito do número de pessoas assassinadas. As estimativas baseadas nas percepções pessoais de cada um deles variam entre 30, 40, 200 e até mesmo 500 trabalhadores mortos. A ausência de um número que indique as perdas não só impede a elaboração do luto, mas também funciona de forma a deslegitimar esses testemunhos em razão das variações entre as percepções deles, dando espaço para uma reconstituição narrativa do acontecimento que inverte os papéis exercidos na tragédia.

O que houve foi uma festa, em que houve muita bebedeira, e houve desavença entre os operários, e a polícia teve que intervir e houve naturalmente pessoas feridas. Me parece que houve um morto. Mas isso foi um problema... um único, não houve chacina coisa nenhuma. E a polícia aqui era uma polícia que era dirigida por um coronel do exército [...] Não era uma polícia profissional, mas era uma polícia que mantinha a ordem. [...] Conta-se muita coisa de Brasília, mas em Brasília, durante a época de construção [...] era uma cidade calma, mesmo porque, dizem que o ócio é a mãe de

todos os vícios, e como não havia ócio aqui, só havia trabalho, não havia tempo pra briga nem pra dissensões. (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 112'29").

Esse comentário é de Ernesto Silva, mencionado anteriormente. Ele não só retira a responsabilidade dos policiais e do Estado diante das violências cometidas, como culpabiliza os próprios trabalhadores pelo massacre, reduzido a uma “desavença entre os operários”, e reconhece o trabalho da polícia como acertado e necessário para “manter a ordem”. Ele, ainda, se contradiz, ao dizer que não havia tempo para conflitos entre os operários pelo excesso de trabalho atribuído a eles – excesso tido como engrandecedor.

Enquanto Ernesto Silva reconhece a ocorrência de algum tipo de conflito e a utiliza como mecanismo para manipular e controlar uma narrativa acerca do acontecimento, Lucio Costa e Oscar Niemeyer sugerem desconhecer por completo a existência desse caso. Ao ser questionado por Vladimir Carvalho a respeito do massacre, Niemeyer, um dos principais representantes da arquitetura moderna no Brasil, primeiro reduz a veracidade do ocorrido ao estabelecer uma contraposição com o que chama de “clima” em Brasília. Depois, no entanto, ele se mostra extremamente irritado e impaciente com o entrevistador, utilizando uma série de palavras chulas e ordenando que interrompesse a gravação. “Naquele período até havia um certo clima de bem estar, que Juscelino era um homem aberto, otimista, não havia esse clima aqui dentro” (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 117'56”) ele sugere no início. Em seguida, impaciente, responde:

Qual é a importância se mataram lá? Tão matando todo dia gente aí, invadindo as favelas, por exemplo. [...] Num país fudido desses, que tão matando gente todo dia, que importância que teve isso. É lógico que tem importância de matar um homem qualquer, seja operário ou não, é importante. Mas puxa, sabe quantos tão matando por dia lá no Rio (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 118'50”).

Niemeyer reduz a relevância do acontecimento comparando-o com a realidade de violência que afetava a cidade do Rio de Janeiro, dando a entender que haveria um aspecto de normalidade nos assassinatos. No relato dele, observamos um tensionamento entre seu posicionamento político assumidamente à esquerda e o valor e tratamento dado por ele em relação a esses trabalhadores. O arquiteto parece tentar balancear um atenuamento do que ocorreu em Brasília com a defesa de seus ideais políticos, assim se mostrando extremamente ofendido ao ver uma obra da qual participou ser colocada como um mecanismo que intensificou a

segregação que ele dizia combater no país.

Aqui, cabe, então, retornarmos a Paul Ricoeur (2007), em um esforço de revelar, para além do potencial da manipulação da narrativa no manejo da história oficial, a atividade de direcionamento ao esquecimento contida no gesto de omissão diante das violências, por parte de Oscar Niemeyer, Juscelino Kubitschek, Ernesto Silva, Lucio Costa e outros atores:

O perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma artilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. Mas esse desapossamento não existe sem uma cumplicidade secreta, que faz do esquecimento, um comportamento semipassivo e semi-ativo, como se vê no esquecimento de fuga, expressão da má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber (Ricoeur, 2007, p. 455).

A “estratégia de evitação” de que diz Ricoeur, passível de ser identificada no posicionamento de Niemeyer no trecho anterior, estabelece uma espécie de cumplicidade silenciosa não só com a violência, como também com o esquecimento, atuando novamente para o enquadramento da memória e da história e, ao mesmo tempo, para eximir esses sujeitos de quaisquer responsabilizações legais e morais acerca dos ocorridos.

A fala de Lucio Costa, ao ser questionado a respeito do massacre, expressa estratégias narrativas utilizadas para enterrar a memória de trabalhadores por parte dos mentores e do Estado durante e após a construção da cidade:

Aqueles que colaboraram com a construção de Brasília tem muito essa tendência a romancear, dar importância àquilo, e faz um drama às vezes que se você vai examinar historicamente é uma coisa limitada. É um faroeste.

Do ponto de vista da construção da cidade, são episódios que não têm a menor importância. [...] Eu não tomei conhecimento, não fui informado a respeito. E se tivesse não teria dado importância. Porque era uma área já... um problema sociológico de afluxo de operariado de todas as procedências, gente de todos os antecedentes, para num deserto construir uma cidade. De modo que não pode ser um minueto de cavalheiros [...] Mas se houve, como você diz, foi uma coisa... como uma espuma assim uma coisa... uma espuma, uma coisa de, não tem gravidade, não há motivo para dramatizar (Conterrâneos Velhos de Guerra, 1991, 113’52”).

Primeiramente, Lucio Costa questiona que o massacre tenha ocorrido a partir da deslegitimação da validade dos relatos e testemunhos de trabalhadores e operários, sugerindo que eles estariam contaminados por uma perspectiva dramática e romantizada da situação por darem uma importância desmedida à sua participação na história da cidade – na perspectiva dele, uma forma de se colocarem como sujeitos mais importantes do que de fato foram. Essa deslegitimação – que atua de forma a desapossar esses atores do poder de narrarem a si mesmos (Ricoeur, 2007) – é autorizada posteriormente por uma afirmação racista a respeito desses trabalhadores, que serve, simultaneamente, tanto para retirar o valor de seus relatos de forma a questionar a existência do massacre, quanto para justificar o ocorrido. Ao dizer de um “problema sociológico”, fica escancarado o racismo que fundamenta o pensamento de Lucio Costa. Por fim, ao reconhecer que mesmo que o massacre tivesse ocorrido não lhe teria dado nenhuma importância, ele assume abertamente os fundamentos violentos, segregadores e necropolíticos do projeto modernista, no qual os processos de desumanização dos sujeitos estaria naturalmente integrado, como uma “espuma”, fugaz e imaterial, sem relevância alguma.

## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em *Conterrâneos Velhos de Guerra*, Vladimir Carvalho possibilita o registro de relatos e narrativas orais de trabalhadores que contam, a partir de si, uma história de Brasília invisibilizada do momento de sua construção até hoje. Para além de, assim, tentar devolver a esses sujeitos, em alguma medida, o direito de se narrar, o cineasta insere no próprio filme as disputas em torno dessa história, ao somar, aos relatos dos operários, depoimentos de mentores intelectuais e autoridades políticas por trás da construção da cidade, evidenciando as contradições inerentes a essas narrativas oficiais sobre a cidade a partir da força dos relatos dos próprios trabalhadores.

A ausência de identificação da maior parte dos trabalhadores entrevistados no filme, no entanto, é sintomática dos efeitos do enterramento da memória desses sujeitos na história, mesmo por aqueles que pretendem, de algum modo, questioná-la. Ao não nomear os autores dos depoimentos cujos relatos são o que dá força à obra, o documentarista acaba por repetir, em alguma medida, um exercício de assujeitamento, que retira a individualidade desses sujeitos. Ao serem tomados apenas como parte de uma certa coletividade de vítimas, sem uma identidade

própria, é reproduzido um novo processo de invisibilização da memória desses e de outros operários, novamente utilizados como um meio para se chegar a um objetivo final – seja o de erguer uma cidade, ou produzir um documentário. Ainda que sujeitos como Oscar Niemeyer e Lucio Costa também não constem nos créditos, sua identificação fica garantida pelo próprio exercício da história oficial. Nesse sentido, seus nomes continuam a se sobressair em relação ao protagonismo dos trabalhadores, mesmo que deslocados pelo gesto crítico.

## AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

# REFERÊNCIAS

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra**. [Filme]. Brasília: 1991. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1tzpsf-ZVdU&t=137s>. Acesso em: 7 jan. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102134>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Jornais e revistas. **Memorial da Democracia**, 2024. Disponível em: <https://www.memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/2>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MOSER, Benjamin. **Autoimperialismo**. São Paulo: Planeta, 2016.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação de favelas**. *Universitas Humanas*, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 49-76, jan./dez. 2008. Disponível em: [www.publicacoesacademicas.uniceub.br](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br). Acesso em: 25 jun. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, 2014. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.



# CONFLUÊNCIAS COMUNICATIVAS E MEMÓRIAS EM DEFESA DO TERRITÓRIO

Entre histórias da Boa Esperança e Praia de Macapá-PI

**Sarah Fontenelle Santos<sup>1</sup>**

**Antônio Vinícius Oliveira Gonçalves<sup>2</sup>**

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos tecer uma rede de memórias desde as histórias de vida das pessoas em defesa de seus territórios, em dois lugares diferentes do Piauí: uma é a comunidade Boa Esperança, Teresina-PI, e a outra é a comunidade litorânea ao redor da praia de Macapá-PI. Tecemos uma confluência das táticas<sup>3</sup> de luta em defesa de diferentes territórios no estado do Piauí por seus modos de vida. Quem faz os trançados destas histórias é a Plataforma de Comunicação Popular e Colaborativa OcorreDiário, que vem cumprindo o papel importante de uma comunicação que se faz enquanto mobilização social no tempo em que constrói narrativas coletivas dos povos subalternizados.

A comunidade Macapá-PI, aqui denominada, é, na verdade, a junção de três localidades no litoral do Piauí. São elas: a praia de Macapá, a praia de Maramar e a comunidade Porto da Areia. São comunidades muito próximas, não apenas geograficamente, como também pelas relações estabelecidas nos seus cotidianos. Sofrem, portanto, das mesmas violações que chegam junto com o avanço do turismo exploratório, assim como dividem as memórias coletivas e modos de vida que são repassados por gerações. Além do avanço do turismo que modifica as relações do uso do território, as famílias também sofrem ameaças de grilagem e com o estabelecimento de uma fazenda de camarão que modifica a relação da comunidade, tanto pela ameaça constante de expulsão de suas moradias, quanto pela relação com a natureza – produção e reprodução da vida, pois a comunidade mantém a pesca, a cata de caranguejo e outros frutos do mar como modo de vida, além do extrativismo feito nas matas ao redor de suas casas. A construção de condomínios, *hostels* e outros empreendimentos hoteleiros tem, também, avançado sobre a vegetação nativa, impedindo algumas das práticas e fazendo com que os moradores troquem suas atividades tradicionais por empregos em empreendimentos turísticos.

Já a Boa Esperança é uma comunidade entre-rios. Em uma região de águas fartas, banhada por lagoas e os rios Poty e Parnaíba, a comunidade vem sofrendo ameaças há mais de 15 anos por parte de um modelo de cidade modernizadora e excludente que deseja fazer do local uma área turística, retirando a população que historicamente habita a região para fazer dali uma área, como dizem os governantes, “nobre”. A comunidade fica a dez minutos do centro da cidade, mas, apesar disso, mantém uma espaço-temporalidade que permite modos de vida tradicionais junto às urbanidades. São pescadores, vazanteiros, oleiros, ceramistas, dentre outras atividades que se fazem na circularidade com os tempos da natureza.

1. Doutora em Estudos da Mídia pelo PPGEM-UFRN, Mestra em comunicação pelo PPGCOM-UFPI, Jornalista e Relações Públicas pela UESPI, docente no Departamento de Comunicação Social da UFMA.

E-mail:  
fontenellesarah@gmail.com

2. Doutorando em Ecologia Política e Psicossociologia das Comunidades (EICOS) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Jornalista, educador ambiental.

E-mail:  
vinicius.socialismo@gmail.com

3. Nos guiamos pelas noções de Certeau (1998) do que são tática e estratégia. Neste caso, a palavra é tática do mais fraco, para torná-lo mais forte frente às sucessivas estratégias dos mais fortes. A estratégia, segundo o autor, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações em uma exterioridade distinta” (Certeau, 1998, p. 46).

Este é um território ameaçado pelo Programa Lagoas Norte, projeto orquestrado pela Prefeitura Municipal de Teresina, com financiamento do Governo Federal e do Banco Mundial – o financiamento deste último terminou em 2021. Em que pese as controvérsias em torno dos objetivos do programa, os autores Neto e Lima (2019, p. 808) afirmam que o PLN incorpora um conjunto de ações de “caráter físico-urbanístico, ambiental, econômico e social, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população vulnerável que vive em extensa área da zona Norte da capital Teresina”. Os autores problematizam que esta noção de projetos urbanos modernos incentivados por órgãos multilaterais como o Banco Mundial são uma resposta à crise capitalista pós década de 70, onde se propõe “o transformar as cidades em centros urbanos de serviços e de consumo” (Neto e Lima, 2019, p. 809).

As narrativas comunitárias, bem como suas táticas que visam à permanência, no litoral e na capital do estado, são acompanhadas pelo OcorreDiário, uma plataforma que visa elaborar narrativas coletivas. A associação foi fundada em 2018 e reúne jornalistas, líderes comunitários, comunicadores populares, ativistas, educadores e pesquisadores.

Para este artigo, dialogamos com a perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2016), uma vez que compreendemos aspectos da subjetividade, além de reunir um arcabouço de metodologias diversas para a compreensão dos processos implicados. É válido afirmar que uma das autoras é co-fundadora da Plataforma OcorreDiário, implicando o processo em uma pesquisação (Thiollent, 1986). Escolhemos duas reportagens de cada uma das comunidades presentes no portal, a serem analisadas na última sessão.

Desde a análise e participação ativa nos processos das reportagens, podemos afirmar que há, na matéria que entrança as narrativas, as presenças das memórias e das histórias de vida, como substância que não apenas fortalece o sentido comum de território, mas também advoga na defesa dele, tendo como base suas vivências, modos de vida e os saberes que constroem para mantê-los.

## **A LUTA CONTRA-COLONIAL PELO TERRITÓRIO** frente ao racismo ambiental

A relação que a comunidade Macapá-PI estabelece com as águas, com o mangue e com a natureza é de biointeração. Ou seja, para a comunidade, morar é respeitar esse território: o alimento, a

cultura, o trabalho tem relações orgânicas diretas com os biomas, respeitando a terra, seus ciclos, sua fartura, mas também sua escassez. Para Bispo (2015), a biointeração é a confluência entre terra e comunidade, natureza e trabalho, cultura e comunicação, espaço e memória, vida e cosmologia. Como relata o pescador artesanal Domingos Coutinho:

“Com a fazenda de camarão muita coisa foi afetada, por conta dos manguezais que eles cortaram e queimaram. Eu sou catador e entendo tudo de caranguejo. Cortaram o mangue vermelho todinho, esse mangue é que dá alimento pro caranguejo, e o mangue não tem mais. Os produtos que eles colocam na água, atingem o rio. A gente tá vivendo de forma precária”, diz o pescador artesanal Domingos Coutinho, 45 anos, que vive na comunidade desde os anos 1980. Domingos tem razão em afirmar sua ciência sobre a importância do manguezal, pois são responsáveis por 95% do alimento que pescadores retiram do mar. O mangue é berçário (OcorreDiário, 2024., s/p).

Biointeração não pode ser confundida com desenvolvimento econômico capitalista ou desenvolvimento sustentável, porque nesses caminhos a natureza é expropriada pela economia. Esse modo de vida entra em choque quando a especulação imobiliária decide atuar diretamente sobre seus territórios. Com um padrão de urbanização que historicamente interfere nas paisagens para padronizar os modos de vida e a alienação do trabalho sobre a natureza, essas comunidades, quando não invisibilizadas, são visualizadas apenas como público de políticas de inclusão social, em um sistema que os exclui e despejam permanentemente. Incluir todas as comunidades com a identidade genérica de “pobres urbanos”, que precisam de acesso a políticas sociais e não direito a viver em biointeração em seus territórios. Bispo (2015) afirma que a população passou a ser chamada de urbana por imposição e arbitrariedade: “ou seja, mais uma vez os colonizadores desconsideravam as nossas diversas autodenominações para impor uma denominação exógena e generalizada, a de população urbana” (Bispo, 2015. p. 54).

A reportagem do portal OcorreDiário expõe como o poder judiciário pode reforçar uma perspectiva colonialista sobre a terra ao privilegiar formalidades em detrimento de contextos reais. No processo, o juiz decidiu pela reintegração de posse de uma pessoa em detrimento do direito real de diversas famílias. Em argumentos frágeis, como aceitar a alegação de que o autor “adoeceu e ficou impossibilitado de manter a vigilância constante e efetiva sobre bem” e que a falta de clareza sobre quanto tempo a comunidade morava no local “o tempo decorrido desde a ocupação”. Conforme as apurações jornalísticas, as únicas provas jurídicas materiais apresentados eram uma foto antiga de cercas e um recibo de compra e venda.

Ao ouvirem especialistas que consideram o documento suspeito de grilagem, além de que não havia sequer um laudo médico que comprovasse a alegação da não ocupação efetiva por doença. Apesar da evidente insuficiência probatória, o magistrado antecipou-se em sentenciar a favor do reclamante e condenando a comunidade. Essa decisão é mais um exemplo que reforça uma dinâmica de poder que historicamente deslegitima a posse de comunidades tradicionais e favorece a especulação fundiária. (OcorreDiário, 2024, s/p)

Importante destacar que na decisão sobre a posse do terreno, o fato das famílias pescadoras terem casas construídas há anos nas margens e trabalharem com as águas não lhe dá nenhuma suspeita para propor uma investigação sobre a real posse desse território. Ou seja, o fato de serem pescadores artesanais já dá a certeza para esse judiciário que a posse não poderia ser deles, demonstrando ser um caso de racismo ambiental.

Para Acselrad (2008), o racismo ambiental é um conceito internacional da luta ambiental que foi apresentado como análise da relação das raças não brancas e a distribuição desigual dos danos ambientais. A categoria é comprovada histórica e juridicamente, como o exemplo de grandes empresas pelo mundo que escolhiam territórios de populações não brancas como depósito de insumos poluentes e às vezes venenosos, que foram desvendados por investigações criminais ou jornalísticas que, somadas às comprovações científicas, identificaram diferentes casos de racismo ambiental.

No Brasil, esse racismo já começa por não reconhecer amplamente e garantir o direito à posse da terra das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, como os pescadores e marisqueiros. O racismo ambiental é tão naturalizado que ele não reconhece saberes, construções, trabalho, cultura e relações como comprovações jurídicas da posse e gestão do território. Mas ele reconhece uma foto de uma cerca em um terreno de litoral, determinando quais símbolos são codificados como direito acima dos outros: a cerca e o papel do cartório.

Com a comprovação científica de que estamos vivenciando mudanças climáticas, em um projeto econômico da colonização que mantém uma relação predatória com a natureza que ameaça todas as vidas, o crescimento de desastres ambientais, como o que aconteceu em Porto Alegre, deveria representar outras reflexões sobre a noção de posse absoluta da terra, e principalmente as que estão preservadas ou que ficam às margens de rios e mares. Essa reprodução de modelo de urbanização, além de despejar da terra as comunidades que sabem preservar e cuidar da natureza, ainda condena todas as pessoas da cidade a sofrerem os danos ambientais.

Ao ignorar os saberes, o trabalho, o cuidado, e os modos de vida dessa comunidade, também acaba-se inviabilizando os biomas e suas necessidades de permanência para continuar existindo. Geralmente

a solução paliativa é cercar uma parte e demarcar como espaço de preservação, mas sem estudos, sem comunidades e acompanhamento permanente, viram espaços de condenação a longo prazo.

O mangue, o litoral, as águas e a natureza também são espaços de memória, de conexão entre vidas humanas e não humanas, de buscar alimento, mas também de instigar o sonho, do fazer laboral do pescador e da marisqueira que tanto alimentam as cidades, mas ainda assim sofrem com essa urbanização racista e padronizadora de modos de vida.

## MEMÓRIA E REPARAÇÃO

comunicação confluyente para elaborar a palavra

Há, fazendo frente à história única, às narrativas homogeneizantes e ao padrão do poder/saber colonial, memórias e histórias que se fazem presenças no espaço-tempo para serem partes integrantes do próprio território. Memória e histórias de vida são entendidas como existências que comunicam sobre saberes e modos de existência que se negam a sucumbir à modernidade. Aqui é interessante observar que os sentidos de comunicação, entrelaçados nas memórias e histórias de vida, fazem-se pela necessidade de partir de interpretações outras, aquelas que foram suplantadas pelas lógicas da racionalização e tecnologização. Portanto, o sentido dado neste trabalho não polariza razão e emoção, lógica e afetos, mas nos desafia a perceber as táticas sensíveis. Segundo Sodré:

É particularmente visível a urgência de uma outra posição interpretativa para o campo da comunicação, capaz de liberar o agir comunicacional das concepções que o limitam ao nível de interação entre forças puramente mecânicas e de abarcar a diversidade da natureza das trocas, em que se fazem presentes os signos representativos ou intelectuais, mas principalmente os poderosos dispositivos do afeto (Sodré, 2006, p. 13).

Buscamos estas novas interpretações pela necessidade de recompor práticas e refazer métodos de ação perante à realidade, para nos abirmos ao outro/a para realocar a comunicação e o jornalismo desde as insurgências necessárias em defesa da vida. Para Sodré, “entretanto, quando se age afetivamente, em comunhão, sem medida racional, mas com abertura criativa para o Outro, estratégia é o modo de decisão de uma singularidade” (Sodré, 2006, p. 10). É nas singularidades do outro, que observamos que ao narrar em defesa do território, ambas as comunidades escolhidas lembram de si e dos seus entes que os antecederam e se constituíram nos lugares

narrados como parte viva deles. Neste sentido, entendemos as memórias e as histórias contadas como re-existências, pois permite que a vizinhança encontre pertencimento nas lembranças e, além disso, criam possibilidades de não deixar cair no esquecimento seus modos de vida mesmo que hajam sucessivas tentativas para apagar a história dos/as invisibilizados/as. Assim, concordamos com Pierre Nora (1993) quando o autor afirma sobre uma memória viva, aberta e dialética.

Memória e história: antes de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (Nora, 1993, p. 9).

Frente às sucessivas deformações e vulnerabilizações é que o *OcorreDiário*, enquanto instrumento contra-colonial, aposta na escuta como método de restauração da palavra, mas são precisamente as próprias comunidades que retomam suas histórias e as revitalizam na busca de tornar a realidade um tanto mais complexa e mais completa do que o que conta a história única. Maria Sueli Rodrigues é quem afirma que no cenário onde a história é contada pela branquitude, as pessoas racializadas padecem com a falta de representações.

O não registro na história dos atos heróicos do povo negro, como legítima resistência que resultou na mudança da arquitetura constitucional, é uma ausência que implica em falta de referentes negros na formação da memória social e, conseqüentemente, não participação na memória coletiva e, com isso, o afeto produtor de pertencimento é impedido cotidianamente nos atos racistas e silenciamento quanto aos heróis e às heróinas do povo negro (Sousa, 2021, p. 286-287).

Quanto às comunidades que aqui narram suas lembranças, entrelaçadas aos seus lugares de pertencimento, elas lembram de suas trajetórias que se mesclam entre ancestralidade preta e indígena, fazendo desta comunicação uma nova arquitetura protagonizada por referentes não-brancos, traçando tática de recriar a arquitetura da memória social e coletiva<sup>4</sup>, por meio dos afetos que o fazem pertencente ao território.

Na percepção biocêntrica do filósofo Kakozi (2018), abordando a filosofia Ubuntu, as memórias são formas de proteger a vida. Segundo ele, essas memórias “seguem lembrando deles e os celebrando, numa

4. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva diz respeito àquelas que são compartilhadas por um determinado grupo social, por exemplo, seus símbolos, rituais, tradições, eventos significativos. Já a memória social são aquelas representações do passado compartilhadas por um grupo social, em geral, um grupo social dominante.

relação de solidariedade afetiva e anamnésica. Eles já se foram mas sempre são lembrados, o que implica uma prática permanente da memória” (Kakosi, 2018, s/p).

Quando as memórias e as histórias da comunidade Boa Esperança e do Macapá são contadas em defesa de si, fortalecem os sentidos de comunidade, pois ambas se fortalecem em suas táticas. A isso, podemos chamar de confluência, como nos ensinou o ancestral Nêgo Bispo dos Santos. Esta palavra germinante deixada por ele, nos ensina que “nem tudo que se ajunta se mistura” (Bispo, 2015, s/p), quer dizer, em suas palavras, os rios quando se encontram não deixam de ser o mesmo rio, mas reúnem suas águas para contra-colonizar e desestabilizar as estruturas impostas, passam a ser junto, sem, contudo, perder de vista quem se é. A confluência, para Bispo, é contra-colonial, já que coloca em diálogo as cosmogonias daqueles sujeitos subalternizados e com elas subverte as lógicas coloniais.

Nesta perspectiva germinante de Nêgo Bispo, a confluência comunicativa, desenhada por Santos (2023) em sua tese de doutoramento, parte da quádruple potência que compõe o ato circular da comunicação realizada pelos sujeitos contra-colonais: mobilização, educação popular, organização e informação. Trata-se de uma comunicação que se apresenta enquanto metodologia, instrumento e modos de fazer e ser que demarca as histórias invisibilizadas no mundo, convoca vontades para mobilizar transformações, educa para convivência em integridade, informa e gera auto-organização, levando em conta as experiências, vivências, histórias e memórias territorializadas.

É comunicação, pois elabora o comum, troca, gera participação e põe em diálogo as diferentes consciências. É integral e de Bem Viver, pois põe na roda todos os sentidos, em complementaridade e convivência do diverso, não hierarquiza os saberes e nem as diferentes vidas, põe em fluxo a epistemologia dos sonhos e é guiada cosmologicamente pela confluência de presenças, vivas ou não, materiais ou não (Santos, 2023, p. 228).

As confluências comunicativas aqui contribuem para gerar novas práticas e dar novos sentidos aos instrumentos de comunicação, bem como ao jornalismo engajado com as causas populares. São processos que se elaboram na convivência e na circularidade dos diferentes saberes, pois põe em roda tanto os jornalistas quanto os sujeitos comunitários para aprimorar a palavra coletiva.

## ANÁLISE

No rio e no mar, águas que elaboram seu direito de dizer a palavra

A escolha do material para análise se dá pela presença mais significativa tanto das memórias, como também pela representatividade naquilo que melhor explicita a defesa por território, além, também, do processo de elaboração conjunto para a materialização da reportagem.

As duas reportagens escolhidas referentes à Macapá são: “Praia de Macapá/PI: pescadores se mobilizam contra despejos”, publicada em 24 de abril de 2024, e “Empresários, políticos, agentes de segurança e justiça agem juntos contra pescadores da Praia de Macapá”, publicada em junho de 2024. Para produção de ambas, o OcorreDiário promoveu uma roda de conversa pela plataforma *Google Meet* para conhecer as famílias e suas histórias. Devido a questões relativas aos custos financeiros e à distância geográfica entre os/as comunicadores/as da plataforma e o local referido, este foi o recurso mais viável para promover o diálogo e a escuta. Após este momento, os jornalistas da plataforma procederam em buscar informações com os órgãos oficiais do Estado para averiguar as queixas apresentadas pelos moradores.

A primeira reportagem escrita foi movida por uma ordem de despejo:

Pelo menos cinco famílias de pescadores tradicionais nativos da praia de Macapá, litoral do Piauí, município de Luís Correia, receberam ordem de despejo após pedido de reintegração de posse para que deixem suas casas ainda em maio deste ano. Alguns moradores já estão no local há mais de quatro décadas, tendo criado filhos e netos (OcorreDiário, 2024, s/p).

Ainda segundo a reportagem, “a ação foi movida em 2008 e após longa tramitação, o juiz Willmann Izaac Ramos Santos, publicou uma sentença em janeiro de 2018, concedendo a reintegração de posse em desfavor das famílias” (OcorreDiário, 2024, s/p). O requerente reivindica ser dono das terras desde 1997, mas o processo de ocupação da comunidade no território é anterior a esta data.

É rememorando sua história, emaranhada no vai e vem das águas do mar e ao sabor das dunas que avançam, que Maria da Paz reforça seu pertencimento ao território, para além das cercas reivindicadas

por posseiros que chegaram bem depois da comunidade. A respeito de quando a polícia chegou para expulsar o pai de Maria, Leonel Paulino, de 85 anos, ela lembra: “Meu pai tem mais de 60 anos que mora aqui. Como a gente é pescador, a maré vinha comendo a casa dele e a gente vem recuando” (OcorreDiário, 2024, s/p). Ela também explica sobre a relação da comunidade com o espaço-tempo que, em circularidade, se complementam e se harmonizam no movimento da natureza, portanto, em biointeração, re-editando a vida sempre que necessário:

Quando a gente chegou não tinha cerca, não tinha nada. Essa era a realidade de Macapá. Então ele fez a casa e meus irmãos também fizeram. Depois apareceu um rapaz se dizendo dono”, relembra Maria da Paz, acrescentando, que antes ninguém se importava com a praia “agora que começou a valorizar está aparecendo essas injustiças” (OcorreDiário, 2024, s/p).

Sobre circularidade, é importante recorrer a Nêgo Bispo (2015), quando ele aponta que o processo de escravidão dos povos afropindorâmicos no Brasil tentou destruir as bases e valores socioculturais atacando as identidades individuais e coletivas, retirando a cosmopercepção de circularidade e pondo no lugar a linearidade. Enquanto os povos afropindorâmicos compreendem, assim como o Senhor Lionel, que existem ciclos a serem respeitados no território e, por isso, a movência nele será um modo de ser e fazer, quer dizer, olhar em todas as direções para conservar as suas vidas em biointeração.

A reportagem “Empresários, políticos, agentes de segurança e justiça agem juntos contra pescadores da Praia de Macapá” foi publicada no dia 24 de junho de 2024 e traz uma perspectiva em maior profundidade do que a última. Nela, os moradores revelam perseguição, episódios de violência, além de presença de sujeitos que agem degradando as moradias nas comunidades, como forma de pressão. De outro lado, a justiça, segundo a reportagem, enfraquece as possibilidades da população local.

O Juíz, Willmann Izaac Ramos, deu ganho de causa a um senhor chamado Cícero Pereira, que não comprovou posse do terreno. Na verdade, à justiça, o homem apresentou um documento frágil de compra e venda e uma fotografia de cerca (OcorreDiário, 2024, s/p).

Após denúncias, o juíz acabou sendo transferido de comarca e a comunidade vem lutando para resistir em suas moradias. Os modos de vida da comunidade não são levados em consideração por parte do poder público, que não se apresenta para promover a justiça social

ou resolver o caso de modo a gerar equilíbrio ou paridade. Assim, os moradores apontam:

“Aqui era um terreno baldio, como antes não tinha grilagem de terra nós fizemos nossas casas de taipa, depois, de acordo com as condições, foi feito de alvenaria. De 2007 pra cá que a gente corre esse risco de perder nossas moradias. Querem que a gente vá pra cidade que a gente nem conhece, se é aqui é nosso lugar”, afirma Matheus Messias, pescador de 47 anos de idade. Quem faz coro com Messias é Domingos “Nascemos aqui e daqui tiramos o peixe, o marisco, a sobrevivência. Aqui é nosso lugar”, afirma Domingos Alves, pescador nativo (OcorreDiário, 2024, s/p).

Os relatos das famílias sempre reforçam a relação de biointeração com a natureza e como não conseguiriam viver em centros urbanos, situação que alguns deles já experimentaram, mas não se adaptaram. As transformações no território, segundo eles, deixam-os em situação precária. Domingos Alves também lembra de suas vivências com seus irmãos, dos tempos em que colhiam frutos nas matas, que hoje se encontram em processo de degradação para construções hoteleiras. Segundo a reportagem:

Ele conta que tem irmãos que nasceram lá e vivem na comunidade Porto da Areia, à beira do rio, junto a outras 7 famílias, onde se acostumou a uma vida sossegada, que há 20 anos foi perturbada pela ganância de grileiros (OcorreDiário, 2024, s/p).

Notamos que tanto na cidade quanto no meio rural, os processos de desagregação são violentos. Como veremos, na Boa Esperança, mesmo sendo espaço urbano, as famílias também mantêm modos de vida em biointeração com a natureza em seus quintais que têm acesso aos rios e lagoas.

O primeiro material sobre a comunidade Boa Esperança que escolhemos, “Circulando entre memórias”, é resultado das oficinas de comunicação realizadas no âmbito do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. Trata-se de um texto com um vídeo. O vídeo registra a dinâmica de apresentação realizada durante uma das oficinas: depois de todas as pessoas terem passeado no quintal de Dona Helena, cada um escolheu uma planta para se apresentar, dentre as diversas espécies de seu quintal/terreiro de cura. Abaixo, alguns trechos:

Sou a Cinelda. Sou o pé de jenipapo e estou aqui no terreno da minha mãe, Dona Helena e já resido aqui há 39 anos e já faço parte deste local, assim como essa plantinha e várias outras. E daqui a gente não vai sair porque aqui é o nosso lugar.

Sou a Francilene e estou aqui representando o pé de tamarindo que serve para fazer suco, chá também para dor de barriga. Eu nasci aqui. Eu cheguei aqui com quase 7 anos e já está com 39 anos que moro aqui neste local e eu quero permancer aqui.

Meu nome é Maria Pastora de Moraes. Peguei essa palhinha, eu conheço muito bem, onde eu morava era só o que tinha. A gente sobrevivia dele. E a gente quebrava ele pra vender, pra sobreviver, comprar o alimento. Bom, ele serve pra muita coisa e eu continuo comendo dele, que é o azeite de coco, porque é exatamente o que passaram pra mim por causa do colesterol que não é controlado. Então eu utilizo mais ele. Oléo não. É mais o azeite de coco. Eu sou do Maranhão, nós somos maranhenses. Aqui tá com 37 anos, vai fazer agora. (OcorreDiário, 2018, s/p)

Nesta metodologia de roda, que deu origem a um material comunicacional multimídia, as pessoas presentes, na maioria mulheres, trouxeram suas lembranças de vivências no território a partir de suas relações com as plantas do quintal. E com estas lembranças, também se compreendeu que as pessoas presentes estavam enraizadas ali tal qual o tamarindo, o coco babaçu, a folha santa ou o genipapo.

É interessante notar que nesta comunicação realizada em parceria com o OcorreDiário, o objetivo é mais do que ter um produto final, mas é, antes de tudo, construir metodologias que mobilizem a palavra e as condições dela fluir e se firmar no chão do cotidiano, sendo tática que promove o comum e fortalece as narrativas para somar forças em defesa do território. Contar as histórias em roda se revela um jeito de expandir território e gerar pertencimento.

O quarto material escolhido para a análise leva o título de “O rio é fonte de vida”, conta Sr. Antônio, vazanteiro que sobrevive do ofício na beira do Parnaíba”, foi publicado em 25 de maio de 2025. É o terceiro vídeo da série “Trabalhadores e Trabalhadoras Invisibilizadas que Vivem do Rio” e conta a história do senhor Antônio, um vazanteiro que biointerage com o rio Parnaíba, na Avenida Boa Esperança, como forma de gerar vida. Esta foi uma tática elaborada pela comunidade para fortalecer a luta por território. Consiste em séries de reportagens que trazem as histórias dos moradores da comunidade. Maria Lúcia Oliveira entrevista seus vizinhos. São táticas de comunicação afetivas que, como o encontro dos rios, confluem no propósito de fortalecer a palavra. Segundo Seu Antônio, “o rio é uma fonte de renda e uma fonte de vida pra quem mora ao lado dele, ou pra quem precisa dele, more em que distância more”, revelando sua relação com as águas. Ele conta:

(Sou plantador) de roça, (a partir de) 1952 pra cá, com 7 anos de idade, eu trabalhei mais o meu pai até o tempo que eu mandei

tudo naquela casa, na roça. Depois eu vim aqui pra cidade. Deixei o Maranhão e vim aqui pra cidade pra dar alguma coisa para os filhos que eu e minha mulher não tivemos isso dado pelos pais. Um dia só, somente, de nuvens bonita ou céu bem claro. Um dia amanhecido. Nós não tivemos direito de ganhar. E a minha semente mais a da minha mulher, que a gente chama os herdeiros, tivemos que dar algumas coisas pra ele. Vendi quatro gadozinhos que eu tinha no Maranhão e vim para o Piauí pra comprar uma casa pra dar isso pra eles. Tenho 4 filhos, não tenho todos os 4 formados por que o mais novo foi meio preguiçoso, mas fez o básico. Mas tenho 4 filho com curso superior. Uma pessoa que nunca no mundo teve um dia de aula na vida dado pelo pai: nem eu, nem minha mulher (OcorreDiário, 2022, s/p).

Quando Maria Lúcia entrevista seus vizinhos, ela está formando espirais no tempo, que se unem ao chão da comunidade. São narrativas que compõem um mosaico comum daquele pedaço da cidade. Mais do que um comunicado, este processo revela-se uma comunicação de auto-pertencimento e expande as noções de território, reforçando os sentidos de comunidade. No dizer de Nora (1993), são revitalizações a partir das memórias, ainda que estas sejam sempre problemáticas e vulneráveis, pois dialéticas.

## CONCLUSÃO

Asconfluências comunicativas senti-pensadas pelas comunidades aqui narradas, nos dão sentidos de ação e envolvimento com o território. Nos ensina a integralidade na potência comunicativa, capaz de reunir os sentidos, as ações, práticas, saberes e mobilizações para enunciar a palavra desde lugares geopolíticos historicamente silenciados, ao tempo em que denuncia racismos e violações de direitos humanos e à natureza. E, ainda, anuncia que há outras sociabilidades existentes em outros mundos possíveis que convivem em contra-colonização permanente.

As palavras-táticas agem como contra-feitiço demarcando as existências no espaço-tempo. A nós, comunicadores do Portal OcorreDiário, as comunidades Boa Esperança, desde seus rios e lagoas, e as comunidades no entorno do Macapá, desde o mar, nos ensinam refazer ritos e práticas, deslocando a racionalidade técnica e convocando a aprender com as tecnicidades ancestrais das águas e da terra. Nos ensina a escuta como método de reparação, não como uma alegoria, mas como reverência ao outro. Estar em roda, antes de iniciar os trabalhos comunicacionais, é ser gerunditivo *com o outro e a outra*. Gerunditivo porque revela um *contínuum*, na partilha permanente de elaborar em conjunto o direito de dizer a palavra.

# REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo: modos e significações**. Brasília: Unb, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

Circulando entre memórias. **OcorreDiário**. 15 mar. 2018. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/circulando-entre-memorias/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Empresários, políticos, agentes de segurança e justiça agem juntos contra pescadores da Praia de Macapá. **OcorreDiário**. 11 jun. 2024. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/na-forca-da-bala-no-colo-da-justica/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KAKOZI, Jean Bosco. **Filosofia Africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida**. [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. Sul 21, 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-protger-todas-as-formas-de-vida/#:~:text=formas%20de%20vida-,Filosofia%20africana%3A%20a%20luta%20pela%20raz%C3%A3o%20e%20uma%20cosmovis%C3%A3o%20para,todas%20as%20formas%20de%20vida&text=Em%20suas%20Li%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20a,ministrar%20nenhum%20ingrediente%20da%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D>. Acesso em: 22 out. 2019.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Contribuciones transmetodológicas para el análisis de procesos comunicativos contemporáneos**. Mediaciones Sociales, n.15, pp. 1-15. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/MESO.54540>. Acesso em: 11 set. 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. n.10, p.7-28. São Paulo: 1993.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuita de. **Grandes projetos urbanísticos e padrão de governança: Programa Lagoas do Norte em Teresina – Piauí**. Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 2, p. 807–828, 23 Dez 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13092>. Acesso em: 24 mai 2025.

“O rio é fonte de vida”, conta Sr. Antônio, vazanteiro que sobrevive do ofício na beira do Parnaíba. **OcorreDiário**. 25 mai. 2022. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/o-rio-e-fonte-de-vida-conta-sr-antonio-vazanteiro-que-sobrevive-do-oficio-na-beira-do-parnaiba/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Praia de Macapá/PI: pescadores se mobilizam contra despejos. **Ocorre Diário**. 27 abr. 2024. Disponível em: <https://ocorrediarior.org/praiade-macapa-pi-pescadores-se-mobilizam-contradespejos/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, Sarah Fontenelle. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança**: entre território, memória e histórias de vida em “Lagoas do norte para quem?”. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 263. 2023.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. **Vivências constituintes**: sujeitos desconstitucionalizados - Teresina: Avant Gard, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1986.



# BOILESEN, TORTURADOR

Um justicamento narrado nas  
memórias da guerrilha brasileira

**Lucas Guimarães Resende<sup>1</sup>**

## APRESENTAÇÃO

Este texto é parte de uma investigação realizada no Mestrado, que teve a dissertação defendida há cerca de cinco meses. Nossa proposta de pesquisa se dedicou a tatear tensionamentos da guerrilha brasileira no tempo a partir do livro *Viagem à Luta Armada* (1996), do ex-guerrilheiro Carlos Eugênio Paz. Mobilizando centralmente os conceitos de memória e narrativa, buscamos entender as implicações, reflexões e ações da obra de Paz no disputar dessas memórias do passado guerrilheiro brasileiro em novos tempos, marcados por jogos complexos e dinâmicos de lembrar e esquecer, memória e esquecimento, sobre a ditadura de outrora (Ricoeur, 2007). Aqui, propõe-se trabalhar com o justicamento do empresário Henning Boilesen relatado e tecido no livro autobiográfico de *Clemente* - codinome utilizado por Paz na clandestinidade do combate guerrilheiro, encarnado no protagonista-narrador *Clamart de Viagem à Luta Armada*, nome da cidade francesa onde Carlos Eugênio morou no exílio (Rollemberg, 2002, p. 81).

Mandatário da Ultragaz, o dinamarquês Henning Albert Boilesen, grande aliado da ditadura, foi também financiador do aparato repressivo e participava, pessoalmente, de sessões de tortura (Magalhães, 2012, p. 395). Por fim, a Ação Libertadora Nacional (ALN) “executou-o em 1971, com um tiro fatal desferido por Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz” (Magalhães, 2012, p. 395). No bairro de Vila Lageado, em São Paulo, Boilesen é, até hoje, nome de rua, homenagem dada pela Prefeitura de São Paulo em abril de 1973. Nosso movimento aqui procura contrastar texto e contexto (Ribeiro, Martins, Antunes, 2017) e manusear as camadas do visível e do invisível nas pesquisas da Comunicação (Caldeira; Antunes; Cirino; Góes, 2019), manejando o livro de Paz, e, por e com ele, investigar rastros que possam apontar como o livro - e especificamente o justicamento de Boilesen nele - se insere no mundo e como faz mundos em questões fundamentais do ser guerrilheiro no Brasil e da constituição da memória da luta armada e da ditadura no período de redemocratização.

Assim, adentraremos aqui em um dos três estilhaços que compõem a explosão do livro-bomba tratado na dissertação, visto a partir de sua armação e do estrondo causado no interior das discussões da memória da guerrilha no Brasil. Como rastros, outros dois estilhaços foram de grande importância no investigar de e por *Viagem à Luta Armada*: a figura de Carlos Marighella e o justicamento de Márcio Leite de Toledo contidos na obra. Esses lugares de destaque - e certo desgaste - do livro publicado pela *Civilização Brasileira* em 1996 auxiliam a compreender um

1. Doutorando do Programa do Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde possui bolsa Capes, e integra o Temporona – Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas.

E-mail:  
lcsguimares1@gmail.com.

caminho delicado do narrar de Carlos Eugênio Paz, que provoca tensão, estica e fissura a constituição (constante) da memória da luta armada. Aqui, por meio do justicamento de Boilesen contado, explicado e construído no livro, pode-se perscrutar disputas memorialísticas da guerrilha a partir dos anos 1990 por um episódio relevante na história do movimento da luta armada no país. Dessa forma, defendemos que Paz, enquanto narrador (Ricoeur, 2006), faz emergir deslizamentos importantes que atravessam e lutam pelo tempo - passado, presente e futuro.

## O JUSTIÇAMENTO DE HENNING BOILESEN

narrado e elaborado no tempo

O dinamarquês dirigente da Ultragaz detém um lugar de bastante destaque no livro de Paz. Boilesen era central no esquema de recolhimento de fundos no meio empresarial à repressão. Bancando máquinas de eletrochoque (Magalhães, 2012), ativo colaborador do DOI-CODI<sup>2</sup>, Boilesen foi um dos maiores entusiastas do regime. Não se tratava, como podemos perceber, de relações pontuais. Existia, na verdade, uma rede (ou um grupo) de empresários aliados, colaboradores e interligados à ditadura - sobre isso, a própria *relação de proximidade* de Boilesen com Octávio Frias, dono da *Folha de S. Paulo* e outro colaborador da repressão indica a questão (Ribeiro; Bonsanto; Daemon, 2023). Sujeito símbolo desse *financiamento da repressão pelos industriais e banqueiros de direita* na reação ao sequestro do embaixador e as consequências escritas por Paz (1996, p. 64), Boilesen era, então, alguém indistinguível da própria ditadura, mesmo que não fosse policial ou militar.

Pincela-se a ação, introduzindo, em momentos anteriores ao próprio justicamento no livro. Primeiro, *Clamart* diz que *Solange* - de “olhar triste”, “dedicada” e “combativa” - conta a ele “uma história extraordinária, sobre um cara com aspecto estrangeiro, rosto vermelho, olhos claros e bem-vestido, que presenciava as sessões de tortura fazendo anotações, e tinha o poder de interromper os algozes, saindo da sala com eles, retornando com novas instruções, mudando as perguntas e o rumo do interrogatório”; *Clamart* completa: “Vou seguir essa pista, algum dia nos será útil” (Paz, 1996, p. 164). Tempos depois - não só no livro, mas na própria *viagem* proposta -, *Blansen* retorna:

*Diogo* recebe, de fonte segura, informação sobre uma certa empresa de derivados de petróleo, que empresta seus caminhões, munidos de equipamentos de rádio, para campanhas e emboscadas de pontos

2. Os Destacamentos de Operação Interna e Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODIs) surgiram a partir da experiência da Operação Bandeirante (Oban) em São Paulo em 1969, espalhando-se pelas principais cidades brasileiras. O serviço centralizava o sistema de segurança em uma estrutura de chefia militar junto à efetivos policiais, trabalhando na repressão, prisão e tortura dos opositores políticos do regime.

e aparelhos. Arquivo na memória e peço à *Gina* que descubra os nomes dos diretores, se possível com fichas e fotos. Uma outra fonte, ligada diretamente à mim, disse que a mesma empresa está colaborando no financiamento da repressão política, através de uma caixinha organizada no meio empresarial. Lá no fundo da mente, uma luzinha se acende, decido que é importante que *Solange* veja as fotos de dirigentes de empresas que já temos em nosso arquivo. *Eureka...* o homem nas sessões de tortura se chama *Blansen* e é diretor da empresa que nos combate, já tenho um dos nomes para sequestrar na Quinzena... (Paz, 1996, p. 177).

A *Quinzena* citada seria a Quinzena Marighella, uma série de ações programadas para novembro de 1970, com o lançamento da guerrilha rural, no marco de um ano do assassinato do líder da ALN. Mas, em decorrência do assassinato de *Diogo* no fim de outubro, a *Quinzena* foi cancelada. *Blansen* voltou à pauta em abril de 1971, quando, por ser considerado o *cara mais quente* que tinham, planejavam sequestrá-lo e trocá-lo *um por um* pela liberdade de Devanir José de Carvalho, o *Henrique* do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), que estava nas mãos da repressão. Após um telefonema confirmando que *Henrique* fora assassinado pela equipe de Sérgio Fleury, o plano passou a ser justificar Boilesen em represália: “chega de assassinatos impunes, agora é olho por olho, dente por dente” (Paz, 1996, p. 211). A ação é contada nas páginas 210, 211, 212 e 213 de *Viagem à Luta Armada*, praticamente encerrando a obra, que termina no meio da página 214. A partir do final da página 211, a ação começa a ser descrita concretamente. Nesse momento, a escrita muda e novos nomes são colocados. Seis guerrilheiros se dividiram em dois carros: o primeiro com Alfa, Gama e Beta, e o segundo, na cobertura, com Delta, Iota e Kapa. Em nenhum momento Paz (1996) revela quem seriam. Nas páginas, escreve trechos na terceira pessoa como “os guerrilheiros seguem”, ao invés de dizer “nós seguimos”.

O momento do justicamento do empresário é colocado no livro da seguinte forma:

Alfa se aproxima, coloca a última bala na agulha, encosta a ponta do cano em sua cabeça, afasta-o alguns centímetros, para a bala ganhar velocidade e dispara o tiro-de-misericórdia, explodindo o crânio de *Blansen...* o cérebro da repressão política está morto. Alfa anuncia a sentença aos espectadores estarecidos com a violência da cena, eles jamais assistiram uma sessão de torturas. “Nós o condenamos e executamos, *Blansen*, pelas torturas e assassinatos que ordenou, pelas covardias que praticou contra revolucionários indefesos, nos porões da ditadura” (Paz, 1996, p. 213).

Mesmo que Paz não indique quem eram os códigos, Alfa parece ter um protagonismo durante o justicamento. *Clamart*, nas páginas 210 e 211, demonstra um forte interesse por *Blansen*, dizendo trechos como “quero saber como anda *Blansen*” e “justicaremos *Blansen*”, colocando a si mesmo nessa trama, sem códigos. Pela forma como Alfa toma protagonismo na descrição de Paz da ação, já na primeira leitura do livro nos pareceu claro que poderia se tratar de Paz-*Clamart*. No documentário *Cidadão Boilesen* (2009), a identidade de Alfa era mais que anunciada nas palavras de Paz (2009, 1:26:39):

Ele caiu com a cara na sarjeta, entre o meio-fio e a rua. O companheiro Alfa, que era o dirigente da ação... que era o encarregado da certeza. Quando você faz um tipo de ação como essa, você encarrega alguém que chega e dispara o chamado tiro de misericórdia [...]. Na verdade verdadeira, se eu estava ali, eu era o Alfa, então eu lhe digo que eu sou o Alfa, quem estava dirigindo a ação.

Em 1996, perguntado nas páginas amarelas da *Veja* sobre o justicamento de Boilesen, já dizia que “nós o seguimos e o matamos”.<sup>3</sup> Questionado em 2012 por Geneton Moraes Neto na *GloboNews* se teria participado pessoalmente da ação, respondeu: “Eu participei e dirigi a ação, e fui o autor do tiro de misericórdia, que é o último tiro que é dado” (Paz, 2012, 32:40).

Esse certo receio em assumir publicamente a participação na ação em *Viagem à Luta Armada* pode se dar devido à quebra de silêncio que o livro se propôs. O novo tempo de democratização e seu aspecto de ausência de políticas públicas (contundentes) reparatórias sobre a ditadura certamente causava algum medo em assumir tal participação, pelo menos em um primeiro tatear do cenário - pelo livro memorialístico e testemunhal. Isso também poderia explicar a mudança de rota posterior. No entanto, Paz não deixava de disputar os sentidos daquela ação. *Clamart* fazia questão de enfatizar *Blansen* enquanto “instrutor e financiador de torturas” (Paz, 1996, p. 210). Em *Codinome Clemente* (2017), iria além: “um agente da repressão, um agente da ditadura, um agente fascista, um agente favorável e financiador de torturas”, complementando, ainda, “eu, então, dei esse tiro de misericórdia, com fuzil, de cima para baixo, na cabeça dele” (Paz, 2017, 41:57). Seria, assim, bem diferente do “presidente do grupo *Ultra*, que era acusado de organizar a arrecadação de dinheiro entre empresários para financiar a Operação Bandeirante, que combatia os terroristas de esquerda” que Reinaldo Azevedo descrevia em

3. Ver revista *Veja*, número 1455, de 31 de julho de 1996, matéria de Expedito Filho. “Memória do terror: Únicomandante vivo da ALN lança livro e conta como assaltava bancos, roubava carros e matava durante a luta armada”, páginas 7-9.

2011, na *Veja*, em coluna onde chamava Paz de “assassino frio, convicto, metódico e apaixonado pela morte” (Azevedo, 2011, s/p).

Perscrutar o justicamento de Boilesen é forma de perceber como Paz encarou (e continuava encarando) faces bem relevantes do combate guerrilheiro. O industrial, por sua relação íntima com os porões do regime, era alguém que representava uma questão-chave da repressão brasileira: a tortura. Embora não tenha sido torturado, Paz conviveu proximamente com a possibilidade de ser, enquanto seus companheiros, companheiras, familiares e paixões eram incessantemente torturados quando caíam nas mãos do aparato da ditadura. Paz (1996, p. 118-119) articula sobre a questão em um trecho de *Viagem à Luta Armada*:

Tortura, febre brasileira, embora não seja só nos trópicos que seja praticada. E não me venha argumentar que é porque pegamos em armas, aqui se tortura desde sempre, desde as senzalas. [...] Nossas delegacias de polícia são a continuação do tronco, a tortura é o método de investigação e repressão, não uma exceção, obra de policiais que não se pode controlar. A repressão política institucionalizou esse método, condenado pela Convenção de Genebra, pela Declaração dos Direitos do Homem, e todos os povos civilizados.

Em depoimento à PUC-SP, Paz (2013a, 31:00) daria outro indício da forma como percebia a questão: “Eu não gosto de usar adjetivo com tortura. Eu acho que tortura é uma coisa que já é tudo que ela é. Então esse negócio de dizer ‘barbaramente torturado’, eu comecei a me cansar disso, porque a tortura já é em si o que é, ela não precisa ser adjetivada”. Se *O que é isso, companheiro?* (1979) - o livro - procurava a reconciliação (Aarão Reis Filho, 1997), e o filme de 1997 *humanizava a repressão* (Freire, 1997) com um torturador arrependido, com *dramas de consciência* (Ridenti, 1997), *Viagem à Luta Armada*, naquela mesma época - do filme -, articulando daquela forma a tortura e o torturador, era o oposto.

## **A DITADURA ENCARNADA** no justicamento de um torturador

A partir de Boilesen e sua relação umbilical com a repressão nos porões do regime, uma outra figura emerge com grande notoriedade: o delegado Sérgio Fleury. Se Boilesen materializa parte dessa repressão, certo sadismo nas salas de tortura e a relação entre ditadura, empresariado e violência de Estado, Fleury era o personagem-simbolo nas palavras de Jacob Gorender (1987, p. 228-229):

A institucionalização da tortura eliminou os escrúpulos quanto à incorporação do Esquadrão da Morte no combate às organizações de esquerda. Promoveu-se o delegado Sérgio Paranhos Fleury a personagem-símbolo do regime militar durante o Governo Médici, nível de degradação ético-política sem paralelo na história do país.

Paz não cita seu nome no livro; prefere, na verdade, chamá-lo só de delegado. Em um trecho, contando da queda de Diogo - Joaquim Câmara Ferreira -, aborda a figura de Fleury:

O inominável delegado, o mesmo de *Fabiano* [Marighella] e *Rafael* [Eduardo Colem Leite, o Bacuri], prendeu nosso dirigente no começo da noite do ponto com *Silvério*, levou-o para um sítio de sua propriedade para onde tinha o hábito de levar os prisioneiros que queria esconder dos outros órgãos de repressão para assumir as fúnebres horas sozinho, e torturou-o até a morte. O coração debilitado de *Diogo* não resistiu como o de *Rafael*, jovem e forte, mas qual a importância de saber qual órgão sucumbiu? Houve tortura, assim como houve reação, *Diogo* não era homem de se entregar, mas quem matou foi o sinistro poder militar, pelas mãos de um triste herói às avessas, que se especializou em atingir a alma de seu povo através dos métodos cruéis, mas infelizmente profundamente humanos (Paz, 1996, p. 189)

Na entrevista à *Veja*, Paz disse ainda sobre torturas sofridas por sua mãe:

Em 1974, quando a ALN já fora até dissolvida, prenderam minha mãe, então uma senhora com 53 anos. Ela foi torturada nas mãos, nos pés, e até hoje tem problemas nos dedos. Eu estava no exterior, mas eles queriam que ela falasse de meus supostos planos de voltar ao Brasil.

No *Dossiê GloboNews*, perguntado dos alvos da ALN que não puseram as mãos, citou nominalmente Fleury como responsável pelas tais torturas: “Não conseguimos pegar o Fleury, que era um grande carrasco da ditadura na época, que matou Marighella e um monte de gente, torturou pessoalmente a minha mãe” (Paz, 2012, 19:53). Mais a frente, voltaria a dizer: “A minha mãe foi torturada, tive uma irmã torturada, todas aquelas pessoas que iam morrendo, eu ia morrendo também” (Paz, 2012, 37:46). Em depoimento à Comissão da Verdade da PUC-SP, quando dizia de um confronto armado e da perseguição entre um carro de guerrilheiros e o carro de Fleury e seus agentes, que fugia, ironizou:

Valentes, valentes como tudo, valentes quando pegavam nossos companheiros e companheiras, amarravam e torturavam nas salas do DOPS, nas delegacias de Vila Rica, em todos os lugares onde esse filho da puta andou torturando nossos companheiros e

companheiras. Eram muito valentes quando nossos companheiros estavam presos, mas quando a gente ia em cima... (Paz, 2013a, 1:45:23).

A tortura de sua mãe marcou bastante Carlos Eugênio. Em um forte trecho de *Codínome Clemente*, exaltava-se:

É liberdade, igualdade e fraternidade? Porra, minha mãe foi torturada. Ela foi torturada durante 48 dias direto, torturada, estuprada, deram-lhe choque na vagina, deram-lhe choque no anus, fizeram tudo pra ela dizer onde eu tava, [mas] ela não disse onde eu tava. Minha primeira mulher, um grande amor da minha vida, Ana Maria Nacinovic, mataram ela com 348 tiros, no peito, na barriga, nas costas, nas pernas, nos braços... (Paz, 2017, 1:22:55).

Assim, mesmo que Paz nunca tenha sido pego, as violências constituíram o seu cotidiano no combate guerrilheiro. Tateando a partir do estilhaço de *Blansen* do livro e dos modos do autor-guerrilheiro se relacionar com os porões e os repressores do regime, a questão nos parece uma experiência coletiva vivenciada na luta armada. O trauma da tortura, com os aspectos inseparáveis das possibilidades de desaparecimento e de assassinato, permeavam esse ser guerrilheiro contra a ditadura. Pelo menos de 1968 - com o início de ações armadas - até 1973 - quando exilou-se -, Carlos Eugênio viveu cinco anos de uma quase iminência da tortura. Se contava-se nos dedos os guerrilheiros que estiveram em ações durante quatro ou cinco anos e escaparam com vida para o exterior, como diz Gorender (1987), *Clemente*, o comandante que foi se tornando um mito, caçado, driblava diariamente essa possibilidade de ser pego, torturado e - provavelmente, pela relevância alcançada no combate - morto. Enquanto escapava dessa iminência, tantas das pessoas que tinha ao seu redor iam sofrendo nos porões da ditadura.

Sua mãe, torturada por Fleury, Marighella, assassinado numa emboscada elaborada depois da tortura de dois frades dominicanos próximos ao líder da ALN, Joaquim Câmara Ferreira e tantos outros, torturados até a morte. Tais violências seguiam e perseguiram Carlos Eugênio. Ele, mesmo escapando, sentia, chorava e se revoltava com a tortura das pessoas que amava. A simples - que assim não se pode ser chamada - possibilidade de Paz ser torturado não indica coisa menor. O exílio em 1973 surge, justamente, desse medo da tortura e da morte. Com a guerrilha desestruturada, enfraquecida, sem mais chances de *virar o jogo*, *Clemente*, permanecendo no Brasil, mesmo que não empunhasse mais armas, continuaria caçado, correndo os mesmos riscos de quando era guerrilheiro comandante da ALN. Não seria, portanto, questão menor o próprio exílio forçado. Carlos Eugênio esteve

praticamente banido, proibido de retornar ao Brasil, onde estava sua família, por quase dez anos. Se voltasse, a tortura, que não cessou, voltaria a ser uma possibilidade latente no seu cotidiano.

Boilesen, então, toma parte significativa desse lugar. Além de torturador - participante de sessões -, a forma como articulou o financiamento do aparato repressivo junto ao empresariado (emprestou carros, equipamentos e doou concretamente fundos) fazia o mandatário do grupo *Ultra* ter um papel bem importante no combate e suas implicações. Boilesen - ou *Blansen*, de *Viagem à Luta Armada* - materializa a violência, a repressão, a covardia no combate pelo lado da ditadura -, a falta de *valentia* dita por Paz (2013) - e a própria possibilidade de ser torturado, muitas vezes até a morte, tornado desaparecido, como muitos de seus companheiros e companheiras de luta armada foram. O industrial, portanto, encarnava a ditadura e seu lado mais nefasto. Mesmo que, apesar de sua relevância, não fosse o único empresário a colaborar estreitamente com a ditadura brasileira, e que seu justicamento não resolvesse as problemáticas dos porões, a ação era um importante enfrentar da luta armada brasileira e, especificamente, de Carlos Eugênio frente aos seus algozes.

Boilesen, industrial-repressor-torturador, aparece, assim, como um Fleury possível de se justicar. Se o *inominável delegado* do DOPS, o *grande carrasco*, o *triste herói às avessas*, que se especializou em *atingir a alma de seu povo através dos métodos cruéis*, mas *infelizmente profundamente humanos*, não pôde ser pego e justicado por essa justiça revolucionária guerrilheira por todos os crimes cometidos, Boilesen pôde, em 15 de abril de 1971. Fleury e Boilesen seriam tão aproximáveis quanto seus crimes contra a humanidade (a tortura) realizados nos companheiros e companheiras de Paz. O delegado, parte de um sistema de repressão, necessitava do financiamento e da logística que Boilesen e outros empresários e políticos davam para sua atuação. Boilesen, talvez por um misto entre sadismo, visão ideológica e interesses do poder, não só articulava doações como também participava presencialmente dos interrogatórios nos porões, algo proporcionado por delegados como Fleury. Não sendo possível colocar as mãos no *personagem-símbolo* do governo do ditador Médici (1969-1974), nas palavras de Gorender (1987), Boilesen passou a ser esse torturador possível, esse *agente fascista da repressão, da ditadura*, para Paz (2017), que os guerrilheiros puderam fazer justiça.

A justiça da ação que procurava responder ao assassinato de Devanir José de Carvalho - o *Hugo* de *Viagem à Luta Armada* - pela repressão, no modo *olho por olho, dente por dente*, na verdade, se dava, direta ou indiretamente, por todos os mortos da luta armada brasileira, da ALN ou não, que foram perseguidos, cercados, presos, assassinados e desaparecidos por meio da instauração da

tortura como método sistêmico de investigação do regime militar contra seus opositores. Justiça-lo era, também, honrar a luta guerrilheira desses companheiros e companheiras que ficaram, ficavam e ainda ficariam pelo caminho. *Blansen*, durante a ação de seu justicamento, tentou fugir da rua Estados Unidos, local onde foi interceptado pelos guerrilheiros, no Jardins, em São Paulo, rumo a avenida Paulista, mas foi executado antes, entre a rua Barão de Capanema e a alameda Casa Branca. *Clamart*, em *Nas Trilhas da ALN* (1997), se atentou a isso, lembrando: “Executamos *Blansen* na alameda Casa Branca, mesma rua onde mataram *Fabiano*” (Paz, 1997, p. 168). A coincidência marcava, também, uma certa justiça, paga por Boilesen, pelo assassinato da maior figura da guerrilha brasileira, o grande líder, fundador, Carlos Marighella. Boilesen não era Fleury, maior responsável pela execução do dia 4 de novembro de 1969, nem Médici, ditador que concedeu plenos poderes ao delegado e demais agentes da repressão, mas era alguém extremamente relacionado e relacionável aos porões e às violências praticadas.

## TORTURA

### ação indigna e linha intransponível do confronto

Olhar para as questões de sua execução é manusear como Paz, autor do tiro de misericórdia, percebe e age frente ao combate com seus inimigos - tanto no tempo da luta armada quanto das disputas sobre a memória desta na redemocratização brasileira. O empresário justicado, torturador, sádico, segue como nome de rua em São Paulo. A ausência de uma renomeação desde então evidencia esse caráter vivo à disputa. Sendo Boilesen essa materialização da tortura, essa personificação possível de se justicar da figura do algoz, essa ditadura encarnada nas relações entre militares e empresários, por meio de seu justicamento e das emergências apreendidas por suas pistas podemos nos aproximar da forma como Paz encarou o combate que participou.

A tortura, enquanto trauma do campo da indignidade, da cicatriz indizível e inexplicável a quem nunca se viu nela ou na sua possibilidade real, serve como um limite ético, político, ideológico e social, uma fronteira (entre outras) de uma separação entre guerrilheiros e ditadura. Em *Nas Trilhas da ALN*, Paz (1997, p. 63) deixa claro: “O objetivo da guerra é aniquilar o inimigo. Na guerra de guerrilhas, há que não ser aniquilado e ganhar tempo para acumular forças e construir um exército. Sobrevivência, por ti cometo quase tudo, só não perco a honra nem torturo o inimigo”. Essa, assim, seria um limite intransponível, algo inabalável até a frente da própria sobrevivência.

*Clamart*, mesmo cometendo quase tudo, nunca pisaria no campo da tortura, que feriria valores inegociáveis da luta e da própria vida.

A violência presente no ato do justicamento é uma questão bem relevante de se perceber. Executar Boilesen a céu aberto, na região central de São Paulo, era uma imagem forte, altamente explícita. Estaria na contramão da própria tortura, que se dava às escondidas, de modo encoberto, clandestino, raras vezes admitida publicamente pelo regime, nos gritos dos porões que pouco ecoavam e não chegavam firmes na rua. Esse *estarcimento* com a violência do justicamento de *Blansen*, que *Clamart* cita dos espectadores, aconteceria pois *eles jamais assistiram uma sessão de torturas*, por não presenciarem ou conversarem com quem já havia agonizado nas mãos dos agentes do poder militar e seus sádicos métodos de investigação. A própria noção dos *porões* descortina essa questão-chave: ninguém precisava assistir aos interrogatórios, os gritos asfixiados não chegariam à superfície, os cidadãos não seriam confrontados com os dilemas éticos de apoiar, calar-se ou revoltar-se com a tortura praticada pelo Estado brasileiro a pessoas indefesas. Essa experiência-limite da tortura nos espaços onde acontecia - porões, sítios e casas clandestinas, mas devidamente conhecidas pelos repressores - tinha como finalidade, justamente, mais e mais torturas. Pelas informações de alguém torturado, a repressão buscava outros e outras companheiras deste, a fim de desarticular a maior parte possível das organizações.

Uma discussão ética presente no combate guerrilheiro emerge de maneira significativa a partir do justicamento de Henning Boilesen. Esse *olho por olho, dente por dente* aparece, muitas vezes, indissociável de uma visada que iguala ação e reação, opressor e oprimido, ditadura e resistência. Reinaldo Azevedo (2014, s/p), em outro texto sobre Paz em seu *blog* na *Veja*, ao anexar um trecho do depoimento de *Clemente* sobre o justicamento de Boilesen em *Amor e Revolução*, telenovela do *SBT*, escreve que o guerrilheiro *justificaria a violência que era cometida pelo Estado*: “Carlos Eugênio deixa claro que ele era apenas a outra face perversa da tortura”. Como, inclusive, se a tortura já não tivesse em si mesma todas suas faces perversas. No mesmo tom, em 2011, Augusto Nunes escrevia que “não há nenhuma diferença entre o torturador que matou Vladimir Herzog e o terrorista Clemente” (Nunes, 2011, s/p). Paz já se antecipava a isso em *Viagem à Luta Armada* em trecho citado anteriormente, quando pedia para não argumentarem que a tortura decorreria do uso de armas pela guerrilha, pois já era intensamente praticada antes. Seu primeiro livro publicado originou, ainda em julho de 1996, a entrevista às *páginas amarelas* da *Veja*, e a entrevista era citada, no mesmo mês, pelo ex-ministro da ditadura Jarbas Passarinho no *Roda Viva* justamente para justificar a tortura cometida sob a tutela de seu superior, o ditador Médici.<sup>4</sup> Caminhos estes, insólitos, agitados, das disputas sobre o ser guerrilheiro a partir de dinâmicas tão relevantes do combate como a própria tortura, que permeava o contexto da luta armada.

4. Transcrição disponível em *Memória Roda Viva*. Disponível em: <<https://cлик.now/jbSk>>. Acesso 12 jul. 2025.

## CONTORNOS INFINDÁVEIS DE UM TATEAR deslizamentos da justeza do ser guerrilheiro

Examinando os estilhaços do justicamento de Boilesen no e a partir do livro-bomba, pode-se observar claramente alguns desses movimentos fundantes do ser guerrilheiro no tempo. Esse sujeito, indo ao limite de perseguir e executar o empresário nas ruas de São Paulo, navega por questões essenciais do combate no que diz respeito à ética, à violência, à reação, ao confronto e às formas de disputá-lo em novos tempos articulados pela Lei da Anistia de 1979 e a então falta de políticas do campo da Memória, Verdade e Justiça. Pensando na figura de Carlos Eugênio Paz, o *Clemente* da ALN, tensionamos uma questão trazida pela historiadora Maria Paula Nascimento Araújo (2010), que diz que o debate da memória da luta armada ancora-se no aspecto da *eficácia* no Brasil, enquanto discute-se também a *justeza* das ações guerrilheiras na Argentina frente ao tempo de combate. Apreendendo Paz, seus livros, os textos dele e sobre ele, podemos perceber essa justeza o tempo todo em xeque. Talvez por ter sido o guerrilheiro nunca pego, sempre combativo, relevante nas ações - inclusive as polêmicas -, Carlos Eugênio se inscreve fortemente nas disputas pela ética e pela justiça da luta armada brasileira. A ação de execução de Boilesen e seus modos de narrá-la posteriormente, dando forma e sentido ao tempo, é um ponto bem importante para perceber esses deslizamentos na e da figura do guerrilheiro a partir dessa justeza, das agitações entre as figuras de guerrilheiro e terrorista no Brasil.

Assim, pelo justicamento de Boilesen - *Blansen* - no livro e relacionando com um campo emergente de materialidades de e sobre Paz e a ação, percebemos como esta se faz parte importante do combate empunhado na luta armada brasileira. Disputa-se a justiça revolucionária, guerrilheira e/ou ética imbuída no movimento e seus membros, bem como examina-se as relações entre militares, empresários aliados e a violência praticada pelo Estado no período ditatorial. A ação é deixada para as páginas finais de *Viagem à Luta Armada*, e é abordada até de uma forma curta, sem tantas reflexões diretas a partir de *Blansen*. No entanto, seguindo os caminhos dessa pessoa-personagem na obra e a ação de justicá-lo, pudemos nos aproximar desses aspectos citados - justiça, ética, combate - no livro de Carlos Eugênio, com uma importante dimensão da tortura, dos torturadores, de Fleury, dos DOI-CODIs, dos porões e da revolta com as sessões de suplício nos interrogatórios.

Se o ser guerrilheiro passava pelo combate legítimo, pela busca de um sonho de libertação ao autoritarismo, pela queda da ditadura fascista e pela construção de uma outra sociedade, narrar as experiências posteriormente, 25 anos depois, era forma de Paz disputar o próprio sonho sonhado coletivamente entre o final dos anos 1960 e o começo

da década de 1970. Ao mesmo tempo, era um compromisso com todos os mortos - torturados, desaparecidos, assassinados - das trincheiras e a reivindicação de sua própria vida, entrincheirada na luta contra a ditadura e, já após a anistia de 1979 e a queda oficial do regime em 1985, na disputa dos sentidos do passado inscrito em novos tempos. Marca-se, assim, a partir do manuseio do justicamento de Boilesen narrado por Paz em e a partir de *Viagem à Luta Armada* (1996) um dever do ex-guerrilheiro, agora escritor, com aquilo que teria sido (ou não) justo, que emergia enquanto acontecimento importante da história brasileira e ponto de discussão que elaborava e disputava o ser guerrilheiro no tempo e a própria constituição da memória da luta armada no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Um passado imprevisível**: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, p. 31-46, 1997.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate da luta armada. In: *ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL*, n. 10. 2010, Recife. **Anais**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010.

AZEVEDO, Reinaldo. Cuidado, leitor! Abaixo, você lerá o testemunho de um assassino frio, convicto, metódico e apaixonado pela morte. Depois, você poderá até assistir a seu testemunho. E isso é só o começo. **Veja**, 20 mai. 2011. Disponível em: <<https://clik.now/ujpZ>>. Acesso em 5 jun. 2025.

AZEVEDO, Reinaldo. DIA DA MENTIRA 2 – Mais um terrorista exhibe o caráter pacífico e grandioso da “luta”. Aqui, como se podia matar até um “companheiro” em nome da revolução... Ou: A paz dos clementes. **Veja**, 1 abr. 2014. Disponível em: <<https://clik.now/Y3YK>>. Acesso em 5 jun. 2025.

CALDEIRA, Bárbara Lopes; ANTUNES, Elton; CIRINO; José Antônio Ferreira; GÓES, José Cristian. Como dizer a invisibilidade dos processos jornalísticos: (re)pensando metodologias. In: MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (Orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

FREIRE, Alípio. Pela porta dos fundos. In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, p. 155-168, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: a Esquerda Brasileira das ilusões perdidas à luta armada. 1987. Disponível em: <<https://clik.now/09mB>>. Acesso em 12 jul. 2025.

- MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <<https://clik.now/z6sO>>. Acesso em 12 jul. 2025.
- NUNES, Augusto. A resposta ao terrorista que celebrou na TV 'a beleza que há em matar com naturalidade'. **Veja**, 25 mai. 2011. Disponível em: <<https://clik.now/GW4V>>. Acesso em 5 jun. 2025.
- PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PAZ, Carlos Eugênio. Nas Trilhas da ALN: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio (entrevistado). In: LITEWSKI, Chaim. (direção). Cidadão Boilesen. **Filme**. Brasil, 92 minutos, 2009. Disponível em: <<https://youtu.be/yGxIA90xXeY>>. Acesso em 12 jul. 2025.
- PAZ, Carlos Eugênio (entrevistado). In: Ex-guerrilheiro da luta armada confessa participação na morte de um companheiro. **Globoplay**, 51 minutos, 2012. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/2020170/>>. Acesso em 12 jul. 2025.
- PAZ, Carlos Eugênio (depoente). Depoimento 3 - Militância de Luiz Almeida Araújo - CV/PUC-SP. Comissão da Verdade da PUC-SP Nadir G. Kfoury. Vídeo. **YouTube**, 123 minutos, 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/IVaeDltqMVI>>. Acesso em 12 jul. 2025.
- PAZ, Carlos Eugênio (entrevistado). In: ALBUQUERQUE, Isa. (direção). Codinome Clemente. **Documentário**, 93 minutos. 2017.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BONSANTO, André; DAEMON, Flora. A responsabilidade do Grupo Folha por violações de direitos humanos durante a ditadura: considerações sobre um itinerário de pesquisa. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, vol. 77, p. 135-156, 2023.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; MARTINS, Bruno; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **Revista Famecos**, Porto Alegre, vol. 24, n. 3, 2017.
- RICOEUR, Paul. La vida: un relato en busca de narrador. **Ágora**, vol. 25, n. 2, p. 9-22, 2006.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Perseu Abramo, p. 11-30, 1997.
- ROLLEMBERG, Denise. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz. (Org.). **Perfis cruzados: trajetórias e militâncias políticas no Brasil**. Imago, p. 73-84, 2002.





# TRADIÇÕES DE CORDEL DE MULHER NO MARANHÃO

Uma trajetória de pesquisa sobre  
a poesia de Raimunda Frazão

**Lucília Torres de Vasconcelos<sup>1</sup>**

**Maria Gislene Carvalho Fonseca<sup>2</sup>**

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir do projeto de iniciação científica, “Raimunda Frazão e as tradições de cordel no Maranhão”, o qual traz uma síntese das informações coletadas durante a investigação do objeto de estudo, assim como os resultados nela obtidos. Raimunda Frazão se considera pioneira na escrita feminina do cordel no Maranhão, é uma mulher negra, cis, de 74 anos, premiada por seus cordéis e conhecida por suas declamações.

O cordel é uma importante expressão poética que carrega memória, tradição e identidade, da oralidade e/ou pela escrita. Dito isso, é de suma importância compreender os recortes de gênero no contexto do cordel maranhense, pois assim será possível analisar como esses elementos se entrelaçam tanto dentro das narrativas quanto na escrita, ou seja, a forma que a figura feminina e suas representações imagéticas são exploradas na poesia de cordel.

A pesquisa partiu do estudo sobre a produção e compartilhamento de saberes de Raimunda Frazão, buscando coletar informações sobre a existência de mulheres que se inspiram na poeta. Durante o andamento dos estudos, foram realizadas entrevistas com outras cordelistas, mulheres cis, além de Raimunda: Goreth Pereira e Tereza Cristina. Ambas afirmaram se inspirar e ver Frazão como uma mentora.

Além disso, um dos objetivos da pesquisa foi compreender as questões de gênero que perpassam a escrita de autoria feminina no cordel, para isso, primeiramente foram realizadas leituras das obras de autoras referência na área, a fim de conhecer e aprofundar os estudos sobre o assunto. A partir dessas leituras, foi feita uma revisão bibliográfica e, dela, construímos um estado da arte que serviu de apoio para organizar e mapear as informações existentes sobre o cordel e os recortes de gênero.

1. Discente do curso de Relações Públicas na UFMA. Pesquisadora do grupo DIVERCOM e participante do Grupo de Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa).

Email:  
lucilia.torres@discente.ufma.br

2. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa)

E-mail:  
maria.gcf@ufma.br

## MULHERES NO UNIVERSO DO CORDEL

Atualmente, há muitas discussões sobre o papel da mulher na sociedade, isso graças aos questionamentos, às pesquisas, à literatura, à música, ao teatro e a outras formas de expressões. Contudo, segundo bell hooks (2018), ainda somos impactadas de forma negativa pelo patriarcado e essas ideias são disseminadas a fim de mantê-lo intacto. Por isso, é necessário tomar conhecimento dos espaços e trabalhar pela visibilidade das lutas coletivas de mulheres que tentam romper com esse padrão.

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado. Eles partem do pressuposto de que são

superiores às mulheres e, por isso, deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as vantagens que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado dominando. (hooks, 2018, p.10)

Muitas dessas questões perpassam a poesia de cordel, que não está isento de conflitos e disputas. Temos como premissa uma ampliação do sentido do cordel que extrapola suas materialidades física, formal e estrutural. Falar de cordel é não restringir ao folheto, à métrica ou aos conteúdos, ainda que todos esses elementos sejam fundamentais para sua identificação. Mais do que refletir se é “errado” chamar de cordel algo que não está em verso impresso em folheto, interessa um diálogo bakhtiniano em torno daquilo que ideologicamente é atribuído como sentido.

Ao investigar a participação de mulheres e a própria representatividade imagética feminina nas produções, pesquisadores, homens, consagrados e de grande prestígio nesses estudos – como os folcloristas que organizaram as primeiras antologias do cordel – chegaram a mencionar a não existência de mulheres ou o início tardio delas na escrita de cordel.

Além disso, ao retratar as mulheres dentro da poesia, demonstram mais uma vez a influência do patriarcado na construção de preconceitos literários, usando extremos e caricaturas, um formato explicitado por Oliveira (2017) em sua dissertação “De Mártir à Meretriz: figurações da mulher na literatura de cordel”, revelando a criação de papéis que definem o caráter e a personalidade da mulher.

No cenário da poesia de cordel, sempre houve muito preconceito, desde Maria das Neves, que precisou usar o nome do seu marido para publicar, até Izabel do Nascimento que, ao questionar as atitudes dos homens perante as mulheres cordelistas, foi “atacada” (Silva e Almeida, 2023). Muitas mulheres pesquisam e publicam sobre essas mulheres cordelistas, como Francisca Santos (2020), Bruna de Paiva (2010), Leticia Oliveira (2017) e graças a elas conhecemos sobre as lutas e sobre as vitórias conquistadas.

O projeto buscou conhecer mais sobre as mulheres cordelistas maranhenses e levar esse conhecimento a outras pessoas, visando contribuir para a criação de uma nova historiografia que necessita da desterritorialização destes espaços (Santos, 2009), sejam de pesquisa ou de produção cultural. E com isso conseguir não só contar essas histórias, mas também produzir espaços para conversas e discussões sobre diferentes temáticas.

Esse movimento de conhecer mais sobre a participação das mulheres no cordel é responsável por contribuir para a tentativa de mudança da historiografia oficial. São diversas histórias que se cruzam, mulheres em inúmeros lugares de fala, que por meio de seus

cordéis denunciam realidades sociais, culturais e histórias. Mulheres que inspiram outras mulheres, que possuem versões e pontos de vista sobre os fatos que não são apenas os já conhecidos, mas também aqueles que mudam os padrões estéticos, raciais e de gênero.

## A PERSPECTIVA DECOLONIAL deste trabalho

Como uma investigação que visa contribuir para uma reescrita da história do cordel – tradicionalmente narrada por homens, cis dos estudos literários ou que almejem ser reconhecidos por eles, partimos de um posicionamento epistemológico feminista e decolonial. Segundo Curiel (2020, p. 121), as metodologias decoloniais nos “oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades, (...)questionam narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuram hierarquias sociais.”. A autora explica que para pensar a partir de pressupostos decoloniais, é necessário observar movimentos que questionam o que Quijano (2000) considera como colonialidades do saber, do ser e do poder.

Entretanto, Curiel (2020) aponta que, em uma perspectiva feminista decolonial a partir de Lugones (2019), as colonialidades não são definidas apenas por operadores raciais, mas também por dimensões de gênero e de sexualidade. A configuração de gênero e o binarismo que a acompanha seria também uma categoria moderna e colonial.

Nestes termos, observamos o que nos sugere Collins (2019) como uma teoria do ponto de vista para a realização desta análise, ou seja, é necessário considerarmos as *experiências* individuais das poetisas, observando as narrativas que elas mesmas constroem sobre si e sobre suas trajetórias.

Nesse sentido, é que a autora recupera o debate sobre a teoria do ponto de vista, destacando não só o fato de que todo conhecimento é posicionado, mas, principalmente, que o lugar subalternizado ocupado pelas mulheres negras nas estruturas desiguais de poder, permite a essas mulheres compreender melhor as desigualdades sociais. (Figueiredo, 2017, p. 5)

Collins (2019) aponta que há lugares institucionais que refletem a natureza dialética da opressão e do ativismo, nos quais as mulheres negras constroem suas autodefinições independentes. Estes espaços podem ser muito perigosos, porque expõem as insatisfações, inquietações e desestabilizam uma narrativa normatizadora. E em

uma dimensão comunicativa baseada nas relações e trocas simbólicas, é fundamental considerarmos que “o ato de usar a própria voz requer um ouvinte, e assim se estabelece uma conexão” (Collins, 2019a, p. 281).

Entendemos, então, que para seguirmos os fundamentos epistemológicos que sustentam essa proposta, a partir da perspectiva decolonial rompemos com um modelo metodológico sujeito-objeto, que privilegia o saber acadêmico, colocando-o no lugar de colonização do saber, e propomos uma pesquisa conforme Ortiz Ocaña e Arias López (2019) classificam como sujeito-sujeito, ou seja, a “configurar uma filosofia que se concentra na relação sujeito-sujeito, isto é, entre um eu com outro eu” (Ocaña e Lopez, 2019, p. 148, tradução nossa).

## TRADIÇÃO E MEMÓRIA

### a partir do cordel

As mulheres com quem trabalhamos durante o estudo constroem memória e tradição. A partir de ações realizadas, conseguimos contribuir para a criação dessa memória e tradição tanto dentro do ambiente acadêmico como fora dele. Foi o caso do projeto de extensão “Curso de Cordel para Mulheres”, desenvolvido a partir do projeto de pesquisa e que possibilitou a ocupação de espaços outrora ocupados apenas por homens. As mulheres que participaram das oficinas promovidas produziram cordel e conheceram a história das mulheres no cordel, suas lutas, tiveram contato com outras mulheres e suas histórias de vida dentro do espaço do teatro Arthur Azevedo. A pesquisa que fora realizada deixou portas abertas para novos estudos, questionamentos, oficinas e interações em torno da temática do gênero no cordel. O cenário do cordel de mulheres no Maranhão é rico, mas ainda carente de visibilidade a nível nacional. Dito isso, muitas contribuições ficarão marcadas não só no papel, mas na memória das mulheres envolvidas nessa pesquisa.

Foi o que aconteceu com a poeta Ingrid Fróes, que participou da oficina e, lá, aprendeu mais sobre as técnicas da criação poética, sua forma e sua estrutura. A poeta aproximou-se de Goreth Pereira, que ministrou a oficina, e seguiu compartilhando experiências e aprendendo sobre o cordel em eventos e saraus que passaram a organizar. Por fim, durante a Feira do Livro de São Luís, no espaço destinado ao cordel, Ingrid Froes lançou seu primeiro folheto.

A meta é formar mulheres cordelistas que possam produzir seus próprios cordéis e, também, compartilhar as características dessa forma poética, multiplicando os saberes em torno dessa manifestação cultural, de modo a ampliar ainda mais o número

de mulheres cordelistas, assim como aprimorar a qualidade de suas produções. Neste sentido, a ideia de rede nos permite olhar para a proposta de forma a compreender seu intuito: uma vez que mais mulheres conhecem a história do cordel e a atuação de outras mulheres, este saber possibilita um encorajamento para novas produções. (Fonseca, 2024, p. 176)

Em diálogo com esta atividade e para uma ambientação com o tema da pesquisa em torno da poesia de cordel de autoria feminina, foram feitas algumas leituras iniciais, entre elas os artigos: “Raimunda Frazão e as tradições do cordel de mulher no Maranhão” (2022), “Autobiografia de mulheres cordelistas: uma contribuição para a nova historiografia do cordel” (2021) e “Movimento Cordel Sem Machismo: as transformações do cordel no ambiente das redes sociais online” (2020) da professora e orientadora desta pesquisa Maria Gislene Carvalho Fonseca.

A fim de aprofundar os estudos e discutir os conceitos/autores que serviram de base para a Iniciação Científica, realizamos reuniões com o grupo de Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa), nas quais discutimos sobre pensamentos decoloniais, feminismos e interseccionalidade, tendo como base autoras como: bell hooks, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel e María Lugones. Este processo deu início à nossa revisão bibliográfica, fundamental para a construção de nossos referenciais teóricos a serem seguidos. Por revisão bibliográfica entendemos “o desenvolvimento de uma pesquisa elaborada a partir de materiais já existentes, principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 1989, p.71) Assim como buscamos a leitura de livros e folhetos publicados por Raimunda Frazão, por Goreth Pereira e por Tereza Cristina.

Para conhecer melhor a história e trabalho das poetisas foram realizadas entrevistas semi-diretivas, de forma remota, via Google Meet. Na entrevista com a poeta Goreth Pereira, ela nos falou sobre sua trajetória na escrita da poesia de cordel, suas inspirações a partir das vivências cotidianas, e sobre temáticas abordadas, como a violência contra as mulheres. Ela explicou que aprendeu sozinha a escrever, porém buscou aprender as técnicas corretas e estruturas com poetisas mais experientes, como o cearense Rouxinol do Rinaré. Suas temáticas são principalmente voltadas para a mulher, seja falando sobre violências, seja exaltando figuras femininas importantes para a história e para a literatura. Na conversa, também confirmou já ter presenciado e sofrido violência de gênero dentro do universo da poesia de cordel partindo de poetisas homens. Entretanto, considera que essas violências não foram definidoras de sua experiência, nem afetaram sua produção.

Na conversa com Tereza Cristina abordamos o tema do autismo, assunto principal de seu trabalho poético. Sendo envolvida com

trabalhos de escrita, quando torna-se mãe atípica, resolve tornar esse o tema de suas obras. Na entrevista falamos sobre o seu aprendizado da escrita de cordel, as suas influências na poesia a partir da inspiração em Raimunda Frazão, os seus objetivos com a escrita e sobre as temáticas abordadas. Ela explicou que tinha interesse no cordel havia muito tempo, mas escrevia poesias seguindo outros formatos. Tendo acompanhado declamações, apresentações e feito leituras sobre o tema, acabou alimentando a vontade de escrever cordel. Escolheu falar do autismo como temática principal, considerando que já vivia essa realidade. A poeta também usa a forma do cordel como estratégia de ensino para crianças que têm Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como um modo de compartilhar experiências com outras famílias atípicas.

A última entrevista ocorreu de forma presencial no prédio do Centro de Ciências Sociais da UFMA, com a cordelista Raimunda Frazão, que centraliza nosso interesse de investigação. Ela contou que aprendeu a ler e escrever sozinha, e que escreve poesia desde criança, assim como declama. Apesar do trabalho de Frazão ter sido o articulador para nossa investigação, consideramos importante trazer as narrativas das outras poetisas mulheres do estado, por conta da ideia de rede que se forma a partir da experiência de uma mulher, que compartilha seu aprendizado com as demais, que também irão construir novos compartilhamentos e ampliar, assim, o alcance da poesia.

Frazão, em seus cordéis, aborda diferentes temas, como: aquecimento global, violência contra a mulher, sustentabilidade, a cidade de São Luís, dentre outros. Já ganhou diversos prêmios e viajou para diferentes países, como Moçambique, levando sua poesia. Atualmente ministra oficinas de cordel quando é convidada, alcançando públicos de diferentes idades e tenta encorajá-los a continuar com a escrita. Mas ela reforça que, mesmo nas oficinas, não se dedica a trabalhar com uma técnica do cordel. Para ela, a poesia não pode ser ensinada, mas deve ser sentida e vivida. Por isso, faz oficinas como experiências de troca, mas não se considera como alguém que “ensina” a fazer cordel. Até mesmo porque ela própria escreve suas “poesias em movimento” sem se preocupar com as formas dos versos.

E mesmo considerando que não “ensina” a fazer cordel, ela inspira e incentiva outras mulheres. Ela fortalece as realizações, participa dos encontros, dialoga com as outras mulheres, colocando sua experiência. Raimunda participou do Movimento Cordel Sem Machismo, como representante do Maranhão, com o uso da hashtag “#somosmuitas”. Raimunda, “Mundinha”, “Frazão” é referência e inspiração para muitas poetisas e aspirantes no Maranhão e mundo afora.

Durante os encontros, com todas as entrevistadas, abordamos

outros temas como a importância da mulher na escrita de cordel, o reconhecimento da poesia como um movimento de resistência, memória e tradição. As poetisas entrevistadas foram fundamentais para o entendimento de como as mulheres poetisas do Maranhão se relacionam com a poesia e para perceber as relações entre as próprias mulheres poetisas, no que se refere aos aprendizados das técnicas e ferramentas poéticas. Em uma das entrevistas com a poeta Raimunda Frazão, ela cita que a rede de mulheres escritoras de cordel no Maranhão está aumentando e que apesar de atualmente ter um contato maior com homens, acredita que isso irá mudar.

## A REDE DE MULHERES

Como resultado das entrevistas, obtivemos informações sobre cada cordelista e sua forma de produzir e fazer circular conhecimento. A poeta Goreth Pereira denuncia uma realidade a qual viveu por um tempo. Em seus folhetos, ela fala sobre a luta em combate à violência contra a mulher, tentando também trazer visibilidade para figuras femininas que foram apagadas durante a história. Considerando que um elemento fundamental em nossas buscas estava atrelado à construção das redes de mulheres poetisas, buscando encontrar os elementos de tradição que associam umas mulheres às outras nesse aprendizado e inspiração poéticas, Goreth traz como sua referência Raimunda Frazão, cordelista que impulsiona a realização desta pesquisa.

Tereza Cristina também afirma que uma de suas inspirações, assim como de Goreth, é a Raimunda Frazão. Além disso, Tereza afirma que, no que diz respeito à técnica da escrita e à estrutura do cordel, ela ainda está aprendendo. Mas considera que ter conhecido mulheres que declamavam cordéis a inspirou a produzir também. Ao escolher a temática a ser abordada, resolveu usar o cordel para promover a inclusão, respeito e diversidade de pessoas com autismo. A violência vivenciada por Tereza é como mãe de uma pessoa autista. Como cordelista que trata do assunto, a poeta contribui com esta pesquisa para a compreensão da interseccionalidade que perpassa as questões enfrentadas por mulheres cordelistas.

Raimunda Frazão, a poeta que é referência para as outras duas entrevistadas, considera que sua composição poética está toda na inspiração e pouco na técnica. Raimunda em sua fala também relata que nunca sofreu nenhum tipo de violência ou discriminação onde passou, porém reconhece que outras mulheres no ambiente da poesia de cordel possa ter enfrentado situações desse tipo. Frazão também afirma que tem mais contato com homens escritores do que mulheres, mas que mudanças estão acontecendo e esse cenário pode mudar, o que reafirma os primeiros estudos feitos nessa pesquisa

sobre a influência do patriarcado e a necessidade de pensamentos femininos decoloniais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos resultados e pontos apresentados é possível compreender que cada uma das poetas possui uma relação diferente com o ambiente de produção, circulação e vivência do cordel. Contudo, ainda refletindo os entraves das questões de gênero que as perpassam, através da apresentação dos elementos envolvidos na experiência individual delas, foi percebido que os objetivos propostos foram alcançados, tanto no âmbito teórico das discussões quanto prático das interações.

No início dos estudos da pesquisa, dentre as autoras estudadas estava a indicação de Santos (2009), diante da necessidade de criação de uma nova historiografia no cordel, levando em conta que a atual é excludente, misógina e silenciadora. Com isso é indubitável, reconhecer a importância de cada mulher que resiste na escrita de cordel para uma visão ampla das próximas gerações. Escutar e estudar sobre essas mulheres é o passo inicial para contar uma nova história.

Por isso, faz-se necessário mais estudos como o que foi aqui apresentado, pois não seria possível reconhecer uma questão, se não pesquisar sobre ela, a pesquisa traz legitimidade à causa. O cordel sendo uma poesia tão importante no Brasil, por contar histórias e denunciar realidades possui mulheres brilhantes por trás e dentro das narrativas que merecem reconhecimento, pois estas também são responsáveis por levar tradição em forma do compartilhamento de saberes.

## REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 de out. 2025 2023.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**. n.51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510017> Acesso em 28 de maio de 2025.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Movimento Cordel Sem Machismo: as transformações do cordel no ambiente das redes sociais online. **Anais do 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 2020, Salvador. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0026-1.pdf> Acesso em 10 de out 2025. 2023.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Raimunda Frazão E O Cordel de Mulher No Maranhão: Percursos Iniciais. **Memórias ALAIC 2022**, no. 1, 2022, Disponível em: Alaic publica anais do congresso de 2022 – Portal Intercom Acesso em: 20 de abril de 2023.

FONSECA, Maria Gislene. Mulheres cordelistas no maranhão: do trabalho de pesquisa à experiência prática da criação poética. In: LIMA, Bárbara et al. (org). **Comunicação, jornalismo e colonialidades do ser, do saber e do poder**. Cachoeirinha: Fi, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 edição, São Paulo: Editora Atlas, 1989.

hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras**. 1º edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

OLIVEIRA DA SILVA, Leticia Ferreira. **De mártir a meretriz: figurações da mulher na Literatura de Cordel (1900-1930)**. Dissertação: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2017.

OCAÑA, Andrés Ortiz.; LÓPEZ, María Isabel Arboleda. Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. *Hallazgos*, Bogotá, v. 16, n. 31, p. 148, 2019.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **Novas Cartografias no Cordel e na Cantoria: Desterritorialização de gênero na poética das vozes**. Repositório UFPB. Paraíba: 2009.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **O livro delas: catálogo de mulheres autoras no cordel e na cantoria nordestina**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 29 jun. 2023.

Figueiredo A. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**. n.51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510017> Acesso em 28 de maio de 2025.

FONSECA, Maria Gislene. Mulheres cordelistas no maranhão: do trabalho de pesquisa à experiência prática da criação poética. In: LIMA, Bárbara et al. (org). **Comunicação, jornalismo e colonialidades do ser, do saber e do poder**. Cachoeirinha: Fi, 2024.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Raimunda Frazão E O Cordel de Mulher No Maranhão: Percursos Iniciais. **Memórias ALAIC 2022**, no. 1, 2022, Disponível em: [alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/798/798](http://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/798/798).

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Movimento Cordel Sem Machismo: as transformações do cordel no ambiente das redes sociais online. **Anais do 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 2020, Salvador. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0026-1.pdf> Acesso em 21 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 edição, São Paulo: Editora Atlas, 1989.

LUCENA, Bruna Paiva de. Espaços em disputa: o cordel e o campo literário brasileiro. Brasília: Repositório UNB, 2010.

LUGONES, María Cristina. Rumo a um feminismo decolonial. Livro: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, p.148. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA DA SILVA, Letícia Ferreira. **De mártir a meretriz: figurações da mulher na Literatura de Cordel (1900-1930)**. Dissertação: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2017.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **Novas Cartografias no Cordel e na Cantoria: Desterritorialização de gênero na poética das vozes**. Repositório UFPB. Paraíba: 2009.

SANTOS, Francisca Pereira dos. **O livro delas: catálogo de mulheres autoras no cordel e na cantoria nordestina**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2020.

SILVA, Daniela.; ALMEIDA, Alvanita. De Maria a Isabel, do silêncio ao grito: chega de machismo no cenário e nos versos do cordel. *Jangada*, v. 10, n. 20, p. 58–78, 2023. DOI: 10.35921/jangada.v1i20.455. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/455>. Acesso em: 29 jun.

2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 9 out. 2025.



*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme  
a Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

<b>Título</b>	Comunicação e (de)colonialidades em perspectiva
<b>Organização</b>	Carlos Alberto de Carvalho • Deivid Carlos de Oliveira Gaia Bê Limah • Maria Gislene Carvalho Fonseca Juliana Soares Gonçalves • Marina Carrano Lelis
<b>Projeto gráfico, diagramação e capa</b>	Deivid Carlos de Oliveira
<b>Formato</b>	21 x 29,7 cm
<b>Páginas</b>	248
<b>Tipografia</b>	Century Gothic, Gandhi Serif, Schabo

Este livro reúne artigos produzidos a partir de apresentações no III Seminário de Pesquisa Comunicação, Jornalismo e Colonialidades do Saber e do Poder, realizado em 2024, em formato híbrido, em Belo Horizonte. O evento integrou atividades do projeto Comunicação, Jornalismo e Colonialidades do Saber e do Poder: Dimensões teóricas, metodológicas e analíticas, financiado pelo CNPq (Processo: 406167/2021-4, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados). Resultado de parceria interinstitucional e interregional, o projeto envolveu pessoas pesquisadoras de uma universidade pública e uma universidade privada do Sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), uma universidade federal do Norte (Universidade Federal do Tocantins) e uma universidade Federal do Nordeste (Universidade Federal do Maranhão).

